

**Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações,
da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, da Terceira Emissão da**



Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado (Categoria "A") – CVM nº 2328-0
CNPJ/MF nº 75.609.123/0001-23 – NIRE 41.300.078.424
Rua João Bettega, nº 5.700, CIC
CEP 81.350-000 – Curitiba – PR

**no montante de
R\$250.000.000,00**

(duzentos e cinquenta milhões de reais)
Código ISIN das Debêntures da 1ª Série: BROVSADB5030
Código ISIN das Debêntures da 2ª Série: BROVSADB5048
Código ISIN das Debêntures da 3ª Série: BROVSADB5055
Classificação de Risco das Debêntures pela Fitch Ratings: "A(bra)"

Emissão de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, em até três séries, todas nominativas e escriturais, da 3ª (terceira) Emissão da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. ("Emissão" e "Companhia", respectivamente), com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Debêntures"), perfazendo o montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

A alocação das Debêntures entre as séries foi definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, no qual as Debêntures foram alocadas entre as séries por meio sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vaso Comunicantes"). Em razão de não ter sido verificada no Procedimento de *Bookbuilding* demanda de mercado pelas Debêntures da 3ª série, com prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados a partir de 15 de março de 2014 ("Data de Emissão"), portanto, em 15 de março de 2021 ("Debêntures da 3ª Série" e "Data de Vencimento da 3ª Série", respectivamente), serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures em duas séries: (i) 18.000 Debêntures da 1ª série com prazo de vencimento de 4 (quatro) anos contados a partir de 15 de março de 2014 ("Data de Emissão"), com vencimento, portanto, em 15 de março de 2018 ("Debêntures da 1ª Série" e "Data de Vencimento da 1ª Série", respectivamente); e (ii) 7.000 (sete mil) Debêntures da 2ª série com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2019 ("Debêntures da 2ª Série" e "Data de Vencimento da 2ª Série", respectivamente). As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob regime de garantia firme de subscrição, podendo ser exercida para as Debêntures da 1ª Série e/ou para as Debêntures da 2ª Série, de forma individual e não solidária entre o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC" ou "Coordenador Líder"), Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento ("BES") e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Votorantim, "Coordenadores", sob a coordenação dos Coordenadores, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais e regulamentares pertinentes ("Oferta").

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderia ter sido, mas não foi, acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 5.000 (cinco mil) Debêntures adicionais, que somente seriam emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores ("Debêntures Adicionais"). As Debêntures Adicionais seriam colocadas em regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderia ter sido, mas não foi acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.750 (três mil e setecentas e cinquenta) Debêntures suplementares, destinadas a atender excesso de demanda que poderia ter sido constatado no decorrer do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), a qual somente poderia ter sido exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora ("Debêntures Suplementares"). As Debêntures Suplementares seriam colocadas em regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores.

A Emissão e Oferta das Debêntures foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 20 de dezembro de 2013, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") em 06 de janeiro de 2014, sob o nº 20137370253 e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná ("DOEPR") em 27 de dezembro de 2013 e no Jornal "Valor Econômico" em 23 de dezembro de 2013, e que se encontra anexa a este Prospecto, a partir da página 141.

As Debêntures contam com (A) garantias reais representadas pela cessão fiduciária (i) da totalidade dos direitos da Emissora com relação a um Certificado de Depósito Bancário – CDB com liquidez diária de emissão do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, de titularidade da Emissora ("CDB Cedido Fiduciariamente"), a ser emitido para aplicação dos recursos representativos de, no mínimo, 10% (dez por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão (conforme abaixo definido), incluindo a Remuneração (conforme abaixo definido), durante todo o prazo de vigência das Debêntures, depositados na Conta Vinculada (C/C) 04415-06, AG 0454, mantida pela Emissora junto ao HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo (na qualidade de instituição depositária ("Conta Vinculada" e "Instituição Depositária", respectivamente), bem como os direitos creditórios dele decorrentes, que devem permanecer livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, até a liquidação integral das obrigações assumidas pela Emissora no "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A.", conforme aditada ("Escritura de Emissão"), bem como todos e quaisquer direitos de crédito existentes ou que venham a se constituir no futuro, decorrentes dessa aplicação financeira, incluindo, mas sem limitações, todos os recursos, direitos, frutos, rendimentos, pagamentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a ela relacionados, presentes ou futuros, nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário – CDB e de Direitos Creditórios em Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária"); e (ii) dos direitos creditórios originados de contratos junto a clientes dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves da Emissora, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, dívidas ou restrições ("Contratos de Frota") aos Debenturistas e seus sucessores e cessionários, representados pelo Agente Fiduciário, todos identificados no Anexo III ao Contrato de Cessão Fiduciária, abrangendo, também, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos ou multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Emissora pelas contrapartes dos Contratos de Frota ("Direitos Creditórios Cedidos"), sendo que, a todo tempo, o valor dos direitos creditórios futuros associados aos contratos de frota devem corresponder, conjuntamente, a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão (conforme abaixo definido), incluindo a Remuneração (conforme abaixo definido), durante todo o prazo de vigência das Debêntures, sendo certo que serão considerados, para efeito do cálculo do índice de cobertura acima mencionado, apenas as parcelas vencidas dos Direitos Creditórios Cedidos devida até o final do prazo de vigência das Debêntures, ou seja, quaisquer parcelas vencidas dos Direitos Creditórios Cedidos com data posterior ao término da vigência das Debêntures deverão ser desconsideradas para fins do referido cálculo, observados os demais termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária; e (iii) a totalidade dos direitos da Emissora relativos à Conta Vinculada, incluindo as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos nela depositados, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente e os decorrentes dos Contratos de Frota, incluindo eventuais rendimentos; e (B) garantia fidejussória prestada (i) pela Novo Oriente Participações Ltda. ("Novo Oriente"), conforme autorizada pela Reunião de Sócios da Novo Oriente realizada em 20 de dezembro de 2013, cuja ata foi arquivada na JUCEPAR em 02 de janeiro de 2014, sob o nº 20137357869 e que se encontra anexa a este Prospecto; e (ii) pelo Sr. Celso Antônio Frare ("Celso Frare" e, em conjunto com a Novo Oriente, "Garantidores").

Os termos e condições das Debêntures estão disciplinados na Escritura de Emissão, celebrada entre a Emissora, os Garantidores, a Sra. Lia Nara Queiroz Frare ("Cônjuge Anuente"), na qualidade de cônjuge anuente do Celso Frare, exclusivamente para os fins do disposto no artigo 1.647, III, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), a qual segue anexa a este Prospecto, a partir da página 173. A Escritura de Emissão arquivada na JUCEPAR em 11 de fevereiro de 2014, sob o nº ED001465000, foi aditada, em 20 de fevereiro de 2014, de forma a refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* ("Primeiro Aditamento"). O Primeiro Aditamento foi arquivado na JUCEPAR em 26 de fevereiro de 2014, sob o nº ED001465001, nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

Este prospecto definitivo ("Prospecto" ou "Prospecto Definitivo") será colocado à disposição de potenciais investidores na sede e nos websites da Emissora, dos Coordenadores, da CVM, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") e da CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"). O Formulário de Referência da Emissora, preparado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), e incorporado por referência a este Prospecto ("Formulário de Referência"), estará disponível no website da Emissora e da CVM.

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPA FIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPA FIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures.

A Oferta foi registrada na CVM em 11 de março de 2014, sob o número CVM/SRE/DEB/2014/005 para as Debêntures da 1ª Série e sob o número CVM/SRE/DEB/2014/006 para as Debêntures da 2ª Série.

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado como uma recomendação de investimento nas Debêntures. Ao decidir por subscrever as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes de um investimento nas Debêntures. Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que o Coordenador Líder tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que venham a integrar o Formulário de Referência da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A EMISSORA E OS COORDENADORES RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES A LEITURA CUIDADOSA DESTES PROSPECTO, ESPECIALMENTE A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES" E "SUMÁRIO DA EMISSORA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À EMISSORA", ENTRE AS PÁGINAS 100 A 103 E 29 A 31 DESTES PROSPECTO, RESPECTIVAMENTE, E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA INCORPORADO POR REFERÊNCIA A ESTE PROSPECTO, ESPECIALMENTE AS SEÇÕES "4.1 DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO" E "5.1 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA, CUJO CAMINHO PARA ACESSO ESTÁ INDICADO NO ITEM "DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA" NESTE PROSPECTO.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Emissora atua.

Mais informações sobre a Emissora, os Garantidores, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores nos endereços indicados na seção "Informações sobre a Companhia, os Garantidores, os Coordenadores, o Agente Fiduciário, o Banco Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, os Consultores Legais e os Auditores" e à CVM no endereço indicado na seção "Exemplares do Prospecto", nas páginas 53 e 104, respectivamente, deste Prospecto.

O REGISTRO DA OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA E DAS DEBÊNTURES.

Este Prospecto Definitivo será entregue aos investidores durante o período de distribuição.



"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos".



Coordenador Líder



A data deste Prospecto Definitivo é 13 de março de 2014.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	13
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA	14
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E INFORMAÇÕES PROSPECTIVAS	15
SUMÁRIO DA EMISSORA.....	17
Visão Geral	17
Reestruturação Societária	18
Estrutura Societária.....	19
Evolução dos Resultados.....	19
Segmentos da Companhia.....	21
Vantagens Competitivas	23
Estratégia	25
Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos.....	27
Breve Histórico.....	28
Principais Fatores de Risco relativos à Emissora	29
Informações Adicionais.....	31
INFORMAÇÕES SOBRE OS GARANTIDORES.....	32
SUMÁRIO DA OFERTA	41
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS GARANTIDORES, OS COORDENADORES, O AGENTE FIDUCIÁRIO, O BANCO ESCRITURADOR MANDATÁRIO, O BANCO LIQUIDANTE, OS CONSULTORES LEGAIS E OS AUDITORES	53
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.....	56
Autorizações e Registros	56
Autorizações Societárias	56
Registro na CVM e na ANBIMA	56
Arquivamento e Publicação dos Atos Societários	56
Inscrição da Escritura de Emissão	56
Registro para Distribuição, Negociação e Custódia	56
Registro das Garantias.....	56
Características da Emissão	57
Séries	57
Valor Total da Emissão	57
Quantidade de Debêntures.....	57
Destinação de Recursos	57
Número da Emissão.....	57
Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.....	57
Agência de Classificação de Risco.....	58
Características das Debêntures	58
Regime de Colocação	58
Data de Emissão das Debêntures	60
Valor Nominal Unitário das Debêntures	60
Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures	60
Espécie	60
Preço e Forma de Integralização	62
Prazo de Vigência e Data de Vencimento	62
Amortização das Debêntures.....	62
Remuneração das Debêntures	63
Data de Pagamento da Remuneração.....	69
Vencimento Antecipado	70

Resgate Antecipado, Amortização e Aquisição Facultativa	75
Multa e Juros Moratórios.....	76
Decadência dos Direitos aos Acréscimos	76
Local de Pagamento	76
Prorrogação dos Prazos	76
Publicidade	76
Repactuação.....	76
Imunidade Tributária	77
Restituição de Recursos	77
Características da Oferta.....	77
Regime de Colocação	77
Procedimento de Liquidação.....	78
Remuneração dos Coordenadores	78
Manifestação de Aceitação à Oferta	79
Cancelamento, Suspensão, Revogação ou Alterações dos Termos e Condições da Oferta.....	79
Contrato de Formador de Mercado	80
Cópias do Contrato de Distribuição	81
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	81
CRONOGRAMA INDICATIVO DA OFERTA	82
DEMONSTRATIVOS DE CUSTO DA OFERTA	83
INADEQUAÇÃO DA OFERTA A CERTOS INVESTIDORES.....	84
INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	84
DESCRIÇÃO DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA	85
Partes e Objeto	85
Bens e Direitos Cedidos	85
Registro da Cessão Fiduciária	86
Verificação do Saldo do CDB Cedido Fiduciariamente.....	86
Movimentação da Conta Vinculada	86
Excussão da Cessão Fiduciária.....	88
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES	91
Relacionamento entre a Companhia e o HSBC	91
Relacionamento entre a Companhia e o Votorantim.....	92
Relacionamento entre a Companhia e o BESL.....	92
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	94
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	95
HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Coordenador Líder	95
Banco Votorantim S.A.	96
BES Investimento do Brasil S.A – Banco de Investimento	98
FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES	100
As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.....	100
As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado nas hipóteses de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, bem como se ocorrer a sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial.....	100
A Taxa DI utilizada para a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Segunda Série pode ser considerada nula em decorrência da Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça...	101
A Oferta será realizada em duas séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries foi definida no Procedimento de Bookbuilding, com base em Sistema de Vasos Comunicantes, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.	101
A limitação na execução das Garantias poderá afetar o recebimento do valor do crédito dos Debenturistas.....	101

O eventual rebaixamento na classificação de risco atualmente atribuída às Debêntures poderá dificultar a captação de recursos pela Emissora, bem como acarretar a redução da liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.....	101
A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.....	102
A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta pode ter causado um efeito adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures, sendo que pode ter, inclusive, promovido a sua má-formação ou descaracterização do seu processo de formação, bem como na liquidez das Debêntures no mercado secundário.	102
A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.	102
As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas.	103
EXEMPLARES DO PROSPECTO.....	104
DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER.....	106
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	107
CAPITALIZAÇÃO	109

ANEXOS

Estatuto Social Consolidado da Companhia	115
Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovou a Oferta	141
Ata da Reunião de Sócios da Novo Oriente Participações Ltda. que aprovou a concessão de garantia fidejussória à Oferta	167
Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A	173
Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A.	231
Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário – CDB e de Direitos Creditórios em Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças.....	249
Declarações da Companhia e do Coordenador Líder para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 ..	305
Súmula de <i>Rating</i> da agência Fitch Ratings	313

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto:

ABLA	Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38.
ANBIMA	ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta a ser publicado no jornal “Valor Econômico”, pela Emissora e pelo Coordenador Líder, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta publicado no jornal “Valor Econômico” pela Emissora e pelo Coordenador Líder, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
Aviso ao Mercado	O comunicado publicado em 27 de janeiro de 2014, no jornal “Valor Econômico”, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400.
Banco Liquidante	Banco Bradesco S.A. ou qualquer outra instituição que venha a sucedê-lo na prestação dos seus serviços.
Banco Votorantim	Banco Votorantim S.A.
BACEN	Banco Central do Brasil.
BESI	BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Capital Investido Médio	O capital investido médio corresponde à soma do capital próprio (patrimônio líquido) e da Dívida Líquida Ajustada, ambos sendo os valores médios no período. Contudo, o capital investido médio não consiste em uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e, portanto, não tem nenhum significado padrão e pode não ser comparável às medidas com nomes similares apresentadas por outras companhias.

CDB Cedido Fiduciariamente	Certificado de Depósito Bancário – CDB com liquidez diária de emissão da Instituição Depositária, de titularidade da Emissora, objeto da Cessão Fiduciária, a ser integralizado pela Emissora com parte dos recursos da Oferta.
Cessão Fiduciária	Cessão fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (i) do CDB Cedido Fiduciariamente; (ii) dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo que, a todo tempo, o valor dos direitos creditórios futuros associados aos contratos de frota devem corresponder, conjuntamente, a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, sendo certo que serão consideradas, para efeito do cálculo do índice de cobertura acima mencionado, apenas as parcelas vincendas dos Direitos Creditórios Cedidos devidas até o final do prazo de vigência das Debêntures, ou seja, quaisquer parcelas vincendas dos Diretos Creditórios Cedidos com data posterior ao término da vigência das Debêntures deverão ser desconsideradas para fins do referido cálculo, observados os demais termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária; e (iii) da totalidade dos direitos da Emissora relativos à Conta Vinculada, incluindo as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos nela depositados, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente e os decorrentes dos Contratos de Frota, incluindo eventuais rendimentos.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados, câmara de registro, compensação e liquidação de negociações envolvendo determinados valores mobiliários de renda fixa, sendo integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro.
CETIP21	CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, utilizado para a negociação das Debêntures no mercado secundário.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição de Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
Companhia ou Emissora	Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Cônjuge Anuente	A Sra. Lia Nara Queiroz Frare, na qualidade de cônjuge anuente do Celso Frare, exclusivamente para os fins do disposto no artigo 1.647, III do Código Civil.
Conselho de Administração	O Conselho de Administração da Companhia.

Conta de Livre Movimentação	Conta corrente (C/C) nº 41.368-29 mantida na agência (AG) nº 0054, mantida pela Emissora junto à Instituição Depositária.
Conta Vinculada	Conta Vinculada (C/C) nº 04415-06, AG nº 0454, mantida pela Emissora junto à Instituição Depositária.
Contrato de Cessão Fiduciária	Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário – CDB e de Direitos Creditórios em Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças, celebrado em 27 de janeiro de 2014, entre a Companhia, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e a Instituição Depositária.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, da 3ª Emissão Pública da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., celebrado em 27 de janeiro de 2014, entre a Companhia e os Coordenadores.
Contrato de Formador de Mercado	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Formador de Mercado, celebrado em 19 de fevereiro de 2014 entre a Emissora e o Formador de Mercado.
Contratos de Frota	Contratos junto a clientes dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves da Emissora, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, dívidas ou restrições aos Debenturistas e seus sucessores e cessionários, todos identificados no Anexo III ao Contrato de Cessão Fiduciária.
Coordenador Líder ou HSBC	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores	O Coordenador Líder, o Banco Votorantim e o BESI, considerados em conjunto.
CPF/MF	Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de março de 2014.
Data de Integralização	Data em que ocorrer a subscrição e integralização das Debêntures.
Data de Liquidação	A data de liquidação financeira das Debêntures, a qual ocorrerá durante o Prazo de Distribuição, na respectiva Data de Integralização de cada uma das Debêntures.
Data de Vencimento	Data de Vencimento da Primeira Série, Data de Vencimento da Segunda Série e a Data de Vencimento da Terceira Série, em conjunto.
Data de Vencimento da Primeira Série	As Debêntures da Primeira Série terão o seu vencimento em 15 de março de 2018.

Data de Vencimento da Segunda Série	As Debêntures da Segunda Série terão o seu vencimento em 15 de março de 2019.
Data de Vencimento da Terceira Série	Caso tivessem sido alocadas no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , as Debêntures da Terceira Série teriam o seu vencimento em 15 de março de 2021.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	As Debêntures a serem emitidas no âmbito desta Oferta.
Debêntures da Primeira Série	As debêntures da 1ª (primeira) série da 3ª (terceira) emissão da Emissora, objeto da Oferta.
Debêntures da Segunda Série	As debêntures da 2ª (segunda) série da 3ª (terceira) emissão da Emissora, objeto da Oferta.
Debêntures da Terceira Série	As debêntures da 3ª (terceira) série da 3ª (terceira) emissão da Emissora, objeto da Oferta, as quais não serão emitidas em razão de não ter sido verificada demanda de mercado no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.
Debêntures Adicionais	Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderia ter sido, mas não foi acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 5.000 (cinco mil) Debêntures adicionais, que somente seriam emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores. As Debêntures Adicionais seriam colocadas em regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores.
Debêntures Suplementares	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderia ter sido, mas não foi, acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.750 (três mil e setecentas e cinquenta) Debêntures suplementares, destinadas a atender excesso de demanda que poderia ter sido constatado no decorrer do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição, a qual poderia ter sido exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora. As Debêntures Suplementares seriam colocadas em regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
Decisão Conjunta 13	Decisão Conjunta BACEN/CVM 13, de 14 de março de 2003.

Dia(s) Útil(eis)	Significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional, exceto quando em relação a pagamentos a serem realizados por meio da BM&FBOVESPA, quando deverão ser também excluídas as datas correspondentes a feriado municipal na Cidade de São Paulo que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA.
Direitos Creditórios Cedidos	Direitos creditórios originados dos Contratos de Frota, abrangendo, também, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos ou multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Emissora pelas contrapartes dos Contratos de Frota.
Dívida Líquida	A dívida líquida da Emissora corresponde à soma de todas as obrigações com instituições financeiras, representadas nas demonstrações financeiras por empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, instrumentos financeiros derivativos a pagar e debêntures, registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos os valores registrados como caixa e equivalente de caixa, instrumentos financeiros derivativos a receber e aplicações financeiras vinculadas registradas no ativo circulante e não circulante. Contudo, a dívida líquida não consiste em uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e, portanto, não tem nenhum significado padrão e pode não ser comparável às medidas com nomes similares apresentadas por outras companhias.
Dívida Líquida Ajustada	A dívida líquida ajustada da Emissora corresponde à sua Dívida Líquida ajustada por contas a receber por alienação de controlada, contas a receber da Novo Oriente pelo contrato de compra e venda da empresa Martini Meat. Contudo, a dívida líquida ajustada não consiste em uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e, portanto, não tem nenhum significado padrão e pode não ser comparável às medidas com nomes similares apresentadas por outras companhias.
Documentos das Garantias	Contrato de Cessão Fiduciária, a Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias, firmados entre a Emissora, os Garantidores, a Cônjuge Anuente, o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária da Conta Vinculada.
Dólar, USD, dólares, ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos.

EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil calculada pela Emissora e conciliada com suas demonstrações financeiras, observadas as disposições da Instrução CVM 527. O cálculo do EBITDA é realizado como resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação, pelas despesas com amortização e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. A Emissora divulga o EBITDA porque o utiliza para medir seu desempenho. O EBITDA é utilizado como uma das medidas de desempenho adotadas pela administração da Emissora, pois esta acredita que é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional, sendo que alguns investidores, agências de “rating” e analistas financeiros o utilizam como um indicador de desempenho operacional e de fluxo de caixa da Emissora. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do resultado líquido ou o resultado operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Emissora, mas funciona como indicador de desempenho econômico geral da Companhia, que não é afetado por flutuações de taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Emissora, em função de desconsiderar custos de depreciação de frota da Emissora que, por sua vez, afetam os seus lucros.

EBITDA Ajustado das Operações Continuadas

O EBITDA Ajustado das Operações Continuadas corresponde ao EBITDA calculado a partir da soma do EBITDA ajustado do segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados e do EBITDA ajustado do segmento de terceirização de veículos leves da Emissora, conforme divulgado na nota explicativa 30 às suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, e na nota explicativa 26 às demonstrações financeiras dos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e 2013. O EBITDA Ajustado das Operações Continuadas é calculado como: receita operacional líquida de cada um dos segmentos, menos custos, despesas com vendas, administrativas e gerais e outras despesas operacionais líquidas, mais a depreciação e amortização. A Emissora acredita que o EBITDA Ajustado das Operações Continuadas fornece uma medida alternativa da sua performance operacional, uma vez que isola os resultados de seus dois segmentos de negócios e exclui os resultados das operações descontinuadas e outros itens não alocados, bem como os eventos que considera não recorrentes. O EBITDA Ajustado das Operações Continuadas não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, não tem nenhum significado padrão e pode não ser comparável com medidas com nomes similares apresentadas por outras empresas.

EBITDA Ajustado de Operações Financeiras

O EBITDA Ajustado de Operações Financeiras corresponde ao lucro (prejuízo) líquido dos últimos 12 meses, excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e dos montantes de PIS/COFINS diferidos calculados sobre a depreciação e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa. Entende-se por “frota” quaisquer veículos leves, veículos pesados, veículos utilitários, máquinas e equipamentos de titularidade da Companhia. O EBITDA Ajustado de Operações Financeiras é utilizado no cálculo de determinados *covenants* financeiros que a Companhia deve apurar e observar de tempos em tempos, inclusive com relação às Debêntures. O EBITDA Ajustado de Operações Financeiras não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, não tem nenhum significado padrão e pode não ser comparável com medidas com nomes similares apresentadas por outras empresas.

Escritura de Emissão

Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., celebrado em 27 de janeiro de 2014, entre a Companhia, os Garantidores e a Cônjuge Anuente, e seus aditamentos.

Escriturador Mandatário

Banco Bradesco S.A. ou qualquer outra instituição que venha a sucedê-lo na prestação dos seus serviços.

Estatuto Social

O Estatuto Social da Emissora.

Novo Oriente

Novo Oriente Participações Ltda.

Fiança

A fiança prestada pelos Garantidores, nos termos da Escritura de Emissão.

FINAME

Financiamento, por intermédio de instituições financeiras credenciadas no BNDES, para produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional.

FINAME/PSI

FINAME, no âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

Formador de Mercado

O BESI, na qualidade de formador de mercado secundário (*market maker*) para as Debêntures que estiverem registradas para a negociação na BM&FBOVESPA e na CETIP, de acordo com o Contrato de Formador de Mercado.

Formulário de Referência

Formulário de Referência da Emissora, elaborado conforme exigido pela Instrução CVM 480 e ser arquivado na CVM, incorporado por referência a este Prospecto.

Garantias

A Cessão Fiduciária e a Fiança, quando consideradas em conjunto.

Garantidores

A Novo Oriente e o Sr. Celso Antônio Frare.

Gravames	Constituição ou prestação de qualquer garantia (real ou fidejussória), cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , ou Normas Internacionais de Relatório Financeiro emitidos pelo <i>International Accounting Standards Board – IASB</i> .
Instituição Depositária	HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo IBGE.
JUCEPAR	Junta Comercial do Estado do Paraná.
Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª série	Juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI acrescida de uma sobretaxa ou <i>spread</i> , conforme definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , correspondente a 2,40% a.a. (dois inteiros e quarenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “ <i>pro rata temporis</i> ”, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão e do item Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Remuneração das Debêntures, a partir da página 63 deste Prospecto.
Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª série:	Juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou <i>spread</i> , conforme definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , correspondente a 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “ <i>pro rata temporis</i> ”, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão e do item Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Remuneração das Debêntures, a partir da página 63 deste Prospecto.

Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª série:

Caso tivessem disso alocadas Debêntures na 3ª Série, estas fariam jus a remuneração correspondente a uma sobretaxa máxima, na forma percentual ao ano, conforme definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa equivalente a 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 2020 ("NTN-B/20"), divulgadas pela ANBIMA, que teria sido apurada entre o 2º (segundo, o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula prevista na Escritura de Emissão e do item Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Remuneração das Debêntures, a partir da página 63 deste Prospecto.

Lei das Sociedades por Ações

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Lei do Mercado de Valores Mobiliários

Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Martini Meat

Martini Meat S.A. – Armazéns Gerais.

MDA

MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Mudança Adversa Relevante

(i) qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora e/ou de quaisquer de suas afiliadas, que afete ou possa afetar a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora e/ou dos Garantidores, de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes das Debêntures e dos Documentos das Garantias; e/ou (ii) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um evento de vencimento antecipado das Debêntures.

Novo Oriente

Novo Oriente Participações Ltda.

NIRE

Número de Identificação do Registro de Empresas.

NTN-B/20

Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 2020.

Oferta

A distribuição pública das Debêntures, a ser realizada nos termos da Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores.

Parte Relacionada

A Emissora, os Garantidores ou quaisquer de suas afiliadas, assim como qualquer administrador ou familiar de qualquer das pessoas aqui referidas e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, por administrador ou familiar de qualquer das sociedades aqui referidas.

Período de Ausência da Taxa DI	Ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, contado a partir da data esperada para a sua apuração e/ou divulgação.
Período de Ausência do IPCA	Ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação.
Período de Capitalização	O intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.
Período de Colocação	Período entre a data de publicação do Anúncio de Início e 18 de março de 2014, no qual os Coordenadores deverão efetuar a colocação das Debêntures.
Pessoas Vinculadas	Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, são consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) acionistas controladores ou administradores da Emissora e/ou da Novo Oriente; (ii) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou BR GAAP	Práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e homologados pelos órgãos reguladores.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Debêntures, que terá início na data de publicação do Anúncio de Início e se encerrará na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.
Preço de Integralização	Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração aplicável, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

Procedimento de Bookbuilding	Procedimento de coleta de intenções de investimento organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures, o número de séries, a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas e a alocação entre as Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no Sistema de Vasos Comunicantes e que não foram alocadas Debêntures na 3ª Série.
Prospecto Preliminar	O “Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em até Três Séries, da 3ª Emissão da Ouro Verde Locação e Serviço S.A.”, incluindo os seus anexos e documentos incorporados por referência.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	O “Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em até Três Séries, da 3ª Emissão da Ouro Verde Locação e Serviço S.A.”, incluindo os seus anexos e documentos incorporados por referência.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Real, real ou R\$	Moeda corrente do Brasil.
Remuneração	A Remuneração das Debêntures conforme previsto na Escritura de Emissão e neste Prospecto.
Resolução CMN 2.689	Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, do Conselho Monetário Nacional.
Ritmo	Ritmo Logística S.A.
ROIC	<i>Return on invested capital</i> ou Retorno sobre o capital investido. O ROIC é uma medida não contábil que reflete, em percentuais, o resultado operacional ajustado por impactos que a Companhia entende não serão recorrentes, antes do resultado financeiro e deduzindo a alíquota de 34% do imposto de renda e da contribuição social, dividido pelo Capital Investido Médio. O ROIC não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável às medidas com denominações semelhantes fornecidas por outras companhias.
RS-Novo Oriente	Reunião de Sócios da Novo Oriente realizada em 20 de dezembro de 2013, por meio da qual foi aprovada a prestação da Fiança pela Novo Oriente.

**Sistema de Vasos
Comunicantes**

A alocação das Debêntures entre as séries foi definida de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de vasos comunicantes, em que a quantidade de Debêntures de uma das séries é abatida da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures alocada na outra série. Tendo em vista que não foram alocadas Debêntures na 3ª Série, considerando o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissão ocorrerá em apenas duas séries.

Taxa DI

Taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros – de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>).

Taxa Substitutiva

Novo parâmetro a ser aplicado em substituição ao IPCA, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época.

Valor Garantido

Valor Total da Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário.

Valor Nominal Atualizado

Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, pela variação acumulada do IPCA, calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme a fórmula prevista no item 4.9.1. da Escritura de Emissão.

Valor Nominal Unitário

Valor nominal unitário das Debêntures, que é de R\$10.000,00 na Data de Emissão.

Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, sendo que a quantidade de Debêntures alocada em cada série foi definida por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no Sistema de Vasos Comunicantes e que não foram alocadas Debêntures na 3ª Série.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Ouro Verde Locação e Serviço S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.609.123/0001-23 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCEPAR sob o NIRE 41.300.078.424.
Registro na CVM	A Companhia está registrada como emissor na categoria "A" sob o nº 2328-0, concedido pela CVM em 14 de novembro de 2013.
Sede	A sede da Companhia está localizada na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
Diretoria de Relações com Investidores	<p>Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.</p> <p>O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Eduardo Hidemi Takahara. O telefone do departamento de relações com investidores é +55 41 3094-7325, o fax é +55 41 3239-7095 e o e-mail é ri@ouroverde.net.br.</p>
Auditores Independentes da Companhia	KPMG Auditores Independentes, para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, e aos períodos de três, seis e nove meses encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2012 e 2013.
Jornais nos quais divulga informações	As publicações realizadas pela Companhia nos termos da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal "Valor Econômico".
Site na Internet	<p>O site da Companhia na internet é: www.ouroverde.net.br/ri.</p> <p>As informações constantes no <i>website</i> da Companhia não são parte integrante deste Prospecto, nem estão incorporadas por referência a este.</p>

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA

Nos termos do Anexo III da Instrução CVM 400, os seguintes documentos e as informações neles contidas ficam expressamente incorporados a este Prospecto por referência, como se dele constassem para todos os efeitos legais e regulamentares:

I. Formulário de Referência

As informações referentes às seções relacionadas (i) aos Fatores de Risco da Companhia e de seu Mercado de Atuação; (ii) à sua Situação Financeira; e (iii) a outras informações relativas à Companhia, tais como Histórico, Atividades, Estrutura Organizacional, Capital Social, Administração, Pessoal, Contingências Judiciais e Administrativas e Operações com Partes Relacionadas, bem como: (a) a informação acerca da adesão da Companhia ou não, por qualquer meio, a padrões internacionais relativos à proteção ambiental, incluindo referência específica ao ato ou documento de adesão; (b) as informações acerca das políticas de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural adotadas pela Companhia, assim como dos principais projetos desenvolvidos nessas áreas ou nos quais a Companhia participa; (c) a descrição detalhada das práticas de governança corporativa recomendadas no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, publicado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, adotadas pela Companhia; e (d) análise e comentários da administração da Companhia sobre suas demonstrações financeiras, nos termos solicitados pelo artigo 9º, §1º, inciso XIII, do Código ANBIMA, podem ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, o qual se encontra incorporado por referência a este Prospecto, e disponível no *website* da CVM abaixo:

- www.cvm.gov.br (neste website, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”, buscar por “Ouro Verde”, clicar em “Ouro Verde Locação e Serviço S.A.”, clicar em “Formulário de Referência”, clicar em “Consulta” em “Formulário de Referência – Ativo – Versão 4.0 – Data Entrega: 21/02/2014”).

II. Informações Trimestrais da Companhia Relativas ao Trimestre Encerrado em 30 de setembro de 2013 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

As Informações Trimestrais da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013 e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes, as quais se encontram incorporadas por referência a este Prospecto, e disponíveis no *website* da CVM abaixo:

- www.cvm.gov.br (neste website, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”, buscar por “Ouro Verde”, clicar em “Ouro Verde Locação e Serviço S.A.”, clicar em “ITR”, clicar em “Consulta” em “ITR – ENET – Ativo – Data Encerramento: 30/09/2013 – Versão 3.0 – Data Entrega: 20/02/2014”).

III. Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010

As Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e o Relatório dos Auditores Independentes, as quais se encontram incorporadas por referência a este Prospecto, e disponíveis no *website* da CVM abaixo:

- www.cvm.gov.br (neste website, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”, buscar por “Ouro Verde”, clicar em “Ouro Verde Locação e Serviço S.A.”, clicar em “Dados Econômico-Financeiros”, clicar em “Download” em “Dados Econômico-Financeiros – Demonstrações Financeiras Anuais Completas – Data Ref.: 31/12/2012 – Versão 2.0 – Data Entrega: 20/02/2014”).

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E INFORMAÇÕES PROSPECTIVAS

Este Prospecto contém estimativas e informações prospectivas, principalmente nas seções “Sumário da Emissora – Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora” e “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures” nas páginas 29 e 100, respectivamente, bem como nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto. Declarações de natureza hipotética baseadas em ou relativas a eventos ou condições futuras, ou que incluam palavras, tais como “acredita”, “compreende”, “pode”, “poderia”, “busca”, “estima”, “irá”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras palavras similares são utilizadas neste Prospecto para identificar estimativas e informações prospectivas e não consistem em garantia de desempenho futuro.

As estimativas e informações prospectivas inseridas neste Prospecto têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais e projeções concernentes a eventos futuros e tendências financeiras e não financeiras que afetam ou possam afetar os negócios da Emissora. Diversos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto, podem impactar adversamente os resultados da Emissora. Tais fatores incluem, entre outros, os seguintes:

- a alteração da conjuntura econômica, política e de negócios do Brasil, incluindo flutuações da taxa de câmbio, de juros ou de inflação, e o impacto de condições financeiras internacionais na economia do Brasil;
- alterações econômicas negativas nos setores nos quais os principais clientes da Emissora atuam e nas condições financeiras dos seus clientes e em seus negócios;
- a capacidade da Emissora de implementar sua estratégia operacional e seu plano de expansão;
- a capacidade da Emissora de obter recursos suficientes para manter seu programa de investimentos;
- a capacidade da Emissora de manter e aprimorar a sua rentabilidade média por contrato de prestação de serviços celebrado com seus clientes;
- aumento no custo de aquisição de veículos leves, equipamentos e veículos pesados, custo dos serviços prestados e dos custos operacionais da Emissora, incluindo a depreciação efetiva da sua frota;
- a capacidade da Emissora em localizar pontos estratégicos para a abertura de novas unidades operacionais e de atrair e reter clientes;
- aumento da concorrência;
- a capacidade da Emissora de renovar contratos com seus clientes e garantir que tais clientes estejam satisfeitos com a prestação dos serviços e produtos da Emissora;
- a capacidade da Emissora de manter os preços de seus serviços face aqueles praticados por seus concorrentes atuais, bem como aqueles que poderão ser praticados por novos concorrentes;
- a capacidade da Emissora em reter seus principais administradores e colaboradores;
- mudanças na demanda, preferência e condição financeira do público-alvo da Emissora ou tendências de mercado, incluindo o mercado de venda de sua frota desmobilizada;
- o nível de endividamento da Emissora, demais obrigações financeiras e sua capacidade de contratar financiamentos, quando necessário, em termos e condições que considera razoáveis;
- a capacidade da Emissora de adquirir outras empresas e integrá-las de forma eficiente ao seu negócio;

- intervenções governamentais, resultando em alterações na economia, nos tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- outros fatores que possam afetar a condição financeira, liquidez e resultados das operações da Emissora; e
- outros fatores discutidos nas seções “Sumário da Emissora – Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora” e “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures” constantes das páginas 29 e 100 deste Prospecto e nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” constantes do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

Estimativas e declarações futuras envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras. Tendo em vista os riscos e incertezas descritos acima, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Emissora podem diferir substancialmente daqueles previstos em suas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nessas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento. A Emissora e os Coordenadores não assumem qualquer obrigação de atualizar ou revisar qualquer estimativa e/ou declaração futura em virtude de novas informações, eventos futuros ou outros fatores.

SUMÁRIO DA EMISSORA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA. INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, INCORPORADO POR REFERÊNCIA A ESTE PROSPECTO. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO ESTÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA.

Visão Geral

A Emissora é a locadora brasileira de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves que mais cresceu organicamente desde 2009 em termos de receita de serviços e resultado operacional (EBITDA), quando comparada às demais companhias abertas do mercado de locação no Brasil⁽¹⁾. Sua receita líquida de serviços vem apresentando crescimento sustentado, com uma taxa média composta anual de crescimento (CAGR) de 32,3% nos últimos quatro exercícios sociais. Esse crescimento tem sido obtido de forma consistente a cada ano, com taxas de crescimento anual superiores a 30% no mesmo período. Adicionalmente, a receita da Companhia possui elevado grau de previsibilidade devido aos contratos de médio e longo prazos celebrados com seus clientes (com prazos entre dois e sete anos de duração em 30 de setembro de 2013), comparado com outras companhias do setor de locação no Brasil que atuam no segmento de locação com prazos menores. No que tange ao EBITDA Ajustado das Operações Continuadas, a Emissora apresenta a maior margem EBITDA Ajustada das Operações Continuadas sobre receita de serviços desde 2009, em comparação às companhias abertas do setor no Brasil⁽²⁾, correspondendo a 63,3% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, com um CAGR de 32,4% de seu EBITDA Ajustado das Operações Continuadas nos últimos quatro exercícios sociais.

O modelo de negócios da Companhia é estruturado de forma diferenciada em relação aos seus competidores, conjugando (i) a locação de máquinas e equipamentos pesados, por meio da elaboração de projetos específicos para clientes de diferentes setores, tais como agronegócio, mineração, florestal, construção civil, infraestrutura, portuário e industrial, incluindo, principalmente, caminhões customizados, implementos rodoviários (reboques e semirreboques) e equipamentos de “linha amarela” (pás carregadeiras, retroescavadeiras e outros), com contratos com prazos de três a sete anos de duração; e (ii) a terceirização de frota de veículos leves para pequenas, médias e grandes empresas, com um portfólio variado de veículos de diferentes marcas e categorias (tais como carros populares, utilitários, carros executivos e vans), por meio de contratos de médio prazo, que variam entre dois a três anos. A Companhia complementa seus negócios acima mencionados por meio da venda de máquinas e equipamentos pesados usados e de veículos leves previamente utilizados nas atividades de terceirização de frotas, após o término dos contratos com os seus clientes. Adicionalmente, como parte dos segmentos de negócios da Companhia, presta a seus clientes, tanto para a frota própria dos clientes quanto terceirizada junto à Companhia, serviços de manutenção de veículos, máquinas e equipamentos pesados, além de gestão de frotas (tais como rastreamento, frota reserva, gestão de multas, sinistros e avarias, combustível, dentre outros).

⁽¹⁾ Considerando o resultado operacional (EBITDA) divulgado no site de Relações com Investidores pela Localiza Rent a Car S.A., Companhia de Locação das Américas e Unidas S.A. no segmento de terceirização de veículos leves e Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. no segmento de máquinas e equipamentos pesados.

⁽²⁾ Com base nas informações divulgadas publicamente pela Localiza Rent a Car S.A., Companhia de Locação das Américas, Unidas S.A. e Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

A Companhia possui 40 anos de história, com ampla experiência em locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves, bem como na venda dos ativos seminovos desmobilizados ao final de cada contrato. O objetivo da Companhia é oferecer aos seus clientes vantagens competitivas em produtividade, disponibilidade e segurança, além de economia de custos, permitindo que se concentrem em seu *core business*, visando obter melhores resultados. O objetivo da Companhia é ser uma provedora de soluções completas para seus clientes, atuando como *one-stop solution*, oferecendo projetos customizados que resultam em oportunidades de *cross-selling* a seus clientes dos diversos setores atendidos pelos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves da Companhia. Dessa forma, a Companhia procura assegurar um alto nível de fidelização de seus clientes e obter um elevado índice de renovação de seus contratos, que correspondeu a 96% dos contratos para terceirização de veículos leves e 94% dos contratos para locação de máquinas e equipamentos pesados, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013 (91% e 97%, respectivamente, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012) e na maioria dos casos, com aumento da frota locada pelos clientes. As informações apontadas revelam que os clientes da Companhia procuraram aumentar o tamanho das frotas alugadas ao solicitar a renovação dos contratos.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia contava com uma frota de 6.244 máquinas e equipamentos pesados e 18.305 veículos leves, com um valor contábil de R\$1,2 bilhão. Seus contratos são de longo prazo e possuem cláusulas prevendo multas rescisórias de até a totalidade dos valores devidos pelo prazo remanescente de sua duração e cláusulas de reajustes de preço de acordo com a variação anual da inflação, permitindo um elevado grau de previsibilidade de suas receitas. Em 30 de setembro de 2013, os contratos da Companhia em vigor continham receitas futuras de serviços contratadas correspondentes a R\$1.560,4 milhões e prazo médio de contratação de 4,7 anos, além do valor de venda dos ativos ao final de cada contrato. Adicionalmente, a escala de compra de máquinas e equipamentos pesados e de veículos leves da Companhia a permitiu desenvolver um relacionamento próximo com os principais fabricantes e montadoras instalados no Brasil, o que se traduz em condições de preço, entrega e pagamento diferenciadas, o que por sua vez, termina por beneficiar os seus clientes. A Companhia tem experiência no acesso a linhas de crédito específicas para a aquisição de máquinas e equipamentos pesados, notadamente por meio do BNDES (linhas FINAME/PSI), que apresentam condições mais favoráveis em relação às alternativas disponíveis no mercado apresentadas por bancos comerciais, com taxa de juros média de 3,5% a 4,0% ao ano em 30 de setembro de 2013 e prazo médio de duração de 60 meses, refletindo em menores custos associados à renovação e expansão de sua frota. Esta modalidade de financiamento correspondeu a 55,1% da Dívida Líquida Ajustada da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013.

Reestruturação Societária

Em 30 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia aprovou uma cisão parcial de seu patrimônio, por meio do qual o acervo cindido, correspondente à participação de 35% no capital da Ritmo, foi incorporado pela Novo Oriente, acionista controladora da Companhia, operando-se a sucessão plena da Novo Oriente em relação a todos os direitos e obrigações detidos pela Companhia com relação à Ritmo. A parcela cindida representa a totalidade de ações detidas pela Companhia na Ritmo. O valor do patrimônio cindido, avaliado por empresa especializada, em R\$108,5 milhões, foi abatido do patrimônio líquido da Companhia, tendo sido o saldo de sua reserva de lucros utilizado para recompor as reduções sofridas na conta de capital social e na conta de ajustes de avaliação patrimonial.

Na mesma data, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Novo Oriente, sua acionista controladora, por meio do qual alienou a esta sua participação de 99,581% do capital da Martini Meat, pelo montante de R\$144,7 milhões, conforme valor justo apurado em laudo de avaliação preparado por empresa especializada contratada pelas partes.

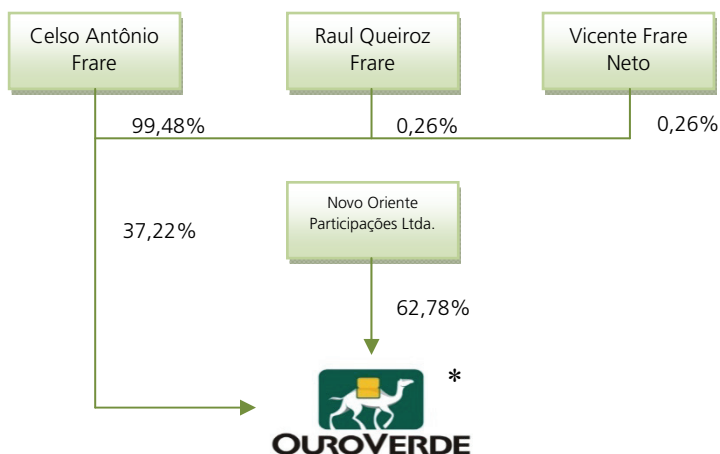
Em razão da reestruturação societária acima mencionada, por meio da qual a Companhia segregou de suas operações, as atividades de logística, conduzidas pela coligada Ritmo, e as atividades de armazenamento, conduzidas pela Martini Meat, as demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com as BR GAAP e IFRS em 30 de setembro de 2013 (e os respectivos comparativos em 30 de setembro de 2012) não mais são apresentadas de forma consolidada, uma vez que a Companhia não possui empresas controladas, e representam somente as operações da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (nova razão social de Ouro Verde Transporte e Locação S.A.). Para os períodos anteriores a 30 de setembro de 2013, as informações financeiras contidas neste Prospecto são relativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) da Companhia, que refletem substancialmente as operações continuadas de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (nova razão social de Ouro Verde Transporte e Locação S.A.), considerando que os resultados das operações alienadas da Martini Meat e da participação da Companhia na Ritmo para a Novo Oriente, são apresentados em linha específica de equivalência patrimonial nessas demonstrações financeiras. Para informações sobre os efeitos relevantes das operações societárias acima mencionadas sobre as operações financeiras da Companhia, vide o item 10.3 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

As informações financeiras individuais são úteis por demonstrarem, em todos os aspectos materiais, as atividades de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves da Companhia, não considerando, portanto, os efeitos causados pelas atividades da Martini Meat que eram consolidadas em suas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações financeiras incluídas neste Prospecto, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras individuais da Companhia para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, e às demonstrações financeiras da Companhia para os períodos de nove meses encerrados em de 30 de setembro de 2012 e 2013.

Estrutura Societária

O organograma abaixo apresenta a estrutura societária atual da Companhia, após a realização da reestruturação societária referida acima (percentuais em relação ao total do capital social):



* A Companhia detém 99,0% de participação na Ouro Verde Revenda Ltda., sendo a participação remanescente de 1,00% detida pelo Sr. Celso Frare. A participação na referida sociedade foi adquirida em 18 de outubro de 2013, sendo que a mesma não era operacional e, portanto, não apresentou receitas, antes de fevereiro de 2014.

Evolução dos Resultados

As tabelas a seguir apresentam um resumo das informações financeiras da Companhia para os períodos indicados. A compilação dos demonstrativos financeiros da Companhia encontra-se disponível no item 10 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

Informações Financeiras

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de	
	2010	2011	2012	2012	2013
(em R\$ milhões, exceto percentuais e índices)					
Receita operacional líquida	294,7	387,1	515,9	371,4	456,7
Receita líquida de serviços	250,6	333,3	438,7	316,1	406,5
Receita líquida de ativos alienados para renovação da frota	44,1	53,8	77,2	55,3	50,2
EBITDA⁽¹⁾	166,0⁽³⁾	334,0⁽³⁾	280,9⁽³⁾	208,5⁽⁴⁾	267,2⁽⁴⁾
EBITDA Ajustado das Operações					
Continuadas⁽²⁾	162,9	222,4	277,9	205,4	238,6
EBITDA Ajustado de Operações					
Financeiras⁽⁵⁾	253,0	316,3	384,7	362,0	392,4
Lucro líquido	10,1	86,7	24,8	15,9	48,1
Lucro líquido/Receita líquida de serviços	4,0%	26,0%	5,7%	5,0%	11,8%
Dívida bruta total⁽⁶⁾	645,4	942,4	1.137,4	1.140,5	1.362,3
Curto prazo.....	245,8	272,5	335,4	326,6	424,5
Longo prazo.....	399,6	669,9	802,0	813,9	937,8
Caixa e equivalentes de caixa	31,5	168,6	154,4	157,8	205,7
Aplicações financeiras vinculadas	103,1	55,3	79,4	78,2	76,8
Dívida Líquida Ajustada⁽⁷⁾	452,8	589,4	766,6	769,4	935,1
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA					
Ajustado das Operações Continuadas					
(últimos doze meses)	2,78	2,65	2,76	2,94	3,01
ROIC (Retorno sobre o capital investido)⁽⁸⁾	8,9%	10,1%	10,5%	9,8%	9,7%

(1) O EBITDA é uma medição não contábil calculada pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras observadas as disposições da Instrução CVM 527. O cálculo do EBITDA é realizado como resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação, pelas despesas com amortização e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. A Companhia divulga o EBITDA porque o utiliza para medir seu desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. O EBITDA é utilizado como uma das medidas de desempenho adotadas pela administração da Companhia, pois esta acredita que é uma medida prática para aferir o desempenho operacional da Companhia, sendo que alguns investidores, agências de “rating” e analistas financeiros o utilizam como um indicador de desempenho operacional e de fluxo de caixa da Companhia. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do resultado líquido ou o resultado operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia, mas funciona como indicador de seu desempenho econômico geral que não é afetado por flutuações de taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em função de desconsiderar custos de depreciação de sua frota que, por sua vez, afetam os seus lucros. Para informações sobre a conciliação entre o valor divulgado do EBITDA e as demonstrações financeiras da Companhia, vide o item 3.2 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

(2) O EBITDA Ajustado das Operações Continuadas corresponde ao EBITDA calculado a partir da soma do EBITDA ajustado do segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados e do EBITDA ajustado do segmento de terceirização de veículos leves da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, e na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras da Companhia relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2013 e 2012. O EBITDA Ajustado das Operações Continuadas é calculado como: receita operacional líquida de cada um dos segmentos, menos custos, despesas com vendas, administrativas e gerais e outras despesas operacionais líquidas, mais a depreciação e amortização. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado das Operações Continuadas fornece uma medida alternativa da sua performance operacional, uma vez que isola os resultados de seus dois segmentos de negócios e exclui os resultados das operações descontinuadas e outros itens não alocados, bem como os eventos que a Companhia considera não recorrentes. O EBITDA Ajustado das Operações Continuadas não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, não tem nenhum significado padrão e pode não ser comparável com medidas com nomes similares apresentadas por outras empresas. Para informações sobre a conciliação entre o valor divulgado do EBITDA Ajustado das Operações Continuadas e as demonstrações financeiras da Companhia, vide o item 3.2 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

(3) O EBITDA dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foi impactado por: 1) resultado da equivalência patrimonial de R\$7,9 milhões, R\$7,8 milhões e R\$3,4 milhões em 2012, 2011 e 2010 respectivamente; 2) resultado positivo de operações descontinuadas de R\$1,0 milhão em 2011 e negativo R\$0,4 milhão em 2010; 3) ganho da venda das operações de logística para a ALL – América Latina Logística Intermodal S.A. de R\$102,9 milhões em 2011. Esses impactos não serão recorrentes.

(4) O EBITDA dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foi impactado por: 1) resultado de operações descontinuadas de R\$36,8 milhões e R\$6,0 milhões, em 2013 e 2012 respectivamente, e 2) resultado de equivalência patrimonial positivo de R\$0,3 milhão em 2013 e R\$0,5 milhão negativo em 2012. Esses impactos não serão recorrentes.

- ⁽⁵⁾ O EBITDA Ajustado de Operações Financeiras é calculado como: o lucro (prejuízo) líquido dos últimos 12 meses, excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e dos montantes de PIS/COFINS diferidos calculados sobre a depreciação e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa. Entende-se por “frota” quaisquer veículos leves, veículos pesados, veículos utilitários, máquinas e equipamentos de titularidade da Companhia. O EBITDA Ajustado de Operações Financeiras não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, não tem nenhum significado padrão e pode não ser comparável com medidas com nomes similares apresentadas por outras empresas. O EBITDA Ajustado de Operações Financeiras é calculado de acordo com nosso resultado consolidado. Em 30 de abril de 2013, realizamos uma reestruturação societária por meio da qual segregamos de nossas atividades os negócios de logística e armazéns e, assim, a partir de 30 de junho de 2013, o cálculo é realizado a partir do resultado das operações de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves. Para maiores informações sobre essa reestruturação societária, ver itens 6.5 e 10.3 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto. Para informações sobre a conciliação entre o valor divulgado do EBITDA Ajustado de Operações Financeiras e as demonstrações financeiras da Companhia, vide o item 3.2 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.
- ⁽⁶⁾ A dívida bruta corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, instrumentos financeiros derivativos a pagar e receber e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante.
- ⁽⁷⁾ A Dívida Líquida da Companhia corresponde à soma de todas as obrigações com instituições financeiras, representadas nas demonstrações financeiras por empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, instrumentos financeiros derivativos a pagar e debêntures, registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos os valores registrados como caixa e equivalente de caixa, instrumentos financeiros derivativos a receber e aplicações financeiras vinculadas registradas no ativo circulante e não circulante. A Dívida Líquida Ajustada corresponde à Dívida Líquida ajustada por contas a receber por alienação de controlada, contas a receber da Novo Oriente pelo contrato de compra e venda da empresa Martini Meat. Contudo, nem a Dívida Líquida nem a Dívida Líquida Ajustada constituem medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e, portanto, não têm nenhum significado padrão e podem não ser comparáveis às medidas com nomes similares apresentadas por outras companhias. Para informações sobre a conciliação entre o valores divulgados da Dívida Líquida e da Dívida Líquida Ajustada e as demonstrações financeiras da Companhia, vide o item 3.2 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.
- ⁽⁸⁾ O ROIC (Retorno Sobre o Capital Investido, ou, em inglês, *return on invested capital*) é uma medida não contábil que reflete, em percentuais, o resultado operacional ajustado por impactos que a Companhia entende não serão recorrentes antes do resultado financeiro e deduzindo a alíquota de 34% do imposto de renda e da contribuição social, dividido pelo capital investido médio. O capital investido médio corresponde à soma do capital próprio (patrimônio líquido) e da Dívida Líquida Ajustada, ambos sendo os valores médios no período. O ROIC não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável às medidas com denominações semelhantes fornecidas por outras companhias. Para informações sobre a conciliação entre o valor divulgado do ROIC e as demonstrações financeiras da Companhia, vide o item 3.2 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

Segmentos da Companhia

Os segmentos da Companhia incluem os serviços de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves.

Locação de Máquinas e Equipamentos Pesados

A tabela a seguir apresenta um resumo das informações financeiras e operacionais da Companhia no segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados para os períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de	
	2010	2011	2012	2012	2013
Receita líquida de serviços (R\$ milhões)⁽¹⁾	150,1	217,9	287,6	205,7	282,5
EBITDA ajustado (R\$ milhões) ⁽²⁾	99,8	149,5	176,1	131,4	161,8
EBITDA ajustado/Receita líquida de serviços	66,5%	68,6%	61,2%	63,9%	57,3%
Frota operacional (unidades)	2.756	3.290	4.880	4.780	6.244
Idade média da frota operacional (meses)	36,3	27,9	26,9	24,8	27,3

⁽¹⁾ Corresponde à receita líquida de serviços somente do segmento de máquinas e equipamentos pesados, conforme divulgado na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, e na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras da Companhia relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e 2013.

⁽²⁾ O EBITDA ajustado do segmento de máquinas e equipamentos pesados da Companhia corresponde à receita líquida deste segmento, menos os seus custos e receitas (despesas) operacionais (vendas, gerais, administrativas e outras), líquidas, além de sua depreciação e amortização.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013, os serviços de locação de máquinas e equipamentos pesados da Companhia foram responsáveis por 69,5% da receita líquida de serviços das Companhia e 67,8% de seu EBITDA Ajustado das Operações Continuadas (65,5% da receita líquida de serviços e 63,4% do EBITDA Ajustado das Operações Continuadas, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia atua há mais de duas décadas com locação de máquinas e equipamentos pesados, sendo uma das empresas pioneiras e de referência na locação para o segmento de agronegócio, conforme evidenciado pelos prêmios Visão Agro Paulista recebidos pela Companhia entre os anos de 2006 a 2010 e no ano de 2012. A Companhia também atua nos segmentos de mineração, florestal, construção civil, infraestrutura, portuário e industrial, sempre analisando oportunidades de crescimento nestes e em outros segmentos.

Em 30 de setembro de 2013, a frota de máquinas e equipamentos pesados destinados à locação pela Companhia era composta por 6.244 itens, distribuída em todo o território nacional, sendo 52% na Região Sudeste, 14% na Região Sul, 27% na Região Centro Oeste, 6% na Região Nordeste e 1% na Região Norte, posicionando a Companhia entre as maiores empresas de locação de máquinas e equipamentos pesados do Brasil. Adicionalmente, a Companhia possui uma moderna frota de máquinas e equipamentos pesados, com idade média, em 30 de setembro de 2013, de 27,3 meses, tendo em vista sua prática de renovação de frota ao término de cada contrato. A Companhia possui grande volume e ampla variedade de máquinas e equipamentos pesados, incluindo cavalos mecânicos, caminhões fora de estrada, caminhões plataformas, caminhões *munck* e guindaste, caminhões de apoio, caminhões transbordo, tratores, transbordo de arrasto para tratores e caminhões, rebocadores, rolos compactadores, poliguindastes, compactadores de lixo, colhedoras de cana, semirreboques e reboques, retroescavadeiras, pás carregadeiras, moto niveladoras e empilhadeiras, entre outros. A frota de caminhões da Companhia, referente ao segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados, apresentou aumento de 66,1%, entre 2010 e 2012, em comparação a um crescimento médio de frota nacional de caminhões de 14,8% no mesmo período, conforme dados da ANFAVEA.

A Companhia tem ampla cobertura nacional, com clientes ativos em todas as regiões do País, oferecendo serviços customizados às necessidades de seus clientes por meio de um portfólio extenso e variado de máquinas e equipamentos pesados. A Companhia possui uma frota multimarca e moderna, fatores preponderantes para manter um nível de serviço que atenda às elevadas expectativas de seus clientes e que a mantém competitiva perante seus concorrentes e perante os principais fabricantes de máquinas e equipamentos pesados, o que pode ser evidenciado pelo seu índice de renovação de contratos (que correspondeu a 93% dos contratos para terceirização de veículos leves e 96% dos contratos para locação de máquinas e equipamentos pesados). Além disso, a diversificação de sua frota a permite atender de forma customizada a clientes de variados setores, resultando em multiplicação das oportunidades de crescimento.

Como parte do negócio de locação de máquinas e equipamentos pesados, quando da renovação ou encerramento dos contratos, os ativos alocados a tais contratos são desmobilizados e destinados à venda. A Companhia mantém um registro histórico detalhado de manutenção para cada máquina e equipamento pesado de sua frota, o que se traduz em um importante elemento fornecido ao comprador no processo de desmobilização desses ativos, em adição à sua baixa idade média (27,3 meses em 30 de setembro de 2013) se comparada à idade média da frota nacional de caminhões (199,2 meses em 30 de junho de 2013), segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). As máquinas e equipamentos pesados da Companhia são, portanto, relativamente novos considerando a idade média da frota nacional de caminhões. As vendas da Companhia são viabilizadas por meio do *website*, leilões eletrônicos e físicos, com abrangência nacional e mediante a celebração de parcerias com concessionárias das grandes marcas e com lojistas e/ou revendedores.

Terceirização de Veículos Leves

A tabela a seguir apresenta um resumo das informações financeiras e operacionais da Companhia no segmento de terceirização de veículos leves para os períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de	
	2010	2011	2012	2012	2013
Receita líquida de serviços (R\$ milhões)⁽¹⁾	100,5	115,4	151,1	110,4	124,0
EBITDA ajustado (R\$ milhões) ⁽²⁾	63,1	72,9	101,8	74,0	76,8
EBITDA ajustado/Receita líquida de serviços)	62,8%	63,2%	67,4%	67,0%	61,9%
Frota operacional (unidades)	9.300	12.878	15.836	15.449	18.305
Idade média da frota operacional (meses)	15,5	16,6	17,4	17,5	18,7

⁽¹⁾ Corresponde à receita líquida de serviços somente do segmento de terceirização de veículos leves da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, e na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras da Companhia relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e 2013.

⁽²⁾ O EBITDA ajustado do segmento de terceirização de veículos leves da Companhia corresponde à receita líquida deste segmento, menos os seus custos e receitas (despesas) operacionais (vendas, gerais, administrativas e outras), líquidas, além de sua depreciação e amortização.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013, os serviços de terceirização de veículos leves da Companhia foram responsáveis por 30,5% de sua receita líquida total de serviços e 32,2% de seu EBITDA Ajustado das Operações Continuadas (34,5% da receita líquida de serviços e 36,6% do EBITDA Ajustado das Operações Continuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012).

Os serviços de terceirização de veículos leves da Companhia incluem a elaboração de propostas específicas, com abrangência nacional, que consideram as diferentes especificidades de seus clientes. A Companhia auxilia seus clientes a focarem em seu *core business* bem como na redução dos seus custos associados a investimentos em ativos não diretamente ligados à sua atividade principal.

A Companhia tem apresentado crescimento sustentado nesse ramo de negócios. Sua frota destinada à terceirização apresentou aumento de 70,3%, entre 2010 e 2012, em comparação a um crescimento médio de frota nacional do setor de locação de veículos leves de 24,7% no mesmo período, conforme dados da ABLA.

Em 30 de setembro de 2013, a frota atualizada e diversificada de veículos leves da Companhia consistia de 18.305 veículos, com idade média de 18,7 meses, distribuída em todo o território nacional, sendo 67% na Região Sudeste, 16% na Região Sul, 6% na Região Centro Oeste, 7% na Região Nordeste e 4% na Região Norte. A Companhia atua em 16 diferentes setores econômicos, incluindo telecomunicações, industrial, laboratórios farmacêuticos, alimentos e bebidas, serviços financeiros, construção civil, varejo, saúde e beleza, entre outros.

Aproveitando a sinergia entre suas unidades de negócios, a Companhia efetua a venda de veículos leves desmobilizados após o encerramento dos contratos com seus clientes por meio dos mesmos canais de venda disponíveis à venda das máquinas e equipamentos pesados desmobilizados, com abrangência nacional. Adicionalmente, a Companhia efetua a venda de veículos leves usados diretamente para os usuários de seus clientes, gerando economia e agilidade na venda.

Vantagens Competitivas

A Companhia possui um modelo de negócios único entre as companhias abertas brasileiras, combinando a locação de máquinas e equipamentos pesados com a terceirização de veículos leves, conferindo vantagens competitivas e a posicionando de forma diferenciada em seu setor de atuação.

A Companhia ilustra abaixo o que entende serem suas principais vantagens competitivas:

Crescimento forte e consistente da receita e EBITDA Ajustado das Operações Continuadas. A Companhia tem alcançado taxas de crescimento orgânico anual acima de 30% nas receitas de serviços nos últimos quatro exercícios sociais, com um CAGR de 32,4% em seu EBITDA Ajustado das Operações Continuadas no mesmo período. O resultado do seu EBITDA Ajustado das Operações Continuadas acumulado nos últimos doze meses foi de R\$311,1 milhões em 30 de setembro de 2013 e uma margem EBITDA Ajustada das Operações Continuadas de 58,8% sobre a receita de serviços, a maior do setor entre as companhias abertas⁽³⁾, considerando os quatros últimos exercícios divulgados. A Companhia acredita que seu modelo de negócios privilegia um crescimento sólido de suas receitas, conforme evidenciado pela taxa de crescimento orgânico anual acima de 30% nas receitas de serviços nos últimos quatro exercícios sociais, embora não seja possível garantir a manutenção desta taxa de crescimento no futuro. A Companhia foca seus esforços em ser um provedor de soluções completas para seus clientes e nas oportunidades de *cross-selling* entre seus segmentos de negócio.

⁽³⁾ Localiza Rent a Car S.A., Companhia de Locação das Américas e Unidas S.A. no segmento de terceirização de frotas leves e Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. no segmento de máquinas e equipamentos pesados.

Previsibilidade da receita e da geração de caixa. A receita líquida de serviços da Companhia está amparada por contratos de longo prazo que variam de três a sete anos na locação de máquinas e equipamentos pesados e contratos de médio prazo, com duração de dois a três anos, para os serviços de terceirização de veículos leves. Essa característica permite à Companhia prever a geração de receita futura para o médio e longo prazo, o que permite reduzir o impacto de uma potencial piora do cenário macroeconômico brasileiro. Os contratos possuem prazo médio de contratação de 5,4 anos para locação de máquinas e equipamentos pesados e 2,8 anos para terceirização de veículos leves em 30 de setembro de 2013, contando com cláusulas prevendo multas rescisórias de até a totalidade dos valores devidos pelo prazo remanescente de sua duração e cláusulas de reajustes de preço de acordo com a variação anual da inflação. Por estas razões, a Companhia possui alta previsibilidade de receita. Com base em seus contratos vigentes em 30 de setembro de 2013, a Companhia tinha uma receita futura de serviços contratada de R\$1.560,4 milhões, além da receita de venda dos ativos da frota ao final dos contratos.

Frota diversificada e base de clientes atuantes em diversos setores em todo o Brasil. A experiência da Companhia, com mais de 40 anos de atuação, aliada à prestação de serviços a vários clientes que atuam em diferentes áreas e ramos de atuação, tais como nos setores de agronegócio, mineração, florestal, construção civil, infraestrutura, portuário, industrial, entre outros, a ajuda a mitigar o risco de concentração em poucos clientes, o que pode ser evidenciado pelo fato de que no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia não possuía clientes que, individualmente, representassem mais de 10% da receita líquida total da Companhia. Adicionalmente, a Companhia acredita que a sua capacidade de atender os seus clientes em todo o território nacional com uma frota multimarcas e variedade de modelos a permite alavancar seu crescimento e aproveitar das principais oportunidades específicas de cada setor e região. A diversificação de sua frota, em termos de marcas e modelos, e sua atuação em diversos setores e regiões do País torna a Companhia apta a maximizar as oportunidades de promover o relacionamento com os seus clientes, em seus segmentos de negócios, bem como celebrar contratos adequados às especificidades de cada cliente.

Escala dos negócios e sólido relacionamento com fabricantes. Como resultado da sua escala e do seu elevado volume de compras de máquinas e equipamentos pesados e de veículos leves, a Companhia desenvolveu uma relação comercial diferenciada com os principais fabricantes e montadoras no País. A referida relação comercial permite à Companhia atender seus clientes com opções de veículos e equipamentos adequados para cada tipo de operação. Para tanto, a Companhia considera, dentre outros fatores, o preço de aquisição e do plano de manutenção, localidade da operação, tipo de uso e severidade e os prazos de entrega, sem restrição de marca ou modelo. O ganho de escala também permite à Companhia negociar descontos significativos, principalmente no segmento de máquinas e equipamentos pesados, para o qual possui uma das maiores frotas de máquinas e equipamentos pesados locadas do País. Os pontos acima mencionados são essenciais à elaboração de uma proposta de serviços customizada para cada cliente.

Longo histórico de atuação, amplo conhecimento do setor e elevado índice de renovação de contratos. A Companhia iniciou suas atividades de terceirização de veículos leves há cerca de 40 anos e de locação de máquinas e equipamentos pesados há mais de duas décadas. Desta forma, tem uma longa experiência na gestão de sua frota, desde sua aquisição, incluindo manutenção preventiva e corretiva, até a sua desmobilização no mercado secundário, o que se configura como principal pilar da sua estratégia de precificação e contratação eficiente, evidenciada pelo índice de renovação de seus contratos, que correspondeu a 96% dos contratos para terceirização de veículos leves e 94% dos contratos para locação de máquinas e equipamentos pesados, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013 (91% e 97%, respectivamente, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012), na maioria das vezes acompanhada de aumento da frota locada. Entre 2006 a 2010 e em 2012, a Companhia recebeu os prêmios Visão Agro Paulista em reconhecimento à sua atuação na locação de máquinas e equipamentos pesados para o setor de agronegócio. Ainda em 2012, recebeu o prêmio Valor 1000, concedido pela Revista Valor 1000, editada pelo Jornal Valor Econômico às empresas de cada segmento de atuação.

Gestão operacional e administrativa eficiente. A Companhia é a empresa mais eficiente do setor de locação em termos de despesas gerais e administrativas (que correspondeu a 5,0% de sua receita de serviços no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013), quando comparados às companhias abertas atuantes no mercado brasileiro de locação. Desde 2008, segue um modelo de gestão e governança corporativa profissionalizado e centralizado, atendendo tanto o segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados, quanto o segmento de terceirização de frotas. Os administradores da Companhia são profissionais de mercado, com ampla experiência nas funções desempenhadas. A Companhia conta também com uma base tecnológica de ponta e outras ferramentas para apoiar a gestão de suas operações, como por exemplo, Microsoft Dynamics AX, Engeman, QlikView, sistemas de telemetria, os quais incluem indicadores de manutenção por ativo de sua frota.

Forte cultura financeira de controle e disciplina nos investimentos, traduzida em crescimento e rentabilidade consistentes. A Companhia possui um comitê de investimento, que tem por objetivo promover o alinhamento entre todos os investimentos realizados e sua estratégia de crescimento. Este comitê avalia, dentre outros aspectos, a posição de crédito do cliente e o retorno do investimento proposto (por meio da análise de fluxo de caixa e ROIC). Possui, ainda, um comitê de venda de ativos desmobilizados, que analisa todas as vendas, realizadas e a realizar, de veículos leves, máquinas e equipamentos pesados. Essas análises permitem à Companhia acompanhar constantemente o desempenho do valor residual de seus ativos (valores realizados em comparação a valores projetados), prazos de venda, novos canais de venda, dentre outros. Para informações sobre o histórico de crescimento e rentabilidade da Companhia, vide as suas demonstrações financeiras compiladas no item 10.1.h do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

Estratégia

A estratégia de longo prazo da Companhia se baseia em alguns pilares fundamentais para a perpetuidade e crescimento de seu negócio. São elas:

Manter as taxas de crescimento fortes e consistentes com níveis adequados de rentabilidade. A Companhia pretende capturar o elevado potencial de crescimento do seu negócio em diferentes setores da economia brasileira. A taxa de penetração de frotas terceirizadas no Brasil era de 5,4% no final de 2011, segundo dados da ABLA. Assim, considerando os índices de países⁽⁴⁾ em que o negócio de terceirização já atingiu sua maturidade (cuja taxa de penetração média era de 42% em 31 de dezembro de 2011, segundo dados da ABLA e da Datamonitor), o que evidencia que existe um grande potencial de expansão para os serviços da Companhia no Brasil. O mercado de locação de máquinas e equipamentos pesados no Brasil é incipiente e pouco explorado por empresas de capital aberto, evidenciando grandes oportunidades. Para capturar esse potencial de crescimento, a Companhia pretende manter o foco na rentabilidade de seus investimentos atuais e aproveitar oportunidades de negócios em novos setores da economia, ampliando sua base de atuação. Para informações sobre o histórico de crescimento e rentabilidade da Companhia, vide suas demonstrações financeiras compiladas no item 10.1.h do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto. Alguns fatores conjunturais e regulatórios, tais como o crescente processo de mecanização do agronegócio, especialmente da cultura de cana de açúcar, bem como os elevados investimentos previstos para os setores de construção civil, mineração e de infraestrutura, entre outros, promovem condições ideais para a expansão das atividades da Companhia. Adicionalmente, esta continua investindo na qualificação e no aumento de sua força comercial dedicada à prospecção de clientes corporativos com frota própria de veículos leves, máquinas e equipamentos pesados, efetuando um processo de análise e consultoria junto aos potenciais clientes como forma de demonstrar os benefícios financeiros, tributários e operacionais da terceirização de suas frotas.

⁽⁴⁾ Média dos países europeus.

Reforçar a estratégia comercial de one-stop solution, cross-selling e renovação de contratos.

O foco comercial na venda de solução completa aos clientes da Companhia, inclusive com serviços de gestão (gestão de manutenção, de multas e de sinistros, rastreamento, telemetria, frota reserva, dentre outros), tanto na locação de máquinas e equipamentos pesados como na terceirização veículos leves, é um importante vetor de seu crescimento. Os negócios de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves da Companhia apresentam um alto potencial de *cross-selling*. Em 30 de setembro de 2013, 32,5% da receita líquida de serviços da Companhia decorreu desta estratégia de *cross-selling*, com clientes atendidos tanto na locação de máquinas e equipamentos pesados quanto na gestão e terceirização de veículos leves. Essa estratégia, aliada à prestação de serviços de qualidade aos clientes, impulsiona a obtenção de um elevado índice de renovação dos contratos da Companhia, que correspondeu a 96% dos contratos para terceirização de veículos leves e 94% dos contratos para locação de máquinas e equipamentos pesados, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013.

Manutenção de cultura de gestão de resultados. A Companhia pretende manter a cultura de gestão de resultados da Companhia, que consiste no acompanhamento de seus níveis de crescimento e rentabilidade, com controles internos por ativo (máquinas e equipamentos pesados e veículos leves), por contrato, por cliente, por região, por fabricante, por tipo de utilização, dentre outros, possibilitando uma gestão detalhada de seus resultados. A Companhia acredita que esses objetivos serão atingidos por meio da atuação de sua administração, particularmente de seus comitês de investimentos e de venda de ativos, que têm como principais atribuições definir estratégias de investimentos e de vendas de ativos desmobilizados de suas operações. A Companhia também monitora constantemente o mercado de modo a buscar fontes de financiamento mais competitivas e adequadas para cada tipo de negócio como, por exemplo, por meio do BNDES (FINAME/PSI), que atualmente utiliza em larga escala, como forma de manter sua estrutura de capital otimizada.

Manter os níveis de rentabilidade na venda de ativos desmobilizados. De acordo com seu planejamento de venda de ativos, com objetivo de sempre buscar o aumento da rentabilidade, a redução do custo fixo e maior agilidade de venda, a Companhia pretende reforçar sua presença nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, com foco nos municípios entre 100.000 e 500.000 habitantes, além de analisar oportunidades potenciais nas regiões Norte e Nordeste. A Companhia também pretende explorar, se disponíveis em condições satisfatórias, modelos de aquisição de ativos com garantia de recompra (*buy back*) junto aos fabricantes e concessionários, tanto de máquinas e equipamentos pesados quanto de veículos leves, com a finalidade de aumentar a agilidade de venda e reduzindo custos de desmobilização. Na venda de máquinas e equipamentos pesados desmobilizados, a Companhia pretende aumentar seu foco comercial junto a pequenas e médias empresas que atuam principalmente nos segmentos de infraestrutura, construção civil, florestal e de mineração. Especificamente na venda de veículos leves desmobilizados, a Companhia pretende ainda expandir seus canais de venda aos usuários de seus clientes, como forma de melhor preservar os ativos e reduzir os custos de desmobilização. Para informações sobre a rentabilidade da Companhia, vide suas demonstrações financeiras compiladas no item 10.1.h do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

Aproveitar oportunidades seletivas de crescimento por meio de aquisições estratégicas. A Companhia pretende avaliar e considerar oportunidades de aquisições que, além dos aspectos financeiros envolvidos, adicionem valor aos acionistas e que sejam compatíveis com o seu perfil de negócios e com a sua estratégia de crescimento. O fato de atuar em um setor altamente pulverizado, em termos de *players* no referido setor, favorece a constante busca da Companhia por novas oportunidades de aquisições. A Companhia buscará primordialmente aquisições de empresas (i) com atuação nos segmentos da economia onde a Companhia já atua e nos quais detém uma sólida base de clientes, principalmente em regiões nas quais identifica potencial para expansão de suas atividades, ou (ii) que atuem em setores da economia com perspectiva de crescimento nos quais a Companhia ainda não atua e/ou que possam oferecer novas modalidades de serviços e *expertise* que ofereçam sinergias aos serviços já prestados pela Companhia.

Expandir o investimento em pessoas. Os colaboradores da Companhia são partes indissociáveis de suas atividades, assim como para o desenvolvimento de seus negócios. Sua área de recursos humanos tem uma atuação fortemente vinculada aos seus objetivos de expansão e crescimento. Sua política de gestão de pessoas está pautada nos pilares de desenvolver pessoal e profissionalmente seus colaboradores, avaliar desempenho e competências, recompensar resultados superiores ao esperado, celebrar conquistas, com a finalidade de estimular a atração, motivação e retenção de talentos. A Companhia realiza programas de desenvolvimento de liderança e capacitação de talentos para todos os níveis hierárquicos, bem como possui um programa de participação nos resultados (“PPR”) beneficiando seus colaboradores. A Companhia pretende intensificar ainda mais esses investimentos, ampliando e/ou atualizando os programas de recursos humanos realizados. Adicionalmente, a Companhia implementou, em junho de 2013, um plano de outorga de opções de compra de ações de sua emissão, o qual abrange sua diretoria, gerentes e outros colaboradores indicados por seu Conselho de Administração, permitindo a criação de um sentimento de propriedade e o alinhamento de seus interesses com os da Companhia e de seus acionistas.

Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, seu modelo de negócios e fluxo de caixa (que compreende primordialmente a geração de caixa operacional e a venda da frota desmobilizada), alinhada a uma previsibilidade do caixa futuro advindo de seus contratos de longo prazo (os quais incluem penalidades pecuniárias em caso de rescisões unilaterais), e o fato de a Companhia adquirir frota somente após a assinatura dos contratos de locação relativos a tais ativos, faz com que a sua administração entenda que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para financiar seus investimentos e honrar suas obrigações contratuais de curto prazo (até um ano), médio prazo (entre 2 e 3 anos) e longo prazo (acima de 3 anos), embora não se possa garantir que tal situação permanecerá assim no futuro.

A tabela a seguir demonstra a capacidade de pagamento da Companhia face aos compromissos assumidos para as datas indicadas, com base em suas demonstrações financeiras:

	Em 31 de dezembro de			Em 30 de setembro de	
	2010	2011	2012	2012	2013
Ativo imobilizado final/Dívida líquida ajustada final ⁽¹⁾	1,43	1,28	1,23	1,22	1,24
Dívida líquida ajustada ⁽¹⁾ /EBITDA Ajustado das Operações					
Continuadas ⁽²⁾ dos últimos 12 meses	2,78	2,65	2,76	2,94	3,01
EBITDA Ajustado das Operações Continuadas ⁽²⁾ /Despesas financeiras líquidas	2,86	2,60	2,75	2,73	3,08

⁽¹⁾ A Dívida Líquida da Companhia corresponde à soma de todas as obrigações com instituições financeiras, representadas nas demonstrações financeiras por empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, instrumentos financeiros derivativos a pagar e debêntures, registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos os valores registrados como caixa e equivalente de caixa, instrumentos financeiros derivativos a receber e aplicações financeiras vinculadas registradas no ativo circulante e não circulante. A Dívida Líquida Ajustada corresponde à Dívida Líquida ajustada por contas a receber por alienação de controlada, contas a receber da Novo Oriente pelo contrato de compra e venda da empresa Martini Meat. Contudo, nem a Dívida Líquida nem a Dívida Líquida Ajustada constituem medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e, portanto, não têm nenhum significado padrão e podem não ser comparáveis às medidas com nomes similares apresentadas por outras companhias. Para informações sobre a conciliação entre o valores divulgados da Dívida Líquida e da Dívida Líquida Ajustada e as demonstrações financeiras da Companhia, vide o item 3.2 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

⁽²⁾ O EBITDA Ajustado das Operações Continuadas corresponde ao EBITDA calculado a partir da soma do EBITDA ajustado do segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados e do EBITDA ajustado do segmento de terceirização de veículos leves da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, e na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras da Companhia relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e 2013. O EBITDA Ajustado das Operações Continuadas é calculado como: receita operacional líquida de cada um dos segmentos, menos custos, despesas com vendas, administrativas e gerais e outras despesas operacionais líquidas, mais a depreciação e amortização. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado das Operações Continuadas fornece uma medida alternativa da sua performance operacional, uma vez que isola os resultados de seus dois segmentos de negócios e exclui os resultados das operações descontinuadas e outros itens não alocados bem como os eventos que considera não recorrentes. O EBITDA Ajustado das Operações Continuadas não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, não tem nenhum significado padrão e pode não ser comparável com medidas com nomes similares apresentadas por outras empresas. Para informações sobre a conciliação entre o valor divulgado do EBITDA Ajustado das Operações Continuadas e as demonstrações financeiras da Companhia, vide o item 3.2 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

Breve Histórico

A trajetória da Companhia teve início em 1973, com a fundação da Transportadora e Cerealista Ouro Verde Ltda., em Ponta Grossa, Paraná. Dois anos depois, além das atividades de transporte, a Companhia passou a dedicar-se também à locação de veículos, impulsionados pela demanda da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, alterando sua denominação social para Ouro Verde Transporte e Locação Ltda.

Em 1985, a sede da Companhia foi transferida para Curitiba, expandindo os negócios para todo o país.

Na década de 90, a Companhia passou a atuar também na locação de equipamentos pesados, a partir de 1994, as cargas industriais passaram por um forte crescimento.

No início dos anos 2000, a Companhia renovou e aumentou sua frota de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves, promovendo fortes investimentos. Após um período de estabilidade e crescimento contínuo, a Companhia iniciou a implantação de um novo modelo de governança corporativa.

A partir de 2008, a Companhia passou por um processo de sucessão promovido por seu principal acionista, culminando com a indicação de uma gestão executiva profissionalizada e o fortalecimento das práticas de governança corporativa, mediante a implementação de sistemas de gestão, a submissão periódica à análise de *rating* corporativo e a criação do Conselho de Administração contando, a partir de 2010, com um conselheiro independente.

Em 2009, a Companhia recebeu seu primeiro *rating* corporativo, conforme atribuído pela Fitch Ratings, uma das principais agências de análise de risco no mercado financeiro internacional, que a classificou como BBB+(BRA).

Em 2010, a Companhia efetuou sua primeira emissão de debêntures, distribuída com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, no valor de R\$75,0 milhões, registrada para negociação junto à CETIP. Nesse mesmo ano, a Companhia aprimorou suas práticas de governança corporativa por meio da contratação de auditores independentes amplamente reconhecidos no mercado, da introdução de ferramentas de planejamento estratégico de longo prazo e da criação do comitê não estatutário de investimentos.

Em 2011, a Companhia realizou sua segunda emissão de debêntures, igualmente nos termos da Instrução CVM 476, totalizando R\$165,0 milhões, também registrada para negociação junto à CETIP. No mesmo ano, o *rating* corporativo da Companhia foi elevado, pela Fitch Ratings, para A-(BRA), a Companhia constituiu o comitê não estatutário de venda de ativos e a Companhia constituiu a Ritmo, uma *joint venture* com a ALL – América Latina Logística, mediante a transferência dos ativos de logística rodoviária da Companhia, definindo o foco de sua atuação nas atividades de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves.

Em 2012, a Companhia promoveu a recompra integral das debêntures da 1ª emissão em circulação, e o *rating* corporativo foi confirmado pela Fitch Ratings.

Em abril de 2013, a Companhia promoveu uma reestruturação societária, por meio da qual segregou de suas atividades os negócios de logística e armazéns, e passou a atuar exclusivamente na locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves. Para informações sobre essa reestruturação societária, vide “Reestruturação Societária” acima.

Em junho de 2013, a Companhia alterou sua denominação social para Ouro Verde Locação e Serviço S.A. e requereu à CVM seu registro de emissor na categoria “A”, bem como o registro de sua oferta pública de ações. Em 31 de outubro de 2013, a Companhia solicitou à CVM a interrupção do prazo de análise do pedido de registro da sua oferta pública de ações.

Em 11 de julho de 2013, a Fitch Ratings publicou a elevação do *rating* da Companhia de A-(bra) para A(bra) com perspectiva estável, sob o reflexo da previsibilidade da receita, decorrente de contratos de longo prazo para prestação de serviços de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves. A classificação também destaca o resultado da base de negócios diversificada, crescente e rentável, da Companhia, além da moderada alavancagem financeira.

Em 18 de outubro de 2013, a Companhia adquiriu a sociedade Positano Participações Ltda., cuja razão social foi alterada na mesma data para Ouro Verde Revenda Ltda. A sociedade tem por finalidade atuar na comercialização de veículos, tendo se tornado operacional somente em fevereiro de 2014, não apresentando receita até a referida data.

Em 14 de novembro de 2013, a CVM aprovou o registro de emissor da Companhia na categoria “A”, bem como deferiu a interrupção do prazo de análise do pedido de registro de sua oferta pública de ações.

Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia protocolou, perante a CVM, pedido de registro de distribuição pública das Debêntures, sendo o registro da Oferta concedido pela CVM em 11 de março de 2014, sob o número CVM/SRE/DEB/2014/005 para as Debêntures da 1ª Série e sob o número CVM/SRE/DEB/2014/006 para as Debêntures da 2ª Série.

Em janeiro de 2014, a *Fitch Ratings* publicou a confirmação do *rating* corporativo da Companhia como “A(bra)”, com perspectiva estável.

Em 14 de fevereiro de 2014, a Companhia protocolou, perante a CVM, pedido de desistência do pedido de registro de sua oferta pública de ações.

Principais Fatores de Risco relativos à Emissora

A Companhia pode não ser capaz de manter o seu crescimento.

A Companhia pretende continuar a expandir suas atividades nos mercados em que atua, bem como em mercados de outros setores que ainda não explora, para aproveitar oportunidades existentes e potenciais de crescimento. Os resultados operacionais da Companhia, nos últimos períodos ou exercícios, não são indicativos de seu desempenho futuro. Caso a Companhia não seja capaz de crescer de forma consistente com suas estratégias de crescimento, sua situação e resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

O crescimento e a expansão nos mercados atuais da Companhia e em novos mercados poderão requerer adaptações de sua estrutura operacional, incluindo, mas não se limitando, à abertura de novos centros de operação e centros de desmobilização, bem como investimentos significativos na expansão e gerenciamento de sua frota de máquinas e equipamentos pesados e de veículos leves. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados se esta não responder de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação, e caso não tenha fontes de recursos, tanto de capital quanto de mão de obra qualificada, entre outros recursos necessários, para fazer frente às suas necessidades de investimento.

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes.

O plano de negócios e estratégia de crescimento da Companhia assumem a manutenção de seu índice histórico de renovação de contratos com seus clientes de locação de máquinas e equipamentos pesados (que correspondeu a 94% dos contratos no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013) ou de terceirização de veículos leves (que correspondeu a 96% dos contratos no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013) após seus respectivos vencimentos. Assim, a redução de tal índice por qualquer motivo, inclusive devido a fatores que fogem ao controle da Companhia ou que não se relacionem com a qualidade dos serviços por ela prestados, poderá resultar em uma redução de sua receita e afetar negativamente sua estratégia de crescimento. A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes, em termos razoáveis. A não renovação de parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes poderá resultar na redução da receita da Companhia e impactar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados.

O negócio da Companhia requer capital intensivo de longo prazo para financiamento da renovação de sua frota e pode ser insuficiente ou apresentar custo superior ao estimado, podendo impactar adversamente a sua capacidade de implementar sua estratégia de crescimento e os seus negócios.

A competitividade e a implementação bem sucedida da estratégia de crescimento da Companhia dependem da renovação e expansão de sua frota de máquinas e equipamentos pesados e de veículos leves, que, por sua vez, dependem da sua capacidade de captar recursos adicionais, por meio da contratação de novas dívidas ou por outras fontes de captação de recursos. A capacidade da Companhia de captar recursos depende de seu desempenho operacional e de seus resultados. Qualquer redução do desempenho ou resultados da Companhia pode afetar adversamente seu custo de captação de recursos. Além disso, tal custo poderá aumentar significativamente em caso de aumento nas taxas de juros ou piora no ambiente macroeconômico por fatores fora do controle da Companhia. Em qualquer destas hipóteses, a capacidade da Companhia de tomar novos empréstimos para financiar sua estratégia de crescimento poderá ser afetada de forma adversa. Assim, não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento suficiente para custear seus investimentos de capital e sua estratégia de expansão ou que tais financiamentos estarão disponíveis em termos aceitáveis. Os investimentos de capital da Companhia relativos à compra de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves corresponderam a R\$410,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013 (R\$407,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012). Obstáculos à capacidade da Companhia de captar recursos para financiar suas atividades podem impactar a sua capacidade de renovação da frota e afetar adversamente sua competitividade.

A Companhia contrata operações de financiamento para aquisição e renovação de sua frota de máquinas e equipamentos pesados principalmente junto a agentes financeiros credenciados perante o BNDES, para operações na modalidade FINAME/PSI, usufruindo de taxas e prazos atraentes. Em 30 de setembro de 2013, 55,1% da Dívida Líquida Ajustada da Companhia, ou R\$515,3 milhões, correspondia a esta modalidade de financiamento, com taxa de juros média de 5,9% ao ano. Se o BNDES suspender a disponibilidade desta modalidade de crédito ou alterar as condições para sua obtenção de modo a tornar a Companhia inelegível para esse tipo de financiamento, sua capacidade futura de financiar novas operações ou renovar sua frota em termos aceitáveis pode ser adversamente afetada, o que, conseqüentemente, pode afetar negativamente os seus negócios, sua condição financeira e seu resultado operacional.

A diminuição na demanda ou no valor de revenda de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves usados no mercado secundário pode impactar adversamente os negócios da Companhia.

Os fabricantes de máquinas e equipamentos pesados e de veículos leves no Brasil atualmente não oferecem garantias de recompra dos ativos usados pelas empresas que atuam nos segmentos de locação dos mesmos. Por esta razão, a Companhia efetua a venda de ativos desmobilizados de maneira complementar aos seus negócios de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves, sendo, inclusive, um importante fator considerado na precificação de seus contratos.

Neste sentido, o modelo de negócios da Companhia é concebido como um ciclo, iniciado mediante a compra financiada de ativos a serem utilizados na prestação de serviços aos seus clientes e encerrado com sua posterior revenda ao final dos contratos. A precificação destes contratos leva em consideração a alienação do ativo ao término deste ciclo, sendo o seu volume e preço na revenda elementos importantes para que a Companhia alcance o retorno esperado de cada operação.

Desta forma, uma redução na demanda pelos ativos desmobilizados da Companhia, bem como restrições à concessão de crédito e aumento das taxas de juros aplicáveis a financiamentos de aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa a sua liquidez. A volatilidade de preços de mercado pode, ainda, reduzir o preço dos ativos desmobilizados da Companhia ou de seu valor de revenda, criando um maior deságio em relação ao preço em que a Companhia os adquiriu. Todos estes fatores podem afetar a capacidade de revenda destes ativos desmobilizados da Companhia aos preços inicialmente estimados, o que pode afetar adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Os resultados da Companhia podem ser afetados caso não consiga manter seus atuais percentuais de descontos na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves novos junto aos fornecedores.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013, os investimentos da Companhia em expansão e renovação de sua frota de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves totalizaram R\$410,1 milhões (R\$407,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012). Os resultados da Companhia podem ser afetados caso esta não consiga manter seus atuais percentuais de descontos junto aos fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos pesados e de veículos leves novos (os quais não são garantidos e são renegociados periodicamente), o que pode ser provocado, por exemplo, pela diminuição do volume de compras da Companhia, pelo aumento na demanda por tais ativos no mercado, por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes, por outras alterações macroeconômicas, dentre outros fatores. Nesse caso, a Companhia poderá não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, da vantagem de obter tais descontos. Como os preços que a Companhia cobra de seus clientes levam em consideração o custo de aquisição de ativos novos para a prestação de seus serviços, a Companhia pode ter que aumentar os preços de seus serviços para compensar a diminuição de seus eventuais descontos na compra de ativos novos, diminuindo, assim, sua competitividade, ou pode ter que reduzir suas margens para manter os preços que pratica, impactando negativamente a rentabilidade de seus contratos. Consequentemente, os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

Informações Adicionais

A sede social da Companhia está localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettega, nº 5.700 – CIC – CEP 81.350-000. O Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o corpo administrativo da Companhia, incluindo a sua Diretoria de Relações com Investidores, exercem suas atividades em sua sede social. O Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Eduardo Hidemi Takahara. O telefone do departamento de relações com investidores da Companhia é (55 41) 3094-7325 e seu *website* é www.ouroverde.net.br/ri.

As informações constantes do *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não são a ele incorporadas por referência.

INFORMAÇÕES SOBRE OS GARANTIDORES

Para fins de atendimento ao item 7 do Anexo III da Instrução CVM 400, estão indicadas abaixo, conforme aplicáveis, as informações referentes aos Garantidores, pertinentes à sua denominação social, à sua sede e seu objeto social, bem como às informações descritas nos itens 3.7, 6.1 a 6.3, 7.1, 8, 12.1, 12.6, 13.2, 15.1, 16.2, 17.1, 18.5 e 22.3 do formulário de referência, nos termos da Instrução CVM 480.

(i) Novo Oriente

Denominação Social: Novo Oriente Participações Ltda.;

Sede: Rua João Kalinowski, nº 170, Curitiba, PR;

Objeto Social: Participação em outras sociedades como acionista ou quotista;

Informações Financeiras resumidas: Apresentamos abaixo informações financeiras resumidas da Novo Oriente, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, para os períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de			Em 30 de setembro de	
	2010	2011	2012	2012	2013
	(em R\$ mil)				
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa.....	37.129	178.025	166.262	171.899	215.527
Aplicações financeiras vinculadas.....	5.291	9.247	7.487	7.246	7.677
Contas a receber de clientes.....	51.732	75.379	74.958	79.060	77.558
Impostos a recuperar.....	7.005	10.227	16.247	17.773	6.509
Despesas antecipadas.....	3.940	3.697	4.144	5.244	11.331
Estoques.....	6.888	4.993	9.698	7.968	8.845
Mútuos com partes relacionadas.....	350	—	—	—	—
Adiantamentos a fornecedores.....	1.261	3.601	1.119	1.551	12.593
Outros créditos.....	1.631	5.525	7.201	8.144	7.976
Instrumentos financeiros derivativos....	6.872	7.438	14.756	15.467	17.632
	122.099	298.132	301.872	314.352	365.648
Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas.....	97.834	45.997	71.943	71.022	69.110
Mútuos com partes relacionadas.....	287	422	—	650	—
Outros créditos.....	4.865	3.572	4.906	4.073	2.597
Propriedade para investimentos.....	8.300	8.300	8.300	8.300	8.300
Investimentos.....	8	150.264	150.446	149.765	218.006
Veículos, tratores e colhedoras sujeitos a arrendamento mercantil operacional.....	621.145	738.890	931.260	895.820	1.151.368
Outros imobilizados.....	185.885	216.149	255.219	280.603	294.012
Imobilizado.....	807.030	955.039	1.186.479	1.176.423	1.445.380
Intangível.....	14.713	15.021	15.976	15.891	15.688
	933.037	1.178.615	1.438.050	1.426.124	1.759.081
Total do Ativo	1.055.136	1.476.747	1.739.922	1.740.476	2.124.729

	Em 31 de dezembro de			Em 30 de setembro de	
	2010	2011	2012	2012	2013
	(em R\$ mil)				
Passivo					
Circulante					
Fornecedores.....	15.853	30.929	24.053	26.462	61.040
Financiamentos e empréstimos.....	193.596	205.097	214.025	213.742	290.256
Arrendamento mercantil.....	68.413	93.327	118.364	114.705	141.574
Debêntures	9.033	29.751	43.647	36.480	43.597
Adiantamento de clientes.....	12.078	2.028	1.803	2.675	5.801
Impostos e contribuições a recolher	3.664	5.052	5.425	6.625	7.513
Salários e férias a pagar.....	4.834	6.344	9.424	11.395	15.538
Distribuição de lucros a pagar.....	722	7.668	2.195	4.344	3.897
Mútuos com partes relacionadas	–	734	167	168	9.438
Contas a pagar por aquisição de controladas	7.512	8.340	1.502	3.698	–
Outras contas a pagar	1.464	1.348	316	738	220
Instrumentos financeiros derivativos	23	–	38	26	248
	317.192	390.618	420.959	421.058	579.122
Não circulante					
Contas a pagar por aquisição de imobilizado	10.946	7.937	9.357	5.973	23.655
Financiamentos e empréstimos.....	340.544	442.838	676.300	701.500	824.909
Arrendamento mercantil.....	26.304	60.622	92.009	86.342	107.435
Debêntures	66.900	189.030	118.590	114.300	86.460
Provisão para contingências.....	9.436	5.082	5.206	4.109	3.008
Mútuos com partes relacionadas	364	300	–	307	111
Contas a pagar por aquisição de controladas	8.764	1.390	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	46.551	86.645	97.011	93.593	123.975
PIS e COFINS diferidos.....	10.223	10.653	15.026	14.060	18.384
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–
Outras contas a pagar	7.577	2.589	1.604	1.821	1.699
	527.609	807.086	1.015.103	1.022.005	1.189.636
Patrimônio líquido					
Capital social.....	105.290	105.290	105.290	105.290	145.692
Reserva de lucros.....	9.679	82.373	101.351	95.760	139.037
Ajustes de avaliação patrimonial	31.768	11.643	8.872	10.703	8.559
Patrimônio líquido atribuível aos controladores.....	146.737	199.306	215.513	211.753	293.288
Participação de acionistas/quotistas não controladores	63.598	79.737	88.347	85.660	62.683
	210.335	279.043	303.860	297.413	355.971
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.055.136	1.476.747	1.739.922	1.740.476	2.124.729

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de	
	2010	2011	2012	2012	2013
			(em R\$ mil)		
Receita operacional líquida.....	359.803	450.567	600.130	435.559	529.026
Custos dos serviços prestados	(249.337)	(303.597)	(413.454)	(300.260)	(374.691)
Resultado bruto.....	110.466	146.970	186.676	135.299	154.335
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas, administrativas e gerais	(21.773)	(32.827)	(32.557)	(20.803)	(31.622)
Resultado da equivalência patrimonial.....	–	(360)	182	(503)	1.478
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.842)	106.780	(2.675)	(1.208)	56.871
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos.....	85.851	220.563	151.626	112.785	181.062
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(64.748)	(94.652)	(112.070)	(83.217)	(87.879)
Resultado antes dos impostos.....	21.103	125.911	39.556	29.568	93.183
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido.....	(9.133)	(42.058)	(12.468)	(10.372)	(37.725)
Resultados das operações em continuidade.....	11.970	83.853	27.088	19.196	55.458
Resultado líquido das operações descontinuadas	(361)	(1.004)	–	–	–
Resultados do exercício/período.....	11.609	84.857	27.088	19.196	55.458

Nível de Endividamento: As informações abaixo foram extraídas a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Novo Oriente:

Data	Montante total da dívida de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2013	R\$1.768.758,00	Índice de Endividamento Geral	4,96882611	n/a
31/12/2012	R\$1.436.062,00	Índice de Endividamento Geral	4,72606464	n/a

Data de Constituição: 01 de dezembro de 2008;

Forma de Constituição: Sociedade empresária limitada;

País de Constituição: Brasil;

Prazo de Duração: Indeterminado;

Data de Registro na CVM: Não aplicável, pois é sociedade empresária limitada;

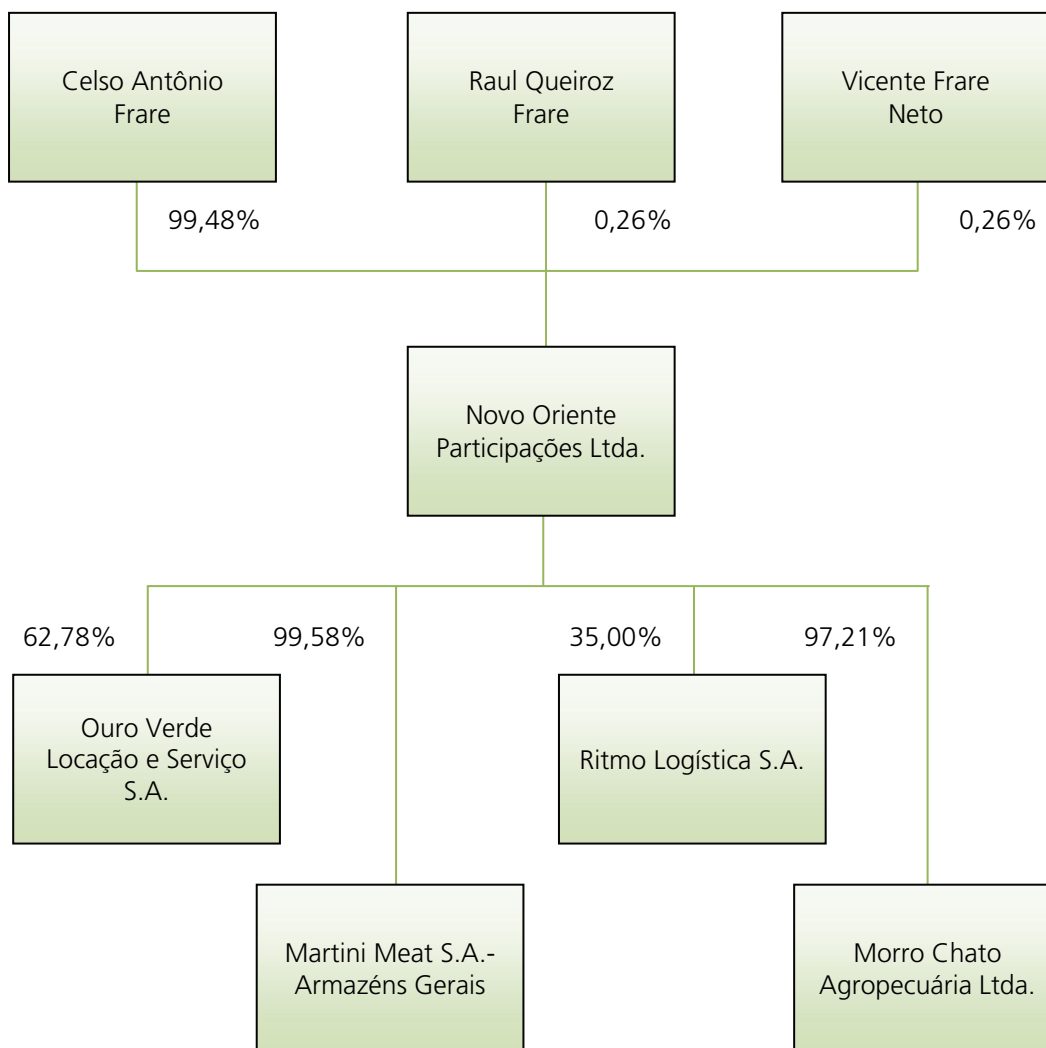
Breve Histórico: A Novo Oriente foi constituída em 2008 com o objetivo de consolidar as participações societárias detidas pelo Sr. Celso Antônio Frare em diferentes sociedades sob uma empresa *holding* de participações;

Descrição das atividades: A Novo Oriente, por ser uma sociedade *holding*, detém participações em diferentes sociedades como quotista ou acionista, a saber:

- Emissora. Participação de 62,78% no capital da Companhia, com atuação no ramo de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves;

- Martini Meat S.A. – Armazéns Gerais (“Martini Meat”). Participação de 99,581% no capital. A Martini Meat presta serviços de armazenagem em geral e de carga acondicionada em contêineres, fardos ou sacos, incluídos produtos congelados e resfriados *in natura* ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, entre outros, nos Portos de Paranaguá/PR, Itajaí/SC e Rio Grande/RS, além de operar uma unidade em Ponta Grossa/PR para os serviços de armazenagem de cargas a granel (fertilizante e grãos) e como terminal multimodal (rodoferroviário) para cargas em contêineres;
- Ritmo Logística S.A. (“Ritmo”). Participação de 35% no capital social. A Ritmo é uma *joint venture* com a ALL – America Latina Logística Intermodal S.A. (“ALL”) que atua na área de logística rodoviária. A Ritmo oferece soluções logísticas a vários segmentos industriais no Brasil e na Argentina, por meio de sua unidade de serviços rodoviários dedicados. Por sua vez, a unidade de serviços rodoviários intermodais oferece soluções aos clientes cujos volumes têm sua origem ou destino na ferrovia da ALL;
- Morro Chato Agropecuária Ltda. (“Morro Chato”): Participação de 97,21%. A Morro Chato é uma sociedade limitada que atua no ramo de agronegócio, especializada na produção de soja e criação de gado, com atividades nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Descrição do grupo econômico:



Para a descrição das operações de reestruturação ocorridas no grupo nos últimos três exercícios sociais e no exercício social vigente, vide item 6.5 do Formulário de Referência da Companhia, incorporado por referência a este Prospecto.

Estrutura administrativa, de acordo com o estatuto social:

A Novo Oriente é administrada por dois administradores que recebem a denominação de diretores, a quem compete praticar todos os atos de administração e gestão necessários ao funcionamento regular da sociedade, incluindo a prestação de aval ou fiança ou a constituição de procuradores. Os diretores poderão ser pessoas naturais residentes no Brasil ou não, nomeados no contrato social, em alteração deste ou, ainda, em reunião ou assembleia de sócios (neste último caso, investindo-se no cargo a partir da assinatura do respectivo termo de posse).

As deliberações sociais são tomadas por maioria de votos (ou quórum mais elevado se assim exigido por lei), sendo atribuído um voto a cada quota social.

As quotas da Novo Oriente são indivisíveis e não são passíveis de transferência ou alienação sem o consentimento dos demais sócios, a quem cabe preferência em tal aquisição na proporção de sua participação no capital social, em um prazo de 60 dias.

A Novo Oriente, por ser uma sociedade empresária limitada, não possui Conselho Fiscal, e seu contrato social não prevê a instalação de comitês de assessoramento à administração. Seus administradores não estão sujeitos a mecanismos formais de avaliação de desempenho.

Informações sobre os administradores:

Informações sobre os diretores estatutários

Nome	CPF	Idade	Profissão	Órgão administração	Cargo eletivo	Data eleição	Data posse	Prazo mandato
Celso Antônio Frare	027.396.159-49	66 anos	Técnico em contabilidade	Diretoria	Diretor	30 de setembro de 2008	30 de setembro de 2008	Indeterminado
Lia Nara Queiroz Frare	872.511.679-72	59 anos	Técnica em secretariado	Diretoria	Diretora	30 de setembro de 2008	30 de setembro de 2008	Indeterminado

Remuneração da diretoria nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente a se encerrar em 31/12/2013 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	Não aplicável	2,00	Não aplicável	2,00
Remuneração fixa anual	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Salário ou pró-labore	Não aplicável	517.672,34	Não aplicável	517.672,34
Benefícios diretos e indiretos	Não aplicável	108.790,23	Não aplicável	108.790,23
Participações em Comitês	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Outros	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Encargos	Não aplicável	
Remuneração variável	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Bônus	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Participação de resultados	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Participação em reuniões	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Comissões	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Outros	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Pós-emprego	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Cessação do cargo	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Baseada em ações	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Observação	Não aplicável	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº001/2013.	Não aplicável	
Total da remuneração	Não aplicável	626.462,57	Não aplicável	626.462,57

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2012 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	Não aplicável	2,00	Não aplicável	2,00
Remuneração fixa anual.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Salário ou pró-labore.....	Não aplicável	484.029,84	Não aplicável	484.029,84
Benefícios diretos e indiretos.....	Não aplicável	100.129,20	Não aplicável	100.129,20
Participações em Comitês.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Outros.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Encargos	Não aplicável	
Remuneração variável	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Bônus.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Participação de resultados	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Participação em reuniões.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Comissões.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Outros.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Pós-emprego.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Cessação do cargo.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Baseada em ações	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Observação	Não aplicável	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº001/2013.	Não aplicável	
Total da remuneração	Não aplicável	584.159,04	Não aplicável	584.159,04

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2011 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	Não aplicável	2,00	Não aplicável	2,00
Remuneração fixa anual.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Salário ou pró-labore.....	Não aplicável	368.471,92	Não aplicável	368.471,92
Benefícios diretos e indiretos.....	Não aplicável	77.128,27	Não aplicável	77.128,27
Participações em Comitês.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Outros.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Encargos	Não aplicável	
Remuneração variável	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Bônus.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Participação de resultados	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Participação em reuniões.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Comissões.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Outros.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Pós-emprego.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Cessação do cargo.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Baseada em ações	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Observação	Não aplicável	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº001/2013.	Não aplicável	
Total da remuneração	Não aplicável	445.600,19	Não aplicável	445.600,19

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2010 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	Não aplicável	2,00	Não aplicável	2,00
Remuneração fixa anual.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Salário ou pró-labore.....	Não aplicável	54.808,56	Não aplicável	54.808,56
Benefícios diretos e indiretos	Não aplicável	15.253,78	Não aplicável	15.253,78
Participações em Comitês.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Outros.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Encargos	Não aplicável	
Remuneração variável	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Bônus.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Participação de resultados	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Participação em reuniões.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Comissões	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Outros.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Pós-emprego.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Cessação do cargo.....	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Baseada em ações	Não aplicável	0,00	Não aplicável	0,00
Observação	Não aplicável	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº001/2013.	Não aplicável	
Total da remuneração	Não aplicável	70.062,34	Não aplicável	70.062,34

Composição Acionária:

Acionista

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total de ações %
Acionista: Novo Oriente Participações Ltda.					
Vicente Frare Neto					
031.021.019-41 375.178	Brasileira/PR 0,257515%	Não 0	Não 0,000000%	30/06/2013 375.178	0,257515%
Celso Antônio Frare					
027.396.159-49 144.941.499	Brasileira/PR 99,484970%	Não 0	Sim 0,000000%	30/06/2013 144.941.499	99,484970%
Raul Queiroz Frare					
023.598.329-21 375.178	Brasileira/PR 0,257515%	Não 0	Não 0,000000%	30/06/2013 375.178	0,257515%
OUTROS					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
145.691.855	100,000000%	0	0,000000%	145.691.855	100,000000%

Contratos com partes relacionadas:

PARTE RELACIONADA	DATA TRANSAÇÃO	MONTANTE ENVOLVIDO (R\$)	SALDO EXISTENTE (R\$)	MONTANTE (R\$)	DURAÇÃO	EMPRÉSTIMO OU OUTRO TIPO DE DÍVIDA	TAXA DE JUROS COBRADOS
Ouro Verde Locação e Serviço	30/04/2013	144.725.000,00	144.725.000,00	144.725.000,00	Não aplicável.	Não	–
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto Contrato	Contrato de compra e venda de ações da Martini Meat. A Companhia detinha 99,581% das ações da Martini Meat e transferiu este montante à Novo Oriente. O pagamento do preço de compra está sujeito a uma carência de 12 meses.						
Garantia e Seguros	Não há garantias						
Rescisão ou Extinção	Não se aplica						
Natureza e Razão para Operação	–						

PARTE RELACIONADA	DATA TRANSAÇÃO	MONTANTE ENVOLVIDO (R\$)	SALDO EXISTENTE (R\$)	MONTANTE (R\$)	DURAÇÃO	EMPRÉSTIMO OU OUTRO TIPO DE DÍVIDA	TAXA DE JUROS COBRADOS
Ouro Verde Locação e Serviço S.A.	29/06/2012	10.150.000,00	0,00	Não aplicável.	Não aplicável.	Não	–
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto Contrato	Venda do helicóptero Agusta Grand número de série 22151 pela Companhia para a controladora (Novo Oriente).						
Garantia e Seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou Extinção	Não se aplica.						
Natureza e Razão para Operação	–						

PARTE RELACIONADA	DATA TRANSAÇÃO	MONTANTE ENVOLVIDO (R\$)	SALDO EXISTENTE (R\$)	MONTANTE (R\$)	DURAÇÃO	EMPRÉSTIMO OU OUTRO TIPO DE DÍVIDA	TAXA DE JUROS COBRADOS
Morro Chato Agropecuária Ltda.	30/09/13	5.260.510,65	5.260.510,65	5.260.510,65	Não aplicável	Não	–
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto Contrato	AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital.						
Garantia e Seguros	Não se aplica						
Rescisão ou Extinção	Não se aplica						
Natureza e Razão para Operação	–						

Informações sobre o capital social:

Tipo de capital	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de quotas (Unidades)	Data da autorização ou aprovação
Integralizado	R\$145.691.855,00	–	145.691.855	30/04/2013
Emitido	R\$145.691.855,00	Integralizado	145.691.855	30/04/2013
Subscrito	R\$145.691.855,00	Integralizado	145.691.855	30/04/2013
Autorizado	–	–	–	–

Outros valores mobiliários emitidos: até a data deste Prospecto, não houve emissão de qualquer outro valor mobiliário pela Novo Oriente.

Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais: Não aplicável, tendo em vista que a Novo Oriente não celebrou com suas controladas contratos não relacionados às suas atividades operacionais.

(ii) Sr. Celso Antônio Frare

O Sr. Celso Antônio Frare é o acionista controlador indireto da Companhia, detendo uma participação direta de 37,22% no capital social da Companhia e uma participação de 99,48% no capital social da Novo Oriente, que detém o restante do capital social da Companhia. Dessa forma, o Sr. Celso é, também, o sócio controlador da Novo Oriente, Garantidora da Oferta em adição ao próprio Sr. Celso Frare. Para a fins da Fiança, a Sra. Lia Nara Queiroz Frare, esposa do Sr. Celso Frare, compareceu no Contrato de Cessão Fiduciária para fins da outorga uxória, exigida pelo artigo 1.647 do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada).

Além da participação detida na Novo Oriente e na Companhia, o Sr. Celso também possui participações na seguinte sociedade:

- Serenata Administradora de Bens Ltda. ("Serenata"): Participação de 99,40%. A Serenata é uma sociedade empresária limitada prestadora de serviços de administração de bens e de participações societárias em outras sociedades.
- Ouro Verde Revenda Ltda. ("Ouro Verde Revenda"): A Ouro Verde Revenda é uma sociedade empresária limitada que tem como principal atividade a comercialização de veículos, a qual se tornou operacional somente em fevereiro de 2014, não apresentando receitas até tal data. A referida sociedade foi adquirida em 18 de outubro de 2013 pela Companhia e o Sr. Celso Frare sob a razão social Positano Participações Ltda., tendo na mesma data sua razão social alterada para Ouro Verde Revenda Ltda.

SUMÁRIO DA OFERTA

*Esta seção é um sumário de determinadas informações da Oferta contidas em outras partes deste Prospecto e não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. **O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures” apresentada a partir da página 100 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Emissora, incorporado por referência a este Prospecto.***

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Emissor	Ouro Verde Locação E Serviço S.A.
Capital Social	Na data deste Prospecto, o capital social subscrito e integralizado da Emissora era de R\$102.723.163,40 (cento e dois milhões, setecentos e vinte e três mil, cento e sessenta e três reais e quarenta centavos).
Séries	A Emissão seria realizada em até 3 (três) séries. Em razão de não ter sido verificada demanda de mercado pelas Debêntures da 3ª Série no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures em 2 (duas séries).
Valor Total da Emissão	O valor total da Emissão será de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série foi definida por meio do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no Sistema de Vasos Comunicantes e que não foram alocadas Debêntures na 3ª Série.
Quantidade de Debêntures	Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, observado o disposto no item “Valor Total da Emissão” acima. Foram alocadas 18.000 (dezoito mil) Debêntures na 1ª Série e 7.000 (sete mil) Debêntures na 2ª Série, não tendo sido alocadas Debêntures na 3ª Série. A alocação das Debêntures entre as séries foi realizada pelos Coordenadores, em conjunto com a Emissora, após a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e verificação da demanda de mercado pelas Debêntures de cada série. A quantidade de Debêntures alocada em cada série foi objeto de ratificação por meio de aditamento à Escritura de Emissão, cuja celebração foi previamente autorizada na RCA da Emissora, sem a necessidade de nova aprovação societária pela Emissora, pelos Garantidores ou de realização de AGD. Para informações adicionais a respeito da quantidade de Debêntures emitidas no âmbito da Oferta, vide os itens “Características da Emissão – Quantidade de Debêntures”, da seção “Informações Sobre a Oferta” deste Prospecto.

Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, na seguinte ordem, para: (i) integralização do CDB Cedido Fiduciariamente; (ii) investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves; e (iii) reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro. Para informações adicionais a respeito da destinação dos recursos da Oferta, vide a seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto.
Número da Emissão	Esta Oferta representa a 3º (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora.
Banco Liquidante e Escriturador Mandatário	A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante e de escriturador mandatário das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo na Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar, inscrita no CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12.
Agência de Classificação de Risco	Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Fitch Ratings, a qual atribuiu <i>rating</i> “A(bra)” para as Debêntures.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O Agente Fiduciário, não atua, na data deste Prospecto, como agente fiduciário em outras emissões de debêntures da Emissora e de integrantes do seu grupo econômico.
Registro da Oferta na CVM	A Oferta foi objeto de registro pela CVM em 11 de março de 2014, sob o número CVM/SRE/DEB/2014/005 para as Debêntures da 1ª Série e sob o número CVM/SRE/DEB/2014/006 para as Debêntures da 2ª Série, na forma da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Lei das Sociedades por Ações, nos termos da Instrução CVM Instrução CVM 400 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.
Registro para Distribuição, Negociação e Custódia	As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio (a) do MDA e do CETIP 21, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) do DDA e do BOVESPA FIX (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures.
Coordenadores da Oferta ou Coordenadores	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de coordenador líder da Oferta, Banco Votorantim S.A. e BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento.

Plano da Oferta

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, os quais assegurarão (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta, e (iii) que os representantes dos Coordenadores recebam previamente exemplares do Prospecto Preliminar, incluindo o Formulário de Referência, e do Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo em conjunto “Prospectos”) para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores (“Plano da Oferta”). Esta Oferta terá esforços de colocação exclusivamente no Brasil, ou seja, a Oferta não contará com esforços de colocação no exterior.

Após o protocolo do pedido de registro da Oferta, a publicação do aviso ao mercado e a disponibilização do Prospecto Preliminar, foram realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Emissora. Os materiais publicitários ou documentos de suporte às apresentações para potenciais investidores utilizados foram devidamente submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do artigo 50, parágrafo 5º, da Instrução CVM 400, conforme o caso.

A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e/ou do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, e com o Plano da Oferta.

Iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Debêntures deverão fazê-la por meio da assinatura do boletim de subscrição, na respectiva Data de Liquidação, pelo Preço de Integralização aplicável.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em subscrever Debêntures no âmbito da Oferta, bem como não existirá fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

Regime de Colocação

A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, no montante de 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, correspondentes na Data de Emissão, ao valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). O montante de 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, correspondentes, na Data de Emissão, ao valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), será colocado sob regime de garantia firme de subscrição, podendo ser exercida para as Debêntures da 1ª Série e/ou para as Debêntures da 2ª Série, de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, na forma estabelecida no item 4.1.1.1. da Escritura de Emissão, a critério exclusivo de cada um dos Coordenadores, e, caso tivessem sido alocadas Debêntures na 3ª Série, estas seriam colocadas sob regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição. Para informações adicionais a respeito da colocação e plano de distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta, vide o item “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Regime de Colocação”, na página 77 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Os Coordenadores adotaram o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures, o número de séries, a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas e a alocação entre as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série, considerando que não foram alocadas as Debêntures da 3ª Série bem como as disposições constantes no Contrato de Distribuição e descritas neste Prospecto.

Público Alvo

O público alvo da Oferta será composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, investidores não residentes no Brasil, que invistam de acordo com a Resolução CMN 2.689, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Pessoas Vinculadas

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, poderia ter sido aceita a participação de investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, será permitida a colocação das Debêntures a investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas. **O investidor deve ler o subitem “A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta pode ter causado um efeito adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures, sendo que pode ter, inclusive, promovido a sua má-formação ou descaracterização do seu processo de formação, bem como na liquidez das Debêntures no mercado secundário” na seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures”, a partir da página 100 deste Prospecto.**

Prazo de Distribuição	As Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, durante o prazo que terá início na data de publicação do Anúncio de Início e se encerrará na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.
Data de Emissão	Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de março de 2014.
Valor Nominal Unitário	O Valor Nominal Unitário das Debêntures de todas as séries é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.
Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures	As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures de cada série será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário das Debêntures. Adicionalmente, a titularidade das Debêntures será comprovada (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, por extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista; e/ou (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, por extrato expedido pela BM&FBOVESPA em nome do Debenturista.
Espécie	As Debêntures de todas as séries são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória adicional outorgada pelos Garantidores. Para informações adicionais a respeito das Garantias, vide o item “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Espécie”, na página 60 deste Prospecto, bem como a seção “Descrição do Contrato de Cessão Fiduciária”, na página 85 deste Prospecto.
Preço e Forma de Integralização	As Debêntures serão integralizadas à vista, na Data de Integralização, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.
Prazo de Vigência e Data de Vencimento	<p>As Debêntures de cada uma das séries têm prazo e data de vencimento conforme abaixo:</p> <p>(i) as Debêntures da 1ª Série terão o prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2018;</p> <p>(ii) as Debêntures da 2ª Série terão o prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2019; e</p> <p>(iii) caso tivessem sido alocadas, as Debêntures da 3ª Série teriam o prazo de vigência de 7 (sete) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2021.</p>

Amortização das Debêntures

Debêntures da 1ª Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado após o decurso de 18 (dezoito) meses, contados da Data de Emissão – exclusive o 18º (décimo oitavo) mês, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de setembro de 2015, mediante o pagamento de 31 (trinta e uma) parcelas mensais e sucessivas, ficando estabelecido que cada uma das 30 (trinta) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) de cada Debênture da 1ª Série será correspondente a 3,20% (três inteiros e vinte centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) e a 31ª (trigésima primeira) será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário remanescente na Data de Vencimento da 1ª Série. As parcelas de pagamento de Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) das Debêntures da 1ª Série são representadas conforme a tabela que consta no Anexo 4.8.1. da Escritura de Emissão, anexa a este Prospecto.

Debêntures da 2ª Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses, contados da Data de Emissão exclusive o 24º (vigésimo quarto) mês, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2016, mediante o pagamento de 37 (trinta e sete) parcelas mensais e sucessivas, ficando estabelecido que cada uma das 36 (trinta e seis) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) de cada Debênture da 2ª Série será correspondente a 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) e a 37ª (trigésima sétima) será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário remanescente na Data de Vencimento da 2ª Série. As parcelas de pagamento de Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) das Debêntures da 2ª Série são representadas conforme a tabela que consta no Anexo 4.8.2. da Escritura de Emissão, anexa a este Prospecto.

Debêntures da 3ª Série. Caso as Debêntures da 3ª Série tivessem sido alocadas, o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série seria amortizado, em observância ao disposto na Decisão Conjunta 13, em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, ao final do 5º (quinto), 6º (sexto) e 7º (sétimo) anos, contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de março de 2019, 15 de março de 2020 e 15 de março de 2021, respectivamente, ficando estabelecido que (i) cada uma das 2 (duas) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Atualizado de cada Debênture da 3ª Série seria correspondente a 33,3% (trinta e três inteiros e três décimos por cento) do Valor Nominal Atualizado; e (ii) a 3ª (terceira) e última parcela de pagamento do Valor Nominal Atualizado seria correspondente a 33,4% (trinta e três inteiros e quatro décimos por cento) do Valor Nominal Atualizado, e seriam pagas no prazo acima estipulado.

Remuneração das Debêntures

Atualização Monetária. As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente. Caso tivessem sido alocadas, as Debêntures da 3ª Série, caso as Debêntures da 3ª Série teriam o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado anualmente, em observância ao disposto na Decisão Conjunta 13, a partir da Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, pela variação acumulada do IPCA, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo que o produto da Atualização Monetária seria incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão, bem como no item “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Remuneração das Debêntures” na página 63 deste Prospecto.

Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série. A partir da Data de Emissão, cada Debênture (i) da 1ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou *spread*, definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a 2,40% a.a. (dois inteiros e quarenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “*pro rata temporis*”, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização; e (ii) da 2ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou *spread*, definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “*pro rata temporis*”, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série será realizado mediante a aplicação da fórmula prevista na Escritura de Emissão, anexa a este Prospecto, bem como no item “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série”, na página 66 deste Prospecto.

Data de Pagamento da Remuneração

Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série. Caso tivessem sido alocadas, as Debêntures da 3ª Série fariam jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa máxima, definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 2020 ("NTN-B/20"), divulgadas pela ANBIMA, que teria sido apurada entre o 2º (segundo, o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e pagos anualmente. O cálculo da Remuneração das Debêntures da 3ª Série seria realizado mediante a aplicação da fórmula prevista na Escritura de Emissão, bem como no item "Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série" na página 68 deste Prospecto.

Debêntures da 1ª Série. O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série será feito mensalmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série deverá ocorrer no dia 15 de abril de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série").

Debêntures da 2ª Série. O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série será feito mensalmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série deverá ocorrer no dia 15 de abril de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série").

Debêntures da 3ª Série. Caso tivessem sido alocadas Debêntures na 3ª Série, o pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série seria feito anualmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que o primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série deveria ocorrer no dia 15 de março de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série" e, em conjunto com as Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e com as Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, "Data de Pagamento da Remuneração").

Vencimento Antecipado

As Debêntures estão sujeitas a determinados eventos de vencimento antecipado que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para informações adicionais acerca das hipóteses e procedimentos de vencimento antecipado, consultar o item “Informações sobre a Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado”, da página 70 deste Prospecto.

Resgate Antecipado, Amortização e Aquisição Facultativa

Não haverá amortização ou resgate antecipado obrigatório ou facultativo. Contudo, as Debêntures poderão/deverão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI, nos termos da Escritura de Emissão, observado, que caso as Debêntures da 3ª Série tivessem sido alocadas, as referidas Debêntures poderiam/deveriam ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA.

A Emissora poderá adquirir Debêntures em Circulação no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, caso tal aquisição venha a ser efetuada por valor igual ou inferior ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário ou do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures da respectiva série, incluindo, sem limitação, o pagamento das Remunerações da respectiva série devidas nos termos da Escritura de Emissão, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa não compensatória equivalente a 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ressalvado o período de cura de 1 (um) Dia Útil estabelecido no item 4.11(i) da Escritura de Emissão.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item “Multa e Juros Moratórios” acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA ou por meio do Banco Liquidante da Emissão para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou BM&FBOVESPA.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com um dia que não seja um Dia Útil.

Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures de qualquer série, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal “Valor Econômico”, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações estabelecidas nos termos da Lei das Sociedades por Ações e/ou pela CVM, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

Imunidade Tributária

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, o titular de Debêntures que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos deste item deverá permanecer titular das respectivas Debêntures, não podendo negociar suas respectivas Debêntures até data posterior a cada pagamento.

Restituição de Recursos

Caso a Emissão não seja efetivada, por qualquer motivo, os recursos empregados por quaisquer investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos investidores, por intermédio do Escriturador Mandatário, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado a partir da data do encerramento da Emissão, ficando, porém, desde já estabelecido que tais recursos serão devolvidos aos investidores sem incidência das Remunerações, juros ou correção monetária a qualquer título.

AGD

Quorum de Instalação: Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade mais um das Debêntures em circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas de tal série.

Quorum de deliberação: Sem prejuízo do disposto no item “Quorum de Instalação” acima, qualquer alteração: (i) no prazo de vigência das Debêntures de cada série; (ii) na data de pagamento do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, e/ou das Remunerações; (iii) no parâmetro de cálculo das Remunerações; (iv) no quorum de deliberação das AGDs; (v) nos eventos de vencimento antecipado previstos na Escritura de Emissão; e (vi) das Garantias concedidas (sendo que a adição e/ou substituição de Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, não será considerada uma alteração das Garantias concedidas), deverá ser aprovada por titulares de Debêntures de cada série que representem, no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação da respectiva série.

Autorizações Societárias

A Emissão e a Oferta são realizadas com base na RCA da Emissora, cuja ata foi publicada no DOEPR em 27 de dezembro de 2013 e no jornal “Valor Econômico” em 23 de dezembro de 2013, respectivamente, e foi arquivada na JUCEPAR, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

A Fiança foi devidamente aprovada pela RS-Novo Oriente, cuja ata foi arquivada na JUCEPAR.

Formador de Mercado

Conforme permitido no artigo 55, parágrafo único, da Instrução CVM 400, o montante equivalente a até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em Debêntures inicialmente ofertadas será preferencialmente destinado à colocação ao Formador de Mercado, a fim de possibilitar-lhe a atuação, no CETIP21 e na BM&FBOVESPA, como formador de mercado (*market maker*), garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures durante a vigência do Contrato de Formador de Mercado, nos termos da legislação aplicável e conforme Contrato de Formador de Mercado, devendo as intenções de investimento do Formador de Mercado ser apresentadas pela Remuneração que vier a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, não havendo, portanto, qualquer influência por parte do Formador de Mercado na definição da Remuneração das Debêntures durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Inadequação do investimento

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Emissora atua. **Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures” deste Prospecto, em conjunto com os com as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência da Emissora, incorporado por referência a este Prospecto, cujo acesso está indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, na página 14 deste Prospecto.**

Cronograma da Oferta

Para informações sobre o cronograma da Oferta, consultar o item “Informações Sobre a Oferta – Cronograma Indicativo da Oferta”, na página 82 deste Prospecto.

Fatores de Risco

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados para a aquisição das Debêntures, consultar a seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures”, nas páginas 100 a 103 deste Prospecto, o item “Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora” da seção “Sumário da Emissora”, nas páginas 17 a 31 deste Prospecto e os itens “4. Fatores de Risco” e “5. Risco de Mercado” do Formulário de Referência da Emissora, incorporado por referência a este Prospecto, o qual poderá ser encontrado nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, na página 14 deste Prospecto.

**INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS GARANTIDORES, OS COORDENADORES,
O AGENTE FIDUCIÁRIO, O BANCO ESCRITURADOR MANDATÁRIO, O BANCO LIQUIDANTE,
OS CONSULTORES LEGAIS E OS AUDITORES**

Companhia

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Rua João Bettega, nº 5.700, CIC
Curitiba, PR, CEP 81.350-000
At.: Sr. Eduardo Hidemi Takahara
Tel.: + 55 41 3094-7325
Fax: + 55 41 3239-7095
E-mail: ri@ouroverde.net.br
www.ouroverde.net.br/ri

Garantidores

Novo Oriente Participações Ltda.

Rua João Kalinowski, nº 170, CIC
Curitiba, PR, CEP 81.350-250
At.: Sr. Celso Antônio Frare
Tel.: + 55 41 3239-7008
Fax: + 55 41 3239-7095

Sr. Celso Antônio Frare

Rua João Bettega, nº 5.700, CIC
Curitiba, PR, CEP 81.350-000
Tel.: + 55 41 3239-7008
Fax: + 55 41 3239-7095

Coordenador Líder

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar
São Paulo, SP, CEP 01451-000
At.: Sr. Antonio Marques de Oliveira Neto
Tel.: + 55 11 3847-5078
Fax: + 55 11 3847-9832
<http://www.hsbc.com.br/mercadodecapitais>

Coordenadores

Banco Votorantim S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar
São Paulo, SP, CEP 04794-000
At.: Sr. Roberto Roma
Tel.: + 55 11 5171-2612
Fax: + 55 11 5171-2654
<http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas>

BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 8º e 9º andares

São Paulo, SP, CEP 04538-905

At.: Sr. Renato Otranto

Tel.: + 55 11 3074-7360

Fax: + 55 11 3074-7462

www.espiritosantoib.com.br

Agente Fiduciário**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: + 55 21 3385-4565

Fax: + 55 21 3385-4046

E-mail: BackOffice@pentagonorustee.com.br

www.pentagonotrustee.com.br

Escriturador Mandatário**Banco Bradesco S.A.**

Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar

Osasco, SP, CEP 06029-900

At.: Sr. Fábio da Cruz Tomo

Tel.: + 55 11 3864-2852

Fax: + 55 11 3684 2852

E-mail: 4010.tomo@bradesco.com.br

Banco Liquidante**Banco Bradesco S.A.**

Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar

Osasco, SP, CEP 06029-900

At.: Sr. João Batista de Souza

Tel.: + 55 11 3864-7411

Fax: + 55 11 3684 2852

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br

Consultores Legais da Companhia**Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, 11º andar

São Paulo, SP, CEP 01451-000

At.: Sr. Daniel de Miranda Facó

Tel.: + 55 11 3150-7000

Fax: + 55 11 3150-7071

www.machadomeyer.com.br

Consultores Legais dos Coordenadores

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447

São Paulo, SP, CEP 01403-00

At.: Sr. Jean Marcel Arakawa

Tel.: + 55 11 3147-7600

Fax: + 55 11 3147-7700

www.mattosfilho.com.br

Auditores Independentes da Companhia

KPMG Auditores Independentes

Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417

Curitiba, PR, CEP 80410-180

At.: Sr. João Alberto Dias Panceri

Tel.: + 55 41 3544-4706

Fax: + 55 41 3544-4750

www.kpmg.com.br

As declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto, a partir da página 305.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Autorizações e Registros

Autorizações Societárias

A Emissão e Oferta das Debêntures foram aprovadas na RCA da Emissora realizada em 20 de dezembro de 2013.

A Fiança foi devidamente aprovada pela RS-Novo Oriente.

Registro na CVM e na ANBIMA

A Oferta foi objeto de registro pela CVM em 11 de março de 2014, sob o número CVM/SRE/DEB/2014/005 para as Debêntures da 1ª Série e sob o número CVM/SRE/DEB/2014/006 para as Debêntures da 2ª Série, na forma da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Lei das Sociedades por Ações, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

A Oferta será registrada na ANBIMA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão dos registros da Oferta pela CVM, nos termos do artigo 25 do Código ANBIMA.

Arquivamento e Publicação dos Atos Societários

A ata da RCA da Emissora que aprovou a Emissão, incluindo seus respectivos termos e condições, foi devidamente arquivada perante a JUCEPAR, sob o nº 20137370253, em 06 de janeiro de 2014, e publicada pela Emissora no DOEPR em 27 de dezembro de 2013 e no Jornal “Valor Econômico” em 23 de dezembro de 2013, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

A ata da RS-Novo Oriente que aprovou a prestação da garantia fidejussória pela Novo Oriente foi arquivada na JUCEPAR sob o nº 20137357869, em 02 de janeiro de 2014.

Inscrição da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão foi arquivada na JUCEPAR em 11 de fevereiro de 2014, sob o nº ED001465000 e seus aditamentos serão, conforme o caso, inscritos na JUCEPAR, nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. A Escritura de Emissão foi objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, de modo a especificar (a) a quantidade de Debêntures emitida em cada série; (b) a distribuição do número de debêntures entre as séries; e (c) a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures, sendo o referido aditamento registrado na JUCEPAR em 26 de fevereiro de 2014, sob o nº ED001465001.

Adicionalmente, para todos os fins e efeitos legais, as Garantias, a Escritura de Emissão e o primeiro aditamento à Escritura de Emissão foram, e os eventuais aditamentos aos referidos documentos serão, registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das Cidades de Curitiba, Estado do Paraná e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Registro para Distribuição, Negociação e Custódia

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio (a) do MDA e do CETIP 21, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) do DDA e do BOVESPA FIX (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures.

Registro das Garantias

As Garantias foram constituídas e registradas, na forma prevista nos Documentos das Garantias, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, conforme aplicável.

Características da Emissão

Séries

A Emissão seria realizada em até 3 (três) séries. Em razão de não ter sido verificada demanda de mercado pelas Debêntures da 3ª Série no Procedimento de *Bookbuilding*, serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures em 2 (duas) séries.

Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série foi definida por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no Sistema de Vasos Comunicantes e que não foram alocadas Debêntures na 3ª Série. A totalidade das Debêntures será emitida em apenas 2 (duas) séries, conforme o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, observado o disposto no item “Valor Total da Emissão” acima. Foram alocadas 18.000 (dezoito mil) Debêntures na 1ª Série e 7.000 (sete mil) Debêntures na 2ª Série, não tendo sido alocadas Debêntures na 3ª Série. A quantidade de Debêntures alocada em cada série foi objeto de ratificação por meio de aditamento à Escritura de Emissão, cuja celebração foi previamente autorizada na RCA da Emissora, sem a necessidade de nova aprovação societária pela Emissora, pelos Garantidores ou de realização de AGD. A alocação das Debêntures entre as séries foi realizada pelos Coordenadores, em conjunto com a Emissora, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, e verificação da demanda de mercado pelas Debêntures de cada série.

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares, poderia ter sido, mas não foi, acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 5.000 (cinco mil) Debêntures adicionais, que seriam emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores. As Debêntures Adicionais seriam colocadas em regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderia ter sido, mas não foi, acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.750 (três mil e setecentas e cinquenta) Debêntures suplementares, destinadas a atender excesso de demanda que poderia ter sido constatado no decorrer do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição, a qual poderia ter sido exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora. As Debêntures Suplementares seriam colocadas em regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores.

Destinação de Recursos

Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, na seguinte ordem, para: (i) integralização do CDB Cedido Fiduciariamente; (ii) investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves; e (iii) reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro.

Para informações adicionais a respeito da destinação dos recursos da Oferta, vide a seção “Destinação dos Recursos” na página 107 deste Prospecto.

Número da Emissão

Esta Oferta representa a 3ª (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora.

Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante e de escriturador mandatário das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo na Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar, inscrita no CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12.

Agência de Classificação de Risco

Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Fitch Ratings.

Características das Debêntures

Regime de Colocação

A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400 no montante de 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, correspondentes na Data de Emissão, ao valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). O montante de até 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, correspondentes, na Data de Emissão, ao valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), será colocado sob regime de garantia firme de subscrição, podendo ser exercida para as Debêntures da 1ª Série e/ou para as Debêntures da 2ª Série, de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, na forma estabelecida no item 4.1.1.1. da Escritura de Emissão, a critério exclusivo de cada um dos Coordenadores, e, caso tivessem sido alocadas as Debêntures da 3ª Série, estas seriam colocadas sob regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição. Os Coordenadores adotaram o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures, o número de séries, a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas e a alocação entre as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série, considerando que não foram alocadas Debêntures na 3ª Série, observado o disposto abaixo, bem como as disposições constantes no Contrato de Distribuição e descritas neste Prospecto.

Caso não haja demanda suficiente de investidores para as Debêntures da 1ª Série e/ou para as Debêntures da 2ª Série até a quantidade de 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, os Coordenadores realizarão a subscrição e integralização das Debêntures até o limite da garantia firme prevista no item acima, na proporção e condições estabelecidas no Contrato de Distribuição.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio do aditamento à Escritura de Emissão, respeitado o disposto no parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

A colocação pública das Debêntures somente ocorrerá após: (i) a concessão dos registros da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização aos investidores do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo contendo as informações sobre a Emissora, a Emissão e a Oferta, incluindo o Formulário de Referência, bem como o seu envio à CVM.

O público alvo da Oferta será composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, investidores não residentes no Brasil, que invistam de acordo com a Resolução CMN 2.689, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, poderia ter sido aceita a participação de investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, será permitida a colocação das Debêntures a investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas. **O investidor deve ler o subitem “A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta pode ter causado um efeito adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures, sendo que pode ter, inclusive, promovido a sua má-formação ou descaracterização de seu processo de formação, bem como na liquidez das Debêntures no mercado secundário” na seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures”, a partir da página 100 deste Prospecto.**

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica ao Formador de Mercado, uma vez que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita pelo Formador de Mercado estão divulgados na seção “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Formador de Mercado” na página 80 deste Prospecto, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

As Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, durante o Prazo de Distribuição.

As Debêntures serão subscritas utilizando-se os procedimentos do MDA e/ou do DDA, conforme o caso.

Após a integral colocação das Debêntures será publicado o Anúncio de Encerramento.

Não será constituído fundo de sustentação de liquidez. Entretanto a Emissora contratou o BESI para atuar na qualidade de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2013.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, os quais assegurarão (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta, e (iii) que os representantes dos Coordenadores recebam previamente exemplares do Prospecto Preliminar, incluindo o Formulário de Referência, e do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. Esta Oferta terá esforços de colocação exclusivamente no Brasil, ou seja, a Oferta não contará com esforços de colocação no exterior. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e/ou do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, e com o Plano da Oferta.

Após o protocolo do pedido de registro da Oferta, a publicação do aviso ao mercado e a disponibilização do Prospecto Preliminar, foram realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Emissora. Os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para Potenciais Investidores utilizados foram submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do artigo 50, parágrafo 5º, da Instrução CVM 400, conforme o caso.

Iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Debêntures deverão fazê-la por meio da assinatura do boletim de subscrição, na respectiva Data de Liquidação, pelo Preço de Integralização aplicável.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em subscrever Debêntures no âmbito da Oferta, bem como não existirá fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

Data de Emissão das Debêntures

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de março de 2014.

Valor Nominal Unitário das Debêntures

O Valor Nominal Unitário das Debêntures de todas as séries será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures de cada série será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário das Debêntures. Adicionalmente, a titularidade das Debêntures será comprovada (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, por extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista; e/ou (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, por extrato expedido pela BM&FBOVESPA em nome do Debenturista.

Espécie

As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória adicional outorgada pelos Garantidores.

A garantia real é representada pela cessão fiduciária, que opera a transferência da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta, nos termos da legislação aplicável:

- (i) da totalidade dos direitos da Emissora com relação ao CDB Cedido Fiduciariamente, a ser emitido para aplicação dos recursos representativos de, no mínimo, 10% (dez por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, depositados na Conta Vinculada, bem como os direitos creditórios dele decorrentes, que devem permanecer livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, até a liquidação integral das obrigações assumidas pelas Emissora na Escritura de Emissão, bem como todos e quaisquer direitos de crédito existentes ou que venham a se constituir no futuro, decorrentes dessa aplicação financeira, incluindo, mas sem limitações, todos os recursos, direitos, frutos, rendimentos, pagamentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a ela relacionados, presentes ou futuros, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (ii) dos Direitos Creditórios Cedidos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, dívidas ou restrições aos Debenturistas e seus sucessores e cessionários, representados pelo Agente Fiduciário, originados a partir dos Contratos de Frota identificados no Anexo III ao Contrato de Cessão Fiduciária, abrangendo, também, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos ou multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Emissora pelas contrapartes dos Contratos de Frota, sendo que, a todo tempo, o valor dos direitos creditórios futuros associados aos contratos de frota devem corresponder, conjuntamente, no mínimo, a 100% (cem por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, sendo certo que serão consideradas, para efeito do cálculo do índice de cobertura acima mencionado, apenas as parcelas vincendas dos Direitos Creditórios Cedidos devidas até o final do prazo de vigência das Debêntures, ou seja, quaisquer parcelas vincendas dos Direitos Creditórios Cedidos com data posterior ao término da vigência das Debêntures deverão ser desconsideradas para fins do referido cálculo, observados os demais termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária; e

- (iii) a totalidade dos direitos da Emissora relativos à Conta Vinculada, incluindo as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos nela depositados, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente e os decorrentes dos Contratos de Frota, incluindo eventuais rendimentos.

As Garantias foram devidamente aprovadas pela Emissora e pela Novo Oriente, consoante às deliberações tomadas na RCA da Emissora e na RS-Novo Oriente, e o Contrato de Cessão Fiduciária foi registrado nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo definido no Contrato de Cessão Fiduciária.

A Fiança é concedida pelos Garantidores com a expressa anuência da Cônjuge Anuente, que assina a Escritura de Emissão exclusivamente para tal finalidade, nos termos das disposições legais aplicáveis e conforme as disposições dos itens abaixo.

Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, os Garantidores prestam solidariamente fiança em favor do(s) Debenturista(s) da 1ª Série e do(s) Debenturista(s) da 2ª Série (considerando que não houve alocação de Debêntures na 3ª Série), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadores e principais pagadores pelo pagamento de todos os valores devidos no âmbito da Emissão e da Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir:

- (i) os Garantidores declararam-se, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente, fiadores e principais pagadores do Valor Total da Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário;
- (ii) o Valor Garantido será pago por qualquer dos Garantidores no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores nesse sentido, mediante a qual será informada a falta de pagamento por parte da Emissora, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, os montantes devidos ao(s) titular(es) das Debêntures de todas as séries a título de Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, Remuneração e/ou encargos de qualquer natureza. Em tal caso, os pagamentos deverão ser realizados pelo Garantidor aplicável de acordo com os procedimentos estabelecidos na Escritura de Emissão, fora do âmbito da CETIP e da BM&FBOVESPA;
- (iii) os Garantidores expressamente renunciaram aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830 e 834 *et seq.*, todos Código Civil e o artigo 595 do Código de Processo Civil;
- (iv) os Garantidores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar da Emissora qualquer valor por eles honrados nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos da Escritura de Emissão;
- (v) cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe foi atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão.
- (vi) mediante a excussão da Fiança os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos do(s) Debenturista(s) perante a Emissora, conforme aplicável;
- (vii) a Fiança entrará em vigor na Data de Emissão vigendo até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emissora ou por qualquer dos Garantidores;
- (viii) os Garantidores, de acordo com os termos da Escritura de Emissão, reconheceram como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data de pagamento integral do Valor Garantido, ficando estabelecido que tal disposição poderá ser alterada mediante aprovação prévia do(s) Debenturista(s) de cada série reunidos em AGD de Debenturistas de cada série;

- (ix) a Fiança foi devidamente consentida de boa fé pelos Garantidores, nos termos das disposições legais aplicáveis; e
- (x) a Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

As Garantias outorgadas no âmbito da Emissão serão compartilhadas entre os Debenturistas da 1ª Série e os Debenturistas da 2ª Série (considerando que não houve alocação de Debêntures na 3ª Série), *pro rata*, no tocante ao montante do crédito representado pelas Debêntures de cada série. Cada Debenturista quer seja da 1ª Série ou da 2ª Série, cuja adesão a Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária se dá por meio da simples subscrição ou aquisição de uma ou mais Debêntures a qualquer título, em caráter irrevogável e irretratável anui e concorda com o compartilhamento das Garantias outorgando ao Agente Fiduciário mandato para que exerça todos os direitos inerentes ao exercício e à manutenção de tais Garantias, bem como para o fiel cumprimento da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária no interesse de todos os Debenturistas de todas as séries.

As Garantias referidas acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora e pelos Garantidores, com a anuência do Cônjuge Anuente, conforme aplicável, vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos dos Documentos das Garantias.

Preço e Forma de Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, na Data de Integralização, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures de cada uma das séries têm prazo e data de vencimento conforme abaixo:

- (i) as Debêntures da 1ª Série terão o prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2018;
- (ii) as Debêntures da 2ª Série terão o prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2019; e
- (iii) caso tivessem sido alocadas, as Debêntures da 3ª Série teriam o prazo de vigência de 7 (sete) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2021.

Amortização das Debêntures

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado após o decurso de 18 (dezoito) meses, contados da Data de Emissão – exclusive o 18º (décimo oitavo) mês, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de setembro de 2015, mediante o pagamento de 31 (trinta e uma) parcelas mensais e sucessivas, ficando estabelecido que cada uma das 30 (trinta) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) de cada Debênture da 1ª Série será correspondente a 3,20% (três inteiros e vinte centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) e a 31ª (trigésima primeira) será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário remanescente na Data de Vencimento da 1ª Série. As parcelas de pagamento de Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) das Debêntures da 1ª Série são representadas conforme a tabela que consta no Anexo 4.8.1. da Escritura de Emissão, anexa a este Prospecto.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses, contados da Data de Emissão – exclusive o 24º (vigésimo quarto) mês, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2016, mediante o pagamento de 37 (trinta e sete) parcelas mensais e sucessivas, ficando estabelecido que cada uma das 36 (trinta e seis) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) de cada Debênture da 2ª Série será correspondente a 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) e a 37ª (trigésima sétima) será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário remanescente na Data de Vencimento da 2ª Série. As parcelas de pagamento de Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) das Debêntures da 2ª Série são representadas conforme a tabela que consta no Anexo 4.8.2. da Escritura de Emissão, anexa a este Prospecto.

Caso tivessem sido alocadas Debêntures na 3ª Série, o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série seria amortizado, em observância ao disposto na Decisão Conjunta 13, em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, ao final do 5º (quinto), 6º (sexto) e 7º (sétimo) anos, contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de março de 2019, 15 de março de 2020 e 15 de março de 2021, respectivamente, ficando estabelecido que (i) cada uma das 2 (duas) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Atualizado de cada Debênture da 3ª Série seria correspondente a 33,3% (trinta e três inteiros e três décimos por cento) do Valor Nominal Atualizado; e (ii) a 3ª (terceira) e última parcela de pagamento do Valor Nominal Atualizado seria correspondente a 33,4% (trinta e três inteiros e quatro décimos por cento) do Valor Nominal Atualizado, e seriam pagas no prazo acima estipulado.

Remuneração das Debêntures

Atualização Monetária. As Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente. Caso tivessem sido alocadas Debêntures na 3ª Série, as Debêntures da 3ª Série teriam o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado anualmente, em observância ao disposto na Decisão Conjunta 13, a partir da Data de Emissão, conforme o caso até a data de seu efetivo pagamento, pela variação acumulada do IPCA, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo que o produto da Atualização Monetária seria incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

- VNa = Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = número total de índices considerados na atualização monetária das Debêntures da 3ª Série, sendo “n” um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 3ª Série. Após a data de aniversário correspondente, valor do número-índice do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;
- Dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última data de aniversário das Debêntures da 3ª Série, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice de preço, sendo “dup” um número inteiro; e
- Dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou data de aniversário das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior e a próxima data de aniversário das Debêntures da 3ª Série, sendo “dut” um número inteiro.

Sendo que:

- (i) A aplicação do IPCA incidiria no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade;
- (ii) Caso no mês de atualização o número-índice não estivesse ainda disponível, seria utilizado o último número-índice disponível do índice de preços em questão;
- (iii) O IPCA deveria ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- (iv) Considerar-se-ia data de aniversário o dia 15 (quinze) de cada mês ou o primeiro Dia Útil seguinte caso o dia 15 (quinze) não seja Dia Útil;
- (v) Considera-se-ia como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures da 3ª Série;

- (vi) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ seriam considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (vii) O produtório seria executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários seriam calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento; e
- (viii) Os valores dos finais de semana ou feriados seriam iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o pro rata do último Dia Útil anterior.

Caso, se até a data de aniversário das Debêntures da 3ª Série, o Nlk não tenha sido divulgado, deveria ser utilizado em substituição a Nlk na apuração do Fator “C” um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA (“Número-Índice Projetado” e “Projeção”) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

NI_{kp}: Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento; e

Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

- (i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houvesse sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da 3ª Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e
- (ii) o número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deveriam ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

Indisponibilidade do IPCA. Em caso de Período de Ausência do IPCA ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deveria convocar AGD das Debêntures da 3ª Série (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, a Taxa Substitutiva. A AGD das Debêntures da 3ª Série seria realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro seria utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 3ª Série previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures da 3ª Série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da 3ª Série.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes que AGD das Debêntures da 3ª Série fosse realizada, a referida AGD não seria mais realizada, e o IPCA a partir da data de sua validade, voltaria a ser utilizada para o cálculo da Atualização Monetária.

Caso não houvesse acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas titulares das Debêntures da 3ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optaria por uma das alternativas a seguir estabelecidas, sendo que deveria comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva AGD das Debêntures da 3ª Série, qual a alternativa escolhida entre:

- (i) a Emissora deveria resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelaria a totalidade das Debêntures da 3ª Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD das Debêntures da 3ª Série, pelo seu Valor Nominal Atualizado, acrescido da Remuneração das Debêntures da 3ª Série que seria devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou das respectivas datas de pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária seria utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou

- (ii) apresentaria cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação da 3ª Série, não excedendo a Data de Vencimento e o prazo médio de amortização em cada caso. Durante o prazo de amortização das Debêntures da 3ª Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série continuaria sendo aquela estabelecida na Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 3ª Série seria utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisariam ser necessariamente aprovados em AGD, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula 7.6.3 da Escritura de Emissão. Caso a taxa alternativa (que poderia ser a Taxa Substitutiva) fosse referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deveria ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série. A partir da Data de Emissão, cada Debênture:

- (i) da 1ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a 2,40% a.a. (dois inteiros e quarenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização; e
- (ii) da 2ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização.

O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série será realizado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator \text{ de Juros} - 1),$$

, onde:

“J” corresponde ao valor unitário dos juros devidos às Debêntures da 1ª Série e às Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), acrescido de sobretaxa ou *spread*, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento Capitalização;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorJuros” é o fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de sobretaxa ou *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

, onde

“**Fator DI**” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início da capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

, onde

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

“**n_{DI}**” corresponde ao número total de Taxas DI-Over, sendo “**n_{DI}**” um número inteiro;

“**TDI_k**” corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

, onde:

“**k**” 1, 2,..., n;

“**DI_k**” corresponde à Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“**d_k**” corresponde ao número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI-Over, sendo “**d_k**” um número inteiro;

“**FatorSpread**” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

“**spread**” definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a (i) 2,40 (dois inteiros e quarenta centésimos) para as Debêntures da 1ª Série e (ii) 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) para as Debêntures da 2ª Série; e

“**DP**” corresponde ao número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e/ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, sendo “**DP**” um número inteiro.

Ficando estabelecido, para os fins do presente item que:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- (ii) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, desde a Data da Emissão – ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série ou Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série. Caso tivessem sido alocadas Debêntures na 3ª Série, as Debêntures da 3ª Série fariam jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa máxima, definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 2020 (“NTN-B/20”), divulgadas pela ANBIMA, que teria sido apurada entre o 2º (segundo, o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula abaixo.

O cálculo da Remuneração das Debêntures da 3ª Série obedeceria à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da 3ª Série devido no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento. “Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série” significa, para o primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, exclusive; para os demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até as respectivas Datas de Vencimento das Debêntures da 3ª Série;

VNa = Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos);

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Data de Pagamento da Remuneração

O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série será feito mensalmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que a primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série deverá ocorrer no dia 15 de abril de 2014 e a última na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série. Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série aqueles que forem titulares de Debêntures da 1ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série será feito mensalmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que a primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série deverá ocorrer no dia 15 de abril de 2014 e a última na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série. Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série aqueles que forem titulares de Debêntures da 2ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

Caso tivessem sido alocadas Debêntures na 3ª Série, o pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série seria feito anualmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que a primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série deveria ocorrer no dia 15 de março de 2015 e a última na Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série. Fariam jus a Remuneração das Debêntures da 3ª Série aqueles que fossem titulares de Debêntures da 3ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista neste item “Remuneração das Debêntures”, será utilizado, em substituição, o último valor divulgado para a Taxa DI, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte do(s) Debenturista(s), da 1ª e 2ª séries, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

Em caso de Período de Ausência da Taxa DI, ou ainda, no caso de extinção da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados: (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis; ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para definir, de comum acordo com a Emissora – observada a regulamentação aplicável – o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures, conforme prática de mercado. As AGDs serão realizadas no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias corridos, contado a partir do último Período de Ausência da Taxa DI.

Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures da 1ª Série e às Debêntures da 2ª Série entre a Emissora e o(s) Debenturista(s) de ambas as séries, fica a Emissora desde já obrigada a resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série então em circulação, com o respectivo e consequente cancelamento, no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis, contado a partir da data de realização das respectivas AGDs ou na Data de Vencimento (o que ocorrer primeiro), acrescido da respectiva Remuneração de cada série devidos até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração de cada série, conforme o caso. Será utilizado para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série o valor da última Taxa DI divulgada até a data do cálculo.

O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, ficando estabelecido que a CETIP ou a BM&FBOVESPA, conforme o caso, serão comunicadas de tal resgate com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência, e será efetuado por meio do Escriturador Mandatário para cada Debenturista cuja(s) Debênture(s) não esteja(m) depositada(s) em custódia eletrônica no CETIP 21 ou no BOVESPA FIX.

Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, de cada Debênture de todas as séries em circulação, acrescido da Remuneração, devidos desde a Data de Emissão, ou da Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (i) inadimplemento, por parte da Emissora e/ou dos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 1 (um) Dia Útil contado a partir da data do inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, por parte da Emissora e/ou dos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data do inadimplemento;
- (iii) (a) decretação de falência da Emissora e/ou da Novo Oriente; (b) pedido de falência pela Emissora e/ou da Novo Oriente; (c) pedido de falência da Emissora e/ou da Novo Oriente formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Novo Oriente, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Novo Oriente;
- (iv) transferência, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures então em circulação, em AGD convocada para esse fim;
- (v) não renovação ou o cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, que sejam exigidas por lei e de responsabilidade legal da Emissora ou de quaisquer de suas afiliadas e relevantes para a operação das atividades conduzidas pela Emissora na forma em que atualmente conduzidas, exceto se: (a) dentro do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados de tal não renovação, cancelamento, suspensão ou revogação, a Emissora ou qualquer de suas afiliadas comprovar a existência de provimento judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora, até a renovação ou a obtenção da referida autorização ou licença; ou (b) em 30 (trinta) Dias Úteis da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, forem obtidas pela Emissora ou por qualquer de suas afiliadas novas autorizações ou licenças; ou (c) a Emissora ou qualquer de suas afiliadas, dentro de 30 (trinta) Dias Úteis da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, conteste, de boa fé e pelos meios adequados, qualquer desses atos e obtenha medida cautelar ou liminar em seu favor suspendendo os efeitos da não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão;
- (vi) ocorrência de algum dos seguintes eventos, afetando negativamente a Fiança outorgada no âmbito da Emissão, a saber, morte, interdição, prisão, incapacidade, insolvência, ou ainda qualquer dos eventos descritos no item 4.11(iii) da Escritura de Emissão de qualquer dos Garantidores, exceto se a Emissora e/ou os Garantidores reforçarem a Fiança perante o Agente Fiduciário e os Debenturistas em até 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência de qualquer tal evento. Para os fins deste item (vi), mediante a ocorrência de qualquer dos eventos acima, a Emissora e/ou os Garantidores deverão submeter à aprovação dos Debenturistas em AGD, proposta de aprovação, a critério dos Debenturistas, de novo garantidor para aderir à Escritura de Emissão na qualidade de Garantidor;

- (vii) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias, cujo valor, unitário ou agregado, seja acima de (i) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora; e (ii) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 5 (cinco) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido na respectiva obrigação (*cross-default*);
- (viii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou os Garantidores, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, (i) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora; e (ii) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, por cujo pagamento a Emissora ou os Garantidores sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidores, desde que referido protesto não seja sanado ou suspenso em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data em que a Emissora tomar ciência da ocorrência de referido protesto;
- (ix) descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado de natureza judicial ou sentença arbitral definitiva proferida contra a Emissora ou Garantidores, em valor individual ou agregado igual ou superior a (i) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora; e (ii) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento;
- (x) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) aprovação, pelo competente órgão deliberativo da Emissora, da realização do fechamento do capital da Emissora, com o consequente cancelamento de seu registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
- (xii) caso a Emissora vier a cessar suas atividades empresariais ou a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
- (xiii) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e da Novo Oriente, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures de todas as séries, reunidos em AGDs de cada série, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Emissora ou da Novo Oriente em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer fusão, cisão ou incorporação (inclusive incorporação de ações), exceto: (a) se qualquer outra sociedade (quer seja uma afiliada da Emissora ou não) envolvida em e/ou resultante de tal reestruturação societária aderir a Escritura de Emissão na qualidade de Garantidor da Emissão; ou (b) se prévia e expressamente autorizado pelos Debenturistas em AGD;
- (xv) alteração ou modificação do objeto social previsto no Estatuto Social da Emissora que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas à Data da Emissão;
- (xvi) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 3.4.1 da Escritura de Emissão;
- (xvii) descumprimento dos termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive eventuais prazos de cura estabelecidos no referido contrato;
- (xviii) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das Sociedades por Ações e/ou legislação aplicável: (a) sendo permitidos quaisquer tais pagamentos até 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado no exercício, caso a Emissora esteja adimplente com suas obrigações no âmbito da Emissão; ou (b) sendo proibidos quaisquer tais pagamentos, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações no âmbito da Emissão;

- (xix) redução do capital social da Emissora, exceto (a) se por ocasião de tal redução de capital social da Emissora os recursos e/ou ativos segregados do capital social da Emissora sejam vertidos para uma sociedade ou pessoa que adira à Escritura de Emissão na qualidade de Garantidor da Emissão; ou (b) se prévia e expressamente autorizados pelos Debenturistas em AGD;
- (xx) se a Emissora realizar, sem a prévia anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, direta ou indiretamente, qualquer operação ou série de operações (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento ou troca de bens, concessão de empréstimos ou adiantamentos) com qualquer Parte Relacionada, direta ou indiretamente, a menos que a referida operação ou série de operações seja em termos e condições não menos favoráveis do que aqueles que seriam obtidos em uma operação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma pessoa ou entidade que não seja uma Parte Relacionada;
- (xxi) se, durante a vigência da Escritura de Emissão, for constituída ou prestada qualquer garantia (real ou fidejussória), cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia sobre os bens e/ou direitos da Emissora e/ou dos Garantidores existentes na Data de Emissão e sobre os quais não recaia na Data de Emissão quaisquer Gravames, a não ser no caso de eventual renovação ou prorrogação de dívidas já contratadas, desde que qualquer tal renovação ou prorrogação não envolva o oferecimento de qualquer Gravame adicional àqueles existentes na Data de Emissão, no que tange aos bens e/ou direitos da Emissora e/ou dos Garantidores existentes na Data de Emissão;
- (xxii) se, durante a vigência da Escritura de Emissão, a Emissora dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus ou Gravame sobre os bens e direitos objeto das Garantias;
- (xxiii) ocorrência de quaisquer eventos ou situações que impossibilitem o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes da Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, desde que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 5 (cinco) dias após sua ocorrência ou verificação, e após sua respectiva notificação pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- (xxiv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora e/ou dos Garantidores, cujo valor unitário ou agregado seja superior a (i) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora; e (ii) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 5 (cinco) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento (*cross acceleration*);
- (xxv) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Oferta são falsas, incorretas ou enganosas;
- (xxvi) não manutenção, pela Emissora, dos respectivos registros contábeis de forma precisa e completa, sujeitos a auditoria por um Auditor Independente;
- (xxvii) não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, às obrigações de reforço, substituição e/ou aos limites, percentuais e/ou valores das Garantias;

- (xxviii) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se, mas não se limitando ao Contrato de Cessão Fiduciária, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado da ocorrência, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;
- (xxix) invalidade, nulidade, inexecutabilidade ou ineficácia da Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão) e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária (e/ou de qualquer de suas disposições que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão), declarada em sentença arbitral definitiva, decisão judicial transitada em julgado ou administrativa irrecurável;
- (xxx) questionamento judicial, pela Emissora e/ou por qualquer afiliada ou pelos Garantidores, quanto à validade, eficácia ou exequibilidade de qualquer disposição da Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Documentos das Garantias e/ou das Garantias, nos termos aqui e ali indicados;
- (xxxi) obtenção de decisão judicial transitada em julgado por qualquer pessoa que não aquelas indicadas no item (xxx), que limite a validade, eficácia, ou exequibilidade da Escritura de Emissão e/ou dos Documentos das Garantias e/ou das Garantias;
- (xxxii) não observância pela Emissora, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras auditadas da Emissora ao final de cada trimestre, sendo a primeira verificação realizada com relação ao trimestre findo em 31 de março de 2014, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da divulgação das respectivas demonstrações financeiras e informações trimestrais da Emissora ou do seu envio ao Agente Fiduciário, nos termos do item 5.1(c) da Escritura de Emissão, a saber:
- (a) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA/EBITDA AJUSTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS** deverá, durante cada trimestre, ser menor ou igual a: 3,1 (três inteiros e um décimo);
 - (b) **EBITDA AJUSTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS/DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS** deverá, durante cada trimestre, ser maior ou igual a: 3,2 (três inteiros e dois décimos); e
 - (c) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA/ATIVO IMOBILIZADO** deverá, durante cada trimestre, ser menor ou igual a 1 (um inteiro);

considerando, para a verificação dos *Covenants* Financeiros que:

- (1) **EBITDA AJUSTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS** deverá significar (1.1) o lucro (prejuízo) líquido dos últimos 12 (doze) meses, excluídos os efeitos: (1.1.1) do imposto de renda e da contribuição social; (1.1.2) do RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO; (1.1.3) da equivalência patrimonial; (1.1.4) das despesas de depreciação e amortização; e (1.1.5) dos montantes de PIS e COFINS diferidos calculados sobre a depreciação; e (1.1.6) de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado (1.2) à receita obtida com a venda da frota e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa. Para os presentes fins, entende-se por "frota" quaisquer veículos leves, veículos pesados, veículos utilitários, máquinas e equipamentos de titularidade da Emissora;

- (2) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA** deverá significar, com relação à Emissora e em relação a qualquer período, sem duplicidade, (2.1) a somatória de (2.1.1) todos os endividamentos da Emissora no que diz respeito a valores em dinheiro tomados em empréstimo de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relacionadas ao aceite de linhas de crédito e de empréstimos relativos a cartas de crédito; (2.1.2) todas as garantias diretas ou indiretas da Emissora com relação a obrigações (contingentes ou de outra maneira) da Emissora para com qualquer outra pessoa ou instituição financeira, por operações de empréstimo ou de pagamento de preço de compra diferido de bens ou serviços (não estando incluída qualquer garantia direta ou indireta da Emissora relacionada a obrigações contratuais não expressamente elencadas neste item (2.1.2.); (2.1.3) todas as obrigações da Emissora representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (2.1.4) todas as obrigações da Emissora, na sua condição de arrendatária em contratos de *leasing*, em conformidade com os termos de contratos de *leasing* que devam ter sido ou que devam ser, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, registrados como *leasing* de bens do imobilizado, conforme aplicável; (2.1.5) todos os endividamentos da Emissora garantidos por um ônus sobre qualquer propriedade pertencente à Emissora, independentemente de a Emissora de outro modo ter se tornado responsável pelo pagamento dos mesmos, conforme aplicável; (2.1.6) outras dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo dívidas tributárias, valores a pagar a acionistas, líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos; (2.2) deduzida de todos os saldos nas contas de caixa e aplicações financeiras vinculadas ou não da Emissora;
- (3) **DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS** deverá significar: (i) as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas sem limitação a despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, descontadas; de (ii) o somatório de receitas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas não se limitando a receitas de aplicações financeiras. Fica desde já estabelecido que deverá ser considerado no cálculo da Despesa Financeira Líquida o resultado, positivo ou negativo, da marcação a mercado de contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos; e;
- (4) **ATIVO IMOBILIZADO** deverá significar as aplicações permanente em bens e direitos que são direcionados à manutenção da atividade da empresa (é composta de bens como máquinas, equipamentos, terrenos, prédios, edificações, veículos e outros); e
- (5) **RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO** deverá significar a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras, das quais deverão ser excluídos os juros sobre capital próprio. O RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, não será considerado para cálculo, e

(xxxiii) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens v, xiii, xxv, xxvi, xxx, xxxi e xxxii acima, o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures de todas as séries, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para que os titulares das Debêntures se reúnam em AGD com a finalidade de deliberar sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item “Assembleia Geral de Debenturistas” abaixo.

Nas AGDs mencionadas no item acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos no item “Assembleia Geral de Debenturistas” abaixo, os Debenturistas de cada série poderão optar, mediante deliberação de titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures então em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

Na hipótese (i) de não instalação de qualquer das AGDs mencionadas no item acima por falta de quorum; ou (ii) de não ser exercida a faculdade prevista no item acima (i.e., não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures), o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

Observada a Cláusula 6.6.1 da Escritura de Emissão, a ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos Itens i, ii, iii, iv, vi, vii, viii, ix, x, xi, xii, xiv, xv, xvi, xvii, xviii, xix, xx, xxi, xxii, xxiii, xxiv, xxvii, xxviii, xxix, e xxxiii deste item “Vencimento Antecipado”, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures de todas as séries, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora. Na hipótese de Evento de Vencimento Antecipado automático, seus efeitos poderão ser suspensos somente mediante decisão de Debenturistas representando 75% (setenta por cento) das Debêntures em circulação.

Para fins do item (iii) deste item “Vencimento Antecipado”, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definidos, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures de qualquer série, nos termos do presente item “Vencimento Antecipado”, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada, ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (i) à Emissora, com cópia para CETIP e para a BM&FBOVESPA, ficando estabelecido que a CETIP e a BM&FBOVESPA serão comunicadas de qualquer evento de vencimento antecipado com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência para a realização de qualquer pagamento ensejado por cada tal evento de vencimento antecipado; e (ii) ao Banco Liquidante.

Pagamento na Ocorrência de Vencimento Antecipado. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos deste item “Vencimento Antecipado”, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração das séries, calculada *pro rata temporis* desde a data de subscrição ou da data de pagamento das últimas Remunerações, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, ficando ressalvada a antecedência mínima de 02 (dois) Dias Úteis para a comunicação à CETIP e à BM&FBOVESPA a respeito de qualquer evento de vencimento antecipado e a efetiva realização de qualquer pagamento, nos termos deste item.

Resgate Antecipado, Amortização e Aquisição Facultativa

Não haverá amortização ou resgate antecipado obrigatório ou facultativo. Contudo, as Debêntures poderão/deverão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI, nos termos da Escritura de Emissão, observado, que caso as Debêntures da 3ª Série tivessem sido alocadas, as referidas Debêntures poderiam/deveriam ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA.

A Emissora poderá adquirir Debêntures em circulação no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, caso tal aquisição venha a ser efetuada por valor igual ou inferior ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário ou do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures da respectiva série, incluindo, sem limitação, o pagamento das Remunerações da respectiva série devidas nos termos da Escritura de Emissão, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa não compensatória equivalente a 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ressalvado o período de cura de 1 (um) Dia Útil estabelecido no subitem (i) do item “Vencimento Antecipado” acima.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item “Multa e Juros Moratórios” acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA ou por meio do Banco Liquidante da Emissão para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou BM&FBOVESPA.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo, ou dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com (i) sábado, domingo ou feriado nacional para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP; e (ii) sábado, domingo, feriado nacional, feriado municipal na Cidade de São Paulo ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA, para os pagamentos que devam ser realizados por meio da BM&FBOVESPA.

Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures de qualquer série, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal “Valor Econômico”, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações estabelecidas nos termos da Lei das Sociedades por Ações e/ou pela CVM, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

Imunidade Tributária

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, o titular de Debêntures que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos deste item deverá permanecer titular das respectivas Debêntures, não podendo negociar suas respectivas Debêntures até data posterior a cada pagamento.

Restituição de Recursos

Caso a Emissão não seja efetivada, por qualquer motivo, os recursos empregados por quaisquer investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos investidores, por intermédio do Escriturador Mandatário, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado a partir da data do encerramento da Emissão, ficando, porém, desde já estabelecido que tais recursos serão devolvidos aos investidores sem incidência das Remunerações, juros ou correção monetária a qualquer título.

Características da Oferta

Regime de Colocação

Observadas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão a Oferta das Debêntures sob o regime de garantia firme de subscrição, de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, podendo ser exercida para as Debêntures da 1ª Série e/ou para as Debêntures da 2ª Série, observado o plano de distribuição descrito no item “Características das Debêntures – Regime de Colocação” acima, para o volume de até 25.000 Debêntures, correspondentes na Data de Emissão, ao valor de até R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), observado que caso tivessem sido alocadas as Debêntures da 3ª Série, estas seriam colocadas sob regime de melhores esforços.

Se, até o final do Período de Colocação, as Debêntures não tiverem sido totalmente colocadas, os Coordenadores deverão, até o último dia do Período de Colocação, subscrever e integralizar as Debêntures objeto da Garantia Firme que porventura não forem colocadas e/ou liquidadas pelos investidores, sendo que em caso de exercício da Garantia Firme, as Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, observada a proporção e a quantidade de Debêntures aplicáveis a cada um deles constante do quadro abaixo:

Coordenador	Quantidade de Debêntures	Valor da Garantia Firme ⁽¹⁾
HSBC	10.000	R\$100.000.000,00
BESI	7.500	R\$75.000.000,00
Votorantim.....	7.500	R\$75.000.000,00

⁽¹⁾ Valor da Garantia Firme na data de Emissão.

O compromisso de Garantia Firme descrita acima é válido até 19 de março de 2014, quando se encerra qualquer obrigação dos Coordenadores nesse sentido. Tal prazo poderá ser estendido a critério exclusivo dos Coordenadores.

Conforme disposto acima, os Coordenadores poderão, individualmente, a seu exclusivo critério, alocar a garantia firme na 1ª Série, na 2ª Série ou em ambas, na proporção que julgarem adequada.

Se as Debêntures objeto da garantia firme de colocação não tiverem sido totalmente colocadas no Período de Colocação, os Coordenadores deverão subscrever o eventual saldo remanescente, na proporção prevista acima, observados os termos previstos no item “Liquidação” abaixo.

Na hipótese de não haver subscrição e integralização por parte de investidor que tenha manifestado adesão à Oferta no Procedimento de *Bookbuilding*, sua manifestação de adesão será considerada como cancelada e os Coordenadores deverão liquidar referidas Debêntures, respeitando as condições para exercício da garantia firme dispostas acima.

No caso de exercício de Garantia Firme pelos Coordenadores, a subscrição será feita pelo respectivo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração até a Data de Integralização.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores eventualmente (i) venham a subscrever Debêntures por força da Garantia Firme acima descrita; e (ii) tenham interesse em vender tais Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures, será limitado ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Procedimento de Liquidação

A liquidação financeira da Oferta ocorrerá, por meio de depósito, transferência eletrônica disponível ou outros mecanismos de transferência equivalentes, em conta corrente de titularidade da Emissora, conforme procedimentos operacionais de liquidação da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, até às 17:30 horas da Data de Liquidação com relação aos recursos disponibilizados aos Coordenadores até às 17:00 horas da Data de Liquidação, sendo que os recursos disponibilizados aos Coordenadores após às 17:00 horas (exclusive) da Data de Liquidação, serão transferidos no Dia Útil imediatamente seguinte, sem qualquer acréscimo ou remuneração.

Remuneração dos Coordenadores

Pelos trabalhos de coordenação, estruturação, registro, distribuição pública e pela prestação da garantia firme no limite estabelecido no Contrato de Distribuição, os Coordenadores farão jus a uma remuneração, a ser dividida entre os Coordenadores proporcionalmente ao respectivo montante de garantia firme prestada, composta da seguinte forma ("Comissão"):

- (i) Comissão de Estruturação: a este título a Emissora pagará ao Coordenador uma comissão de 0,20% (vinte centésimos por cento) incidente sob o número total de Debêntures emitidas multiplicado pelo Preço de Integralização;
- (ii) Comissão de Colocação: a este título a Emissora pagará ao Coordenador uma comissão de 0,20% (vinte centésimos por cento) incidente sob o número total de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas, multiplicado pelo Preço de Integralização; e
- (iii) Prêmio de Garantia Firme: a este título a Emissora pagará ao Coordenador uma comissão de 0,20% (vinte centésimos por cento) incidente sob o número total de Debêntures objeto da Garantia Firme multiplicado pelo Preço de Integralização, independentemente do efetivo exercício da Garantia Firme.

Adicionalmente, a Emissora pagaria aos Coordenadores, na Data de Integralização da respectiva Emissão, uma comissão de sucesso equivalente a 40% (quarenta por cento) da diferença entre a taxa inicial dos Juros Remuneratórios das Debêntures do Procedimento de *Bookbuilding*, e a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures obtida por meio do Procedimento de *Bookbuilding* ("Comissão de Sucesso").

A Comissão de Sucesso seria incidente sobre o número total de Debêntures emitidas e subscritas multiplicado pelo Valor Nominal Atualizado de uma Debênture, na Data de Liquidação, e seria calculada pela multiplicação de 40% (quarenta por cento) da diferença de *spread* pelo prazo médio (*duration*) das Debêntures, a ser calculado por série independentemente, sendo o resultado trazido a valor presente pela taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures obtida por meio do Procedimento de *Bookbuilding*. Não será devida pela Companhia a Comissão de Sucesso, tendo em vista que as taxas finais dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série corresponderam às taxas máximas iniciais dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série inicialmente previstas, conforme definidas no Procedimento de *Bookbuilding* bem como não houve a alocação de Debêntures nas Debêntures da 3ª Série.

O pagamento da Comissão dos Coordenadores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional e deverá ocorrer na Data de Liquidação das Debêntures ou na data de resilição do Contrato de Distribuição, o que ocorrer primeiro.

A Emissora arcará com o custo de todos os tributos incidentes ou que vierem a incidir diretamente ou que tenham que ser recolhidos na fonte quando do faturamento dos valores devidos aos Coordenadores no âmbito da Emissão. Dessa forma, todos os pagamentos relativos às comissões descritas no Contrato de Distribuição e neste Prospecto serão acrescidos dos valores relativos ao Imposto de Renda – IR, Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS; à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, de forma que os Coordenadores recebam a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

Sem prejuízo da obrigação prevista acima, caberá à Emissora o recolhimento dos tributos incidentes na fonte sobre a remuneração indicada, pelo qual a Emissora seja responsável tributária nos termos da legislação em vigor.

Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de assinatura do Contrato de Distribuição, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, o que acarretará a celebração de termo aditivo.

Nenhuma outra remuneração será contratada e/ou paga pela Emissora aos Coordenadores, direta ou indiretamente, por força e/ou em decorrência do Contrato de Distribuição.

Os Coordenadores firmarão recibos para a Emissora, dando quitação das importâncias recebidas a título de Comissão e da Comissão de Sucesso, conforme aplicável.

Manifestação de Aceitação à Oferta

Os investidores a partir da data de publicação do Anúncio de Início deverão manifestar sua aceitação à Oferta aos Coordenadores, por meio dos procedimentos da CETIP e da BM&FBOVESPA.

Cancelamento, Suspensão, Revogação ou Alterações dos Termos e Condições da Oferta

A Emissora, em decisão conjunta com os Coordenadores, poderá solicitar modificação ou revogação da Oferta perante a CVM na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Debenturistas ou para renúncia à condição da Emissão estabelecida pela Emissora.

Caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições; (c) os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicado por escrito sobre a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Caso a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o investidor que já tiver aderido à Oferta deverá ser diretamente comunicado a respeito e poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de comunicação por escrito pelos Coordenadores sobre a suspensão; e (ii) até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicado por escrito sobre a suspensão da Oferta, no caso da alínea (i) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores e a Emissora comunicarão tal evento aos investidores, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Contrato de Formador de Mercado

O BESI atuará como formador de mercado secundário (*market maker*) para as Debêntures, conforme contrato na forma e nos termos da Instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003, conforme alterada, com prazo de vigência de 1 (um) ano a contar da 1ª (primeira) Data de Integralização das Debêntures de cada uma das séries (“Contrato de Formador de Mercado”).

A contratação do Formador de Mercado tem por finalidade realizar operações destinadas a fomentar a liquidez de valores mobiliários com registro para negociação e proporcionar um preço de referência para a negociação de tais valores mobiliários, de forma a tentar assegurar a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures. Nos termos do Contrato de Formador de Mercado celebrado, o Formador de Mercado se obrigou a registrar diariamente ofertas de compra e de venda de Debêntures. Observado o Contrato de Formador de Mercado, sem prejuízo do atendimento aos padrões estabelecidos pela CETIP e pela BM&FBOVESPA, as ofertas de compra e venda para as Debêntures, deverão observar, com relação ao lote mínimo, os seguintes intervalos entre o preço de oferta de compra e de venda das Debêntures de cada série: (i) de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) para as Debêntures da 1ª Série, e (ii) de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) para as Debêntures da 2ª Série. Caso as Debêntures da 3ª Série tivessem sido alocadas, o intervalo máximo entre o preço de oferta de compra e de venda das Debêntures seria de 0,80% (oitenta centésimos por cento). A quantidade máxima de Debêntures que o Formador de Mercado estará obrigado a comprar (assim entendida a diferença entre o total de compras de Debêntures subtraído do total de venda) será de R\$10,0 milhões.

Conforme permitido no artigo 55, parágrafo único, da Instrução CVM 400, o montante equivalente a até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em Debêntures inicialmente ofertadas será preferencialmente destinado à colocação ao Formador de Mercado, a fim de possibilitar-lhe a atuação, no CETIP21 e na BM&FBOVESPA, como formador de mercado (*market maker*), garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures durante a vigência do Contrato de Formador de Mercado, nos termos da legislação aplicável e conforme Contrato de Formador de Mercado, devendo as intenções de investimento do Formador de Mercado ser apresentadas pela Remuneração que foi apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, não havendo, portanto, qualquer influência por parte do Formador de Mercado na definição da Remuneração das Debêntures durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

O Formador de Mercado fará jus a remuneração por parte da Emissora equivalente a R\$4.150,00 mensais, em decorrência da prestação dos serviços de formador de mercado das Debêntures pelo período de 1 (um) ano a contar da 1ª (primeira) Data de Integralização das Debêntures de cada uma das séries.

Cópia do Contrato de Formador de Mercado poderá ser obtida junto: (i) à Emissora, em seu endereço de atendimento aos acionistas, conforme constante da seção “Informações Cadastrais da Companhia” na página 13 deste Prospecto; (ii) ao Formador de Mercado, nos endereços físicos e eletrônicos indicados na seção “Informações sobre a Companhia, os Garantidores, os Coordenadores, o Agente Fiduciário, o Banco Escriurador Mandatário, o Banco Liquidante, os Consultores Legais e os Auditores” na página 53 deste Prospecto; (iii) à CETIP, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, Jardim Paulistano; e (iv) à BM&FBOVESPA, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275.

Cópias do Contrato de Distribuição

A cópia do Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores, para consulta ou reprodução, na CVM, na sede da Emissora e no endereço dos Coordenadores indicados na seção “Informações Sobre a Companhia, os Garantidores, os Coordenadores, o Agente Fiduciário, o Banco Escriurador Mandatário, o Banco Liquidante, os Consultores Legais e os Auditores”, na página 53 deste Prospecto.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Foi contratada como agência classificadora de risco a Fitch Ratings, a qual atribuiu rating “A(bra)” às Debêntures. Para informações adicionais sobre a classificação de risco das Debêntures, ver “Súmula de Rating”, anexa a este Prospecto.

CRONOGRAMA INDICATIVO DA OFERTA

Segue abaixo cronograma tentativo das principais etapas da Oferta:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data Prevista ⁽¹⁾⁽²⁾
1.	Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta Realização da RCA da Emissora que aprovou a Emissão e a Oferta Realização da RS-Novo Oriente que aprovou a outorga da Garantia Fidejussória Divulgação de Fato Relevante sobre o protocolo perante a CVM do pedido de registro da Oferta	20/12/2013
2.	Publicação do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar ao mercado Início do Período de Apresentações a Potenciais Investidores	27/01/2014
3.	Encerramento das Apresentações a Potenciais Investidores	31/01/2014
4.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	20/02/2014
5.	Celebração do aditamento à Escritura de Emissão	21/02/2014
6.	Registro da Oferta pela CVM	11/03/2014
7.	Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início do Período de Colocação	13/03/2014
8.	Data de Liquidação das Debêntures da 1ª Série	17/03/2014
9.	Fim do Período de Colocação ⁽³⁾ Data de Liquidação das Debêntures da 2ª Série	18/03/2014
10.	Data máxima para publicação do Anúncio de Encerramento	13/09/2014

⁽¹⁾ As datas acima indicadas são meramente estimativas, estando sujeitas a atrasos e modificações. Qualquer modificação no Cronograma da Distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da oferta, segundo disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

⁽²⁾ Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, o cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver itens “Informações Sobre a Oferta – Manifestação de Aceitação à Oferta” e “Informações Sobre a Oferta – Cancelamento, Suspensão, Revogação ou Alterações dos Termos e Condições da Oferta”, nas páginas 79 e 80 deste Prospecto, respectivamente.

⁽³⁾ Ao final do Período de Colocação, os Coordenadores estarão obrigados, no limite de suas responsabilidades, a subscrever e integralizar a totalidade das Debêntures objeto da garantia firme que porventura não tenham sido colocadas. Se os Coordenadores eventualmente subscreverem Debêntures por força da garantia firme prestada, podem aliená-las a partir do momento da subscrição. No entanto, caso tenham interesse em vender tais Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Valor Nominal ou ao Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda.

Todos os atos e decisões decorrentes da Oferta que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no DOEPR e no jornal “Valor Econômico”, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet, neste último caso, exceto pelo Aviso ao Mercado, pelo Anúncio de Início e pelo Anúncio de Encerramento e outros aviso ou anúncios relativos à Oferta, que serão publicados pela Emissora e pelo Coordenador Líder no jornal “Valor Econômico” além de disponibilizados via sistema IPE no site da CVM. A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

DEMONSTRATIVOS DE CUSTO DA OFERTA

A tabela abaixo demonstra o custo estimado da Oferta, calculada com base no Valor Total da Emissão na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures.

Descrição	Valor Total (R\$)	% do Valor Total da Emissão	Valor por Debênture (R\$) ⁽¹⁾
Valor Total da Emissão	250.000.000,00	100,00%	10.000,00
Custo Total	3.073.004,00	1,23%	122,92
Comissão de Estruturação	500.000,00	0,20%	20,00
Comissão de Colocação	500.000,00	0,20%	20,00
Prêmio de Garantia Firme	500.000,00	0,20%	20,00
Comissão de Sucesso ⁽²⁾	—	—	—
Taxa de Registro na CVM	248.610,00	0,10%	9,94
ANBIMA.....	11.394,00	0,00%	0,46
Publicações	401.000,00	0,16%	16,04
Advogados.....	377.000,00	0,15%	15,08
Auditores	175.000,00	0,07%	7,00
Banco Liquidante e Escriturador Mandatário ⁽³⁾	19.500,00	0,01%	0,78
Agente Fiduciário ⁽³⁾	60.000,00	0,02%	2,40
Agência de Classificação de Risco	50.000,00	0,02%	2,00
Demais Prestadores de Serviço.....	85.700,00	0,03%	3,43
Outras ⁽⁴⁾	144.800,00	0,06%	5,79
Valor Líquido para a Emissora	246.926.996,00	98,77%	9.877,08

⁽¹⁾ O custo da Oferta por Debênture corresponde ao quociente obtido pela divisão do custo total da Oferta pelo número de Debêntures.

⁽²⁾ Não será devida pela Companhia a Comissão de Sucesso, tendo em vista que as taxas finais dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série corresponderam às taxas máximas iniciais dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série inicialmente previstas, conforme definidas no Procedimento de *Bookbuilding* bem como não houve a alocação de Debêntures nas Debêntures da 3ª Série.

⁽³⁾ Valor anual.

⁽⁴⁾ Inclui despesas gerais, impressão de prospectos e despesas com *roadshow*.

A tabela abaixo indica o custo estimado da Oferta por Debênture:

	Valor Nominal Unitário	Custo da Distribuição	Valor Líquido ⁽¹⁾
Por Debênture	R\$10.000,00	R\$122,92	R\$9.877,08

⁽¹⁾ Líquido de comissões e de todas as despesas da Oferta.

INADEQUAÇÃO DA OFERTA A CERTOS INVESTIDORES

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Emissora atua. **Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures”, nas páginas 100 a 103 deste Prospecto, em conjunto com os itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Emissora, incorporado por referência a este Prospecto, o qual poderá ser encontrado nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, na página 14 deste Prospecto.**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a Emissão, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidas junto à Emissora, aos Coordenadores e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações sobre a Companhia, os Garantidores, os Coordenadores, o Agente Fiduciário, o Banco Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, os Consultores Legais e os Auditores” na página 53 deste Prospecto.

Na data deste Prospecto, o Agente Fiduciário não atua como agente fiduciário em outras emissões de debêntures da Emissora ou de integrantes do seu grupo econômico.

DESCRIÇÃO DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA

Esta seção contém apenas uma breve descrição do Contrato de Cessão Fiduciária. O Contrato de Cessão Fiduciária está disponível, em sua íntegra, como anexo a este Prospecto.

Partes e Objeto

O Contrato de Cessão Fiduciária foi celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária, tendo por objeto a Cessão Fiduciária com o escopo de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão.

Bens e Direitos Cedidos

A cessão fiduciária opera a transferência da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta, nos termos da legislação aplicável:

- (i) da totalidade dos direitos da Emissora com relação ao CDB Cedido Fiduciariamente, a ser emitido para aplicação dos recursos representativos de, no mínimo, 10% (dez por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, depositados na Conta Vinculada, bem como os direitos creditórios dele decorrentes, que devem permanecer livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, até a liquidação integral das obrigações assumidas pelas Emissora na Escritura de Emissão, bem como todos e quaisquer direitos de crédito existentes ou que venham a se constituir no futuro, decorrentes dessa aplicação financeira, incluindo, mas sem limitações, todos os recursos, direitos, frutos, rendimentos, pagamentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a ela relacionados, presentes ou futuros, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; e
- (ii) dos Direitos Creditórios Cedidos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, dívidas ou restrições aos Debenturistas e seus sucessores e cessionários, representados pelo Agente Fiduciário, originados a partir dos Contratos de Frota identificados no Anexo III ao Contrato de Cessão Fiduciária, abrangendo, também, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos ou multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Emissora pelas contrapartes dos Contratos de Frota, sendo que, a todo tempo, o valor dos direitos creditórios futuros associados aos contratos de frota devem corresponder, conjuntamente, a no mínimo 100% (cem por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, sendo certo que serão consideradas, para efeito do cálculo do índice de cobertura acima mencionado, apenas as parcelas vincendas dos Direitos Creditórios Cedidos devidas até o final do prazo de vigência das Debêntures, ou seja, quaisquer parcelas vincendas dos Direitos Creditórios Cedidos com data posterior ao término da vigência das Debêntures deverão ser desconsideradas para fins do referido cálculo, observados os demais termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária; e
- (iii) a totalidade dos direitos da Emissora relativos à Conta Vinculada, incluindo as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos nela depositados, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente e os decorrentes dos Contratos de Frota, incluindo eventuais rendimentos;

Registro da Cessão Fiduciária

A Companhia obriga-se a registrar o Contrato de Cessão Fiduciária, bem como qualquer respectivo e eventual aditamento, nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba e da Cidade do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados de sua celebração e, em referido prazo, a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do Contrato de Cessão Fiduciária com os respectivos registros, arcando com todos os custos e despesas necessários à sua efetivação. Não obstante, o Agente Fiduciário poderá, a seu exclusivo critério e às custas e despesas da Companhia, providenciar os registros e demais formalidades aqui previstas em nome da Companhia, a qual reconhece desde já como sendo líquidas, certas e exigíveis as notas de débito que venham a ser emitidas pelo Agente Fiduciário para pagamento dos custos e/ou despesas correspondentes. A Companhia deverá reembolsar o Agente Fiduciário por tais custos e/ou despesas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio da respectiva nota de débito pelo Agente Fiduciário, sem prejuízo de eventual descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da Escritura de Emissão.

Verificação do Saldo do CDB Cedido Fiduciariamente

A Instituição Depositária estará obrigada a manter, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão Fiduciária, a custódia do CDB Cedido Fiduciariamente e da Conta Vinculada, na qual serão depositados os valores provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos, devendo, no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, a partir do mês de abril de 2014, informar ou disponibilizar por meio de sistema eletrônico de acesso a informações ao Agente Fiduciário o valor do CDB Cedido Fiduciariamente referente ao mês imediatamente anterior, de modo a viabilizar ao Agente Fiduciário a verificação da suficiência do valor do CDB Cedido Fiduciariamente.

Caso a garantia representada pelo CDB Cedido Fiduciariamente represente, a qualquer tempo, um valor inferior a 10% (dez por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração, a Emissora deverá recompor essa garantia, aplicando recursos adicionais a um novo Certificado de Depósito Bancário – CDB, de liquidez diária e prazo de vencimento igual à data de vencimento das Debêntures, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação pelo Agente Fiduciário sobre a necessidade de complemento.

Movimentação da Conta Vinculada

Durante a vigência do Contrato de Cessão Fiduciária e até o integral e efetivo cumprimento de todas as Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), a Conta Vinculada será movimentável exclusivamente pela Instituição Depositária independentemente de qualquer comunicação prévia das Partes, e nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, salvo em face de um descumprimento das Obrigações Garantidas (quer seja de natureza pecuniária ou não), ficando estabelecido que neste caso, qualquer recurso que esteja ou venha a ser depositado na e/ou transferido à Conta Vinculada deverá ser retido até que receba novas instruções do Agente Fiduciário, sendo certo que a Conta Vinculada será movimentada conforme instruções específicas do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

Exceto em face de um descumprimento de qualquer das obrigações assumidas pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão e dos Documentos das Garantias, quer seja de natureza pecuniária ou não (“Inadimplemento”), os recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos depositados na e/ou transferidos à Conta Vinculada deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação, de titularidade da Companhia e de livre movimentação, em até 1 (um) Dia Útil do respectivo depósito ou transferência à Conta Vinculada.

Para os fins do Contrato de Cessão Fiduciária, fica desde já estabelecido entre as partes de referido contato que em cada Data de Verificação (abaixo definido), durante todo o período de vigência do Contrato de Cessão Fiduciária, o Agente Fiduciário, deverá verificar se (i) a Média Mensal (conforme abaixo definido) do respectivo Período de Verificação (conforme abaixo definido) é igual, superior ou inferior ao Valor de Circulação Mensal (conforme abaixo definido); (ii) o somatório de todos os Direitos Creditórios Cedidos no fim do respectivo Período de Verificação é igual, superior ou inferior ao Valor Total da Garantia dos Direitos Creditórios Cedidos.

Considera-se:

- (a) “Período de Verificação”: o período de 03 (três) meses que se inicia no primeiro Dia Útil de um mês e termina no último Dia Útil do segundo mês calendário subsequente. O primeiro período de verificação iniciar-se-á em 1º de abril de 2014;
- (b) “Média Mensal”: a média mensal obtida da soma dos valores depositados na Conta Vinculada em cada um dos meses que compõem o respectivo Período de Verificação;
- (c) “Data de Verificação”: o 5º Dia Útil do mês imediatamente subsequente ao encerramento de cada Período de Verificação; e
- (d) “Valor de Circulação Mensal”: o valor correspondente a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Adicionalmente, fica desde já estabelecido entre as Partes que no 5º Dia Útil de cada mês, durante todo o período de vigência do Contrato de Cessão Fiduciária, o Agente Fiduciário deverá verificar se o fluxo de pagamentos originados por cada um dos Contratos de Frota é igual, superior ou inferior à parcela devida no respectivo mês, pelo Contrato de Frota correspondente.

Para fins do disposto nos itens acima, a Instituição Depositária disponibilizará ao Agente de Fiduciário, por meio de sistema eletrônico de acesso a informações da Conta Vinculada, em todo 3º (terceiro) Dia Útil de cada mês, a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária, informação sobre: (i) o volume total de recursos que circulou na Conta Vinculada em cada Período de Verificação; e (ii) o montante creditado na Conta Vinculada no mês imediatamente anterior, bem como o número do CNPJ/MF do responsável pelo respectivo crédito.

Caso o Agente Fiduciário tenha verificado, nos termos acima dispostos, que (i) a Média Mensal durante um determinado Período de Verificação é inferior ao Valor de Circulação Mensal; ou (ii) o somatório de todos os Direitos Creditórios Cedidos no fim do respectivo Período de Verificação é inferior ao Valor Total da Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) dos Direitos Creditórios Cedidos, este deverá notificar a Companhia, em até 1 (um) Dia Útil da data da referida verificação, para que esta, em até 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da notificação do Agente Fiduciário mencionada acima, complemente o montante dos Direitos Creditórios Cedidos, por meio da cessão fiduciária dos direitos creditórios originados de contratos junto a clientes dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves da Companhia, observado que referidos contratos deverão respeitar os seguintes critérios (“Crítérios de Elegibilidade”): (i) ser da mesma natureza dos Contratos de Frota; (ii) cujo(s) saldo(s) de recebíveis futuros seja no mínimo, equivalente ao(s) do(s) respectivo(s) Contrato(s) de Frota a ser(em) substituído(s); e (iii) não devem infringir qualquer lei, regulamento ou outra espécie de legislação, incluindo, mas não se limitando, à Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.827, de 30 de março de 2001. Observadas as condições acima, o Agente Fiduciário desde já está autorizado a formalizar a complementação dos Direitos Creditórios Cedidos, que somente ocorrerá, por meio de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária para substituição do Anexo III do Contrato de Cessão Fiduciária.

Caso o Agente Fiduciário tenha verificado, conforme disposto acima, em determinada Data de Verificação, que um ou mais Contratos de Frota, pelo período de 2 (dois) meses, consecutivos ou não, deixaram de originar a parcela dos Direitos Creditórios Cedidos devidos mensalmente nos termos do respectivo Contrato de Frota, este deverá, em tal Data de Verificação, realizar um cálculo *pro forma* dos índices indicados acima, desconsiderando os Direitos Creditórios Cedidos oriundos de tais Contratos de Frota. Caso, uma vez realizado este cálculo, seja constatado que o somatório de todos os Direitos Creditórios Cedidos no fim do respectivo Período de Verificação não seja igual, superior ou inferior ao Valor Total da Garantia dos Direitos Creditórios Cedidos, o Agente Fiduciário deverá notificar a Companhia, em até 1 (um) Dia Útil da data da referida verificação, para que esta, em até 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da notificação do Agente Fiduciário mencionada acima, adicione um ou mais contratos ou substitua o(s) respectivo(s) Contrato(s) de Frota por um ou mais contratos que respeitem os Critérios de Elegibilidade.

Em caso de Inadimplemento, e na medida em que tal Inadimplemento perdure após o prazo de cura/saneamento, conforme aplicável, o Agente Fiduciário deverá imediatamente notificar a Instituição Depositária e a Companhia de tal fato e, então, quaisquer recursos depositados na e/ou transferidos à Conta Vinculada deverão ser retidos pela Instituição Depositária e movimentados de acordo com as determinações do Agente Fiduciário, para a satisfação do crédito dos Debenturistas, até a quitação integral do valor devido pela Companhia.

No primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Verificação e a cada primeiro Dia Útil seguinte a cada Data de Verificação, caso a Instituição Depositária não tenha sido notificada pelo Agente Fiduciário de um Inadimplemento, a Instituição Depositária deverá continuar transferindo os recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos depositados na e/ou transferidos à Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação, nos termos do item 6.1.1 do Contrato de Cessão Fiduciária.

Excussão da Cessão Fiduciária

No caso de Inadimplemento, independentemente de aviso ou notificação à Companhia, ou no caso de vencimento antecipado das Debêntures de qualquer das séries, o Agente Fiduciário deverá notificar imediatamente a Instituição Depositária para que a Instituição Depositária retenha e bloqueie os recursos da Conta Vinculada, sendo certo que a Companhia será notificada da ocorrência de tal fato em até 1 (um) Dia Útil.

A Cessão Fiduciária será compartilhada entre os Debenturistas da 1ª Série e os Debenturistas da 2ª Série (considerando que não foram alocadas Debêntures na 3ª Série), *pro rata*, no tocante ao montante do crédito representado pelas Debêntures de cada série. Cada Debenturista quer seja da 1ª Série ou da 2ª Série, cuja adesão à Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária se dará por meio da simples subscrição ou aquisição de uma ou mais Debêntures a qualquer título, em caráter irrevogável e irretratável anui e concorda com o compartilhamento da Cessão Fiduciária, nos termos descritos na Escritura de Emissão, outorgando ao Agente Fiduciário mandato para que exerça todos os direitos inerentes ao exercício e à manutenção de tal Cessão Fiduciária, bem como para o fiel cumprimento da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária no interesse de todos os Debenturistas de todas as séries.

Em consonância com as disposições acima, tendo sido verificado um Inadimplemento, o Agente Fiduciário deverá utilizar de imediato os recursos existentes na Conta Vinculada e aqueles decorrentes do resgate (quer seja total ou parcial) do CDB Cedido Fiduciariamente, para amortização dos valores inadimplidos e para redução do saldo devedor das Debêntures (quer seja Debêntures da 1ª Série ou Debêntures da 2ª Série), observada a alocação *pro rata temporis* dos valores obtidos pela excussão da Cessão Fiduciária, no tocante ao montante do crédito representado pelas Debêntures de cada Série. Adicionalmente, fica expressamente estabelecido que o Agente Fiduciário poderá realizar a excussão da Cessão Fiduciária em face de um Inadimplemento relativo a apenas uma série de Debêntures ou de todas as séries de Debêntures.

Caso a Instituição Depositária, em desacordo com as instruções previstas no Contrato de Cessão Fiduciária, deixe de efetuar as transferências conforme as instruções do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá dar início às medidas extrajudiciais necessárias para a excussão da Cessão Fiduciária, nos prazos, termos e condições que este entender apropriado, devendo aplicar os valores recebidos por força da excussão da Cessão Fiduciária no pagamento do saldo devedor das Debêntures (quer seja Debêntures da 1ª Série ou Debêntures da 2ª Série) e no pagamento de qualquer remuneração, juros e encargos devidos ao Agente Fiduciário que deverão ser calculados e informados pelo Agente Fiduciário.

Neste caso, conforme deliberado pelos Debenturistas, o Agente Fiduciário poderá destituir a Instituição Depositária de suas funções, na forma prevista no Contrato de Cessão Fiduciária. Nessa hipótese, caberá aos titulares das Debêntures de todas as séries, devidamente reunidos em assembleias gerais de Debenturistas da respectiva série convocadas para tal finalidade, a indicação de uma instituição depositária substituta, consoante as disposições da Escritura de Emissão, permanecendo a Instituição Depositária no exercício de suas atribuições até a sua efetiva substituição, que não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias. Adicionalmente, fica desde já estabelecido que tal substituição, conforme o caso, será objeto de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária.

A Companhia outorgou, na data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária, ao Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, mandato em “causa própria”, nos termos dos artigos 684 e 685 do Código Civil, que sobreviverá à vigência do Contrato de Cessão Fiduciária, autorizando o Agente Fiduciário a determinar o bloqueio e a retenção dos recursos da Conta Vinculada, bem como o resgate (quer seja total ou parcial) do CDB Cedido Fiduciariamente e sua subsequente transferência às contas correntes dos Debenturistas (quer seja Debêntures da 1ª Série ou Debêntures da 2ª Série), na data do bloqueio e a partir de então, até a regularização das obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, ou sob qualquer instrumento acessório.

Todo e qualquer valor arrecadado pelo Agente Fiduciário em razão da excussão da Cessão Fiduciária deverá ser utilizado para a quitação do saldo devedor das Debêntures (quer seja Debêntures da 1ª Série ou Debêntures da 2ª Série).

Caso, após excutida a Cessão Fiduciária e pagas integralmente as obrigações garantidas, seja verificada a existência de saldo disponível remanescente, referido saldo deverá ser transferido pela Instituição Depositária à Conta de Livre Movimentação em até 1 (um) Dia Útil.

Caberá ao Agente Fiduciário a prática de todos e quaisquer atos e a formalização de todos e quaisquer documentos relativos à constituição, administração, liberação, execução e recebimento dos valores relacionados à Cessão Fiduciária, podendo, em caso de Inadimplemento da Companhia:

- (i) cobrar o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e/ou Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, a Remuneração e acessórios das Debêntures (quer seja Debêntures da 1ª Série ou Debêntures da 2ª Série), executando, para tanto, a Cessão Fiduciária;
- (ii) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, na qualidade de Agente Fiduciário no que diz respeito à Cessão Fiduciária;
- (iii) atuar até a excussão da Cessão Fiduciária, com poderes para cumprir todas as obrigações e exercer todos os direitos a que fizer jus, na qualidade de Agente Fiduciário e representante da comunhão dos Debenturistas (quer seja da 1ª Série ou da 2ª Série), beneficiário da Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

- (iv) renunciar, liberar e/ou consentir com a alteração ou substituição da Cessão Fiduciária, desde que em face da autorização expressa dos Debenturistas (quer seja da 1ª Série ou da 2ª Série), devidamente reunidos em AGDs, devidamente convocadas e realizadas especificamente para tal finalidade; e
- (v) escolher (após prévia deliberação dos Debenturistas, devidamente reunidos em AGDs convocadas para tal finalidade, nos termos da Escritura de Emissão) o escritório de advocacia ao qual incumbirá a defesa dos respectivos interesses, na qualidade de Agente Fiduciário e beneficiário da Cessão Fiduciária, bem como todos os termos de sua contratação, inclusive valor e forma de pagamento de honorários.

As despesas incorridas pelo Agente Fiduciário no desempenho das prerrogativas indicadas acima, tais como, exemplificativamente, despesas cartorárias, notificações extrajudiciais e diligências, serão ordinariamente cobradas da e pagas pela Companhia e adiantadas pelos Debenturistas, no caso de inadimplemento da Companhia.

Nos termos do artigo 684 do Código Civil, a procuração outorgada ao Agente Fiduciário nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária é irrevogável e irretratável durante toda a vigência do Contrato de Cessão Fiduciária, vedado o substabelecimento. Esta procuração ficará automaticamente revogada nas hipóteses de substituição do Agente Fiduciário nos termos e condições previstos na Escritura de Emissão. Nessa hipótese, a Emissora obrigar-se-á, em caráter irrevogável e irretratável, a outorgar nova procuração, substancialmente na forma do Contrato de Cessão Fiduciária, à parte que venha a assumir as funções de agente fiduciário da Emissão.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES

Relacionamento entre a Companhia e o HSBC

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora ou sociedades de seu conglomerado econômico mantinham relacionamento comercial com o HSBC e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico. Neste contexto, na data deste Prospecto, a Emissora possuía o seguinte relacionamento com o HSBC:

A Companhia celebrou com a Instituição Depositária, integrante do conglomerado econômico do Coordenador Líder, as operações descritas abaixo, sendo o saldo devedor na data de 30 de setembro de 2013 correspondente ao valor de R\$228,0 milhões.

- **Debêntures:** A Instituição Depositária é titular de 50 (cinquenta) debêntures da 1ª (primeira) série da 2ª (segunda) emissão da Companhia, conforme descritas no item 18.5 do Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto. O saldo devedor das debêntures de titularidade da Instituição Depositária lhe confere um direito de crédito contra a Emissora que correspondia ao montante de R\$33,47 milhões, em 23 de janeiro de 2014; com taxa de juros de DI+3,0% a.a.
- **Leasing:** A Emissora possuía 13 (treze) operações de Leasing contratadas junto à Instituição Depositária, cujo saldo devedor correspondia em 23 de janeiro de 2014 ao valor de R\$5,79 milhões. A primeira operação foi celebrada em 13 de setembro de 2011 e a última em 11 de outubro de 2013, sendo seu primeiro vencimento em 04 de setembro de 2014 e o último em 25 de outubro de 2015. Estas operações foram contratadas para financiar a aquisição de veículos para fins de locação pela Emissora. Os contratos contam com aval dos acionistas controladores da Emissora; com taxas de juros de DI + 2,73% a.a. e taxa de juros prefixada entre 9,20% a.a. e 16,18% a.a.
- **Finame:** A Emissora possui 67 (sessenta e sete) operações da modalidade Finame contratadas junto à Instituição Depositária. O saldo devedor na data de 23 de janeiro de 2014 correspondia ao valor de R\$10,85 milhões. A primeira operação foi celebrada em 28 de maio de 2009 e a última em 21 de julho de 2010, sendo o primeiro vencimento em 15 de abril de 2014 e o último em 15 de junho de 2015. Estas operações foram contratadas para a aquisição de veículos pesados para locação aos clientes da Emissora; com taxas de juros entre TJLP + 4,4% a.a. e TJLP + 8,2% a.a. e taxa de juros prefixada entre 4,5% a.a. e 7% a.a.
- **Capital de Giro:** A Emissora possui 3 (três) operações de capital de giro contratadas junto à Instituição Depositária no valor histórico total aproximado de R\$82,0 milhões. A primeira operação no valor de R\$20,0 milhões foi celebrada em 17 de dezembro de 2012, com vencimento em 19 de janeiro de 2015. A segunda operação, no valor de R\$10,0 milhões, foi celebrada em 28 de março de 2013, com vencimento em 28 de março de 2016. A terceira operação foi celebrada em 27 de junho de 2013 no valor total de R\$50,0 milhões, com vencimento em 27 de junho de 2017. O saldo devedor conjunto das operações em 23 de janeiro de 2014 correspondia ao montante de R\$86,52 milhões; com taxas de juros entre DI+2,0% a.a. e DI+2,5% a.a.
- **Notas de Crédito à Exportação ("NCE"):** A Emissora possui 2 (duas) notas de créditos à exportação indireta (NCE) emitidas em favor da Instituição Depositária, no valor histórico de R\$85,0 milhões. O saldo devedor de ambas as notas correspondia, em 23 de janeiro de 2014, ao valor de R\$86,04 milhões. A primeira operação, no valor histórico de R\$60,0 milhões de reais, foi celebrada em 26 de junho de 2012, com vencimento em 25 de novembro de 2016. A segunda operação, no valor histórico de R\$25,0 milhões de reais, foi celebrada em 24 de setembro de 2012, com vencimento em 20 de março de 2017, com taxas de juros entre DI+2,5% a.a. e DI+3% a.a.

- **Empréstimo pela Resolução 4131:** A Emissora possui 1 (uma) operação na modalidade de empréstimo pela Resolução 4131 no valor histórico de R\$20,0 milhões, celebrado em 01 de outubro de 2013 e vencimento em 25 de março de 2015. Em 23 de janeiro de 2014 o saldo devedor correspondia ao montante de R\$21,10 milhões e taxa final de variação cambial em dólares americanos + 3,80%, com swap constituído como hedge do empréstimo na taxa de juros de DI+3% a.a.
- **Cartas de Fiança:** A Instituição Depositária emitiu 2 (duas) cartas de fiança para a Emissora, sendo a primeira em 02 de setembro de 2009 e a última em 17 de dezembro de 2013. O saldo devedor de ambas, com data de 23 de janeiro de 2014 era de R\$766 mil.
- **Contrato de Conta Vinculada.** No contexto da Emissão, a Instituição Depositária prestará à Emissora serviços de manutenção da Conta Vinculada, com remuneração correspondente a R\$40.000,00 anuais.

Relacionamento entre a Companhia e o Votorantim

Além do relacionamento referente à esta Oferta, o Votorantim e a Emissora tem o seguinte relacionamento comercial, na data-base de 30 de setembro de 2013:

- **Leasing:** A Emissora possui operações de Leasing contratadas junto ao Votorantim, no valor histórico total de aproximadamente R\$65,8 milhões, sendo que as taxas de juros incidentes sobre as operações são entre CDI+2,80% a.a. e CDI+3,15% a.a. A primeira operação foi celebrada em 26 de janeiro de 2011 e a última em 22 de janeiro de 2014, pelos prazos de 2, 3 e 4 anos. Estas operações foram contratadas para financiar a aquisição de veículos para fins de locação. Os contratos contam com aval do Sr. Celso Frare ou da Novo Oriente;
- **Finame:** A Emissora possui operações da modalidade Finame contratadas junto ao Votorantim, no valor histórico total aproximado de R\$43,1 milhões, sendo que as taxas de juros incidentes sobre as operações são entre TJLP+2,70% à TJPL+7,50% a.a. e taxas entre 2,50% e 8% a.a. A primeira operação foi celebrada em 22 de abril de 2010 e a última em 25 de outubro de 2013, pelo prazo de 5 anos. Estas operações foram contratadas para a aquisição de veículos pesados para locação aos clientes da Companhia. Os contratos contam com aval do Sr. Celso Frare ou da Novo Oriente, além de alienação fiduciária dos bens;
- **Capital de Giro:** A Emissora possui duas operações de capital de giro contratadas junto ao Votorantim, no valor histórico total aproximado de R\$40,0 milhões, sendo que as taxas de juros incidentes sobre as operações são entre CDI+2,70% e CDI+2,95% a.a. A primeira operação, no valor de R\$25,0 milhões, foi celebrada em 25 de março de 2013, com vencimento em 30 de setembro de 2016. A segunda operação, no valor de R\$15 milhões, foi celebrada em 19 de dezembro de 2013, com vencimento em 19 de janeiro de 2015. Essas operações contam com garantia de aval prestado pelo Sr. Celso Frare, além de cessão fiduciária na forma de CDBs representando 20% e 40% do saldo devedor, respectivamente;

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Demonstrativos de Custo da Oferta”, na página 83 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Emissora ao Votorantim.

Relacionamento entre a Companhia e o BESI

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta e pela remuneração mensal de R\$4.150,00 que será devida pela Companhia ao BESI em razão de sua contratação para a atividade de formador de mercado das Debêntures pelo período de 1 (um) ano a contar da 1ª (primeira) Data de Integralização das Debêntures de cada uma das séries, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BESI ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

Em 2011 o BESI atuou como Coordenador Líder da 2ª emissão de debêntures de emissão da Emissora, em duas séries, no valor total de R\$165 milhões, com vencimento em 2016 e remuneração equivalente a CDI acrescido de 3,0% ao ano. Esta operação possui como garantia: (i) cessão fiduciária de direitos sobre a aplicação financeira da Emissora, em volume igual a 10% do valor total da emissão na data de emissão; e (ii) cessão de direitos creditórios equivalentes a 1,2x da parcela (principal + encargos) vincenda.

A Emissora poderá, no futuro, contratar o BESI ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Para informações sobre operações envolvendo a Emissora e os Coordenadores, ver a seção “Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores” na página 91 deste Prospecto. Excetuadas (i) a remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Demonstrativos de Custo da Oferta”, na página 83 deste Prospecto; (ii) a remuneração decorrente da prestação do serviço de instituição depositária, pelo HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, correspondente a R\$40.000,00 (quarenta mil reais) ao ano; (iii) a remuneração decorrente da prestação do serviço de formador de mercado das Debêntures, pelo BESI, correspondente a R\$4.150,00 ao mês pelo período de 1 (um) ano a contar da 1ª (primeira) Data de Integralização das Debêntures de cada uma das séries; e (iv) a remuneração decorrente da prestação de serviço de manutenção da Conta Vinculada pelo HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, correspondente a R\$40.000,00 anuais, não há outra remuneração a ser paga pela Companhia aos Coordenadores e/ou às sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

Por fim, destaca-se que a Emissora e os Coordenadores entendem que não há qualquer conflito de interesses envolvendo os Coordenadores ou quaisquer outras sociedades dos respectivos conglomerados econômico com a Emissora ou qualquer outra sociedade do seu grupo econômico dos Coordenadores.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Coordenador Líder

O HSBC é grupo financeiro internacional sediado em Londres, na Inglaterra, e presente em 86 países. O grupo HSBC iniciou suas atividades no Brasil em 1997.

No Brasil, o HSBC conta com uma carteira composta por aproximadamente 5,4 milhões clientes pessoas físicas e 358 mil clientes pessoas jurídicas, e possui mais de 2,3 mil agências e postos de atendimento bancários e eletrônicos em 564 municípios. O HSBC possui uma infraestrutura de 5,2 mil caixas automáticos e 2,4 mil ambientes de auto atendimento, além de canais de conveniência, tais como o internet banking e o Phone Centre do HSBC.

O grupo HSBC, por meio de suas diversas empresas e unidades, tem atuação global no mercado de estruturação e distribuição de títulos de dívidas corporativas.

Em 2010, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. “HSBC Corretora” participou de 28 operações de emissão de notas promissórias e debêntures no valor de, aproximadamente, R\$17,686 bilhões. A HSBC Corretora atuou como coordenador líder na primeira e na segunda emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., ambas com o montante individual de R\$3 bilhões, na sétima emissão de debêntures da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, no valor de R\$80 milhões; na terceira emissão de debêntures da Julio Simões Logística S.A., no valor de R\$250 milhões; na primeira emissão de notas promissórias da State Grid Brazil Holding S.A.; no valor de R\$300 milhões, na primeira emissão de notas promissórias e na terceira emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor de R\$50 milhões e R\$75 milhões, respectivamente; na segunda emissão de debêntures da Editora Abril S.A., no valor de R\$100 milhões; na primeira emissão de debêntures da Ouro Verde Transporte e Locação S.A., no valor de R\$75 milhões; e na quinta emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R\$600 milhões.

Em 2011, a HSBC Corretora participou de 49 operações de emissão de notas promissórias, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor de, aproximadamente, R\$17,480 bilhões. A HSBC Corretora atuou como coordenador líder na quinta emissão de debêntures da Camargo Correa, no valor de R\$810 milhões; na décima terceira emissão de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R\$600 milhões; na quarta emissão de notas promissórias da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$200 milhões; na primeira emissão de debêntures da Inpar S.A., no valor de R\$300 milhões; na primeira emissão de debêntures da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.; no valor de R\$360 milhões, na primeira emissão de debêntures da ECTE- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$75 milhões; na primeira emissão de debêntures da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$190 milhões; na quarta emissão de debêntures da Hypermarcas S.A., no valor de R\$400 milhões; na primeira emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez Concessões S.A., no valor de R\$55 milhões; na segunda emissão de debêntures da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., no valor de R\$1,8 bilhão; na primeira emissão de notas promissórias da Interligação Elétrica Serra do Japi S.A., no valor de R\$70 milhões; na primeira emissão de notas promissórias da Interligação Elétrica Serra do Madeira S.A., no valor de R\$180 milhões; na primeira emissão de debêntures da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$300 milhões; na primeira emissão de debêntures da Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, no valor de R\$75 milhões; na terceira emissão de debêntures da Battistella Administração e Participações S.A., no valor de R\$120 milhões; na quarta emissão de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no valor de R\$300 milhões; na segunda emissão de notas promissórias da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$50 milhões; na primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado, no valor de R\$70 milhões; na primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil Crédito Consignado INSS, no valor de R\$300 milhões; na 2ª emissão de debêntures do Hospital e Maternidade São Luiz S.A., no valor de R\$100 milhões; na 1ª emissão de notas promissórias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$130 milhões e na 4ª emissão de notas promissórias da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de R\$1,17 bilhão.

Em 2012, a HSBC Corretora participou de 38 operações de emissão de notas promissórias, debêntures, letras financeiras e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor de, aproximadamente, R\$18,917 bilhões. A HSBC Corretora atuou como coordenador líder na 1ª emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez S.A., no valor de R\$300 milhões; na 2ª emissão de debêntures da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$100 milhões; na 4ª emissão de notas promissórias da CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, no valor de R\$1,0 bilhão; na 3ª emissão de debêntures da CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, no valor de R\$1,35 bilhão; na 5ª emissão de debêntures da Editora Abril S.A., no valor de R\$200.000.000,00; na 4ª emissão de notas promissórias da CPM Braxis S.A., no valor de R\$90 milhões; na 1ª emissão de letras financeiras do Banco PSA Finance Brasil S.A., no valor de R\$200 milhões; na 2ª emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez Concessões S.A. no valor de R\$76 milhões; na 1ª emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS, no valor de R\$30 milhões; na 1ª emissão de debêntures da EDP – Energias do Brasil S.A., no valor de R\$450 milhões, na 4ª emissão de debêntures da CCR AutoBan, no valor de R\$1,1 bilhão; na 1ª emissão de debêntures da OGX Petróleo e Gás S.A., no valor de R\$2,025 bilhões; e na 5ª emissão de letras financeiras do Banco Mercedes-Benz, no valor de R\$200 milhões;

Em 2013, até a presente data, a HSBC Corretora participou de 56 operações de emissão de notas promissórias e debêntures, no valor de, aproximadamente, R\$18,125 bilhões. A HSBC Corretora atuou como coordenador líder na 2ª emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS, no valor de R\$70 milhões; na 7ª emissão de notas promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$160 milhões; na 3ª emissão de notas promissórias da Telemar Participações S.A., no valor de R\$100 milhões; na 2ª emissão de notas promissórias da SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. No valor de R\$63 milhões; na 4ª emissão de notas promissórias da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no valor de R\$275 milhões; na 2ª emissão de letras financeiras do Banco Volkswagen S.A., no valor de R\$200 milhões; na 1ª emissão de notas promissórias da Concessionária Rota do Atlântico S.A., no valor de R\$70 milhões; na 1ª emissão de debêntures da Guaraciaba Transmissora de Energia S.A., no valor de R\$400 milhões; na 1ª emissão de debêntures da Matrinchã Transmissora de Energia S.A., no valor de R\$800 milhões; na 1ª emissão de debêntures da Philco Eletrônicos S.A., no valor de R\$120 milhões; na 8ª emissão de debêntures da OAS S.A., no valor de R\$694,7 milhões; na 3ª emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS, no valor de R\$70 milhões; na 1ª emissão de debêntures da Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental, no valor de R\$100 milhões; na 1ª emissão de notas promissórias da CAB Águas de Paranaguá S.A., no valor de R\$75 milhões; e na 6ª emissão de debêntures da Hypermarchas S.A., no valor de R\$200 milhões.

Banco Votorantim S.A.

O Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM. O sucesso inicial da Votorantim DTVM motivou sua transformação em banco múltiplo, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Segundo o Banco Central, é o quinto maior banco privado brasileiro em total de ativos e o décimo maior considerando todas as instituições de capital público e misto (desconsiderando o BNDES), com R\$112 bilhões de ativos no primeiro semestre de 2013.

O portfólio de negócios do Banco Votorantim é bastante amplo, com atuação focada em cinco grandes segmentos: *Corporate & Investment Banking*, BV Empresas, *Wealth Management*, Financiamento de Veículos e Outros Negócios, sendo os dois últimos estruturados para operações de varejo. As atividades do segmento de atacado do Banco Votorantim têm por objetivo estabelecer um relacionamento ágil e de longo prazo com os clientes, ofertar soluções financeiras integradas (por exemplo, Crédito, Produtos Estruturados, *Investment Banking*, Derivativos e Distribuição) e proporcionar, principalmente para as empresas do segmento BV Empresas, qualidade de crescimento com foco em agilidade operacional.

Em 11 de setembro de 2009, o BACEN aprovou a aquisição de participação acionária do Votorantim pelo Banco do Brasil S.A., nos termos do fato relevante divulgado em 9 de janeiro de 2009, conforme comunicado ao mercado publicado em 14 de setembro de 2009. Com a aprovação, o Banco do Brasil S.A. passou a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social. Baseada em fortes sinergias e visão de longo prazo, a parceria favorece a expansão dos negócios e contribui para que o Coordenador seja uma instituição ainda mais forte e competitiva. Ambos os acionistas possuem graus de investimento pelas três principais agências internacionais de *rating* – Fitch, Moody's e S&P, na data do prospecto.

O Votorantim tem sua sede na cidade de São Paulo e filiais em importantes centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Joinville, Caxias do Sul e Nassau (Bahamas) e um escritório de representação localizado em Londres. Além disso, foi autorizado o funcionamento do Banco Votorantim Securities Inc., que passou a atuar como *broker dealer* em Nova Iorque e em Londres, respectivamente em 2006 e 2011.

A área de *Investment Banking* do Votorantim presta serviços para clientes corporativos e investidores, oferecendo assessoria especializada e produtos inovadores com acesso abrangente aos mercados de capitais (renda variável e renda fixa) e no segmento de fusões e aquisições (M&A), contando com o apoio da Votorantim Corretora e suas equipes especializadas de *Equity* e *Debt Sales, Research e Equity Trading*.

O segmento de Mercado de Capitais do Banco Votorantim oferece desde serviços para estruturação de ofertas públicas iniciais e subsequentes de ações e ofertas públicas para aquisição e permuta de ações até assessoria a clientes na captação de recursos no mercado local e internacional através de debêntures, notas promissórias, securitizações e *bonds*.

A área de renda variável do Banco Votorantim, desde 2010, participou de importantes ofertas, como os *Follow-ons* de Petrobras, Banco do Brasil, JBS, Kroton, Direcional, Tecnisa e Gafisa e nos IPOs JSL, OSX, Brazil Pharma e Locamerica. A área de renda variável do Banco Votorantim ocupa, segundo ranking divulgado pela Bloomberg até o terceiro trimestre de 2012, a 6ª colocação no ranking doméstico de renda variável por volume de operações. Em 2013, o Banco Votorantim atuou como *joint bookrunner* no IPO da BB Seguridade e como coordenador líder no IPO da Senior Solution no segmento de acesso da BM&FBovespa para pequenas e médias empresas, o Bovespa Mais.

Em renda fixa, o Banco Votorantim assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local e internacional, através de operações de debêntures, notas promissórias, securitizações e *bonds*, sendo que, em outubro de 2013, o Votorantim ocupou a 2ª colocação nos rankings doméstico de CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários), a 5ª colocação no ranking doméstico de distribuição de securitização e a 6ª colocação no ranking doméstico de distribuição consolidado, todos divulgados pela ANBIMA. A título de exemplo, o Votorantim coordenou as emissões de Debêntures do BNDES (R\$2,000 bilhões), da MRS Logística (R\$300 milhões), BR Properties (R\$600 milhões), Algar Telecom (R\$294 milhões), Concessionária Auto Raposo Tavares (R\$750 milhões), Cemig Distribuição (R\$2,160 bilhões), JSL (R\$400 milhões) e Dasa (R\$450 milhões); as emissões de CRI da Cyrela (R\$300 milhões), Viver (R\$98 milhões), Even (R\$75 milhões) e Odebrecht (R\$216 milhões); as emissões de FIDC da Cedae (R\$1,140 bilhões) e BV Financeira (R\$2,511 bilhões); as emissões de Letra Financeira do Paraná Banco (R\$200 milhões) e RCI (R\$500 milhões); a emissão de CRA da OR Agroindustrial (R\$400 milhões); e a emissão de Bond da Aralco (US\$250 milhões).

Em fusões e aquisições, o Votorantim possui uma equipe focada em oferecer aos seus clientes assessoria em transações de compra e venda de participações acionárias, associações estratégicas e reestruturações societárias, bem como emissões de laudos de avaliação/*fairness opinion*. Tem participado nos últimos anos de transações relevantes nos mais diversos segmentos econômicos, tais como: geração de energia elétrica, açúcar e álcool, infraestrutura logística, reflorestamento, produção de cosméticos, dentre outros.

BES Investimento do Brasil S.A – Banco de Investimento

O Espírito Santo Investment Bank (BESI) é o banco de investimento controlado pelo grupo português Banco Espírito Santo (GBES), cujas origens datam a 1869. O GBES é o grupo financeiro português com maior capitalização bolsista e a 2ª maior instituição financeira privada em Portugal em termos de ativos líquidos segundo a Associação Portuguesa de Bancos (www.apb.pt), e está presente em 25 países e quatro continentes. Com presença no Brasil desde 1976, o GBES atua neste País através do BES Investimento do Brasil (BESI Brasil) e suas subsidiárias.

O BESI Brasil foi criado no 2º semestre de 2000 e é controlado pelo BES Investimento de Portugal (80%) e pelo Banco Bradesco (20%). A política de atuação do BESI no Brasil foca nas atividades de Investment Banking e abrange a prestação de serviços assessoria financeira e estruturação de operações de *project finance*, mercado de capitais, tesouraria e gestão de riscos, operações estruturadas, privatizações e fusões e aquisições. É também ativo na concessão de crédito para operações ligadas à sua atividade de Banco de Investimento.

Atua também nas áreas de corretagem de títulos e valores mobiliários (através da subsidiária BES Securities), *asset management* (através da subsidiária BESAF), assessoria financeira e gestão patrimonial (através da subsidiária BES DTVM) e *private equity* (através da 2bCapital, em parceria com o Bradesco).

O BESI Brasil possui as seguintes notações atribuídas pelas agências de *rating* Moody's e S&P para depósitos em moeda local: i) Moody's – A2.br (escala local) e Ba3 (escala global); e ii) S&P – brA (escala local) e BB- (escala global).

Mercado de Capitais – Renda Fixa Local

Na área de renda fixa local, segundo a CVM e ANBIMA, em 2011 o BESI atuou em transações que somaram aproximadamente R\$4,0 bilhões com destaque para: Coordenador Líder na 2ª emissão debêntures da Ouro Verde no valor de R\$165 milhões; emissão de notas promissórias no valor de R\$325 milhões e debêntures no valor de R\$500 milhões da Unidas; notas promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê no valor de R\$484 milhões; e debêntures da Concessionária do Rodoanel Oeste no valor de R\$1,8 bilhão. Em 2012 o BESI atuou como Coordenador Líder nas emissões de Letras Financeiras do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG no valor de R\$350 milhões e de debêntures da Copobras no valor de R\$55 milhões; participou da emissão de debêntures da Sabesp no valor de R\$771 milhões; debêntures da OAS no valor de R\$209 milhões; debêntures da NSOSPE no valor de R\$128 milhões; e debêntures da Companhia de Locação das Américas no valor de R\$120 milhões. Durante os 11 primeiros meses de 2013, o BESI atuou como Coordenador Líder da emissão de debêntures da Unidas no valor de R\$120 milhões; como Coordenador na oferta de debêntures da Santo Antônio Energia S.A no valor de R\$420 milhões; como Coordenador na oferta de debêntures da Interligação Elétrica do Madeira S.A no valor de R\$350 milhões; como Coordenador na oferta de quotas do FIDC Omni VIII no valor de R\$118,1 milhões; como Coordenador na oferta de debêntures da Concessionária Rodovias do Tietê no valor de R\$1,065 bilhão; como Coordenador Líder da emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários da GaiaAgro no valor de R\$23,8 milhões; como Coordenador da emissão de Notas Promissórias da Transportes Luft Ltda. no valor de R\$100 milhões e como Coordenador Líder da emissão de debêntures da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A no valor de R\$75 milhões.

Renda Fixa Internacional

No mercado de capitais de renda fixa internacional, o BESI oferece os serviços de intermediação através da rede de instituições que compõe o Grupo Banco Espírito Santo. Em 2012, o BESI atuou como Joint Bookrunner na emissão de Bond da Brasil Telecom no valor de US\$1,5 bilhão e como Co-manager na emissão de Bond do Banco do Nordeste do Brasil no valor de US\$300 milhões. Durante os 11 primeiros meses de 2013, o BESI atuou como Coordenador da oferta inaugural de eurobônus da Construtora Andrade Gutierrez no valor de US\$500 milhões e como Coordenador Líder da oferta inaugural de eurobônus da Omni S.A CFI no valor de US\$30 milhões.

Renda Variável

Na área de renda variável, o BESI oferece os serviços de intermediação através da rede de instituições que compõe o Grupo Espírito Santo, através da estruturação de ofertas públicas iniciais (“**IPO**”) e subsequentes (“**Follow On**”) de ações e ofertas públicas para aquisição (“**OPA**”) e permuta de ações. Para complementar a execução das ofertas, o BESI atua conjuntamente com suas coligadas e/ou subsidiárias para acessar globalmente a base de investidores bem como oferecer uma área de pesquisa que faz a cobertura de empresas dos diversos setores da economia.

Em 2011 o BESI participou como Joint Bookrunner na oferta subsequente da EDP – Energias do Brasil no valor de R\$810 milhões, e como Co-manager no IPO da Sonae Sierra Brasil (R\$465 milhões) e na oferta subsequente (*follow on*) da Tecnisa no valor de 398 milhões. Em 2012, o BESI atuou como Co-manager no IPO do Banco BTG Pactual no valor de R\$3,2 bilhões e como Joint Lead Manager na oferta subsequente (*follow on*) de Minerva no valor de R\$498 milhões. Durante os 11 primeiros meses de 2013, o BESI atuou como Coordenador da oferta subsequente (*follow on*) de ações de emissão da BHG S.A – Brazil Hospitality Group no valor de R\$355 milhões.

Project Finance

A área de Project Finance do BESI Brasil atua na análise de viabilidade, assessoria e estruturação financeira e sindicalização de projetos, com foco em infraestrutura e energias renováveis. A equipe possui experiência na análise e estruturação de projetos sob regime de concessão ou PPP (parcerias público privadas).

As atividades de estruturação financeira incluem a interação tanto com os diferentes agentes de financiamento de projetos no Brasil, tais como BNDES e BNB, quanto com as agências internacionais de apoio a projetos, tais como IADB, CAF, EIB, Export Credit Agencies e outros.

As atividades desenvolvidas proveem o cliente com uma cobertura completa das necessidades de cada projeto, incluindo a estruturação financeira de recursos de curto prazo, até que se tenha o pacote financeiro de longo prazo contratado. Adicionalmente, a área é responsável pela estruturação de operações ligadas ao setor de concessões e infraestrutura que se utilizem de instrumentos de mercado de capitais, tais como debêntures (nas modalidades investimento de infraestrutura ou simples); notas promissórias e fundos de direitos creditórios, em parceria com a área de Mercado de Capitais do BESI.

Corporate Finance

O BESI Brasil possui uma equipe destacada exclusivamente à prestação de serviços de assessoria financeira em processos de Fusão e Aquisição, Privatização, Reestruturação Societária e Avaliação Econômico-financeira. Estes serviços englobam desde transações de âmbito nacional, como também operações cross-border, principalmente envolvendo empresas da Europa, América Latina e EUA. O BESI Brasil tem ocupado posição de destaque no mercado local de fusões e aquisições, posicionando-se entre os dez maiores bancos de acordo com a Anbima (setembro/2012).

FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures e à Oferta e não descreve todos os fatores de risco relativos à Emissora e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta.

O investimento nas Debêntures envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente, à luz de sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto, principalmente os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes do item “Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora” da seção “Sumário da Emissora”, a partir da página 29 deste Prospecto, e no Formulário de Referência da Emissora, incorporado por referência a este Prospecto, o qual se encontra disponível para consulta nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” na página 14 deste Prospecto, principalmente os fatores de risco descritos nos itens “4.1 Descrição dos Fatores de Risco” e “5.1 Descrição dos Principais Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Emissora, além das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas e Informações Trimestrais da Emissora, incorporadas por referência a este Prospecto, as quais se encontram disponíveis para consulta nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, na página 14 deste Prospecto. A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência da Emissora.

Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Emissora acredita atualmente serem capazes de lhe afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Emissora, ou que a Emissora considera atualmente irrelevantes, também prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa.

Recomenda-se aos investidores interessados na Oferta que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece diversas hipóteses que podem ensejar o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às Debêntures. A Emissora não pode garantir que terá recursos suficientes em caixa para realizar o pagamento integral da dívida representada pelas Debêntures na ocorrência de seu vencimento antecipado, hipótese que poderá acarretar um impacto negativo relevante aos Debenturistas, incluindo a sua capacidade de receber pontual e integralmente os valores que lhes forem devidos nos termos da Escritura de Emissão. Para descrição completa dos Eventos de Vencimento Antecipado, consultar item “Informações Sobre a Oferta – Vencimento Antecipado” na página 70 deste Prospecto.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado nas hipóteses de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, bem como se ocorrer a sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial.

Observada a regulamentação em vigor, as Debêntures poderão ser objeto de resgate em razão da ausência de apuração e/ou divulgação, da extinção ou inaplicabilidade da Taxa DI, se não houver substituto legal para a Taxa DI e acordo entre Emissora e Debenturistas reunidos em AGD sobre o novo parâmetro a ser aplicado. Para informações adicionais, ver itens “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Data de Pagamento de Remuneração” na página 69 deste Prospecto e “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Remuneração das Debêntures” na página 63 deste Prospecto e a Cláusula 4.9.1. da Escritura de Emissão, anexa a este Prospecto.

A Taxa DI utilizada para a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Segunda Série pode ser considerada nula em decorrência da Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça.

A Súmula nº 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP. A referida súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário e decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP em contratos utilizados em operações bancárias ativas.

Há a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a Súmula nº 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser indicado pelo Poder Judiciário para substituir a Taxa DI poderá conceder aos Debenturistas da 1ª Série e Debenturistas da 2ª Série uma remuneração inferior à Taxa DI prejudicando a rentabilidade das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série.

A Oferta será realizada em duas séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries foi definida no Procedimento de Bookbuilding, com base em Sistema de Vasos Comunicantes, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.

O número de Debêntures alocado em cada série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as Séries ocorreu por meio do Sistema de Vasos Comunicantes, de acordo com o plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, não tendo sido alocadas Debêntures na 3ª Série, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.

A limitação na execução das Garantias poderá afetar o recebimento do valor do crédito dos Debenturistas.

O processo de excussão das Garantias das Debêntures, tanto judicial quanto extrajudicial, pode ser demorado e seu sucesso depende de diversos fatores que não estão sob o controle da Emissora ou de seus respectivos credores. Além disso, no que se refere à Fiança, os Garantidores poderão não ter condições financeiras ou patrimônio suficientes para responder pela integral quitação do saldo devedor das Debêntures. Sendo assim, o produto da excussão das Garantias pode não corresponder aos valores pelos quais referidos direitos e/ou ativos foram avaliados ou pode não ser suficiente para pagar integralmente ou até mesmo parcialmente o saldo devedor das Debêntures. Cabe ainda ressaltar que a Novo Oriente têm índice de endividamento superior ao da Emissora, conforme previsto na seção “Informações Sobre os Garantidores” deste Prospecto, fato este que poderá dificultar o ressarcimento dos valores devidos aos Debenturistas, uma vez que grande parte de seus bens encontram-se onerados em virtude de tais endividamentos devendo, consequentemente, ser respeitada a preferência que cada credor detém em face da Novo Oriente.

O eventual rebaixamento na classificação de risco atualmente atribuída às Debêntures poderá dificultar a captação de recursos pela Emissora, bem como acarretar a redução da liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para a realização de uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como condição econômico-financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações que a Emissora assumiu e os fatores político-econômicos que podem afetar sua condição financeira. Dessa forma, essas avaliações representam uma opinião quanto à condição da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como o pagamento do principal e juros das Debêntures no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário. Caso a classificação de risco originalmente atribuída seja rebaixada, a Emissora poderá encontrar dificuldades para realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, consequentemente, ter um impacto negativo relevante em seus resultados e operações e em sua capacidade de honrar com as obrigações relativas à Oferta.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.

O mercado secundário brasileiro apresenta, historicamente, baixa liquidez para negociações de debêntures. Além disso, os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado ativo e líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário. Adicionalmente, a liquidez das Debêntures poderá ser negativamente afetada por uma crise no mercado de dívida local ou internacional, fazendo com que os titulares das Debêntures possam ter dificuldade em realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la, e, conseqüentemente, podem sofrer prejuízo.

A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta pode ter causado um efeito adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures, sendo que pode ter, inclusive, promovido a sua má-formação ou descaracterização do seu processo de formação, bem como na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

A taxa de remuneração final das Debêntures foi determinada com base no resultado no Procedimento de *Bookbuilding*, podendo diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão da Oferta. Adicionalmente, nos termos da regulamentação brasileira em vigor, considerando que não houve excesso de demanda superior em 1/3 da quantidade de Debêntures inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta, foi aceita a participação de Pessoas Vinculadas no processo de definição da taxa de remuneração final, mediante a participação desses no Procedimento de *Bookbuilding*. A participação de Pessoas Vinculadas no processo de definição da taxa de remuneração final das Debêntures pode ter causado um efeito adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures, uma vez que não foi determinado um limite máximo de participação de Pessoas Vinculadas, podendo, inclusive, ter promovido a sua má-formação ou descaracterização do seu processo de formação. Além disso, a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um efeito adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas podem optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a liquidez. A Emissora não tem como garantir que a aquisição das Debêntures por Pessoas Vinculadas não ocorrerá ou que referidas Pessoas Vinculadas não optarão por manter estas Debêntures fora de circulação.

A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.

O investimento em títulos de mercados emergentes, entre os quais se inclui o Brasil, envolve um risco maior do que os investimentos em títulos de emissores de países desenvolvidos, podendo esses investimentos serem tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos desses países, que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários de cumprir com suas obrigações. Eventos econômicos e políticos nesses países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. Não podemos garantir que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir no cumprimento de obrigações pela Emissora.

As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora, as quais refletem as opiniões da Emissora em relação ao desenvolvimento futuro da Emissora e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Emissora será consistente com tais informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures” e no item “Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora” da seção “Sumário da Emissora” na página 29 deste Prospecto, bem como nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Risco de Mercado”, constantes do Formulário de Referência da Emissora, incorporado por referência a este Prospecto e que se encontra disponível para consulta nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, na página 14 deste Prospecto. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que não representam qualquer garantia quanto a sua ocorrência. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume qualquer obrigação de atualizar ou revisar quaisquer informações acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo disposto na regulamentação aplicável, e a não concretização das perspectivas do seu futuro divulgadas podem gerar um efeito negativo relevante em seus resultados e operações.

EXEMPLARES DO PROSPECTO

Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo antes de tomar qualquer decisão de investir nas Debêntures.

Os investidores interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta poderão obter exemplares deste Prospecto nos endereços e nos websites da Emissora e dos Coordenadores indicados na seção “Informações Sobre a Companhia, os Garantidores, os Coordenadores, o Agente Fiduciário, o Banco Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, os Consultores Legais e os Auditores” deste Prospecto, bem como nos endereços e/ou websites indicados abaixo:

Emissora

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.

Diretoria de Relações com Investidores

Rua João Bettega, nº 5.700, CIC

Curitiba – PR

Website: <http://www.ouroverde.net.br/ri> (neste *website* acessar “Outros Documentos” e selecionar subitem “Prospecto de Distribuição Pública”).

Coordenadores

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar

São Paulo, SP, Brasil

Website: <http://www.hsbc.com.br/mercadodecapitais> (neste *website* clicar em “Ouro Verde – Prospecto Definitivo da 3ª Emissão de Debêntures”)

BANCO VOTORANTIM S.A.

Avenida das Nações Unidas, 14.171, 16º andar

São Paulo, SP, Brasil

Website: <http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas> (neste *website*, clicar no Prospecto Definitivo – Ouro Verde – Debêntures da 3ª Emissão – que se encontrará em ordem alfabética).

BES INVESTIMENTO DO BRASIL S.A. – BANCO DE INVESTIMENTO

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 8º e 9º andares

São Paulo, SP, Brasil

Website: <http://www.espiritosantoib.com.br> (neste *website*, clicar em Mercado de Capitais e, em seguida, clicar em Prospecto Definitivo de Debêntures – Ouro Verde Locação e Serviço S.A.).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Centro de Consulta da CVM – RJ

Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º a 4º andares

São Paulo, SP, Brasil

Website: www.cvm.gov.br (neste *website* acessar “Cias Abertas e Estrangeiras” da seção “Acesso Rápido”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações”. No *link*, buscar por “Ouro Verde Locação e Serviço S.A.” e clicar em continuar. Em seguida, clicar em “Ouro Verde Locação e Serviço S.A.” e, na página seguinte, selecionar “Prospecto de Distribuição Pública”. Acessar *download* com a data mais recente).

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP, Brasil

Departamento de Valores Mobiliários

Website: www.cetip.com.br (neste *website* acessar no item “Comunicados e Documentos”, o *link* “Prospectos de Debêntures”, selecionar “2014”, clicar em buscar e, posteriormente, acessar o *download* com a data mais recente do Prospecto).

BM&FBOVESPA S.A. – BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Rua XV de Novembro, nº 275,

São Paulo, SP, Brasil

Website: <http://www.bmfbovespa.com.br/renda-fixa/ofertaspublicas/ofertaspublicas.aspx?idioma=pt-br> (neste *website* acessar, na aba “Em andamento”, o item “DEB Ouro Verde”).

DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder desta Oferta para os fins do artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se anexas a este Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta no curso normal de seus negócios, na seguinte ordem, para: (i) integralização do CDB Cedido Fiduciariamente; (ii) investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves; e (iii) reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro, conforme percentuais aproximados demonstrados na tabela abaixo:

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido
	(%)	(em R\$)
Integralização do CDB Cedido Fiduciariamente ⁽¹⁾	10,12%	25.000.000,00
Investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves	29,94%	73.926.996,00
Reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro	59,94%	148.000.000,00
Total	100,00%	246.926.996,00

⁽¹⁾ O valor do CDB Cedido Fiduciariamente corresponde, na Data de Emissão, a 10% do saldo não amortizado do Valor Total da Emissão, ou seja, de R\$25,0 milhões mas poderá ser superior a este valor, considerando que o Preço de Integralização incorporará a Remuneração das Debêntures desde a Data de Emissão e até a Data de Liquidação.

Integralização do CDB Cedido Fiduciariamente

A Companhia deverá utilizar R\$25,0 milhões, correspondentes a cerca de 10,12% dos recursos líquidos estimados da Oferta para a integralização do CDB Cedido Fiduciariamente. O valor do CDB Cedido Fiduciariamente corresponde, na Data de Emissão, a 10% do saldo não amortizado do Valor Total da Emissão, ou seja, de R\$25,0 milhões, mas poderá ser superior a este valor, considerando que o Preço de Integralização incorporará a Remuneração das Debêntures desde a Data de Emissão e até a Data de Liquidação. Nos termos da Escritura de Emissão, a Companhia cedeu fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade de seus direitos com relação ao CDB Cedido Fiduciariamente, em garantia ao cumprimento de suas obrigações no âmbito da Emissão. Para maiores informações sobre o CDB Cedido Fiduciariamente, ver a seção “Descrição do Contrato de Cessão Fiduciária”, na página 85 deste Prospecto.

Investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves

A Companhia pretende utilizar R\$73,9 milhões, correspondentes a cerca de 29,94% dos recursos líquidos estimados da Oferta para investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves, no curso ordinário de seus negócios, tendo em vista a necessidade de constante expansão e renovação de sua frota operacional, por atuar em um setor de capital intensivo.

Reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro

A Companhia pretende utilizar R\$148,0 milhões, correspondentes a cerca de 59,94% dos recursos líquidos estimados da Oferta, para atendimento de sua necessidade de capital de giro, bem como para reforçar sua posição de caixa, melhorando seus índices de alavancagem, o que entende ser uma estratégia saudável para a manutenção e perenidade de dos negócios da Companhia.

Além dos recursos advindos da Oferta e dos resultados operacionais da Companhia não há, na data deste Prospecto outras fontes de recursos para a consecução dos objetivos acima descritos.

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em projeções e análises da Companhia. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos podem alterar a destinação dos recursos estabelecida na data deste Prospecto.

Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta não forem destinados para os fins acima descritos, serão aplicados no mercado financeiro, em instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia sejam inferiores à sua estimativa, a aplicação dos recursos líquidos captados será reduzida de forma proporcional àquela informada na tabela acima no que tange à sua alocação ao investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves e ao reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta em sua situação patrimonial, ver a seção “Capitalização”, na página 109 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta o endividamento total da Companhia (circulante e não circulante) e seu patrimônio líquido, em 30 de setembro de 2013, indicando a situação real naquela data e a posição ajustada para refletir os recursos líquidos estimados em aproximadamente R\$246,9 milhões (oferta de R\$250,0 milhões, líquidos de comissões e despesas de R\$3,1 milhões) a serem recebidos pela Companhia em função da Oferta, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

As informações abaixo, referentes à coluna “Real”, foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013, elaboradas de acordo com as IFRS e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com (i) os itens “3. Informações Financeiras Seleccionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto; e (ii) as demonstrações financeiras da Companhia, as quais se encontram incorporadas por referência a este Prospecto.

Em 30 de setembro de 2013		
	Real	Ajustado Pós-Oferta ⁽³⁾
	(em R\$ mil)	
Empréstimos e financiamentos (Circulante)⁽¹⁾	424.502	424.502
Empréstimos e financiamentos (Não Circulante)⁽¹⁾	937.788	1.184.715
Patrimônio Líquido.....	162.971	162.971
Capital social.....	102.723	102.723
Reservas de lucros	57.982	57.982
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	2.266	2.266
Capitalização total⁽²⁾	1.525.261	1.772.188

⁽¹⁾ Corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, instrumentos financeiros derivativos a pagar e receber e debêntures.

⁽²⁾ Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante e do patrimônio líquido.

⁽³⁾ Assumindo que a Companhia receberá recursos líquidos de aproximadamente R\$246,9 milhões com a Oferta, após a dedução das comissões e despesas que antecipa ter de pagar no âmbito da Oferta.

Não houve mudanças relevantes na capitalização da Companhia desde 30 de setembro de 2013.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA
- ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVOU A OFERTA
- ATA DA REUNIÃO DE SÓCIOS DA NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA. QUE APROVOU A CONCESSÃO DE GARANTIA FIDEJUSSÓRIA À OFERTA
- INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.
- PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.
- CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO – CDB E DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM CONTA VINCULADA EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS
- DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400
- SÚMULA DE *RATING* DA AGÊNCIA FITCH RATINGS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.
CNPJ/MF Nº 75.609.123/0001-23
NIRE Nº 41300078424

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DA DENOMINACAO SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO 1º. OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A. é uma sociedade anônima de capital autorizado, regida por este Estatuto, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e pelas demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Novo Mercado" e "BM&FBOVESPA", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

Parágrafo Segundo. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

ARTIGO 2º. A Companhia tem sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, podendo criar e extinguir filiais, escritórios, depósitos e outros estabelecimentos em quaisquer localidades do território nacional e no exterior, por meio de Deliberação de Diretoria.

ARTIGO 3º. A Companhia tem como objeto social a exploração das seguintes atividades:

- (i) locação de veículos e de equipamentos, com ou sem a cessão de operador;
- (ii) venda e comercialização de ativos imobilizados;
- (iii) gestão e administração de veículos, máquinas e equipamentos de terceiros;
- (iv) serviços de transporte rodoviário de cargas municipais, intermunicipais, interestaduais e internacionais, inclusive de produtos perigosos;
- (v) atividades relacionadas direta ou indiretamente aos serviços de transporte mencionados nas alíneas anteriores, tais como planejamento logístico, carga, descarga, transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, operação portuária, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais;
- (vi) prestação de serviços e execução de obras de engenharia civil, inclusive as



relacionadas a limpeza e manutenção de vias e logradouros públicos, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, domésticos, comerciais, industriais, hospitalares e materiais recicláveis, bem como o transporte e armazenagem de saneantes domissanitários;

- (vii) prestação de serviços de corte e colheita de cana;
- (viii) prestação de serviços de carga e descarga, com locação de mão de obra e equipamento de movimentação ao contratante;
- (ix) coleta de resíduos não perigosos de origem doméstica, urbana ou industrial por meio de lixeiras, veículos, caçambas, etc., bem como limpeza urbana; coleta de materiais recuperáveis; coleta de resíduos em pequenas lixeiras públicas; coleta de resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.); coleta de óleo usado recolhido em tambor armazenado junto com reciclável; coleta de resíduos biológicos perigosos; e coleta de lixo hospitalares; e
- (x) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

ARTIGO 4º. O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL

ARTIGO 5º. O Capital Social da Companhia é de R\$102.723.163,40 (cento e dois milhões, setecentos e vinte e três mil, cento e sessenta e três reais e quarenta centavos), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 87.163.450 (oitenta e sete milhões, cento e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo Segundo. Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável.

Parágrafo Terceiro. Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo Quarto. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.



Parágrafo Quinto. As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Sexto. Em qualquer hipótese, na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição do aumento de capital, observado o disposto no art. 171 da Lei das Sociedades por Ações e o Parágrafo Terceiro do Artigo 6º abaixo.

Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Primeiro. O aumento do capital social nos limites do capital autorizado será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo Segundo. Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição.

Parágrafo Terceiro. A critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e, no caso do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado.

ARTIGO 7º. A Companhia poderá adquirir suas próprias ações para permanecer em tesouraria ou posterior alienação ou cancelamento, mediante aprovação do Conselho de Administração, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 8º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 04 (quatro) primeiros meses subsequentes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, devendo o edital de convocação, contendo o local, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações, data, hora e ordem do dia da assembleia, ser publicado por três vezes nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio, ou com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em segunda convocação.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, salvo quando a lei exigir quorum mais elevado e observadas as



disposições deste Estatuto Social; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

ARTIGO 9º. Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá apresentar no dia da realização da respectiva Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto Social, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo Primeiro. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

ARTIGO 10. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto, ou na ausência de ambos, por qualquer acionista presente, escolhido pela Assembleia.

ARTIGO 11. Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- (i) tomar, anualmente, as contas dos administradores relativas ao último exercício social;
- (ii) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração, indicando o Presidente e o Vice-Presidente, e do Conselho Fiscal, quando instalado, e, se for o caso, de seus suplentes;
- (iv) determinar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (v) deliberar sobre aumento ou redução de capital social, ou emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia, exceto quando em conformidade com o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social;
- (vi) alterar o Estatuto Social;
- (vii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, incorporação de ações da Companhia por outra sociedade, cisão, dissolução e liquidação da Companhia;



- (viii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (ix) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, por recomendação da Diretoria, aprovar programas de outorga de opções de compra de ações no âmbito de tais planos;
- (x) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (xi) deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xii) deliberar a saída do Novo Mercado, a qual deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias;
- (xiii) suspender o exercício de direitos dos acionistas, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (xiv) escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação nos casos dos artigos 43, 45, 46, 47 e 48 deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas em lista tríplice formulada pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 12. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Único. Salvo decisão contrária da Assembleia Geral, as atas serão lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 13. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive do direito de voto, do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou por este Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer, além de outros aspectos, o alcance da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

Parágrafo Segundo. A suspensão de direitos cessará logo que regularizada a obrigação que tenha dado causa à referida suspensão.

CAPÍTULO IV



DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 14. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, que serão compostos e funcionarão de conformidade com o presente Estatuto.

Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral fixará a remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração fazer a distribuição entre os seus membros e os da Diretoria.

Parágrafo Segundo. A Assembleia Geral Ordinária poderá fixar anualmente uma participação dos administradores nos lucros da Companhia, respeitados os limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 15. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Único. Os administradores da Companhia deverão aderir à política de divulgação de ato ou fato relevante e à política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo de adesão.

SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 16. O Conselho de Administração será constituído de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros titulares, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, iniciando-se na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social do ano anterior a eleição de tais membros, permitida a reeleição. Dentre os membros eleitos, a Assembleia Geral indicará um Presidente e um Vice-Presidente.

Parágrafo Primeiro. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado e constante do Artigo 39 deste Estatuto Social, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os elege, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da definição constante do artigo 39 deste Estatuto.

Parágrafo Segundo. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo primeiro acima, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Terceiro. Nos casos de ausência, impedimento ou vacância, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

Parágrafo Quarto. Ocorrendo vacância no Conselho de Administração, o conselheiro substituto será eleito pela Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que se verificar a vacância. Para os fins deste Artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.



Parágrafo Quinto. Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que resulte em composição do órgão inferior ao número mínimo de membros previsto no Artigo 16 deste Estatuto Social, o Conselho de Administração deverá convocar, nos termos do Artigo 8º deste Estatuto Social, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data em que se verificar a vacância, uma Assembleia Geral para eleger um substituto para cumprir o restante do mandato do membro substituído.

Parágrafo Sexto. Nas ausências temporárias, os membros do Conselho de Administração poderão ser substituídos por outro conselheiro, por indicação específica do próprio ausente, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do conselheiro que substituir, nos exatos termos em que foi instruído pelo ausente.

ARTIGO 17. Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração dentro de 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, observado o disposto no Artigo 15 deste Estatuto Social.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

ARTIGO 18. Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito como membro do Conselho, salvo dispensa expressa da Assembleia Geral, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) possuir ou representar interesse conflitante com os da Companhia.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho de Administração que deixem de preencher, por fato superveniente ou desconhecido à época de sua eleição, os requisitos estabelecidos no *caput* deste Artigo, ou ainda, no caso de Conselheiros Independentes que deixem de atender os requisitos de independência previstos neste Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado e, por força disto, deixe de ser observado o percentual de 20% (vinte por cento) estabelecido no parágrafo primeiro do Artigo 16 acima, devem ser imediatamente substituídos.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho de Administração não poderão ter acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesses conflitantes com os da Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto.

ARTIGO 19. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas ordinariamente uma vez a cada 03 (três) meses, e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário discutir e deliberar sobre assunto relevante, podendo ser convocadas por seu Presidente ou pelo Vice-Presidente, ou ainda, pela maioria dos seus membros, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, através de carta, telegrama ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento, contendo hora, local e ordem do dia, observado o quórum de instalação determinado no Artigo 20 abaixo.

Parágrafo Primeiro. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, na sede da Companhia, podendo ocorrer através de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro



meio eletrônico ou tecnológico disponível. Os membros do Conselho poderão expressar seu voto em tal reunião através de carta, declaração ou mensagem encaminhada à Companhia, anteriormente ou durante a realização da reunião, por fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnológico disponível. O membro do Conselho de Administração, agindo conforme disposto acima, será considerado presente a reunião e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado a ata respectiva, nos termos do parágrafo segundo abaixo.

Parágrafo Segundo. Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião, e posteriormente incluída no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo primeiro deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Terceiro. Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo Quarto. Será considerada regular a reunião do Conselho de Administração que se instalar com a presença da totalidade dos seus membros, independentemente das formalidades de convocação previstas no *caput* deste Artigo.

ARTIGO 20. O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de 75% (setenta e cinco por cento) de seus membros em 1ª (primeira) convocação e de qualquer número de presentes em 2ª (segunda) convocação.

Parágrafo Único. O quórum de deliberação será o da maioria simples dos membros presentes às reuniões. Em caso de empate das deliberações, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de qualidade.

ARTIGO 21. Sem prejuízo das demais atribuições previstas no artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações e de outras previsões deste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a determinação das metas e estratégias de negócios a serem atingidas pela Companhia, zelando por sua boa execução;
- (b) aprovar o orçamento anual, plano de negócios, projetos de expansão, plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos;
- (c) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, dentro da competência da Diretoria constante do Estatuto Social;
- (d) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício e deliberar sobre sua submissão à



Assembleia Geral;

- (e) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (f) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar atos, livros, papéis, documentos e contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia;
- (g) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando achar conveniente, Assembleia Geral Extraordinária;
- (h) deliberar sobre quaisquer propostas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral;
- (i) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício elaborada pela Diretoria;
- (j) deliberar sobre a prática de atos que importem em significativa alteração das fontes de recursos da Companhia;
- (k) escolher e destituir auditores independentes;
- (l) propor a Assembleia Geral a reforma do Estatuto Social e a realização de operações de fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Companhia ou incorporação de ações de emissão da Companhia ao capital de outra sociedade;
- (m) deliberar sobre a recompra de ações pela Companhia;
- (n) fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, após a Assembleia Geral ter aprovado a remuneração global da administração;
- (o) examinar proposta da Diretoria de aumento do capital social, fixando as condições de emissão e colocação das novas ações decorrentes do aumento, submetendo a proposta de aumento à assembleia geral;
- (p) examinar proposta da Diretoria para a celebração de contratos dos quais possam decorrer limitações ao poder de gestão da Companhia que impliquem ou possam implicar em uma modificação substancial da natureza das atividades exercidas pela Companhia, submetendo tal proposta, juntamente com seu parecer, a deliberação da Assembleia Geral;
- (q) aprovar a contratação de empréstimos e/ou financiamentos que importem, individualmente, em montante que corresponda a valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor de patrimônio líquido consolidado da Companhia, apurado com base no último balanço patrimonial aprovado anteriormente à data da pretendida realização do ato em questão;
- (r) deliberar sobre a oneração de bens do ativo imobilizado, por meio da constituição ou cessão de direitos reais de garantia, bem como prestação de aval ou fiança em



operações relacionadas com o objeto social e em favor de empresas ligadas, controladas e coligadas, em montante que corresponda a valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor de patrimônio líquido consolidado da Companhia, apurado com base no último balanço patrimonial aprovado anteriormente à data da pretendida realização do ato em questão;

(s) deliberar sobre a alienação ou outra forma de transferência de bens do ativo imobilizado da Companhia em montante que corresponda a valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor de patrimônio líquido consolidado da Companhia, apurado com base no último balanço patrimonial aprovado anteriormente à data da pretendida realização do ato em questão;

(t) deliberar sobre quaisquer investimentos ou despesas não previstas nos planos de negócios, operacionais e de investimento aprovados;

(u) deliberar sobre o pagamento de juros, a título de remuneração do capital próprio e declarar, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária subsequente, dividendos intermediários e/ou intercalares;

(v) aprovar a realização de investimentos em atividades fora do campo principal de atuação da Companhia, desde que abrangidas pelo objeto social descrito no Artigo 3º deste Estatuto Social;

(w) observado o disposto neste Estatuto Social, deliberar sobre a emissão de debêntures simples, e, dentro do limite do capital autorizado, deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis e bônus de subscrição;

(x) observado o disposto neste Estatuto Social, deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, nos limites do capital autorizado, com ou sem exclusão do direito de preferência, mediante a emissão de novas ações ou não;

(y) aprovar, conforme proposta da Diretoria, programas de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, no âmbito de planos de outorga de opções aprovados pela Assembleia Geral, observados seus limites, termos e condições;

(z) aprovar a celebração de transação, acordo ou contrato, de qualquer espécie e natureza, entre a Companhia e signatários de acordo de acionistas da Companhia (quando aplicável), bem como com controladores, controladas e sociedades que se encontrem sob controle comum com a Companhia e/ou tais signatários (quando aplicável), bem como a alteração de tais tipos de transação, acordo ou contrato;

(aa) aprovar a contratação de operações que possam configurar situações de conflito de interesse entre os acionistas controladores, os administradores e a Companhia;

(bb) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a



conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(cc) definir lista tripla de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado; e

(dd) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral, bem como resolver os casos omissos.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho de Administração que também sejam Diretores deverão abster-se de votar nas matérias previstas nas alíneas (d) e (n) deste Artigo.

ARTIGO 22. O Conselho de Administração poderá criar comitês técnicos ou consultivos para assessorá-lo na administração da Companhia, com objetivos e funções definidos.

Parágrafo Primeiro. Serão aplicáveis aos membros dos comitês as mesmas obrigações e vedações impostas aos administradores da Companhia pela Lei, por este Estatuto Social.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA

ARTIGO 23. A Diretoria da Companhia, será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 cinco membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo necessariamente 01 (um) Diretor Presidente e 01 (um) Diretor de Finanças e de Relações com Investidores. Os demais Diretores terão a denominação e as atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. O mandato de cada Diretor será unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro competente, observado o disposto no Artigo 15 deste Estatuto Social, e permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Segundo. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Terceiro. Os Diretores substituir-se-ão entre si nos casos de ausências temporárias. Ocorrendo vacância de qualquer cargo de Diretor, o novo Diretor que for eleito pelo Conselho de Administração permanecerá no cargo pelo tempo restante do mandato do Diretor substituído. Para os fins deste parágrafo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

ARTIGO 24. A Diretoria poderá reunir-se sempre que convocada por qualquer dos Diretores.



Parágrafo Primeiro. As deliberações em reuniões de Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo Segundo. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, sendo que tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Terceiro. Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião, e posteriormente incluída no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo segundo deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Segundo. Competirá à Diretoria a condução dos negócios sociais, observado o disposto neste Estatuto Social, na legislação pertinente, e em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

ARTIGO 25. São atribuições e deveres da Diretoria, observadas, quando aplicáveis, as competências privativas da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e seus respectivos limites:

- (a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e as resoluções do Conselho de Administração;
- (b) representar a Companhia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, na forma do disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social, na prática de todos os atos e negócios jurídicos, incluindo, sem se limitar, a representação da Companhia perante quaisquer bancos e instituições financeiras no Brasil ou no exterior, para abertura, manutenção, movimentação e encerramento de contas correntes, incluindo depósitos e retiradas de recursos, requisição e retirada de talonários de cheques; emissão, endosso e desconto de cheques ou outros títulos de crédito; assinatura de contratos de câmbio; celebração de contratos de financiamento para aquisição de veículos, máquinas e/ou equipamentos, celebração de contratos de *leasing* e Fime para aquisição de veículos, máquinas e/ou equipamentos, e outros contratos financeiros necessários à atividade da Companhia, saque, emissão, aceitação e endosso de duplicatas, cheques, letras de câmbio, notas promissórias e quaisquer outros títulos de crédito em favor da Companhia, celebração de contratos em geral, em especial de locação de veículos, máquinas e/ou equipamentos da Companhia, locação de imóveis, compra e venda de insumos e ativos, prestação de serviços, celebração de termos de responsabilidade, com fixação das cláusulas e condições pertinentes, representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos e repartições públicas federais, estaduais, municipais, entidades paraestatais e autárquicas; empresas concessionárias de serviços públicos, delegacias de polícia, DETRAN, DENATRAN e quaisquer outros departamentos de trânsito, polícia rodoviária federal e estadual, para a prática de todos os atos necessários para retirar e liberar veículos de propriedade da Companhia que tenham sido objeto de apreensão, retenção ou acidente,



em qualquer Estado do território nacional ou no exterior;

- (c) observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social, nomear procuradores, devendo especificar no instrumento os atos ou operações que eles poderão praticar e a duração do mandato;
- (d) onerar bens do ativo permanente, por meio da constituição ou cessão de direitos reais de garantia, bem como prestar aval ou fiança em operações relacionadas com o objeto social e em favor de empresas ligadas, controladas e coligadas;
- (e) confessar, renunciar e transigir em qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinentes às suas operações sociais;
- (f) celebrar contratos ou outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições de direito público e privado, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das operações da Companhia;
- (g) aprovar, nos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a Companhia, nos termos do § 4º do artigo 154 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior e de outros documentos conexos exigidos por lei;
- (i) aprovar a criação e extinção de subsidiária e controladas e a participação da Companhia no capital de outras sociedades, no País ou no exterior;
- (j) definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- (k) propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia;
- (l) aprovar e executar, mediante deliberação prévia do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, quaisquer investimentos ou despesas não previstas nos planos de negócios, operacionais e de investimento aprovados;

ARTIGO 26. Os Diretores, individualmente, terão as atribuições indicadas abaixo:

I. São atribuições do Diretor Presidente:

- (a) representar a Companhia perante o mercado, as autoridades e instituições públicas;
- (b) coordenar o planejamento global da Companhia;
- (c) coordenar, em conjunto com os demais Diretores, as atividades voltadas ao



planejamento estratégico da Companhia;

(d) coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores, com relação à fiel execução das políticas e diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração;

(e) presidir as Reuniões de Diretoria;

(f) gerenciar a política de comunicação da Companhia;

(g) supervisionar, em conjunto com o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, a implementação do plano orçamentário da Companhia;

(h) dirigir a área de administração da Companhia, sendo responsável pelos recursos humanos, controle, contabilidade, serviços gerais e outras atividades de natureza correlata;

(i) coordenar as atividades comerciais da Companhia;

(j) definir outras atribuições dos demais Diretores, não previstas neste estatuto;

(k) deliberar sobre abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do País ou do exterior;

(l) indicar, na sua ausência, outro Diretor para substituí-lo em suas atribuições; e

(m) outras atribuições determinadas pelo Conselho de Administração.

II. São atribuições do Diretor de Finanças e Relações com Investidores:

(a) dirigir a área de finanças da Companhia, sendo responsável pelo planejamento econômico-financeiro, orçamento e outras atividades de natureza correlata;

(b) controlar o cumprimento dos compromissos de cunho financeiro da Companhia;

(c) coordenar a avaliação e implementação de financiamentos;

(d) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais;

(e) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores ou demais mercados em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;

(f) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e



(g) outras atribuições determinadas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 27. Em todos os atos, a representação da Companhia se dará (i) individualmente pelo Diretor Presidente, ou (ii) por 2 (dois) Diretores em conjunto, ou (iii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador nomeado em instrumento de mandato assinado isoladamente pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Primeiro. A representação da Companhia será validamente efetuada pela assinatura individual de 01 (um) Diretor ou 01 (um) procurador, constituído nos termos do *caput* deste Artigo 27, nas seguintes situações:

- (a) em juízo, ativa ou passivamente;
- (b) na assinatura de carteiras de trabalho de empregados, documentos relacionados às férias, fundo de garantia, seguro desemprego, RAIS, documentos de afastamento perante o INSS, documentos declarações pertinentes aos empregados, contratos de funcionários, contratos de experiência e rescisões de contratos de trabalho dos empregados;
- (c) perante qualquer estabelecimento bancário, com o objetivo de realizar transferências bancárias entre contas da Companhia;
- (d) para apresentar e retirar títulos para protestos perante quaisquer cartórios ou distribuidores, proceder o levantamento de importâncias em dinheiro, receber e dar quitação, assinar cartas de anuência;
- (e) perante quaisquer órgãos públicos e repartições públicas federais, estaduais, municipais; entidades paraestatais e autárquicas; Ministério da Fazenda, Ministério dos Transportes, Instituto Nacional da Previdência Social-INSS, Delegacias de Rendas Estaduais, companhias seguradoras em geral, agências de navegação marítima e aérea, Secretarias e Delegacias da Receita Federal, Superintendência Regional da Receita Federal, Inspetoria da Receita Federal, Alfândegas e Agências da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretarias Estaduais e Municipais de Fazenda, Prefeituras Municipais, Juntas Comerciais, Consulados Estrangeiros, SECEX - Secretaria do Comercio Exterior, DECEX-Departamento do Comércio Exterior, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, empresas concessionárias de serviços públicos, delegacias de polícia, DETRAN, DENATRAN e quaisquer outros departamentos de trânsito, polícia rodoviária federal e estadual, para a prática de todos os atos necessários para retirar e liberar veículos de propriedade da Companhia que tenham sido objeto de apreensão, retenção ou acidente, em qualquer Estado do território nacional ou no exterior, repartições dos Correios e Telégrafos;
- (f) na celebração de termos de responsabilidade em garantia do cumprimento de obrigações tributárias, requerimento de restituição de indébitos, isenção, redução ou suspensão de tributos, compensação ou desistência de vistoria, conforme art. 24 do Decreto nº 649/92;



(g) na celebração de contratos de locação de veículos, máquinas e/ou equipamentos, de locação de imóveis, de prestação de serviços, compra e venda de insumos e ativos, termos de responsabilidade, declarações, confissões de dívida, notificações e acordos de confidencialidade.

Parágrafo Segundo. O Diretor de Finanças e Relações com Investidores, individualmente, representará validamente a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais mercados em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e perante os demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pela Companhia no mercado de capitais.

ARTIGO 28. Além dos demais limites impostos por este Estatuto Social e por resoluções do Conselho de Administração, é expressamente vedado aos membros da Diretoria prestar, em conjunto ou isoladamente, avais, fianças, abonos, saques de favor ou quaisquer outros atos que obriguem a Companhia em negócios estranhos aos interesses e objeto social desta, exceto quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 29. Além das atribuições estabelecidas expressamente por este Estatuto Social, os Diretores terão as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 30. O Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e, quando instalado, será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no País, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral na forma da lei.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio.

Parágrafo Segundo. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Parágrafo Quarto. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo Quinto. Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que (i) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de Acionista Controlador ou Controlada; (ii) seja cônjuge ou parente até 3º (terceiro) grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de Concorrente ou de Acionista Controlador ou Controlada de concorrente.



Parágrafo Sexto. Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, que não tenham sido membros do Conselho Fiscal no período subsequente à última Assembleia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

ARTIGO 31. Quando instalado, o Conselho Fiscal tem os poderes e as atribuições que a lei lhe confere, reunindo-se sempre que convocado por qualquer de seus membros.

ARTIGO 32. Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto no artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

ARTIGO 33. O exercício social se inicia a 1º de janeiro e termina no dia 31 de dezembro de cada ano.

ARTIGO 34. Ao término de cada exercício social serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela lei e pela regulamentação aplicáveis.

ARTIGO 35. O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral, juntamente com as demonstrações financeiras, proposta de destinação do lucro líquido do exercício, com observância do disposto neste Estatuto Social e na lei.

ARTIGO 36. O lucro líquido do exercício será distribuído na seguinte ordem:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal ate que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) atribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício ajustado na forma do disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
- c) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício terá a aplicação que a Assembleia Geral lhe destinar, podendo ser distribuído a título de dividendos ou remanescer em conta de reservas previstas na Lei das Sociedades por Ações ou neste Estatuto Social.

Parágrafo Único. Por proposta da Diretoria e deliberação da Assembleia Geral, parcela do lucro, respeitado o dividendo mínimo obrigatório e a reserva legal, poderá ser destinada para “Reserva de Reforço do Capital de Giro”, que terá como finalidade reforçar o caixa para condução dos negócios da Companhia, bem como possibilitar o crescimento orgânico da Companhia. A Reserva de Reforço do Capital de Giro poderá ser formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício que remanescer após as deduções legais e estatutárias e terá como limite máximo o valor do capital social, deduzidas as demais reservas. A Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do saldo da Reserva de Reforço do Capital de Giro no aumento ou integralização do capital social ou na distribuição de dividendos, devendo fazê-lo, ainda, sempre que o seu saldo exceder o limite previsto neste parágrafo.



ARTIGO 37. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas, líquidas de impostos retidos na forma da lei, ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor do dividendo obrigatório ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo Segundo. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, conforme for o caso.

ARTIGO 38. A administração da Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, bem como, por deliberação do Conselho de Administração, declarar, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária subsequente, dividendos intermediários ou intercalares e declarar juros sobre capital próprio, à conta de lucros apurados nesses balanços ou de lucros ou reservas de lucros do último balanço anual ou semestral, observadas as regras do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VII

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

ARTIGO 39. A Alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Primeiro. A oferta pública de que trata este artigo será exigida ainda:

- a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou
- b) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Parágrafo Segundo. Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:



“Acionista Controlador” - significa o acionista ou o Grupo de Acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” - significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

“Ações de Controle” - significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

“Ações em Circulação” - significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

“Adquirente” - significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

“Alienação de Controle da Companhia” - significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“Conselheiro Independente” - significa o Conselheiro que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

“Derivativos” - significa títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos tendo como lastro ou objeto valores mobiliários de emissão da Companhia.

“Investidor” - significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, entidades não personificadas, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto com o Investidor e/ou que atue representando o mesmo interesse do Investidor, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia.

“Grupo de Acionistas” - significa o grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de Controle; ou (iii) sob Controle Comum.

“Poder de Controle” (bem como os seus termos correlatos, “Controle”, “Controlador”, “sob Controle comum” ou “Controlada”) - significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Poder de Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.



“Valor Econômico” - significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

ARTIGO 40. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 39 deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

ARTIGO 41. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente do Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 42. Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Controle poderá ser registrado na sede da Companhia, enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 43. Na oferta pública de aquisição de ações a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 46 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 44. A saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser (i) previamente aprovada em Assembleia Geral; e (ii) comunicada à BM&FBOVESPA por escrito com antecedência prévia mínima de 30 (trinta) dias.

ARTIGO 45. Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou, em virtude de uma reorganização societária da qual a companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 46 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 46. O laudo de avaliação previsto nos artigos acima deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus Administradores e dos Acionistas Controladores, além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo.



Parágrafo Primeiro. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo Segundo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

ARTIGO 47. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 45 acima.

Parágrafo Primeiro. A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo Segundo. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

ARTIGO 48. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 46 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. O Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse Artigo.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral cuja ordem do dia será a



deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto. Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

ARTIGO 49. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

ARTIGO 50. Os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua liquidação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro. O acionista não se exime da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição até que seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VIII JUÍZO ARBITRAL

ARTIGO 51. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (se instalado) obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO IX DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 52. A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo a Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e, se for o caso, o Conselho Fiscal para tal finalidade.



CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 53. A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

ARTIGO 54. Os casos omissos deste Estatuto serão regidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, observado o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

ARTIGO 54. Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

ARTIGO 56. As publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações serão realizadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e em outro jornal de grande circulação.

ARTIGO 57. As disposições contidas (i) nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º; (ii) no parágrafo 4º do Artigo 5º; (iii) nas alíneas (xi) e (xii) do Artigo 11; (iv) no Artigo 15; (v) nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 16; (vi) nas alíneas (bb) e (cc) do Artigo 21; (vii) no parágrafo 2º do Artigo 23; (viii) no parágrafo 2º do Artigo 30; (ix) no Capítulo VII; e (x) no Capítulo VIII deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública de ações, referente à primeira oferta pública primária e/ou secundária de ações de emissão da Companhia, a ser realizada após a obtenção, pela Companhia, do respectivo registro de companhia aberta perante a CVM e à adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVOU A OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.
CNPJ/MF Nº 75.609.123/0001-23
NIRE 41.300.078.424

COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2013

- I. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 20 dias do mês de dezembro de 2013, às 09:00 horas, na sede social da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. ("Companhia"), na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettge, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000.
- II. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do artigo 19, parágrafo quarto, do estatuto social da Companhia.
- III. **MESA:** Presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Celso Antonio Frare ("Presidente"), e secretariada pela Sra. Laura Rymza Barbosa, conforme indicação do Presidente.
- IV. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre:
 - (i) a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em até três séries, em conformidade com o disposto nos artigos 52 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para distribuição pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), no valor total inicial de até R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), podendo chegar a até R\$337.500.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais) ("Valor Total da Emissão") em virtude da emissão das Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e/ou de Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo) ("Debêntures", "Emissão" e "Oferta", respectivamente) pela Companhia;

- (ii) a outorga de garantia real, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), compreendida pela cessão fiduciária, que opera a transferência da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta, nos termos da legislação aplicável (i) da totalidade dos direitos da Companhia com relação ao Certificado de Depósito Bancário - CDB com liquidez diária de emissão do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("Instituição Depositária"), de titularidade da Companhia ("CDB Cedido Fiduciariamente"), emitido para aplicação dos recursos representativos de, no mínimo, 10% (dez por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração (conforme abaixo definido), durante todo o prazo de vigência das Debêntures, depositados em conta vinculada mantida pela Companhia junto à Instituição Depositária ("Conta Vinculada"), bem como os direitos creditórios dele decorrentes, que devem permanecer livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, até a liquidação integral das obrigações assumidas pela Companhia na Escritura de Emissão, bem como todos e quaisquer direitos de crédito existentes ou que venham a se constituir no futuro, decorrentes dessa aplicação financeira, incluindo, mas sem limitações, todos os recursos, direitos, frutos, rendimentos, pagamentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a ela relacionados, presentes ou futuros, nos termos do "*Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário - CDB e de Direitos Creditórios em Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças*" ("Contrato de Cessão Fiduciária"); (ii) dos direitos creditórios originados de contratos junto a clientes dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves da Companhia, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, dívidas ou restrições ("Contratos de Frota") aos titulares das Debêntures e seus sucessores e cessionários, representados pelo Agente Fiduciário, todos identificados no Contrato de Cessão Fiduciária, abrangendo, também, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos ou multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Companhia pelas contrapartes dos Contratos de Frota ("Direitos Creditórios Cedidos"), sendo que, a todo tempo, o valor dos direitos creditórios futuros associados aos contratos de frota devem corresponder, conjuntamente, a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a

Remuneração (conforme abaixo definido), durante todo o prazo de vigência das Debêntures, sendo certo que serão consideradas, para efeito do cálculo do índice de cobertura acima mencionado, apenas as parcelas vincendas dos Direitos Creditórios Cedidos devidas até o final do prazo de vigência das Debêntures, ou seja, quaisquer parcelas vincendas dos Diretos Creditórios Cedidos com data posterior ao término da vigência das Debêntures deverão ser desconsideradas para fins do referido cálculo, observados os demais termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária; e (iii) a totalidade dos direitos da Companhia relativos à Conta Vinculada, incluindo as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos nela depositados, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente e os decorrentes dos Contratos de Frota, incluindo eventuais rendimentos;

- (iii) autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todo e qualquer ato, celebrarem todos e quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, bem como à perfeita constituição das Garantias (conforme definido abaixo), incluindo, mas sem limitação, (a) a Escritura de Emissão e o aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo), a qual retificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) e fará constar o eventual aumento da Oferta em virtude da emissão das Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e/ou de Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo); (b) à contratação de instituições financeiras intermediárias devidamente habilitadas para serem responsáveis por coordenar e intermediar a Oferta, assim como de quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão, à Oferta e às Debêntures, incluindo, mas sem limitação aos assessores legais da Oferta, Agente Fiduciário, agência de *rating*, banco liquidante e banco escriturador mandatário;
- (iv) ratificar os atos práticos pela Diretoria da Companhia, em consonância com as deliberações acima.

V. DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram e aprovaram:

- (i) a terceira Emissão das Debêntures, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 400, no montante de, inicialmente, até R\$250.000.000,00

(duzentos e cinquenta milhões), podendo chegar a até R\$337.500.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais) em virtude da emissão das Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e/ou de Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo), nos termos e condições a serem estabelecidas no *"Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A."* ("Escritura de Emissão"), com as seguintes características:

- (a) **Número da Emissão:** a emissão das Debêntures representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Companhia;
- (b) **Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário");
- (c) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de, inicialmente, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), podendo chegar a até R\$337.500.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais) em virtude da emissão das Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e/ou de Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo), sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida por meio do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vasos Comunicantes");
- (d) **Número de séries:** as Debêntures serão emitidas em até três séries;
- (e) **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas, inicialmente, até 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, observado que tal montante pode ser aumentado para até 33.750 (trinta e três mil, setecentas e cinquenta) Debêntures, em função da emissão de Debêntures Adicionais e/ou de Debêntures Suplementares (conforme definidos abaixo), em até três séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser emitida em cada uma das séries será definida em sistema de vasos comunicantes após a



conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding"), ressalvado que qualquer das séries poderá não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. A quantidade de Debêntures alocada em cada série, bem como o número de séries efetivamente emitidas, serão objeto de aditamento à Escritura de Emissão, ficando desde já os Diretores da Companhia autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento em nome da Companhia, sem a necessidade de prévia aprovação societária;

- (f) **Colocação, Distribuição e Negociação:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública (i) para as Debêntures alocadas na 1ª série e as Debêntures alocadas na 2ª série, caso existam, sob o regime de garantia firme de colocação no valor total de até 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, correspondentes na Data de Emissão, ao valor de até R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), (ii) para as Debêntures alocadas na terceira série, caso existam, sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, da 3ª Emissão Pública da Ouro Verde Locação e Serviço S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), o qual será celebrado entre a Companhia e as instituições intermediárias financeiras que atuarão na qualidade de coordenadores da Oferta ("Coordenadores"). As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPA FIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPA FIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a



custódia e a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures;

- (g) **Aumento da Oferta:** nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares, conforme abaixo) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 5.000 (cinco mil) Debêntures adicionais, que somente poderão ser emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores ("**Debêntures Adicionais**"). As Debêntures Adicionais observarão as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e poderão ser emitidas até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e emitidas na 1ª série, na 2ª série e/ou na 3ª série, em Sistema de Vasos Comunicantes, de acordo com a demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding*. Caso venham a ser emitidas, as Debêntures Adicionais serão colocadas em regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.750 (três mil e setecentas e cinquenta) Debêntures suplementares, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia ("**Debêntures Suplementares**"). As Debêntures Suplementares observarão as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e poderão ser exercidas até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e emitidas na 1ª série, na 2ª série e/ou na 3ª série, em Sistema de Vasos Comunicantes, de acordo com a demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding*. Caso venham a ser emitidas, as Debêntures Suplementares serão colocadas em regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores;

- (h) **Destinação de Recursos:** os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Companhia, na seguinte ordem, para: (i) integralização do CDB Cedido Fiduciariamente;



(ii) o investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves; e (iii) reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro;

- (i) **Data de Emissão:** a data de emissão das Debêntures será definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão");
- (j) **Prazo e Data de Vencimento:** as Debêntures da primeira série terão o prazo de 4 (quatro) anos contados a partir da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"). As Debêntures da segunda série terão o prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"). As Debêntures da terceira série terão o prazo de 7 (sete) anos contados a partir da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série").
- (k) **Convertibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia;
- (l) **Espécie:** as Debêntures de todas as séries são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória adicional outorgada pelos Garantidores;
- (m) **Forma:** as Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;
- (n) **Atualização Monetária das Debêntures:** as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente. As Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado anualmente ("Atualização Monetária"), a partir da Data de Emissão, conforme o caso até a data de seu efetivo pagamento, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal



Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), de acordo com a fórmula a ser incluída na Escritura de Emissão.

- (o) **Remuneração: Primeira Série.** A partir da Data de Emissão, cada Debênture da 1ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros - de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa ou spread, a ser definido no Procedimento de Bookbuilding, e, em qualquer caso, limitado a 2,40% a.a. (dois inteiros e quarenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série"). **Segunda Série.** A partir da Data de Emissão, cada Debênture da 2ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou spread, a ser definido no Procedimento de Bookbuilding, e, em qualquer caso, limitado a 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor



Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, desde a Data da Emissão - ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série ou Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento. *Terceira Série.* As Debêntures da 3ª Série farão jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa, na forma percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 2020 ("NTN-B/20"), divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), a ser apurada entre o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula abaixo ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração das Debêntures da 3ª Série" e, em conjunto com os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, "Remuneração"). Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Companhia ratificará o seu

resultado, por meio de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCEPAR, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia, o que fica devidamente aprovado pelos membros do Conselho de Administração presentes nesta reunião. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série" como o primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, exclusive; para os demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até as respectivas Datas de Vencimento das Debêntures da 3ª Série;

- (p) **Pagamento da Remuneração:** *Primeira Série.* O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série será feito mensalmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série"). Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série aqueles que forem titulares de Debêntures da 1ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. *Segunda Série.* O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série será feito mensalmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série"). Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série aqueles que forem titulares de Debêntures da 2ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. *Terceira Série.* O pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série será feito anualmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série" e, em conjunto com as Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e com as Datas de Pagamento da Remuneração



das Debêntures da 2ª Série, "Data de Pagamento da Remuneração"). Farão jus a Remuneração das Debêntures da 3ª Série aqueles que forem titulares de Debêntures da 3ª Série ao final do Dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

- (q) **Amortização do Valor Nominal Unitário:** *Primeira Série.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado após o decurso de 18 (dezoito) meses, contados da Data de Emissão - exclusive o 18º (décimo oitavo) mês, mediante o pagamento de 31 (trinta e uma) parcelas mensais e sucessivas, ficando estabelecido que a 31ª (trigésima primeira) será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário remanescente na Data de Vencimento da 1ª Série. *Segunda Série.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses, contados da Data de Emissão - exclusive o 24º (vigésimo quarto) mês, mediante o pagamento de 37 (trinta e sete) parcelas mensais e sucessivas, ficando estabelecido que a 37ª (trigésima sétima) será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário remanescente na Data de Vencimento da 2ª Série. *Terceira Série.* O Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série será amortizado, em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, ao final do 5º (quinto), 6º (sexto) e 7º (sétimo) anos, contados da Data de Emissão, ficando estabelecido que (i) cada uma das 2 (duas) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Atualizado de cada Debêntures da 3ª Série será correspondente a 33,3% (trinta e três inteiros e três décimos por cento) do Valor Nominal Atualizado; e (ii) a 3ª (terceira) e última parcela de pagamento do Valor Nominal Atualizado será correspondente a 33,4% (trinta e três inteiros e quatro décimos por cento) do Valor Nominal Atualizado, e serão pagas no prazo acima estipulado;
- (r) **Resgate Antecipado e Amortização Antecipada Facultativa:** Não haverá amortização ou resgate antecipado obrigatório ou facultativo. Contudo, as Debêntures poderão/deverão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA/IBGE ou da Taxa DI, nos termos da Escritura de Emissão;

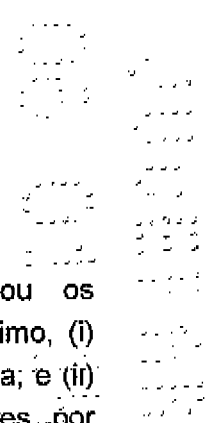
- (s) **Aquisição Facultativa**: a Companhia poderá adquirir Debêntures em circulação no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, caso tal aquisição venha a ser efetuada por valor igual ou inferior ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário ou do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Companhia, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação;
- (t) **Garantias**: As Debêntures contarão com garantia real representada pelo Contrato de Cessão Fiduciária e, adicionalmente, com garantia fidejussória a ser prestada pela Novo Oriente Participações Ltda. ("**Novo Oriente**") e pelo Sr. Celso Antônio Frare ("**Celso**") e, em conjunto com Novo Oriente, ("**Garantidores**"), ambos acionistas da Companhia ("**Fiança**") e, em conjunto com Cessão Fiduciária, ("**Garantias**");
- (u) **Encargos Moratórios**: ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures da respectiva série, incluindo, sem limitação, o pagamento das Remunerações da respectiva série devidas nos termos da Escritura de Emissão, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a: (i) multa não compensatória equivalente a 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ressalvado o período de cura de 1 (um) Dia Útil estabelecido no item (v)(i) abaixo;
- (v) **Vencimento Antecipado**: o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, de

cada Debênture de todas as séries em circulação, acrescido da Remuneração, devidos desde a Data de Emissão, ou da Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (i) inadimplemento, por parte da Companhia e/ou dos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 1 (um) Dia Útil contado a partir da data do inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, por parte da Companhia e/ou dos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data do inadimplemento;
- (iii) (a) decretação de falência da Companhia e/ou da Novo Oriente; (b) pedido de falência pela Companhia e/ou da Novo Oriente; (c) pedido de falência da Companhia e/ou da Novo Oriente formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou da Novo Oriente, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou da Novo Oriente;
- (iv) transferência, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures então em circulação, em assembleia geral de debenturistas convocada para esse fim;
- (v) não renovação ou o cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, que sejam exigidas por lei e de responsabilidade legal da Companhia ou de quaisquer de suas afiliadas e relevantes para a operação das atividades conduzidas pela Companhia na forma em que

atualmente conduzidas, exceto se: (a) dentro do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados de tal não renovação, cancelamento, suspensão ou revogação, a Companhia ou qualquer de suas afiliadas comprovar a existência de provimento judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Companhia, até a renovação ou a obtenção da referida autorização ou licença; ou (b) em 30 (trinta) Dias Úteis da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, forem obtidas pela Companhia ou por qualquer de suas afiliadas novas autorizações ou licenças; ou (c) a Companhia ou qualquer de suas afiliadas, dentro de 30 (trinta) Dias Úteis da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, conteste, de boa fé e pelos meios adequados, qualquer desses atos e obtenha medida cautelar ou liminar em seu favor suspendendo os efeitos da não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão;

- (vi) ocorrência de algum dos seguintes eventos, afetando negativamente a Fiança outorgada no âmbito da Emissão, a saber, morte, interdição, prisão, incapacidade, insolvência, ou ainda qualquer dos eventos descritos no item (iii) acima de qualquer dos Garantidores, exceto se a Companhia e/ou os Garantidores reforçarem a Fiança perante o Agente Fiduciário e os Debenturistas em até 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência de qualquer tal evento. Para os fins deste item (vi), mediante a ocorrência de qualquer dos eventos acima, a Companhia e/ou os Garantidores deverão submeter à aprovação dos titulares das Debêntures em assembleia geral de debenturistas, proposta de aprovação, a critério dos titulares das Debêntures, de novo garantidor para aderir à Escritura de Emissão, na qualidade de garantidor;
- (vii) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias, cujo valor, unitário ou agregado, seja acima de (i) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Companhia; e (ii) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 5 (cinco) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido na respectiva obrigação (*cross-default*);



- 



- (xiv) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia ou da Novo Oriente em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer fusão, cisão ou incorporação (inclusive incorporação de ações), exceto: (a) se qualquer outra sociedade (quer seja uma afiliada da Companhia ou não) envolvida em e/ou resultante de tal reestruturação societária aderir a Escritura de Emissão na qualidade de Garantidor da Emissão; ou (b) se prévia e expressamente autorizado pelos titulares das Debêntures em assembleia geral de debenturistas;
- (xv) alteração ou modificação do objeto social previsto no Estatuto Social da Companhia que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas à Data da Emissão;
- (xvi) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista no item (h) e conforme previsto na Escritura de Emissão;
- (xvii) descumprimento dos termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive eventuais prazos de cura estabelecidos nele;
- (xviii) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das Sociedades por Ações e/ou legislação aplicável: (a) sendo permitidos quaisquer tais pagamentos até 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado no exercício, caso a Companhia esteja adimplente com suas obrigações no âmbito da Emissão; ou (b) sendo proibidos quaisquer tais pagamentos, caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações no âmbito da Emissão;
- (xix) redução do capital social da Companhia, exceto (a) se por ocasião de tal redução de capital social da Companhia os recursos e/ou ativos segregados do capital social da Companhia sejam vertidos



para uma sociedade ou pessoa que adira à Escritura de Emissão na qualidade de Garantidor da Emissão; ou (b) se prévia e expressamente autorizado pelos titulares das Debêntures, em assembleia geral de debenturistas;

- (xx) se a Companhia realizar, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, direta ou indiretamente, qualquer operação ou série de operações (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento ou troca de bens, concessão de empréstimos ou adiantamentos) com qualquer Parte Relacionada (conforme definido abaixo), direta ou indiretamente, a menos que a referida operação ou série de operações seja em termos e condições não menos favoráveis do que aqueles que seriam obtidos em uma operação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma pessoa ou entidade que não seja uma Parte Relacionada. Para os fins da Escritura de Emissão, "Parte Relacionada" significa a Companhia, os Garantidores ou quaisquer de suas afiliadas, assim como qualquer administrador ou familiar de qualquer das pessoas aqui referidas e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, por administrador ou familiar de qualquer das sociedades aqui referidas;
- (xxi) se, durante a vigência da Escritura de Emissão, for constituída ou prestada qualquer garantia (real ou fidejussória), cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia ("Gravames") sobre os bens e/ou direitos da Companhia e/ou dos Garantidores existentes na Data de Emissão e sobre os quais não recaia na Data de Emissão quaisquer Gravames, a não ser no caso de eventual renovação ou prorrogação de dívidas já contratadas, desde que qualquer tal renovação ou prorrogação não envolva o oferecimento de qualquer Gravame adicional àqueles existentes na Data de Emissão, no que tange aos bens e/ou direitos da Companhia e/ou dos Garantidores existentes na Data de Emissão;



- (xxii) se, durante a vigência da Escritura de Emissão, a Companhia dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus ou Gravame sobre os bens e direitos objeto das Garantias;
- (xxiii) ocorrência de quaisquer eventos ou situações que impossibilitem o exercício, pelos titulares das Debêntures, de seus direitos e garantias decorrentes da Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante (conforme definido abaixo), desde que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 5 (cinco) dias após sua ocorrência ou verificação, e após sua respectiva notificação pelo Agente Fiduciário à Companhia. Para os fins da Escritura de Emissão, "Mudança Adversa Relevante" significa: (i) qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Companhia e/ou de quaisquer de suas afiliadas, que afete ou possa afetar a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Companhia e/ou dos Garantidores, de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes das Debêntures e dos Documentos das Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão); e/ou (ii) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um evento de vencimento antecipado das Debêntures;
- (xxiv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia e/ou dos Garantidores cujo valor unitário ou agregado seja superior a (i) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Companhia; e (ii) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 5 (cinco) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento (*cross acceleration*);
- (xxv) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia em qualquer dos documentos relacionados à Oferta são falsas, incorretas ou enganosas;



- (xxvi) não manutenção, pela Companhia, dos respectivos registros contábeis de forma precisa e completa, sujeitos a auditoria por uma das seguintes empresas de auditoria ("Auditoria Independentes"): KPMG Auditores Independentes, Price Waterhouse Coopers, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.A ou Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;
- (xxvii) não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, às obrigações de reforço, substituição e/ou aos limites, percentuais e/ou valores das Garantias;
- (xxviii) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se, mas não se limitando ao Contrato de Cessão Fiduciária, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado da ocorrência, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Companhia de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;
- (xxix) invalidade, nulidade, inexecutabilidade ou ineficácia da Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições que afetem de maneira adversa a capacidade da Companhia de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão) e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária (e/ou de qualquer de suas disposições que afetem de maneira adversa a capacidade da Companhia de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão), declarada em sentença arbitral definitiva, decisão judicial transitada em julgado ou administrativa irrecurável;
- (xxx) questionamento judicial, pela Companhia e/ou por qualquer afiliada ou pelos Garantidores, quanto à validade, eficácia ou executabilidade de qualquer disposição da Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Documentos das Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão) e/ou das Garantias, nos termos aqui e ali indicados;



- (xxxi) obtenção de decisão judicial transitada em julgado por qualquer pessoa que não aquelas indicadas no item (xxix), que limite a validade, eficácia, ou exequibilidade da Escritura de Emissão e/ou dos Documentos das Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão) e/ou das Garantias;
- (xxxii) não observância pela Companhia, durante o prazo de vigência das Debêntures, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros ("Covenants Financeiros"), calculados com base nas informações financeiras auditadas da Companhia ao final de cada trimestre, sendo a primeira verificação realizada com relação ao trimestre findo em 31 de março de 2014, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da divulgação das respectivas demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia ou do seu envio ao Agente Fiduciário, nos termos da Escritura de Emissão, a saber: (a.i) (DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA/EBITDA AJUSTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS deverá, durante cada trimestre, ser menor ou igual a: 3,1 (três inteiros e um décimo); (a.ii) EBITDA AJUSTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS/DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS deverá, durante cada trimestre, ser maior ou igual a: 3,2 (três inteiros e dois décimos); e (a.iii) DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA/ATIVO IMOBILIZADO deverá, durante cada trimestre, ser menor ou igual a 1 (um inteiro); considerando, para a verificação dos *Covenants Financeiros* que: (1) EBITDA AJUSTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS deverá significar (1.1) o lucro (prejuízo) líquido dos últimos 12 (doze) meses, excluídos os efeitos: (1.1.1) do imposto de renda e da contribuição social; (1.1.2) do RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO; (1.1.3) da equivalência patrimonial; (1.1.4) das despesas de depreciação e amortização; e (1.1.5) dos montantes de PIS e COFINS diferidos calculados sobre a depreciação; e (1.1.6) de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado (1.2) à receita obtida com a venda da frota e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa. Para os presentes fins, entende-se por "frota" quaisquer veículos leves, veículos pesados, veículos utilitários, máquinas e equipamentos de titularidade da



Companhia; (2) DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA deverá significar, com relação à Companhia e em relação a qualquer período, sem duplicidade, (2.1) a somatória de (2.1.1) todos os endividamentos da Companhia no que diz respeito a valores em dinheiro tomados em empréstimo de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relacionadas ao aceite de linhas de crédito e de empréstimos relativos a cartas de crédito; (2.1.2) todas as garantias diretas ou indiretas da Companhia com relação a obrigações (contingentes ou de outra maneira) da Companhia para com qualquer outra pessoa ou instituição financeira, por operações de empréstimo ou de pagamento de preço de compra diferido de bens ou serviços (não estando incluída qualquer garantia direta ou indireta da Companhia relacionada a obrigações contratuais não expressamente elencadas neste item (2.1.2.); (2.1.3) todas as obrigações da Companhia representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (2.1.4) todas as obrigações da Companhia, na sua condição de arrendatária em contratos de *leasing*, em conformidade com os termos de contratos de *leasing* que devam ter sido ou que devam ser, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, registrados como *leasing* de bens do imobilizado, conforme aplicável; (2.1.5) todos os endividamentos da Companhia garantidos por um ônus sobre qualquer propriedade pertencente à Companhia, independentemente de a Companhia de outro modo ter se tornado responsável pelo pagamento dos mesmos, conforme aplicável; (2.1.6) outras dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo dívidas tributárias, valores a pagar a acionistas, líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos; (2.2) deduzida de todos os saldos nas contas de caixa e aplicações financeiras vinculadas ou não da Companhia; (3) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS deverá significar: (i) as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas sem limitação a despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, e tributos, contribuições

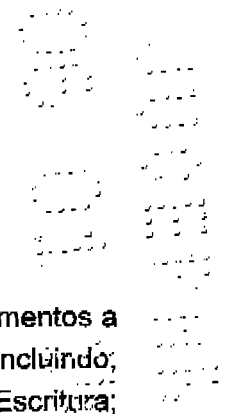


e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, descontadas; de (ii) o somatório de receitas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas não se limitando a receitas de aplicações financeiras. Fica desde já estabelecido que deverá ser considerado no cálculo da Despesa Financeira Líquida o resultado, positivo ou negativo, da marcação a mercado de contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos; (4) ATIVO IMOBILIZADO deverá significar as aplicações permanente em bens e direitos que são direcionados à manutenção da atividade da empresa (é composta de bens como máquinas, equipamentos, terrenos, prédios, edificações, veículos e outros); e (5) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO deverá significar a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras, das quais deverão ser excluídos os juros sobre capital próprio. O RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, não será considerado para cálculo, e

(xxxiii) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil.

(w) Preço e Forma de Integralização: As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, observado o disposto na Escritura de Emissão.

- (ii) A outorga de garantia fidejussória objeto do Contrato de Cessão Fidejussória em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos interesses dos titulares das Debêntures, em garantia ao cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão.
- (iii) A autorização expressa à Diretoria da Companhia para formalizar, efetivar e administrar das deliberações tomadas nesta reunião, bem como a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos, bem



— — — — —
— — — — —
— — — — —
— — — — —
— — — — —
— — — — —

- — — — —
— — — — —
— — — — —
— — — — —
— — — — —
— — — — —

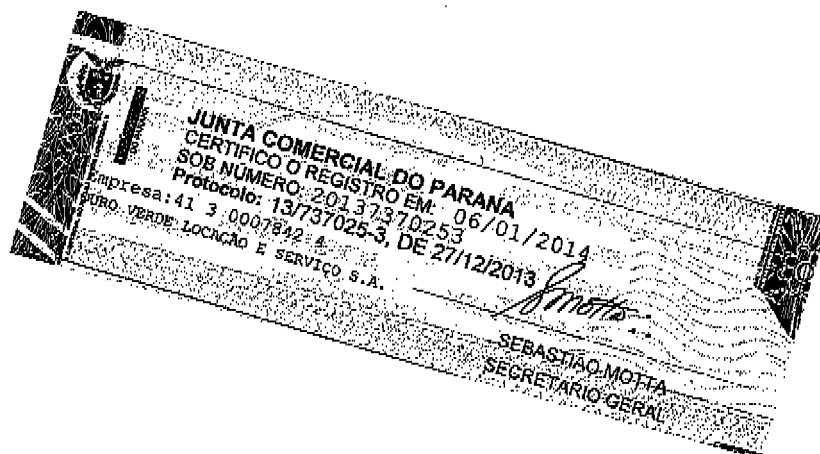
— — — — —
— — — — —
— — — — —
— — — — —
— — — — —
— — — — —





LAURA RYMSZA BARBOSA

Secretária



**ATA DA REUNIÃO DE SÓCIOS DA NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA. QUE APROVOU A
CONCESSÃO DE GARANTIA FIDEJUSSÓRIA À OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF nº 10.702.118/0001-15
NIRE 41.206.354.928

Ata de Reunião de Sócios
realizada em 20 de dezembro de 2013

- I. **DATA, HORÁRIO E LOCAL:** aos 20 (vinte) dias do mês de dezembro de 2013, às 10:00 horas, na sede social da Sociedade (conforme abaixo definido), localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Kalinowski, nº 170 – CIC, CEP 81.350-250.
- II. **CONVOCAÇÃO:** dispensada a convocação em face da presença de sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.072, §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").
- III. **PRESENÇA:** (i) **CELSO ANTONIO FRARE**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 514.936-3/SSP-PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 027.396.159-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com endereço comercial na Rua Luiz Tramontin, nº 900, casa 6, Condomínio Castanheiras, CEP 81.230-161, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná; (ii) **RAUL QUEIROZ FRARE**, brasileiro, solteiro, nascido em 06/04/1977, bacharel em direito, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.430.944-9/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 023.598.329-21, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com endereço comercial na Rua Padre Agostinho, nº 2.421, apartamento nº 1.801, Bigorriho, CEP 80.710-000, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná; e (iii) **VICENTE FRARE NETO**, brasileiro, solteiro, nascido em 14/01/1975, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.428.971-5/SSP-PR, inscrito no CPF/MF nº 031.021.019-41, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com endereço comercial na Rua Padre Agostinho, nº 2.421, apartamento nº 1.801, Bigorriho, CEP 80.710-000, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sócios representando a totalidade do capital social da **NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Kalinowski, nº 170 – CIC, CEP 81.350-250, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.702.118/0001-15 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.206.354.928 ("Sociedade").
- IV. **MESA:** Presidente: Sr. Celso Antônio Frare; Secretário: Sr. Raul Queiroz Frare.
- V. **ORDEM DO DIA:** discutir, deliberar e aprovar: (i) nos termos do contrato social da Sociedade, a outorga de garantia fidejussória ("Fiança") à **OURO VERDE LOCAÇÃO E**



SERVIÇO S.A., sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com endereço comercial na Rua João Bettge, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 75.609.123/0001-23 ("**Ouro Verde**"), no que se refere ao cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias que serão assumidas pela Ouro Verde no âmbito da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, da Ouro Verde, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão, no valor total de, inicialmente, até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), podendo ser acrescida em até (a) 20% (vinte por cento), ou seja, em até 5.000 (cinco mil) Debêntures Adicionais (conforme definido na Escritura), que somente poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os coordenadores da Oferta ("**Coordenadores**"); e (b) 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.750 (três mil e setecentas e cinquenta) Debêntures Suplementares (conforme definido na Escritura), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Escritura), conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, da 3ª (terceira) Emissão Pública da Ouro Verde Locação e Serviço S.A." ("**Contrato de Distribuição**"), que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora ("**Debêntures**"). Considerando a colocação integral das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, o valor total da Emissão será de até R\$ 337.500.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais) ("**Valor Total da Emissão**"). As Debêntures serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Emissão**"), conforme regulada pelo "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A." ("**Escritura**"), em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo agente fiduciário; e (ii) autorizar a Administração da Sociedade a tomar todas as providências e a assinar todos os documentos necessários para efetivar a outorga da Fiança à Ouro Verde, no âmbito da Emissão, incluindo, mas não se restringindo à assinatura da Escritura, seus respectivos aditamentos e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão.

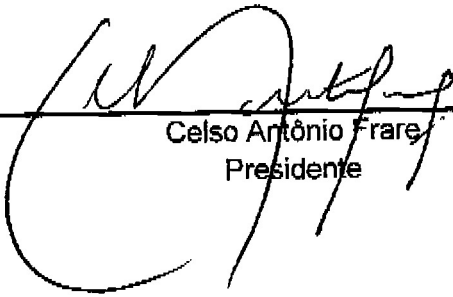

- VI. **DELIBERAÇÕES:** examinadas e debatidas as matérias constantes na ordem do dia, foi deliberado e aprovado pela unanimidade dos sócios da Sociedade: (i) nos termos do contrato social da Sociedade, a outorga da Fiança à Ouro Verde, no que se refere à totalidade das obrigações assumidas pela Ouro Verde na Escritura no âmbito da Emissão, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo agente fiduciário; (ii) autorizar a Administração da Sociedade a tomar todas as providências e a assinar

todos os documentos necessários para efetivar a outorga da Fiança à Ouro Verde, no âmbito da Emissão, incluindo, mas não se restringindo, a assinatura da Escritura, seus respectivos aditamentos e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão.

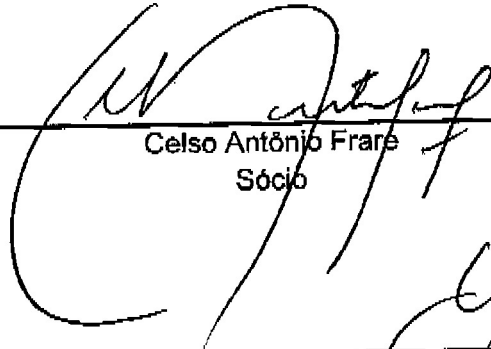
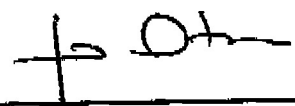

- VII. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Celso Antônio Frare – Presidente. Raul Queiroz Frare – Secretário. Sócios: Celso Antônio Frare, Vicente Frare Neto, Raul Queiroz Frare.

Curitiba, 20 de dezembro de 2013.

Mesa:

 _____ Celso Antônio Frare Presidente	 _____ Raul Queiroz Frare Secretário
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sócios:

 _____ Celso Antônio Frare Sócio	 _____ Raul Queiroz Frare Sócio
 _____ Vicente Frare Neto Sócio	



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL,
EM ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM ATÉ
TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.**

celebrada em 27 de janeiro de 2014

por

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.,

como Emissora;

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,

como Agente Fiduciário;

NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA., e

CELSO ANTONIO FRARE,

como Garantidores;

e

LIA NARA QUEIROZ FRARE,

como Cônjuge Anuente.

ÍNDICE

CLAUSULA I. AUTORIZAÇÃO	176
CLAUSULA II. REQUISITOS.....	176
2.1. Registro na comissão de valores mobiliários e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")	176
2.2. Arquivamento e Publicação dos Atos Societários.....	176
2.3. Inscrição da Escritura de Emissão	177
2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia	177
2.5. Registro das Garantias	177
CLÁUSULA III. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	177
3.1. Séries.....	177
3.2. Valor Total da Emissão	177
3.3. Quantidade de Debêntures	178
3.4. Destinação de Recursos	178
3.5. Número da Emissão	178
3.6. Banco Liquidante e Escriutor Mandatário	178
3.7. Agência de Classificação de Risco	178
CLÁUSULA IV. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	179
4.1. Regime de Colocação	179
4.2. Data de Emissão das Debêntures	180
4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures	180
4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures	180
4.5. Espécie	180
4.6. Preço e Forma de Integralização.....	183
4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento	183
4.8. Amortização do Valor Nominal Unitário	183
4.9. Remuneração das Debêntures.....	184
4.10. Data de Pagamento da Remuneração	190
4.11. Vencimento Antecipado	191
4.12. Pagamento na Ocorrência de Vencimento Antecipado.....	198
4.13. Resgate Antecipado, Amortização e Aquisição Facultativa	198
4.14. Multa e Juros Moratórios	198
4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos	198
4.16. Local de Pagamento	199
4.17. Prorrogação dos Prazos.....	199
4.18. Publicidade	199
4.19. Repactuação	199
4.20. Imunidade Tributária.....	199
4.21. Restituição de Recursos.....	200
CLÁUSULA V. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA	200
CLÁUSULA VI. AGENTE FIDUCIÁRIO	204
CLÁUSULA VII. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	210
CLÁUSULA VIII. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES	212
CLÁUSULA IX. NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES	214
CLÁUSULA X. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	216
CLÁUSULA XI. FORO	217

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.

Pelo presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" ou "Oferta");

na qualidade de emissora,

(i) OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A., companhia aberta de capital autorizado, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettge, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 75.609.123/0001-23, inscrita no NIRE sob nº 41.300.078.424, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

na qualidade de agente fiduciário das Debêntures,

(ii) PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, inscrita no NIRE sob nº 33.300.014.373, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da Emissão ("Debenturistas") (a Emissora e o Agente Fiduciário são doravante referidos em conjunto como "Partes" e, cada qual, individualmente e indistintamente, como uma "Parte");

na qualidade de intervenientes anuentes à Emissão,

(iii) CELSO ANTONIO FRARE, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 514.936-3 SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 027.396.159-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua João Bettge, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, na qualidade de garantidor fidejussório da Emissão ("Celso Frare");

(iv) NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Kalinowski, nº 170 – CIC, CEP 81.350-250, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.702.118/0001-15, inscrita no NIRE sob o nº 41.206.354.928, neste ato devidamente representada na forma do seu Contrato Social ("Novo Oriente" e, em conjunto com Celso Frare, os "Garantidores"); e, ainda,

exclusivamente para os fins do disposto no artigo 1.647, III, do Código Civil (conforme definido abaixo),

(v) LIA NARA QUEIROZ FRARE, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 877.899 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 872.511.679-72, residente e domiciliada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua João Bettge, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000 ("Cônjuge Anuente").

vêm pela presente e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura de Emissão, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir dispostas:

CLAUSULA I. AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 20 de dezembro de 2013 ("RCA da Emissora"), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.1.1. A Emissora tem por objeto social a exploração das seguintes atividades: (i) locação de veículos e de equipamentos, com ou sem a cessão de operador; (ii) venda e comercialização de ativos imobilizados; (iii) gestão e administração de veículos, máquinas e equipamentos de terceiros; (iv) serviços de transporte rodoviário de cargas municipais, intermunicipais, interestaduais e internacionais, inclusive de produtos perigosos; (v) atividades relacionadas direta ou indiretamente aos serviços de transporte mencionados nas alíneas anteriores, tais como planejamento logístico, carga, descarga, transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, operação portuária, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; (vi) prestação de serviços e execução de obras de engenharia civil, inclusive as relacionadas a limpeza e manutenção de vias e logradouros públicos, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, domésticos, comerciais, industriais, hospitalares e materiais recicláveis, bem como o transporte e armazenagem de saneantes domissanitários; (vii) prestação de serviços de corte e colheita de cana; (viii) prestação de serviços de carga e descarga, com locação de mão de obra e equipamento de movimentação ao contratante; (ix) coleta de resíduos não perigosos de origem doméstica, urbana ou industrial por meio de lixeiras, veículos, caçambas, etc., bem como limpeza urbana; coleta de materiais recuperáveis; coleta de resíduos em pequenas lixeiras públicas; coleta de resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.); coleta de óleo usado recolhido em tambor armazenado junto com reciclável; coleta de resíduos biológicos perigosos; e coleta de lixo hospitalares; e (x) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

1.2. Para os fins do item 4.5 abaixo, a celebração desta Escritura de Emissão pela Novo Oriente foi autorizada pela Reunião de Sócios da Novo Oriente realizada em 20 de dezembro de 2013 ("RS-Novo Oriente"), nos termos do respectivo Contrato Social, e cuja ata será submetida a registro perante a Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR").

CLAUSULA II. REQUISITOS

2.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ANBIMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS ("ANBIMA")

2.1.1. A Oferta será objeto de registro pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.385/76"), da Lei das Sociedades por Ações, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.1.2. A Oferta será registrada na ANBIMA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, nos termos do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação de Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" ("Código ANBIMA");

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. A ata da RCA da Emissora que aprovou a Emissão, incluindo seus respectivos termos e condições, foi devidamente arquivada perante a JUCEPAR, sob o nº 20137370253, em 06 de janeiro de 2014, e publicada pela Emissora no Diário Oficial do Estado do Paraná em 27 de dezembro de 2013 e no Jornal "Valor Econômico", edição nacional, em 23 de dezembro de 2013, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RS-Novo Oriente que aprovou a prestação da garantia fidejussória pela Novo Oriente foi devidamente arquivada perante a JUCEPAR, sob o nº 20137357869, em 02 de janeiro de 2014.

2.3. **INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCEPAR, nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), de modo a especificar (a) a quantidade de Debêntures a ser emitida em cada série; (b) a distribuição do número de debêntures entre as séries; e (c) a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme abaixo definida) ("Aditamento"). A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente inscritas na JUCEPAR, tempestivamente após a data de obtenção da referida inscrição.

2.3.2. Adicionalmente, para todos os fins e efeitos legais, as Garantias (nos termos da Cláusula 4.5 abaixo), esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das Cidades de Curitiba, Estado do Paraná e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário tempestivamente, após a data de obtenção dos referidos registros, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos citados acima.

2.4. **REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPA FIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPA FIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures.

2.5. **REGISTRO DAS GARANTIAS**

2.5.1. As Garantias (conforme definido no item 4.5 abaixo) deverão ser constituídas e registradas, na forma prevista nos Documentos das Garantias (conforme abaixo definido), nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, conforme aplicável.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. **SÉRIES**

3.1.1. A Emissão será realizada em até 3 (três) séries.

3.2. **VALOR TOTAL DA EMISSÃO**

3.2.1. O valor total da Emissão será de, inicialmente, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), sem considerar as Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido) e as Debêntures Suplementares (conforme abaixo definido) sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida por meio do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vaso Comunicantes"). Considerando a colocação integral das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, o valor total da Emissão será de até R\$337.500.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais) (o valor final da Emissão "Valor Total da Emissão"). Qualquer uma das séries poderá não ser emitida, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única ou em apenas duas séries, conforme o caso, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

3.3. **QUANTIDADE DE DEBÊNTURES**

3.3.1. Serão emitidas inicialmente 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares), observado o disposto na Cláusula 3.2.1 acima. A quantidade de Debêntures alocada em cada série será objeto de ratificação por meio do Aditamento, cuja celebração foi previamente autorizada na RCA da Emissora, sem a necessidade de nova aprovação societária pela Emissora, pelos Garantidores ou de realização de assembleia geral de debenturistas (“AGD”).

3.3.2. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares, conforme abaixo definido) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 5.000 (cinco mil) Debêntures adicionais, que somente poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores (“Debêntures Adicionais”). As Debêntures Adicionais observarão as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e poderão ser emitidas até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e emitidas na 1ª Série, na 2ª Série e/ou na 3ª Série (conforme abaixo definido), em Sistema de Vasos Comunicantes, de acordo com a demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding*. Caso venham a ser emitidas, as Debêntures Adicionais serão colocadas em regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores.

3.3.3. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.750 (três mil e setecentas e cinquenta) Debêntures suplementares, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora (“Debêntures Suplementares”). As Debêntures Suplementares observarão as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e poderão ser exercidas até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e emitidas na 1ª Série, na 2ª Série e/ou na 3ª Série, em Sistema de Vasos Comunicantes, de acordo com a demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding*. Caso venham a ser emitidas, as Debêntures Suplementares serão colocadas em regime de melhores esforços, com a intermediação dos Coordenadores.

3.4. **DESTINAÇÃO DE RECURSOS**

3.4.1. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, na seguinte ordem, para: (i) integralização do CDB Cedido Fiduciariamente; (ii) investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves; e (iii) reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro.

3.5. **NÚMERO DA EMISSÃO**

3.5.1. Esta Escritura de Emissão representa a 3º (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.6. **BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO**

3.6.1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante e de escriturador mandatário das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo na Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar, inscrita no CNPJ/MF n.º 60.746.948/0001-12 (“Banco Liquidante” e “Escriturador Mandatário”).

3.7. **AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

3.7.1. Foi contratada como agência de classificação de risco das Debêntures a Fitch Ratings (“Agência de Classificação de Risco”).

CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. REGIME DE COLOCAÇÃO

4.1.1. A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, no montante de, inicialmente, 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, correspondentes na Data de Emissão, ao valor de, inicialmente, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) (sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares), sob regime de garantia firme de subscrição, podendo ser exercida para as Debêntures da 1ª Série e/ou para as Debêntures da 2ª Série, de forma individual e não solidária entre os Coordenadores (conforme abaixo definido), na forma estabelecida no item 4.1.1.1., a critério exclusivo de cada um dos Coordenadores, e sob regime de melhores esforços para as Debêntures da 3ª Série, com a intermediação de uma instituição financeira, na qualidade de coordenador líder da Oferta ("Coordenador Líder"), bem como de outras instituições financeiras intermediárias integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Demais Coordenadores" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, da 3ª (terceira) Emissão Pública da Ouro Verde Locação e Serviço S.A." ("Contrato de Distribuição"). Os Coordenadores adotarão o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme abaixo definido), o número de séries, a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas e a alocação entre as Debêntures da 1ª (primeira) série ("1ª Série" e "Debêntures da 1ª Série"), as Debêntures da 2ª (segunda) série ("2ª Série" e "Debêntures da 2ª Série") e as Debêntures da 3ª (terceira) série ("3ª Série" e "Debêntures da 3ª Série"), se aplicável, observado o disposto abaixo ("Procedimento de Bookbuilding"), bem como as disposições constantes no Contrato de Distribuição e descritas no prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e no prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo" e em conjunto com Prospecto Preliminar "Prospectos").

4.1.1.1. Caso não haja demanda suficiente de investidores para as Debêntures da 1ª Série e/ou para as Debêntures da 2ª Série até a quantidade de 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, os Coordenadores realizarão a subscrição e integralização das Debêntures até o limite da garantia firme prevista na Cláusula 4.1.1. acima, na proporção e condições estabelecidas no Contrato de Distribuição.

4.1.1.2. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio do Aditamento, respeitado o disposto no parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

4.1.2. A colocação pública das Debêntures somente ocorrerá após: (i) a concessão dos registros da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"); e (iii) a disponibilização aos investidores do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo contendo as informações sobre a Emissora, a Emissão e a Oferta, incluindo o formulário de referência, elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480" e "Formulário de Referência", respectivamente), bem como o seu envio à CVM.

4.1.3. O público alvo da Oferta será composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, investidores não residentes no Brasil, que invistam de acordo com a Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

4.1.4. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, poderá ser aceita a participação de investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, não será permitida a colocação das Debêntures a investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por investidores da Oferta que sejam pessoas Vinculadas automaticamente canceladas nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Para fins desta Cláusula, "Pessoas Vinculadas" são investidores que sejam: (i) acionistas controladores ou administradores da Emissora e/ou da Novo Oriente; (ii) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima.

4.1.5. Observado o disposto na Cláusula 4.1.1.1. acima, as Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início.

4.1.6. As Debêntures serão subscritas utilizando-se os procedimentos do MDA e/ou do DDA, conforme o caso.

4.1.7. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário utilizando-se os procedimentos do CETIP 21 e/ou do BOVESPAFIX, conforme o caso.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de março de 2014 ("Data de Emissão").

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures de todas as séries será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures de cada série será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário das Debêntures. Adicionalmente, a titularidade das Debêntures será comprovada (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, por extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista; e/ou (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, por extrato expedido pela BM&FBOVESPA em nome do Debenturista.

4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures de todas as séries são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória adicional outorgada pelos Garantidores ("Garantias").

4.5.1.1. A garantia real é representada pela cessão fiduciária, que opera a transferência da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta, nos termos da legislação aplicável:

(i) da totalidade dos direitos da Emissora com relação ao Certificado de Depósito Bancário – CDB com liquidez diária de emissão do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo ("Instituição Depositária"), de titularidade da Emissora ("CDB Cedido Fiduciariamente"), emitido para aplicação dos recursos representativos de, no mínimo, 10% (dez por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração (conforme abaixo definido), durante todo o prazo de vigência

das Debêntures, depositados na Conta Vinculada (C/C) n.º 04415-06, AG n.º 0454, mantida pela Emissora junto à Instituição Depositária ("Conta Vinculada"), bem como os direitos creditórios dele decorrentes, que devem permanecer livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, até a liquidação integral das obrigações assumidas pelas Emissora nesta Escritura de Emissão, bem como todos e quaisquer direitos de crédito existentes ou que venham a se constituir no futuro, decorrentes dessa aplicação financeira, incluindo, mas sem limitações, todos os recursos, direitos, frutos, rendimentos, pagamentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a ela relacionados, presentes ou futuros, nos termos do "*Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário – CDB e de Direitos Creditórios em Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças*", ("Contrato de Cessão Fiduciária"); e

(ii) dos direitos creditórios originados de contratos junto a clientes dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves da Emissora, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, dívidas ou restrições ("Contratos de Frota") aos Debenturistas e seus sucessores e cessionários, representados pelo Agente Fiduciário, todos identificados no Anexo III ao Contrato de Cessão Fiduciária, abrangendo, também, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos ou multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Emissora pelas contrapartes dos Contratos de Frota ("Direitos Creditórios Cedidos"), sendo que, a todo tempo, o valor dos direitos creditórios futuros associados aos contratos de frota devem corresponder, conjuntamente, a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração (conforme abaixo definido), durante todo o prazo de vigência das Debêntures, sendo certo que serão consideradas, para efeito do cálculo do índice de cobertura acima mencionado, apenas as parcelas vincendas dos Direitos Creditórios Cedidos devidas até o final do prazo de vigência das Debêntures, ou seja, quaisquer parcelas vincendas dos Direitos Creditórios Cedidos com data posterior ao término da vigência das Debêntures deverão ser desconsideradas para fins do referido cálculo, observados os demais termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária; e

(iii) a totalidade dos direitos da Emissora relativos à Conta Vinculada, incluindo as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos nela depositados, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente e os decorrentes dos Contratos de Frota, incluindo eventuais rendimentos;

4.5.1.1.1. As Garantias referidas no item. 4.5.1.1. acima e 4.5.1.2. abaixo, foram devidamente aprovadas pela Emissora e pela Novo Oriente, consoante às deliberações tomadas na RCA da Emissora e na RS-Novo Oriente, e o Contrato de Cessão Fiduciária será registrado nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo definido no Contrato de Cessão Fiduciária.

4.5.1.2. A garantia fidejussória adicional das Debêntures ("Fiança") é representada por fiança, concedida pelos Garantidores com a expressa anuência da Cônjuge Anuente que assina a presente Escritura de Emissão, exclusivamente para tal finalidade, nos termos das disposições legais aplicáveis e conforme as disposições dos itens abaixo.

4.5.1.3. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, os Garantidores prestam solidariamente fiança em favor do(s) Debenturista(s) da 1ª Série, do(s) Debenturista(s) da 2ª Série e do (s) Debenturista(s) da 3ª Série, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadores e principais pagadores pelo pagamento de todos os valores devidos no âmbito da Emissão e da presente Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir:

(i) os Garantidores declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente, fiadores e principais pagadores do Valor Total da Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido");

(ii) o Valor Garantido será pago por qualquer dos Garantidores no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores nesse sentido, mediante a qual será informada a falta de pagamento por parte da Emissora, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, os montantes devidos ao(s) titular(es) das Debêntures de todas as séries a título de Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Atualizado (conforme abaixo definido), conforme o caso, Remuneração e/ou encargos de qualquer natureza. Em tal caso, os pagamentos deverão ser realizados pelo Garantidor aplicável de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do âmbito da CETIP e da BM&FBOVESPA;

(iii) os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830 e 834 *et seq.*, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e o artigo 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil");

(iv) os Garantidores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar da Emissora qualquer valor por eles honrados nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão;

(v) cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

(vi) mediante a excussão da Fiança objeto deste item 4.5.1.3 os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos do(s) Debenturista(s) perante a Emissora, conforme aplicável;

(vii) a Fiança de que trata este item 4.5.1.3 entrará em vigor na Data de Emissão vigendo até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emissora ou por qualquer dos Garantidores nos termos deste item 4.5.1.3;

(viii) os Garantidores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data de pagamento integral do Valor Garantido, ficando estabelecido que tal disposição poderá ser alterada mediante aprovação prévia do(s) Debenturista(s) de cada série reunidos em AGD de Debenturistas de cada série;

(ix) a Fiança de que trata este item 4.5.1.3 foi devidamente consentida de boa fé pelos Garantidores, nos termos das disposições legais aplicáveis; e

(x) a Fiança de que trata este item 4.5.1.3 poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.5.2. As Partes reconhecem e concordam que as Garantias outorgadas no âmbito da Emissão, compreendendo a garantia real descrita no item 4.5.1 acima e a garantia fidejussória descrita no item 4.5.1.2 acima serão compartilhadas entre os Debenturistas da 1ª Série, os Debenturistas da 2ª Série e os Debenturistas da 3ª Série, *pro rata*, no tocante ao montante do crédito representado pelas Debêntures de cada série. Cada Debenturista quer seja da 1ª Série, da 2ª Série ou da 3ª Série, cuja adesão a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) se dá por meio da simples subscrição ou aquisição de uma ou mais Debêntures a qualquer título, em caráter irrevogável e irretratável anui e concorda com o compartilhamento das Garantias nos termos descritos neste item 4.5.2, outorgando ao Agente Fiduciário mandato para que exerça todos os direitos inerentes ao exercício e à manutenção de tais Garantias, bem como para o fiel cumprimento desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária no interesse de todos os Debenturistas de todas as séries.

4.5.3. As Garantias referidas acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora e pelos Garantidores, com a anuência do Cônjuge Anuente, conforme aplicável, vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias, a serem firmados entre a Emissora, os Garantidores, o Cônjuge Anuente, o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária da Conta Vinculada (conjuntamente, "Documentos das Garantias").

4.6. PREÇO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.6.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme abaixo definido) até a Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso, nos termos descritos no item 4.1.5 acima ("Preço de Integralização").

4.7. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

4.7.1. As Debêntures de cada uma das séries terão prazo e data de vencimento conforme abaixo:

(i) as Debêntures da 1ª Série terão o prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2018 ("Data de Vencimento da 1ª Série");

(ii) as Debêntures da 2ª Série terão o prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2019 ("Data de Vencimento da 2ª Série"); e

(iii) as Debêntures da 3ª Série terão o prazo de vigência de 7 (sete) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2021 ("Data de Vencimento da 3ª Série").

4.7.2. Cada data de vencimento de cada uma das séries, conforme estabelecidas no item 4.7.1. acima, será denominada indistintamente como uma "Data de Vencimento" de Debêntures.

4.8. AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado após o decurso de 18 (dezoito) meses, contados da Data de Emissão – exclusive o 18º (décimo oitavo) mês, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de setembro de 2015, mediante o pagamento de 31 (trinta e uma) parcelas mensais e sucessivas, ficando estabelecido que cada uma das 30 (trinta) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) de cada Debênture da 1ª Série será correspondente a 3,20% (três inteiros e vinte centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) e a 31ª (trigésima primeira) será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário remanescente na Data de Vencimento da 1ª Série. As parcelas de pagamento de Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) das Debêntures da 1ª Série são representadas conforme a tabela que consta no Anexo 4.8.1. desta Escritura de Emissão.

4.8.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses, contados da Data de Emissão – exclusive o 24º (vigésimo quarto) mês, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2016, mediante o pagamento de 37 (trinta e sete) parcelas mensais e sucessivas, ficando estabelecido que cada uma das 36 (trinta e seis) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) de cada Debênture da 2ª Série será correspondente a 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) e a 37ª (trigésima sétima) será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário remanescente na Data de Vencimento da 2ª Série. As parcelas de pagamento de Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) das Debêntures da 2ª Série são representadas conforme a tabela que consta no Anexo 4.8.2. desta Escritura de Emissão.

4.8.3. O Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série será amortizado, em observância ao disposto na Decisão-Conjunta BACEN/CVM 13, de 14 de março de 2003 ("Decisão Conjunta 13"), em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, ao final do 5º (quinto), 6º (sexto) e 7º (sétimo) anos, contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de março de 2019, 15 de março de 2020 e 15 de março de 2021, respectivamente, ficando estabelecido que (i) cada uma das 2 (duas) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Atualizado de cada Debêntures da 3ª Série será correspondente a 33,3% (trinta e três inteiros e três décimos por cento) do Valor Nominal Atualizado; e (ii) a 3ª (terceira) e última parcela de pagamento do Valor Nominal Atualizado será correspondente a 33,4% (trinta e três inteiros e quatro décimos por cento) do Valor Nominal Atualizado, e serão pagas no prazo acima estipulado, conforme a tabela que consta no Anexo 4.8.3. desta Escritura de Emissão.

4.9. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. Atualização Monetária. As Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente. As Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado anualmente, em observância ao disposto na Decisão Conjunta 13 ("Atualização Monetária"), a partir da Data de Emissão, conforme o caso até a data de seu efetivo pagamento, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

- VNa = Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = número total de índices considerados na atualização monetária das Debêntures da 3ª Série, sendo “n” um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 3ª Série. Após a data de aniversário correspondente, valor do número-índice do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;
- Dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última data de aniversário das Debêntures da 3ª Série, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice de preço, sendo “dup” um número inteiro; e
- Dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou data de aniversário das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior e a próxima data de aniversário das Debêntures da 3ª Série, sendo “dut” um número inteiro.

Sendo que:

- (i) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade;
- (ii) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizado o último número-índice disponível do índice de preços em questão
- (iii) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- (iv) Considera-se data de aniversário o dia 15 (quinze) de cada mês ou o primeiro Dia Útil seguinte caso o dia 15 (quinze) não seja Dia Útil;
- (v) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures da 3ª Série;

- (vi) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (vii) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento; e
- (viii) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último Dia Útil anterior.

4.9.1.1. Caso, se até a data de aniversário das Debêntures da 3ª Série, o NIK não tenha sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NIK na apuração do Fator "C" um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA ("Número-Índice Projetado") e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \textit{projeção})$$

onde:

NI_{kp} : Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento; e

Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da 3ª Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(ii) o número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.9.1.2. Indisponibilidade do IPCA. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD das Debêntures da 3ª Série (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A AGD das Debêntures da 3ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 3ª Série previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures da 3ª Série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da 3ª Série.

4.9.1.3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD das Debêntures da 3ª Série, a referida AGD não será mais realizada, e o IPCA a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Atualização Monetária.

4.9.1.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas titulares das Debêntures da 3ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará por uma das alternativas a seguir estabelecidas, devendo comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva AGD das Debêntures da 3ª Série, qual a alternativa escolhida entre:

(i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures da 3ª Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD das Debêntures da 3ª Série, pelo seu Valor Nominal Atualizado, acrescido da Remuneração das Debêntures da 3ª Série (conforme definida abaixo) devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou das respectivas Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou

(ii) apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação da 3ª Série, não excedendo a Data de Vencimento e o prazo médio de amortização em cada caso. Durante o prazo de amortização das Debêntures da 3ª Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série (conforme definido abaixo) continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 3ª Série será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em AGD, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula 7.6.3 abaixo. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

4.9.2. Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série. A partir da Data de Emissão, cada Debênture:

(i) da 1ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros – de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa ou *spread*, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 2,40% a.a. (dois inteiros e quarenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) (“Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série”); e

(ii) da 2ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou *spread*, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) (“Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série”).

4.9.2.1. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série será realizado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator \ de \ Juros - 1),$$

, onde:

“J” corresponde ao valor unitário dos juros devidos às Debêntures da 1ª Série e às Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), acrescido de sobretaxa ou *spread*, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento Capitalização;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“**FatorJuros**” é o fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de sobretaxa ou *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

, onde

“**Fator DI**” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início da capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

“**n_{DI}**” corresponde ao número total de Taxas DI-Over, sendo “**n_{DI}**” um número inteiro;

“**TDI_k**” corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

, onde:

“**k**” 1, 2,..., n;

“**DI_k**” corresponde à Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“**d_k**” corresponde ao número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI-Over, sendo “**d_k**” um número inteiro;

“**FatorSpread**” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

“**spread**” a ser definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, em qualquer caso limitada a (i) 2,40 (dois inteiros e quarenta centésimos) para as Debêntures da 1ª Série e (ii) 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) para as Debêntures da 2ª Série; e

“**DP**” corresponde ao número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e/ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, sendo “**DP**” um número inteiro.

Ficando estabelecido, para os fins do presente item que:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;

- (ii) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI,)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI,)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2.2. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, desde a Data da Emissão – ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série ou Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

4.9.2.3. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.9.3. Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série. As Debêntures da 3ª Série farão jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa, na forma percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 2,50%a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 2020 (“NTN-B/20”), divulgadas pela ANBIMA, a ser apurada entre o 2º (segundo), o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e pagos anualmente, conforme definido na fórmula abaixo (“Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série” e, em conjunto com a Atualização Monetária, “Remuneração das Debêntures da 3ª Série” e, em conjunto com os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, “Remuneração”).

4.9.3.1. O cálculo da Remuneração das Debêntures da 3ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da 3ª Série devido no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento. “Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série” significa, para o primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, exclusive; para os demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, o intervalo de

tempo que se inicia na Data de Pagamento imediatamente anterior da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até as respectivas Datas de Vencimento das Debêntures da 3ª Série;

VNa = Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = a ser definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, em qualquer caso limitada a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos);

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.10.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série será feito mensalmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série deverá ocorrer no dia 15 de abril de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série"). Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série aqueles que forem titulares de Debêntures da 1ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.10.2. O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série será feito mensalmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série deverá ocorrer no dia 15 de abril de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série"). Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série aqueles que forem titulares de Debêntures da 2ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.10.3. O pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série será feito anualmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que o primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série deverá ocorrer no dia 15 de março de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série" e, em conjunto com as Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e com as Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, "Data de Pagamento da Remuneração"). Farão jus a Remuneração das Debêntures da 3ª Série aqueles que forem titulares de Debêntures da 3ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.10.4. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula IV, será utilizado, em substituição, o último valor divulgado para a Taxa DI, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte do(s) Debenturista(s), da 1ª e 2ª séries, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.10.5. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, contado a partir da data esperada para a sua apuração e/ou divulgação (o “Período de Ausência da Taxa DI”), ou ainda, no caso de extinção da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados: (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis; ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para definir, de comum acordo com a Emissora – observada a regulamentação aplicável – o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures, conforme prática de mercado. As AGDs serão realizadas no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias corridos, contado a partir do último Período de Ausência da Taxa DI.

4.10.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures da 1ª Série e às Debêntures da 2ª Série entre a Emissora e o(s) Debenturista(s) de ambas as séries, fica a Emissora desde já obrigada a resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série então em circulação, com o respectivo e consequente cancelamento, no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis, contado a partir da data de realização das respectivas AGDs ou na Data de Vencimento (o que ocorrer primeiro), acrescido da respectiva Remuneração de cada série devidos até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração de cada série, conforme o caso. Será utilizado para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série o valor da última Taxa DI divulgada até a data do cálculo.

4.10.7. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, ficando estabelecido que a CETIP ou a BM&FBOVESPA, conforme o caso, serão comunicadas de tal resgate com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência, e será efetuado por meio do Escriturador Mandatário para cada Debenturista cuja(s) Debênture(s) não esteja(m) depositada(s) em custódia eletrônica no CETIP 21 ou no BOVESPA FIX.

4.11. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.11.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, de cada Debênture de todas as séries em circulação, acrescido da Remuneração, devidos desde a Data de Emissão, ou da Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (i) inadimplemento, por parte da Emissora e/ou dos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 1 (um) Dia Útil contado a partir da data do inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, por parte da Emissora e/ou dos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data do inadimplemento;

(iii) (a) decretação de falência da Emissora e/ou da Novo Oriente; (b) pedido de falência pela Emissora e/ou da Novo Oriente; (c) pedido de falência da Emissora e/ou da Novo Oriente formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Novo Oriente, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Novo Oriente;

(iv) transferência, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures então em circulação, em AGD convocada para esse fim;

(v) não renovação ou o cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, que sejam exigidas por lei e de responsabilidade legal da Emissora ou de quaisquer de suas afiliadas e relevantes para a operação das atividades conduzidas pela Emissora na forma em que atualmente conduzidas, exceto se: (a) dentro do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados de tal não renovação, cancelamento, suspensão ou revogação, a Emissora ou qualquer de suas afiliadas comprovar a existência de provimento judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora, até a renovação ou a obtenção da referida autorização ou licença; ou (b) em 30 (trinta) Dias Úteis da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, forem obtidas pela Emissora ou por qualquer de suas afiliadas novas autorizações ou licenças; ou (c) a Emissora ou qualquer de suas afiliadas, dentro de 30 (trinta) Dias Úteis da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, conteste, de boa fé e pelos meios adequados, qualquer desses atos e obtenha medida cautelar ou liminar em seu favor suspendendo os efeitos da não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão;

(vi) ocorrência de algum dos seguintes eventos, afetando negativamente a Fiança outorgada no âmbito da Emissão, a saber, morte, interdição, prisão, incapacidade, insolvência, ou ainda qualquer dos eventos descritos no item 4.11(iii) acima de qualquer dos Garantidores, exceto se a Emissora e/ou os Garantidores reforçarem a Fiança perante o Agente Fiduciário e os Debenturistas em até 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência de qualquer tal evento. Para os fins deste item (vi), mediante a ocorrência de qualquer dos eventos acima, a Emissora e/ou os Garantidores deverão submeter à aprovação dos Debenturistas em AGD, proposta de aprovação, a critério dos Debenturistas, de novo garantidor para aderir a esta Escritura de Emissão na qualidade de Garantidor;

(vii) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias, cujo valor, unitário ou agregado, seja acima de (i) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora; e (ii) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 5 (cinco) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido na respectiva obrigação (*cross-default*);

(viii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou os Garantidores, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, (i) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora; e (ii) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, por cujo pagamento a Emissora ou os Garantidores sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidores, desde que referido protesto não seja sanado ou suspenso em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data em que a Emissora tomar ciência da ocorrência de referido protesto;

- (ix) descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado de natureza judicial ou sentença arbitral definitiva proferida contra a Emissora ou Garantidores, em valor individual ou agregado igual ou superior a (i) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora; e (ii) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento;
- (x) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) aprovação, pelo competente órgão deliberativo da Emissora, da realização do fechamento do capital da Emissora, com o consequente cancelamento de seu registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
- (xii) caso a Emissora vier a cessar suas atividades empresariais ou a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
- (xiii) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e da Novo Oriente, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures de todas as séries, reunidos em AGDs de cada série, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Emissora ou da Novo Oriente em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer fusão, cisão ou incorporação (inclusive incorporação de ações), exceto: (a) se qualquer outra sociedade (quer seja uma afiliada da Emissora ou não) envolvida em e/ou resultante de tal reestruturação societária aderir a esta Escritura de Emissão na qualidade de Garantidor da Emissão; ou (b) se prévia e expressamente autorizado pelos Debenturistas em AGD;
- (xv) alteração ou modificação do objeto social previsto no Estatuto Social da Emissora que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas à Data da Emissão;
- (xvi) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 3.4.1 desta Escritura de Emissão;
- (xvii) descumprimento dos termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive eventuais prazos de cura estabelecidos no referido contrato;
- (xviii) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das Sociedades por Ações e/ou legislação aplicável: (a) sendo permitidos quaisquer tais pagamentos até 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado no exercício, caso a Emissora esteja adimplente com suas obrigações no âmbito da Emissão; ou (b) sendo proibidos quaisquer tais pagamentos, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações no âmbito da Emissão;
- (xix) redução do capital social da Emissora, exceto (a) se por ocasião de tal redução de capital social da Emissora os recursos e/ou ativos segregados do capital social da Emissora sejam vertidos para uma sociedade ou pessoa que adira a esta Escritura de Emissão na qualidade de Garantidor da Emissão; ou (b) se prévia e expressamente autorizado pelos Debenturistas em AGD;

(xx) se a Emissora realizar, sem a prévia anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, direta ou indiretamente, qualquer operação ou série de operações (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento ou troca de bens, concessão de empréstimos ou adiantamentos) com qualquer Parte Relacionada (conforme definido abaixo), direta ou indiretamente, a menos que a referida operação ou série de operações seja em termos e condições não menos favoráveis do que aqueles que seriam obtidos em uma operação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma pessoa ou entidade que não seja uma Parte Relacionada. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Parte Relacionada" significa a Emissora, os Garantidores ou quaisquer de suas afiliadas, assim como qualquer administrador ou familiar de qualquer das pessoas aqui referidas e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, por administrador ou familiar de qualquer das sociedades aqui referidas;

(xxi) se, durante a vigência desta Escritura de Emissão, for constituída ou prestada qualquer garantia (real ou fidejussória), cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia ("Gravames") sobre os bens e/ou direitos da Emissora e/ou dos Garantidores existentes na Data de Emissão e sobre os quais não recaia na Data de Emissão quaisquer Gravames, a não ser no caso de eventual renovação ou prorrogação de dívidas já contratadas, desde que qualquer tal renovação ou prorrogação não envolva o oferecimento de qualquer Gravame adicional àqueles existentes na Data de Emissão, no que tange aos bens e/ou direitos da Emissora e/ou dos Garantidores existentes na Data de Emissão;

(xxii) se, durante a vigência desta Escritura de Emissão, a Emissora dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus ou Gravame sobre os bens e direitos objeto das Garantias;

(xxiii) ocorrência de quaisquer eventos ou situações que impossibilitem o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes desta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante (conforme definido abaixo), desde que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 5 (cinco) dias após sua ocorrência ou verificação, e após sua respectiva notificação pelo Agente Fiduciário à Emissora. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Mudança Adversa Relevante" significa: (i) qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora e/ou de quaisquer de suas afiliadas, que afete ou possa afetar a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora e/ou dos Garantidores, de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes das Debêntures e dos Documentos das Garantias; e/ou (ii) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um evento de vencimento antecipado das Debêntures;

(xxiv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora e/ou dos Garantidores, cujo valor unitário ou agregado seja superior a (i) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a Emissora; e (ii) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para os Garantidores, desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 5 (cinco) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento (*cross acceleration*);

(xxv) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Oferta são falsas, incorretas ou enganosas;

(xxvi) não manutenção, pela Emissora, dos respectivos registros contábeis de forma precisa e completa, sujeitos a auditoria por uma das seguintes empresas de auditoria ("Auditores Independentes"): KPMG Auditores Independentes, Price Waterhouse Coopers, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.A ou Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;

(xxvii) não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, às obrigações de reforço, substituição e/ou aos limites, percentuais e/ou valores das Garantias;

(xxviii) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se, mas não se limitando ao Contrato de Cessão Fiduciária, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado da ocorrência, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;

(xxix) invalidade, nulidade, inexecutabilidade ou ineficácia desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão) e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária (e/ou de qualquer de suas disposições que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão), declarada em sentença arbitral definitiva, decisão judicial transitada em julgado ou administrativa irrecurável;

(xxx) questionamento judicial, pela Emissora e/ou por qualquer afiliada ou pelos Garantidores, quanto à validade, eficácia ou exequibilidade de qualquer disposição desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Documentos das Garantias e/ou das Garantias, nos termos aqui e ali indicados;

(xxxi) obtenção de decisão judicial transitada em julgado por qualquer pessoa que não aquelas indicadas no item (xxx), que limite a validade, eficácia, ou exequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou dos Documentos das Garantias e/ou das Garantias;

(xxxii) não observância pela Emissora, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros ("Covenants Financeiros"), calculados com base nas informações financeiras auditadas da Emissora ao final de cada trimestre, sendo a primeira verificação realizada com relação ao trimestre findo em 31 de março de 2014, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da divulgação das respectivas demonstrações financeiras e informações trimestrais da Emissora ou do seu envio ao Agente Fiduciário, nos termos do item 5.1(c) abaixo), a saber:

(a) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA/EBITDA AJUSTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS** deverá, durante cada trimestre, ser menor ou igual a: 3,1 (três inteiros e um décimo);

(b) **EBITDA AJUSTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS/DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS** deverá, durante cada trimestre, ser maior ou igual a: 3,2 (três inteiros e dois décimos); e

(c) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA/ATIVO IMOBILIZADO** deverá, durante cada trimestre, ser menor ou igual a 1 (um inteiro);

considerando, para a verificação dos *Covenants* Financeiros que:

(1) **EBITDA AJUSTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS** deverá significar (1.1) o lucro (prejuízo) líquido dos últimos 12 (doze) meses, excluídos os efeitos: (1.1.1) do imposto de renda e da contribuição social; (1.1.2) do RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO; (1.1.3) da equivalência patrimonial; (1.1.4) das despesas de depreciação e amortização; e (1.1.5) dos montantes de PIS e COFINS diferidos calculados sobre a depreciação; e (1.1.6) de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado (1.2) à receita obtida com a venda da frota e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa. Para os presentes fins, entende-se por “frota” quaisquer veículos leves, veículos pesados, veículos utilitários, máquinas e equipamentos de titularidade da Emissora;

(2) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA** deverá significar, com relação à Emissora e em relação a qualquer período, sem duplicidade, (2.1) a somatória de (2.1.1) todos os endividamentos da Emissora no que diz respeito a valores em dinheiro tomados em empréstimo de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relacionadas ao aceite de linhas de crédito e de empréstimos relativos a cartas de crédito; (2.1.2) todas as garantias diretas ou indiretas da Emissora com relação a obrigações (contingentes ou de outra maneira) da Emissora para com qualquer outra pessoa ou instituição financeira, por operações de empréstimo ou de pagamento de preço de compra diferido de bens ou serviços (não estando incluída qualquer garantia direta ou indireta da Emissora relacionada a obrigações contratuais não expressamente elencadas neste item (2.1.2.)); (2.1.3) todas as obrigações da Emissora representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (2.1.4) todas as obrigações da Emissora, na sua condição de arrendatária em contratos de *leasing*, em conformidade com os termos de contratos de *leasing* que devam ter sido ou que devam ser, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, registrados como *leasing* de bens do imobilizado, conforme aplicável; (2.1.5) todos os endividamentos da Emissora garantidos por um ônus sobre qualquer propriedade pertencente à Emissora, independentemente de a Emissora de outro modo ter se tornado responsável pelo pagamento dos mesmos, conforme aplicável; (2.1.6) outras dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo dívidas tributárias, valores a pagar a acionistas, líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos; (2.2) deduzida de todos os saldos nas contas de caixa e aplicações financeiras vinculadas ou não da Emissora;

(3) **DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS** deverá significar: (i) as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas sem limitação a despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, descontadas; de (ii) o somatório de receitas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas não se limitando a receitas de aplicações financeiras. Fica desde já estabelecido que deverá ser considerado no cálculo da Despesa Financeira Líquida o resultado, positivo ou negativo, da marcação a mercado de contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos; e;

(4) **ATIVO IMOBILIZADO** deverá significar as aplicações permanente em bens e direitos que são direcionados à manutenção da atividade da empresa (é composta de bens como máquinas, equipamentos, terrenos, prédios, edificações, veículos e outros); e

(5) **RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO** deverá significar a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras, das quais deverão ser excluídos os juros sobre capital próprio. O RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, não será considerado para cálculo, e

(xxxiii) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil.

4.11.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens v, xiii, xxv, xxvi, xxx, xxxi e xxxii da Cláusula 4.11.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures de todas as séries, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para que os titulares das Debêntures se reúnam em AGD com a finalidade de deliberar sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures (“Deliberação”), nos termos da Cláusula VII abaixo.

4.11.2.1. Nas AGDs mencionadas na Cláusula 4.11.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula VII desta Escritura de Emissão, os Debenturistas de cada série poderão optar, mediante deliberação de titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures então em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.11.2.2. Na hipótese (i) de não instalação de qualquer das AGDs mencionadas na Cláusula 4.11.2 acima por falta de quorum; ou (ii) de não ser exercida a faculdade prevista na Cláusula 4.11.2.1 acima (i.e., não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures), o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.3. Observada a Cláusula 6.6.1 abaixo, a ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos Itens i, ii, iii, iv, vi, vii, viii, ix, x, xi, xii, xiv, xv, xvi, xvii, xviii, xix, xx, xxi, xxii, xxiii, xxiv, xxvii, xxviii, xxix, e xxxiii da Cláusula 4.11.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures de todas as séries, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora. Na hipótese de Evento de Vencimento Antecipado automático, seus efeitos poderão ser suspensos somente mediante decisão de Debenturistas representando 75% (setenta por cento) das Debêntures em circulação.

4.11.4. Para fins do item (iii) da Cláusula 4.11.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definidos, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

4.11.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures de qualquer série, nos termos da presente Cláusula 4.11, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada, ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (i) à Emissora, com cópia para CETIP e para a BM&FBOVESPA, ficando estabelecido que a CETIP e a BM&FBOVESPA serão comunicadas de qualquer evento de vencimento antecipado com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência para a realização de qualquer pagamento ensejado por cada tal evento de vencimento antecipado; e (ii) ao Banco Liquidante.

4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração das séries, calculada *pro rata temporis* desde a data de subscrição ou da data de pagamento das últimas Remunerações, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, ficando ressalvada a antecedência mínima de 02 (dois) Dias Úteis para a comunicação à CETIP e à BM&FBOVESPA a respeito de qualquer evento de vencimento antecipado e a efetiva realização de qualquer pagamento, nos termos deste item 4.12.1.

4.13. RESGATE ANTECIPADO, AMORTIZAÇÃO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

4.13.1. Não haverá amortização ou resgate antecipado obrigatório ou facultativo. Contudo, as Debêntures poderão/deverão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA ou da Taxa DI, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.13.2. A Emissora poderá adquirir Debêntures em circulação no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, caso tal aquisição venha a ser efetuada por valor igual ou inferior ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário ou do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures da respectiva série, incluindo, sem limitação, o pagamento das Remunerações da respectiva série devidas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa não compensatória equivalente a 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ressalvado o período de cura de 1 (um) Dia Útil estabelecido no item 4.11(i) acima.

4.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

4.16. LOCAL DE PAGAMENTO

4.16.1. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA ou por meio do Banco Liquidante da Emissão para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou BM&FBOVESPA.

4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo, ou dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com (i) sábado, domingo ou feriado nacional para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP; e (ii) sábado, domingo, feriado nacional, feriado municipal na Cidade de São Paulo ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA, para os pagamentos que devam ser realizados por meio da BM&FBOVESPA. Portanto, para os fins desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta, “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional, exceto quando em relação a pagamentos a serem realizados por meio da BM&FBOVESPA, quando deverão ser também excluídas as datas correspondentes a feriado municipal na Cidade de São Paulo que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA.

4.18. PUBLICIDADE

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures de qualquer série, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal “Valor Econômico”, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações estabelecidas nos termos da Lei das Sociedades por Ações e/ou pela CVM, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.19. REPACTUAÇÃO

4.19.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.20.1. Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, o titular de Debêntures que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos desta Cláusula 4.20.1 deverá permanecer titular das respectivas Debêntures, não podendo negociar suas respectivas Debêntures até data posterior a cada pagamento.

4.21. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.21.1. Caso a Emissão não seja efetivada, por qualquer motivo, os recursos empregados por quaisquer investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos investidores, por intermédio do Escriturador Mandatário, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado a partir da data do encerramento da Emissão, ficando, porém, desde já estabelecido que tais recursos serão devolvidos aos investidores sem incidência das Remunerações, juros ou correção monetária a qualquer título.

CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(i) Fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do término de cada exercício social; (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos Auditores Independentes; (2) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura de Emissão; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos Auditores Independentes à Emissora ou à sua respectiva administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas/finanças da Emissora; (4) as demonstrações financeiras anuais da Novo Oriente; e (5) declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na cláusula 4.11.; (6) relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices dos Covenants Financeiros previstos no item 4.11.1(xxxii) desta Escritura de Emissão, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos referidos índices financeiros devidamente calculados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(b) em até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, e/ou da inclusão de novos Contratos de Frota, conforme aplicável, fornecer ao Agente Fiduciário comprovação de que os clientes cujos pagamentos à Emissora relativos aos Contratos de Frota, nos termos do item 4.5.1.1(ii) ("Cientes") foram notificados conforme disposto no Contrato de Cessão Fiduciária. Tal comprovação de notificação deverá ser feita por meio de envio ao Agente Fiduciário de relatório assinado pela Emissora, contendo cópias das notificações enviadas aos Cientes, aviso de recebimento (AR), emitido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou outra forma que demonstre, de forma inequívoca, a notificação dos Cientes;

(c) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas de suas divulgações, (1) cópias de suas Informações Trimestrais – ITR relativas ao respectivo trimestre acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos Auditores Independentes, caso solicitado pelo Agente Fiduciário devido à indisponibilidade de referido documento em fonte pública; (2) declaração dos administradores da Emissora atestando o cumprimento de todas as suas obrigações constantes desta Escritura de Emissão; e (3) relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices Covenants Financeiros previstos no item 4.11.1(xxxii) desta Escritura de Emissão, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos referidos índices financeiros devidamente calculados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(d) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 4.11. acima, em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário poder declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures de cada série, nos limites desta Escritura de Emissão;

- (e) avisos aos titulares das Debêntures da respectiva série e ao Agente Fiduciário, sobre fatos relevantes, bem como atas de assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que, de alguma forma, envolvam o interesse dos titulares das Debêntures da respectiva série relacionados com a Emissora, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data em que forem publicados;
 - (f) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
 - (g) em até 5 (cinco) Dias Úteis todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
 - (h) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa verificar o cumprimento das obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;
 - (i) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do descumprimento;
 - (j) comunicação escrita sobre a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante no momento em que tomar conhecimento de cada evento ou situação; e
 - (k) todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM, BM&FBOVESPA, ANBIMA e/ou pela CETIP;
- (ii) cumprir todas as determinações legais aplicáveis e/ou emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures de cada série, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, conforme aplicável, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e/ou ao(s) Debenturista(s) da respectiva série na forma exigida pela CVM;
 - (iii) não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de *hedge*, sendo certo que, para este fim, todas e quaisquer operações realizadas serão devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras da Emissora, nos termos da regulamentação vigente;
 - (iv) cumprir em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
 - (v) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
 - (vi) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
 - (vii) cumprir, de boa fé, todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (viii) cumprir, de boa fé, as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
 - (ix) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

- (x) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com os Documentos das Garantias e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (xi) manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar, via sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, aos seus acionistas e Debenturistas, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- (xii) manter contratados, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário, a Agência de Classificação de Risco e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP 21 e/ou BOVESPA FIX);
- (xiii) manter contratada a instituição financeira formadora de mercado, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano a contar da 1ª (primeira) Data de Integralização das Debêntures de cada uma das séries;
- (xiv) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos na Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM (“Práticas Contábeis Adotadas no Brasil”);
- (xv) submeter, na forma de lei, suas demonstrações financeiras a exame pelos Auditores Independentes;
- (xvi) convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (xvii) conduzir todas as operações com Partes Relacionadas em valores de mercado e bases equitativos;
- (xviii) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado na Cláusula 3.4.1 desta Escritura de Emissão, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;
- (xix) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando ao disposto no artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (xx) contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, a Agência de Classificação de Risco, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) mantê-la contratada, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco por ela preparadas com relação às Debêntures; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco com relação às Debêntures preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar em até 01 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco de que tenha conhecimento; observado que, caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja, ou seja, impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's Ratings; ou (ii) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e convocar AGD para que estes definam a agência de classificação de risco substituta, caso esta não seja uma das agências de classificação de risco indicadas no item (i);

(xxi) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer AGD pela Emissora, bem como do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida na referida AGD;

(xxii) comparecer às AGDs, sempre que solicitada;

(xxiii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

(xxiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(xxv) enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, na data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere à Cláusula 6.5., inciso xvi, abaixo; e

(xxvi) enviar os dados financeiros, atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar ao Agente Fiduciário todas as informações, que venham a ser por este solicitadas para a elaboração do relatório citado no inciso (xvi) da Cláusula 6.5. abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xvii) da Cláusula 6.5 abaixo.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoável e comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures de cada série e/ou para realizar seus respectivos créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridas em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas de cada série nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. As despesas a que se refere a Cláusula 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes: (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidos pela legislação e/ou regulamentação aplicável; (b) emissão/obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora; (c) despesas de viagem, alimentação e transporte quando necessárias ao desempenho de suas respectivas funções/atribuições; e (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares das Debêntures.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures de todas as séries, que não tenha sido pago na forma das Cláusulas 5.2 e item 5.2.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures de cada série na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas de que trata a Cláusula 5.2 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário, necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures de cada série.

5.2.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão de Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como, a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, acima qualificado, como agente fiduciário da Emissão e que, por este ato, aceita a respectiva nomeação para, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das demais disposições legais e regulatórias aplicáveis e da presente Escritura de Emissão, representar – a qualquer tempo – perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do BACEN e da CVM;
- (vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (x) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(xi) ter verificado a regularidade da constituição das Garantias prestadas aos Debenturistas, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do inciso IX do artigo 12, da Instrução CVM 28,

(xii) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(xiii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e

(xiv) que não atua como agente fiduciário em outras emissões de debêntures da Emissora e de integrantes do seu grupo econômico.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento de cada série ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que competem ao Agente Fiduciário, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão correspondente a uma remuneração anual de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura da presente Escritura de Emissão e, as demais parcelas, no mesmo dia dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais de remuneração do Agente Fiduciário até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

6.4.1. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures de todas as séries em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

6.4.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

6.4.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 6.4 acima e seguintes será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGPM/FGV – Índice Geral de Preços ao Mercado, publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM/FGV"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*, caso necessário.

6.4.4. As parcelas de remuneração citadas na cláusula 6.4 acima e seguintes serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), e/ou quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, sujeito a atualização monetária pelo IGPM/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.6. As remunerações do Agente Fiduciário indicadas nos itens precedentes não incluem as despesas com viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de sua função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa dos interesses dos Debenturistas da Emissão, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.7. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

6.5. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura de Emissão:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão, dos Documentos das Garantias e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (ix) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (x) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia em caso de inadimplemento da Emissora, quando esta estiver autorizada pelos Documentos da Garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (xi) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

(xii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

(xiii) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;

(xiv) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.18 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;

(xv) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xvi) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

b) alterações estatutárias ocorridas no período;

c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

e) resgate, amortização e pagamento das Remunerações das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula IV acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora;

h) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;

i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos nos itens 1 a 7 da alínea “k” do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28; e

j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

(xvii) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xvi) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

a) na sede da Emissora;

b) no seu escritório;

c) na CVM;

- d) na CETIP;
- e) na BM&FBOVESPA; e
- f) na sede do Coordenador Líder;

(xviii) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.18 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xvi) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xvii) acima;

(xix) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, à BM&FBOVESPA e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, a BM&FBOVESPA e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(xx) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(xxi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- a) à CVM;
- b) à BM&FBOVESPA; e
- c) à CETIP;

(xxii) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula IV acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto;

(xxiii) divulgar as informações referidas no item (xvi), alínea (i) acima, em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e

(xxiv) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

6.6. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.11 acima, o Agente Fiduciário poderá lançar mão de quaisquer procedimentos, quer sejam judiciais ou extrajudiciais, em face da Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas de todas as séries na realização de seus respectivos créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de todas as séries e cobrar o respectivo Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Atualizado e/ou saldo do Valor Nominal Unitário ou do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, Remunerações e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;

(ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável, quando aplicável;

(iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos de Debenturistas de todas as séries; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial ou similar liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (ii) e (iii) acima se, convocada qualquer AGD de todas as séries, tal AGD da respectiva série assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares de Debêntures de tal série então em circulação, bastando, porém: (a) a deliberação por titulares de Debêntures de cada série que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de tal série em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto no item (i) acima; e (b) a deliberação por titulares de Debêntures de cada série que representem a maioria das Debêntures de tal série então em circulação presentes à respectiva AGD, quando tal hipótese se referir ao disposto no item (iv) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até a Data de Vencimento de cada série, sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.9. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de quaisquer documentos de natureza societária da Emissora, que permanecerão sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.10. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD, conforme aplicável nos termos desta Escritura de Emissão e dos Documentos das Garantias.

6.11. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada uma AGD de cada série de Debêntures, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do evento que a determinar, para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário – a ser substituído –, pela Emissora, por titulares de Debêntures de cada série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures de tal série então em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear um agente fiduciário substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário que seja superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.11.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário comunicar imediatamente tal fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.11.2. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu respectivo substituto, em AGDs especialmente convocadas para tal fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.11.3. Caso ocorra efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto perceberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, similar em todos os respectivos termos e condições, ficando estabelecido que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário da Emissão. A remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pelas AGDs de Debenturistas de todas as séries.

6.11.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9 da Instrução CVM 28, conforme o caso, e eventuais normas posteriores que versem a esse respeito.

6.11.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEPAR.

6.11.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso, nos termos da Cláusula IX abaixo.

6.11.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à presente Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição, a Data de Vencimento de todas as séries, ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.11.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, deliberar sobre os assuntos pertinentes à Emissão e/ou às Debêntures da sua respectiva série mediante AGD, aplicando-se a cada tal AGD, no que for pertinente, as disposições do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

7.1.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, virem a envolver direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas da respectiva série, deverão ser, obrigatoriamente, comunicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas”, a ser enviado a cada Debenturista da respectiva série, conforme as disposições da Cláusula IX abaixo.

7.2. Cada AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por titulares de Debêntures de cada série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da respectiva série, conforme o item 7.2.1 abaixo, ou, ainda, pela CVM.

7.2.1. A convocação para cada AGD dar-se-á nos termos do item 7.2 acima, através de anúncio publicado de acordo com as regras aplicáveis à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.3. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista da respectiva série que for designado pelos demais Debenturistas da mesma série presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A convocação para a realização de AGD em segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para a respectiva instalação, podendo ser realizada por ocasião da primeira convocação.

7.4.2. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a AGD à qual comparecerem a totalidade dos titulares das Debêntures em circulação da respectiva série.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade mais um das Debêntures em circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas de tal série.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu respectivo titular o direito a 1 (um) voto nas AGDs, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão ou na legislação aplicável, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação da respectiva série, sendo admitida a constituição de mandatários dos titulares de Debêntures, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6 acima, qualquer alteração: (i) no prazo de vigência das Debêntures de cada série; (ii) na data de pagamento do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, e/ou das Remunerações; (iii) no parâmetro de cálculo das Remunerações; (iv) no quorum de deliberação das AGDs; (v) à Cláusula 4.11 acima; e (vi) das Garantias concedidas (sendo que a adição e/ou substituição de Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, não será considerada uma alteração das Garantias concedidas), deverá ser aprovada por titulares de Debêntures de cada série que representem, no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação da respectiva série.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures deverá observar os quóruns indicados nos itens 4.11.2.1 e 4.11.3 desta Escritura de Emissão, conforme o caso.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, da maioria dos titulares de Debêntures em circulação de cada série, salvo se diversamente indicado nesta Escritura de Emissão.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures quaisquer Debêntures detidas pela Emissora e mantidas em tesouraria, ou por suas respectivas afiliadas, respectivos diretores e/ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais e/ou procuradores da Emissora nas AGDs.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

8.1. Cada qual entre a Emissora e os Garantidores declara e garante a todos e quaisquer Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

(i) a Emissora é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, incluindo, sem limitação a Lei das Sociedades por Ações;

(ii) a Emissora está registrada perante a CVM como emissora de valores mobiliários na categoria “A”, nos termos da Instrução CVM 480, sob o nº 2328-0 e que referido registro está e permanecerá atualizado perante a CVM durante toda a vigência deste Contrato;

(iii) o Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, está atualizado e todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 a 19, e o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Emissora e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos, em todos os aspectos relevantes, sendo certo que todas as informações do Formulário de Referência são verdadeiras, consistentes, corretas;

(iv) a Emissora e os Garantidores, conforme aplicável, estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Colocação e a cumprir suas obrigações aqui e lá previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários;

(v) os representantes legais da Emissora e da Novo Oriente que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e da Novo Oriente, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(vi) esta Escritura de Emissão, os Documentos das Garantias e as obrigações aqui e ali previstas, inclusive, no caso dos Garantidores, a Fiança, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e dos Garantidores (conforme o caso), exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

(vii) a celebração desta Escritura de Emissão, a formalização do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Colocação, a realização de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem nenhuma disposição legal, regulatória, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora e/ou quaisquer dos Garantidores seja parte nem importará: (a) no vencimento antecipado de obrigações estabelecidas em quaisquer de tais contratos e/ou instrumentos; (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; ou (c) na criação de qualquer ônus sobre quaisquer ativos ou bens da Emissora, de quaisquer dos Garantidores e/ou de suas afiliadas, exceto pelas Garantias indicadas na Cláusula 4.5 acima;

(viii) a Emissora e a Novo Oriente, nesta data, detém todas as autorizações, concessões e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora;

(ix) exceto com relação a processos judiciais não provisionados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil, a Emissora não possui quaisquer passivos materiais que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos materiais ou contingências materiais decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas ou que não tenham sido divulgados nos termos da regulamentação aplicável;

- (x) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, bem como as informações financeiras relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, de forma consolidada (quando aplicável);
- (xi) inexistem: (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento pendente, que não tenha sido divulgada nos termos da regulamentação aplicável e que possa vir a causar uma Mudança Adversa Relevante;
- (xii) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e dos Documentos das Garantias, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula III acima;
- (xiii) as informações fornecidas pela Emissora e pelos Garantidores no contexto da Oferta são verdadeiras, consistentes corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (xiv) não omitiram ou omitirão nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores nas Debêntures;
- (xv) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (xvi) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA e da Taxa DI divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xvii) estão familiarizados com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- (xviii) os administradores da Emissora têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram a Emissão;
- (xix) são pessoas sofisticadas e têm o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- (xx) as obrigações de pagamento da Emissora e dos Garantidores nos termos desta Escritura de Emissão não são subordinadas a quaisquer outros créditos quirografários que venham a ser detidos por qualquer pessoa contra a Emissora e os Garantidores e, exceto pela prioridade ou titularidade conferida aos Debenturistas sobre as Garantias, serão tratadas, pelo menos, em igualdade de condições (*pari passu*) a quaisquer outros créditos quirografários detidos contra a Emissora e os Garantidores (com exceção dos que disponham de privilégios creditórios imperativamente conferidos exclusivamente por lei e não por ato da Emissora e dos Garantidores);
- (xxi) a Emissora cumpre, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais, autarquias e/ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais e/ou administrativos apropriados, e/ou aquelas cujo descumprimento não cause ou possa causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado; e

(xxii) não prestaram declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário ou qualquer empresa integrante do grupo econômico do Agente Fiduciário, e desde a data das informações trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 não há pendências, judiciais ou administrativas; de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado.

8.2. Cada qual entre os Garantidores ainda declara e garante a todos e quaisquer Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

(i) está ciente e aceita todos os termos e condições constantes da presente Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Garantias;

(ii) não se encontra em situação de insolvência e não se encontrará em situação de insolvência em razão da formalização da presente Escritura de Emissão;

(iii) firma a presente Escritura de Emissão e outorga a Fiança de que trata a Cláusula 4.5 acima, nos termos das disposições legais aplicáveis e/ou em conformidade com seus atos constitutivos.

8.3. A Emissora e os Garantidores, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas sejam falsas e/ou incorretas na data em que foi prestada.

CLÁUSULA IX – NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) Se para a Emissora:

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.

Rua João Bettega. nº 5.700, CIC,
CEP 81.350-000, Curitiba – PR
Tel.: (41)3239.7052
Fax: (41) 3239 7077
At: Eduardo Takahara
Karlís J. Krukliś
E-mail: eduardo.takahara@ouroverde.net.br
karlis@ouroverde.net.br; ri@ouroverde.net.br

(ii) se para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04
CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
At: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

(iii) se para o Banco Liquidante

BANCO BRADESCO S.A.

Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar
CEP 06029-900, Osasco – SP
Tel.: (11) 3864-7911
Fax: (11) 3684-2852
At: João Batista de Souza
Fabio da Cruz Tomo
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br
4010.custodiarf@bradesco.com.br

(iv) se para o Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar
CEP 06029-900, Osasco – SP
Tel.: (11) 3864-7911
Fax: (11) 3684-2852
At: João Batista de Souza
Fabio da Cruz Tomo
E-mail: 4010.tomo@bradesco.com.br

(v) se para CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar
CEP 01452-001, São Paulo – SP
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
At.: Gerência de Valores Mobiliários
ou
Av. República do Chile, 230, 11ª andar
CEP 20031-170, Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

(vi) se para os Garantidores:

CELSONO ANTONIO FRARE//NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA.

Rua João Bettega, nº 5.700, CIC
CEP 81.350-000, Curitiba – PR
Tel.: (41)3239-7008
Fax: (41) 3239-7077
At: Celso Antonio Frare
Eduardo Takahara
Karlís J. Krukliś
E-mail: eduardo.takahara@ouroverde.net.br
karlis@ouroverde.net.br
celso@ouroverde.net.br

9.2. As notificações e/ou comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu respectivo recebimento seja confirmado por meio de indicativo de recebimento (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir do envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a cada uma das demais pessoas indicadas nesta Cláusula IX pela pessoa que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA X – DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Ausência de Vínculo: esta Escritura de Emissão não implica a formação de qualquer vínculo de qualquer natureza entre a Emissora, os Garantidores e os Debenturistas, nem entre uma parte e os empregados e contratados da outra parte, permanecendo cada parte exclusivamente responsável pela remuneração e respectivos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações e ações de seus funcionários, empregados e/ou contratados, devendo manter a outra parte a salvo de tais reclamações, ações e demandas, e indenizá-la de todas e quaisquer quantias, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais devidas em decorrência de tais reclamações, ações e demandas, inclusive reivindicações relativas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e quaisquer direitos previdenciários.

10.2. Independência das Disposições: se qualquer termo ou outra disposição desta Escritura de Emissão for considerado inválido, ilegal ou inexecutável diante de qualquer norma legal e/ou de ordem pública, todos os demais termos e disposições desta Escritura de Emissão permanecerão, independentemente, em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas nesta Escritura de Emissão não for prejudicado. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexecutável, a Emissora e os Debenturistas negociarão em boa fé a alteração desta Escritura de Emissão de modo a fazer vigorar sua intenção original da melhor maneira possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas e preservadas.

10.3. Renúncia: o não exercício por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário de quaisquer de seus direitos, ou a não execução de quaisquer dos termos ou condições desta Escritura de Emissão não serão considerados renúncia a esses direitos, exceto quanto a direitos especificamente limitados à data de seu exercício, nem impedirão qualquer um dos Debenturistas, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário de fazer valer ou exercer quaisquer desses direitos.

10.3.1. A eventual tolerância, por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições desta Escritura de Emissão, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação, transação, perdão, renúncia ou dispensa da obrigação assumida, nem desistência do cumprimento das disposições aqui contidas, ainda que o dispositivo violado possa ser considerado como cancelado ou modificado unilateralmente.

10.4. Irrevogabilidade: a presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e os Garantidores por si e seus sucessores a qualquer título.

10.5. Acordo Integral: esta Escritura de Emissão, o Contrato de Colocação e os Documentos das Garantias constituem o único e integral acordo com relação aos negócios aqui contidos e/ou lá contidos. Quaisquer documentos, compromissos e avenças anteriores, orais, escritos ou de outra forma estabelecidos entre a Emissora e quaisquer dos Debenturistas, o Coordenador, ou outra pessoa, conforme o caso, e referentes ao objeto desta Escritura de Emissão serão considerados cancelados e não afetarão ou modificarão quaisquer dos seus termos ou obrigações estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

10.6. Execução Específica e Título Executivo Extrajudicial: para os fins da presente Escritura de Emissão, a Emissora está ciente e aceita que a presente Escritura de Emissão representa um título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos legais, especialmente aqueles contemplados pelo Código de Processo Civil e que as obrigações contidas nesta Escritura de Emissão estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 461, 632 et seq. do Código de Processo Civil.

10.7. Acordo Mútuo, Boa-fé e Equidade: as Partes e os intervenientes anuentes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

CLÁUSULA XI – FORO


11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões e/ou conflitos porventura oriundos desta Escritura de Emissão.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as Partes e as intervenientes anuentes firmam a presente Escritura de Emissão, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as duas testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 27 de janeiro de 2014

Página de assinaturas 1/6 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., firmado em 27 de janeiro de 2014.


OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.



Nome: Karlis Jonatan Kruklis
Cargo: Diretor Presidente

Página de assinaturas 2/6 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., firmado em 27 de janeiro de 2014.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



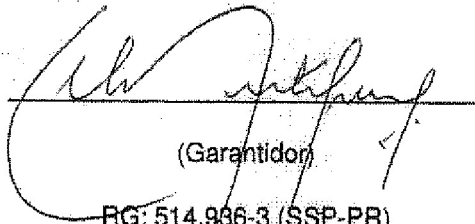
Nome:

Cargo:

Marcelle Santoro
Diretora

Página de assinaturas 3/6 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., firmado em 27 de janeiro de 2014.

CELSO ANTONIO FRARE

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Celso Antonio Frare', is written over a horizontal line. The signature is stylized with a large initial 'C' and a long, sweeping flourish.

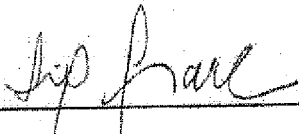
(Garantidor)

RG: 514.936-3 (SSP-PR)

CPF: 027.396.159-49

Página de assinaturas 4/6 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., firmado em 27 de janeiro de 2014.

LIA NARA QUEIROZ FRARE



(CÔNJUGE ANUENTE)

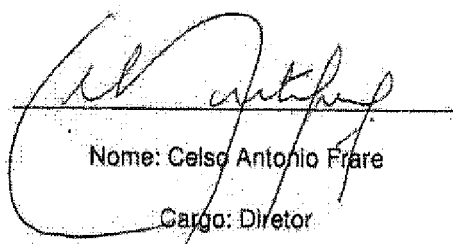
RG: 877.899-0 (SSP/PR)

CPF: 872.511.679-72

Página de assinaturas 5/6 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., firmado em 27 de janeiro de 2014.

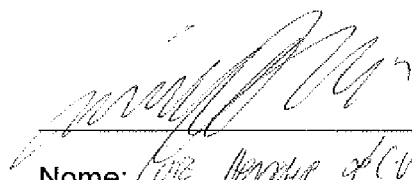
NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA.

(GARANTIDOR)



Nome: Celso Antonio Frare
Cargo: Diretor

Página de assinaturas 6/6 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., firmado em 27 de janeiro de 2014.

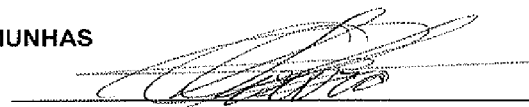


Nome: Eric Noronha de C.V. Guedes

RG: 30.228.234-8

CPF 220.022.838-42

TESTEMUNHAS



Nome: GUILHERME ROSSETTO NUNES DE OLIVEIRA

RG: 35.250.651-9

CPF 345.141.088-55

Anexo 4.8.1.**Tabela de Amortização das Debêntures da 1ª Série**

	Data de Pagamento	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário)
1.	15/09/2015	3,20%
2.	15/10/2015	3,20%
3.	15/11/2015	3,20%
4.	15/12/2015	3,20%
5.	15/01/2016	3,20%
6.	15/02/2016	3,20%
7.	15/03/2016	3,20%
8.	15/04/2016	3,20%
9.	15/05/2016	3,20%
10.	15/06/2016	3,20%
11.	15/07/2016	3,20%
12.	15/08/2016	3,20%
13.	15/09/2016	3,20%
14.	15/10/2016	3,20%
15.	15/11/2016	3,20%
16.	15/12/2016	3,20%
17.	15/01/2017	3,20%
18.	15/02/2017	3,20%
19.	15/03/2017	3,20%
20.	15/04/2017	3,20%
21.	15/05/2017	3,20%
22.	15/06/2017	3,20%
23.	15/07/2017	3,20%

24.	15/08/2017	3,20%
25.	15/09/2017	3,20%
26.	15/10/2017	3,20%
27.	15/11/2017	3,20%
28.	15/12/2017	3,20%
29.	15/01/2018	3,20%
30.	15/02/2018	3,20%
31.	15/03/2018	4,00%
	Total	100%

Anexo 4.8.2.**Tabela de Amortização das Debêntures da 2ª Série**

	Data de Pagamento	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário)
1.	15/03/2016	2,70%
2.	15/04/2016	2,70%
3.	15/05/2016	2,70%
4.	15/06/2016	2,70%
5.	15/07/2016	2,70%
6.	15/08/2016	2,70%
7.	15/09/2016	2,70%
8.	15/10/2016	2,70%
9.	15/11/2016	2,70%
10.	15/12/2016	2,70%
11.	15/01/2017	2,70%
12.	15/02/2017	2,70%
13.	15/03/2017	2,70%
14.	15/04/2017	2,70%
15.	15/05/2017	2,70%
16.	15/06/2017	2,70%
17.	15/07/2017	2,70%
18.	15/08/2017	2,70%
19.	15/09/2017	2,70%
20.	15/10/2017	2,70%
21.	15/11/2017	2,70%
22.	15/12/2017	2,70%
23.	15/01/2018	2,70%

24.	15/02/2018	2,70%
25.	15/03/2018	2,70%
26.	15/04/2018	2,70%
27.	15/05/2018	2,70%
28.	15/06/2018	2,70%
29.	15/07/2018	2,70%
30.	15/08/2018	2,70%
31.	15/09/2018	2,70%
32.	15/10/2018	2,70%
33.	15/11/2018	2,70%
34.	15/12/2018	2,70%
35.	15/01/2019	2,70%
36.	15/02/2019	2,70%
37.	15/03/2019	2,80%
	Total	100%

Anexo 4.8.3.

Tabela de Amortização das Debêntures da 3ª Série

	Data de Pagamento	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado (ou saldo de Valor Nominal Unitário Atualizado)
1.	15/03/2019	33,33%
2.	15/03/2020	33,33%
3.	15/03/2021	33,34%
	Total	100%

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E
FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA OURO VERDE
LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.**

celebrada em 20 de fevereiro de 2014

por

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.,

como Emissora;

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,

como Agente Fiduciário;

NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA., e

CELSO ANTONIO FRARE,

como Garantidores;

e

LIA NARA QUEIROZ FRARE,

como Cônjuge Anuente.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.

Pelo presente “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A.” (respectivamente, “Primeiro Aditamento”, “Emissão” ou “Oferta”);

na qualidade de emissora,

(i) **OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.**, companhia aberta de capital autorizado, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 75.609.123/0001-23, inscrita no NIRE sob n.º 41.300.078.424, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social (“Emissora”);

na qualidade de agente fiduciário das Debêntures,

(ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, inscrita no NIRE sob n.º 33.300.014.373, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos debenturistas da Emissão (“Debenturistas”) (a Emissora e o Agente Fiduciário são doravante referidos em conjunto como “Partes” e, cada qual, individualmente e indistintamente, como uma “Parte”);

na qualidade de intervenientes anuentes à Emissão,

(iii) **CELSO ANTONIO FRARE**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 514.936-3 SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 027.396.159-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, na qualidade de garantidor fidejussório da Emissão (“Celso Frare”);

(iv) **NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Kalinowski, nº 170 - CIC, CEP 81.350-250, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.702.118/0001-15, inscrita no NIRE sob o n. 41.206.354.928, neste ato

devidamente representada na forma do seu Contrato Social ("Novo Oriente" e, em conjunto com Celso Frare, os "Garantidores"); e, ainda,

exclusivamente para os fins do disposto no artigo 1.647, III, do Código Civil (conforme definido abaixo),

(v) **LIA NARA QUEIROZ FRARE**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 877.899 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 872.511.679-72, residente e domiciliada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000 ("Cônjuge Anuente").

CONSIDERANDO QUE:

- (i) em 27 de janeiro de 2014, as Partes, os Garantidores e a Cônjuge Anuente celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A." ("Escritura de Emissão"), o qual foi arquivado perante (a) a Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") em 11 de fevereiro de 2014, sob o nº ED001465000; (b) o 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná ("RTD-Curitiba") em 10 de fevereiro de 2014, sob o nº 382396; e (c) o 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("RTD-Rio de Janeiro") em 30 de janeiro de 2014, sob o nº 1304232;
- (ii) conforme previsto na Escritura de Emissão, foi realizado em 20 de fevereiro de 2014 o procedimento de coleta de intenções de investimento organizado pelos Coordenadores ("Procedimento de Bookbuilding"), no qual foi definida (a) a quantidade de Debêntures a ser emitida em cada série; (b) a distribuição do número de Debêntures entre as séries; e (c) a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures; e
- (iii) o artigo 12 do Código da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") de Regulação e Melhores Práticas, que entrou em vigor em 01 de junho de 2011, estabelece obrigações para a emissora e para o agente fiduciário acerca da agência de classificação de risco contratada, bem como para o relatório de avaliação (*rating*) por ela elaborado.

ISTO POSTO, resolvem as Partes, na melhor forma de direito, celebrar o presente Primeiro Aditamento, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:

CLÁUSULA I
TERMOS DEFINIDOS

1.1. Os termos aqui iniciados em maiúsculas, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso, exceto se de outra forma definidos no presente Primeiro Aditamento.

CLÁUSULA II
REGISTRO DO ADITAMENTO

2.1. Este Primeiro Aditamento será registrado na JUCEPAR, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações, bem como no RTD-Curitiba e no RTD-Rio de Janeiro, de acordo com o disposto na Cláusula 2.3.2 da Escritura de Emissão.

CLÁUSULA III
ALTERAÇÕES DA ESCRITURA DE EMISSÃO

3.1. As Partes, por meio deste Primeiro Aditamento, acordam em:

3.1.1. Alterar a Cláusula 2.3.1 da Escritura de Emissão, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“2.3.1. Esta Escritura de Emissão foi arquivada na JUCEPAR em 11 de fevereiro de 2014, sob o nº ED001465000 e seus aditamentos serão inscritos na JUCEPAR, nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente inscritas na JUCEPAR, tempestivamente após a data de obtenção da referida inscrição.”

3.1.2. Alterar a Cláusula 3.2 da Escritura de Emissão, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“3.2 VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.2.1 O valor total da Emissão é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Valor Total da Emissão”), sendo que a quantidade de Debêntures alocada em cada série foi definida por meio do Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido), observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de vasos comunicantes (“Sistema de Vasos Comunicantes”).”

3.1.3 Alterar a Cláusula 3.3 da Escritura de Emissão, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“3.3. Quantidade de Debêntures”

3.3.1. Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, observado o disposto na Cláusula 3.2.1 acima. Foram alocadas 18.000 (dezoito mil) Debêntures na 1ª Série e 7.000 (sete mil) Debêntures na 2ª Série, observado que não serão emitidas Debêntures na 3ª Série, em razão de não ter sido verificada demanda no Procedimento de Bookbuilding.

3.3.2. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares, conforme abaixo definido) poderia ter sido, mas não foi acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 5.000 (cinco mil) Debêntures adicionais, que seriam emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores (“Debêntures Adicionais”). As Debêntures Adicionais seriam colocadas em regime de melhores esforços, com a Intermediação dos Coordenadores.

3.3.3 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderia ter sido, mas não foi acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.750 (três mil, setecentas e cinquenta) Debêntures suplementares, destinadas a atender excesso de demanda que poderia ter sido constatado no decorrer do Procedimento de Bookbuilding, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), a qual poderia ter sido exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora (“Debêntures Suplementares”). As Debêntures Suplementares seriam colocadas em regime de melhores esforços, com a Intermediação dos Coordenadores.”

3.1.4. Alterar a Cláusula 4.1.4 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.1.4 Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, foi aceita a participação de investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding, sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, foi permitida a colocação das Debêntures a investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas. Para fins desta Cláusula, “Pessoas Vinculadas” são investidores que sejam: (i) acionistas controladores ou administradores da Emissora e/ou da Novo Oriente; (ii) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou

colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima.”

3.1.5. Alterar a Cláusula 4.1.1.2 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.1.1.2 O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi ratificado por meio do Aditamento, respeitado o disposto no parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.”

3.1.6. Alterar a Cláusula 4.9.2 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.9.2. Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série. A partir da Data de Emissão, cada Debênture:

(i) da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros - de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa ou spread correspondente a 2,40% a.a. (dois inteiros e quarenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) (“Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série”); e

(ii) da 2ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou spread correspondente a 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) (“Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série”).”

3.1.7 Alterar a Cláusula 4.9.2.1. da Escritura de Emissão, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“4.9.2.1 O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série será realizado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator\ de\ Juros - 1),$$

, onde:

“J” corresponde ao valor unitário dos juros devidos às Debêntures da 1ª Série e às Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), acrescido de sobretaxa ou spread, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorJuros” é o fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de sobretaxa ou spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

, onde

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início da capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

“n_{DI}” corresponde ao número total de Taxas DI-Over, sendo **“n_{DI}”** um número inteiro;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

, onde:

"k" 1, 2,..., n;

"DI_k" corresponde à Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"d_k" corresponde ao número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI-Over, sendo **"d_k"** um número inteiro;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

"spread" 2,40 (dois inteiros e quarenta centésimos) para as Debêntures da 1ª Série e (ii) 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) para as Debêntures da 2ª Série; e

"DP" corresponde ao número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e/ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, sendo **"DP"** um número inteiro.

Ficando estabelecido, para os fins do presente item que:

(i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;

(ii) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI,)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

(iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI,)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante **"Fator DI"** com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(v) o fator resultante da expressão *(FatorDI x FatorSpread)* é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.”

3.1.8. Alterar a Cláusula 5.1. (xx) da Escritura de Emissão, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“(xx) contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, a Agência de Classificação de Risco, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) mantê-la contratada, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco por ela preparadas com relação às Debêntures; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco com relação às Debêntures preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora, sendo certo que referidos relatórios de classificação de risco deverão ser atualizados pelo menos anualmente e até a Data de Vencimento; e (d) comunicar em até 01 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco de que tenha conhecimento; observado que, caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja, ou seja, impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's Ratings; ou (ii) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e convocar AGD para que seja definida a agência de classificação de risco substituta, caso esta não seja uma das agências de classificação de risco indicadas no item (i);”

3.1.8. Incluir o item (xxv) na Cláusula 6.5. da Escritura de Emissão, de acordo com a seguinte redação:

“(xxv) fazer cumprir o disposto na Cláusula 5.1. (xx) desta Escritura de Emissão e, ainda, encaminhar à ANBIMA o relatório de avaliação (rating) objeto da atualização de que trata a Cláusula 5.1. (xx), em até 15 (quinze) dias da data da sua veiculação.”

CLÁUSULA IV

DAS OUTRAS RETIFICAÇÕES E RATIFICAÇÕES

4.1. Em razão de não ter sido verificada demanda de mercado no Procedimento de *Bookbuilding* pelas Debêntures da 3ª Série, a totalidade das Debêntures será emitida como Debêntures da 1ª Série e Debêntures da 2ª Série. Referências às Debêntures da 3ª Série na Escritura de Emissão tornam-se sem efeito.

4.2. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições estabelecidas na Escritura de Emissão e não expressamente alterados por este Primeiro Aditamento.

CLÁUSULA V DA AUTORIZAÇÃO

5.1 O presente aditamento é celebrado com base na deliberação tomada pela Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 20 de dezembro de 2013, que aprovou a presente Emissão em 20 de dezembro de 2013, nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e autorizou a Diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo inclusive, celebrar este Primeiro Aditamento.

CLÁUSULA VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 As obrigações assumidas neste Primeiro Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

6.2 Este Primeiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

6.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Primeiro Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Primeiro Aditamento, as Partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Primeiro Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

5.2. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

5.3. As Partes reconhecem este Primeiro Aditamento e as Debêntures como títulos

executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

5.4. Para os fins deste Primeiro Aditamento, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

5.5. Qualquer alteração a este Primeiro Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.

5.6. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Primeiro Aditamento.

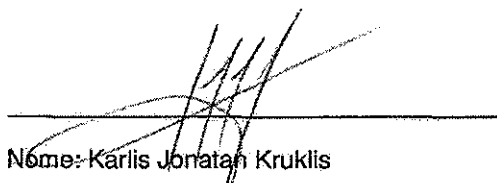
Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Primeiro Aditamento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)

Página de assinaturas 1/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., firmado em 20 de fevereiro de 2014.

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.

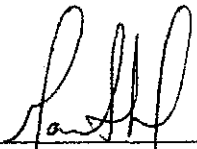
A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and strokes, is positioned above a horizontal line.

Nome: Karlis Jonatan Kruklis

Cargo: Diretor Presidente

Página de assinaturas 2/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., firmado em 20 de fevereiro de 2014.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome:

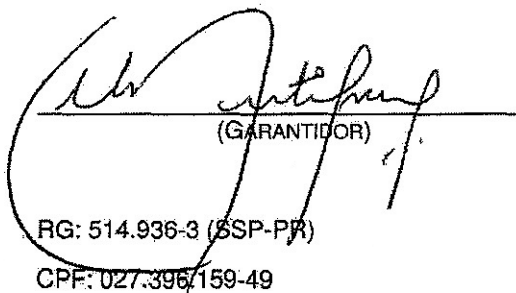
Marco Aurélio Machado Ferreira
Diretor

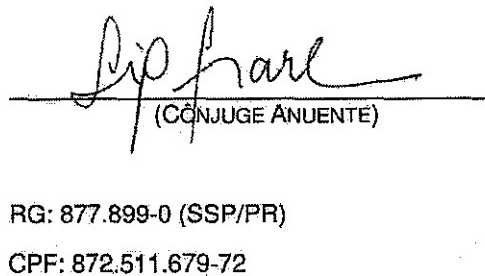
Cargo:

Página de assinaturas 3/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., firmado em 20 de fevereiro de 2014.

CELSO ANTONIO FRARE

LIA NARA QUEIROZ FRARE

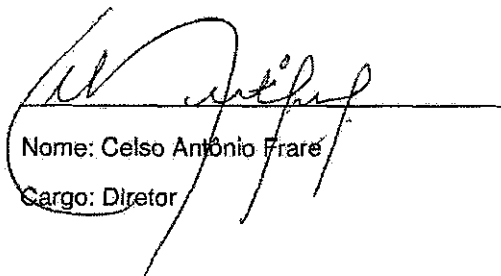

(GARANTIDOR)
RG: 514.936-3 (SSP-PR)
CPF: 027.396.159-49


(CÔNJUGE ANUENTE)
RG: 877.899-0 (SSP/PR)
CPF: 872.511.679-72

Página de assinaturas 4/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., firmado em 20 de fevereiro de 2014.

NOVO ORIENTE PARTICIPAÇÕES LTDA.

(GARANTIDOR)



Nome: Celso Antônio Frare
Cargo: Diretor

Página de assinaturas 5/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., firmado em 20 de fevereiro de 2014.



TESTEMUNHAS



Nome: Thaiz Ferraz Nunes de Oliveira
RG: RG 6.324.518-2
CPF: CPF 056.435.579-83

Nome: Jordana Pereira de Siqueira
RG: RG 10.966.832-0
CPF: CPF 079.776.199-38

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO – CDB E DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM CONTA VINCULADA EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO – CDB
E DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM CONTA VINCULADA EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS**

entre

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.,
"Companhia"

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
"Agente Fiduciário"

e

HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO
"Instituição Depositária"

Datado de
27 de janeiro de 2014

ÍNDICE

CLÁUSULA I	DA CESSÃO FIDUCIÁRIA, DO DEPÓSITO EM GARANTIA E DA CONTA VINCULADA	254
CLÁUSULA II	DO APERFEIÇOAMENTO E REGISTRO DAS GARANTIAS	261
CLÁUSULA III	DO PRAZO	261
CLÁUSULA IV	DAS OBRIGAÇÕES DA COMPANHIA	261
CLÁUSULA V	DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA	266
CLÁUSULA VI	DA MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA	268
CLÁUSULA VII	DAS GARANTIAS E DA EXCUSSÃO DAS GARANTIAS	270
CLÁUSULA VIII	DECLARAÇÕES E GARANTIAS	273
CLÁUSULA IX	DOS SUCESSORES E CESSIONÁRIOS; ADITAMENTOS	277
CLÁUSULA X	DAS RENÚNCIAS OU NOVAÇÃO	277
CLÁUSULA XI	DA RENÚNCIA AO DIREITO DE RETENÇÃO OU COMPENSAÇÃO	277
CLÁUSULA XII	COMUNICAÇÕES	277
CLÁUSULA XIII	CONFIDENCIALIDADE	279
CLÁUSULA XIV	DISPOSIÇÕES GERAIS	279
CLÁUSULA XV	DO FORO	280

LISTA DE ANEXOS:

ANEXO I	MODELO DE PROCURAÇÃO	286
ANEXO II	MODELO DE NOTIFICAÇÃO	288
ANEXO III	DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS SUJEITOS A TRÂNSITO NA CONTA VINCULADA	290

**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO – CDB
E DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM CONTA VINCULADA EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS**

O presente “Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário – CDB e de Direitos Creditórios em Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças” (“Contrato”) é celebrado em 27 de janeiro de 2014, entre:

- (i) **OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.**, companhia aberta de capital autorizado, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettge, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 75.609.123/0001-23, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social (“Companhia”);
- (ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão das Debêntures (conforme definido abaixo), representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conjunta e indistintamente “Debenturistas” ou, individualmente, cada “Debenturista” e “Agente Fiduciário”, respectivamente); e
- (iii) **HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO**, sociedade por ações e instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 2º andar, CEP 80020-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201/0001-89, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição depositária da Conta Vinculada (conforme definido abaixo) (“HSBC” ou “Instituição Depositária”) (a Companhia, o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária são doravante referidos em conjunto como “Partes” e, cada qual, individualmente e indistintamente, como uma “Parte”);

P R E M I S S A S

CONSIDERANDO QUE:

- (i) na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 20 de dezembro de 2013, foi aprovada a (a) realização da emissão, para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”) sob regime de garantia firme de subscrição da totalidade das debêntures a serem emitidas, compreendendo a emissão de, inicialmente, 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em até três séries, e perfazendo o montante total de, inicialmente, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), sem considerar as Debêntures Adicionais (conforme definido na Escritura de Emissão) e as Debêntures Suplementares (conforme definido na Escritura de Emissão). Considerando a colocação integral das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, o valor total da Emissão será de até R\$337.500.000,00 (trezentos e trinta e sete

milhões e quinhentos mil reais), representada por até 33.750 (trinta e três mil, setecentas e cinquenta) Debêntures (o valor final da Emissão, "Valor Total da Emissão"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e demais disposições legais aplicáveis, cujas condições e características estão descritas no "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A.*", firmado em 27 de janeiro de 2014 ("Escritura de Emissão", "Emissão", "Oferta" e "Debêntures", respectivamente); e (b) autorização à administração da Companhia para a prática de todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta;

- (ii) A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, sob regime de garantia firme de subscrição, podendo ser exercida para as Debêntures da 1ª Série e/ou para as Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido), de forma individual e não solidária entre os Coordenadores (conforme abaixo definido), na forma estabelecida no item 4.1.1.1. da Escritura de Emissão, a critério exclusivo de cada um dos Coordenadores, de até 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, correspondentes na Data de Emissão, ao valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, e sob regime de melhores esforços para as Debêntures da 3ª Série, com a intermediação de uma instituição financeira, na qualidade de coordenador líder da Oferta ("Coordenador Líder"), bem como de outras instituições financeiras intermediárias integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Demais Coordenadores" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, da 3ª (terceira) Emissão Pública da Ouro Verde Locação e Serviço S.A." ("Contrato de Distribuição"). Os Coordenadores adotarão o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme abaixo definido), o número de séries, a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas e a alocação entre as Debêntures da 1ª (primeira) série ("1ª Série" e "Debêntures da 1ª Série"), as Debêntures da 2ª (segunda) série ("2ª Série" e "Debêntures da 2ª Série") e as Debêntures da 3ª (terceira) série ("3ª Série" e "Debêntures da 3ª Série"), observado o disposto abaixo ("Procedimento de Bookbuilding"), bem como as disposições constantes no Contrato de Distribuição e descritas no prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e no prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo" e em conjunto com Prospecto Preliminar "Prospectos");

(iii) para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão, a Companhia concorda em:

(a) ceder fiduciariamente aos Debenturistas, aqui representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade dos direitos da Companhia com relação ao Certificado de Depósito Bancário — CDB com liquidez diária de emissão do HSBC, de titularidade da Companhia, emitido para aplicação dos recursos representativos de, no mínimo, 10% (dez por cento) do saldo não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração (conforme abaixo definido), durante todo o prazo de vigência das Debêntures, depositados na Conta Vinculada (conforme definido abaixo) nos termos do item 4.5.1.1 (i) da Escritura de Emissão, conforme especificado de acordo com a Cláusula I abaixo e cujas características encontram-se descritas no item 1.4.2 deste Contrato, bem como os direitos creditórios dele decorrentes, que devem permanecer livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, bem como todos e quaisquer direitos de crédito existentes ou que venham a se constituir no futuro, decorrentes dessa aplicação financeira, incluindo, mas sem limitações, todos os recursos, direitos, frutos, rendimentos, pagamentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a ela relacionados, presentes ou futuros (“CDB Cedido Fiduciariamente”); e

(b) (1) ceder fiduciariamente, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, dívidas ou restrições aos Debenturistas e seus sucessores e cessionários, aqui representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta sobre os direitos creditórios originados de contratos junto a clientes dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves da Companhia, todos identificados no Anexo III a este Contrato (“Contratos de Frota”), abrangendo, também, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos ou multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Companhia pelas contrapartes dos Contratos de Frota, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei 4.728”), dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514”), do Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969 e alterações posteriores, e do artigo 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), com valor total representativo de, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração (conforme abaixo definido), durante todo o prazo de vigência das Debêntures, obrigando-se, ainda, a manter junto à Instituição Depositária a Conta Vinculada (conforme definido abaixo), pela qual transitarão a totalidade dos recursos a que a Companhia fizer jus provenientes dos Contratos de Frota (“Direitos Creditórios Cedidos”), nos termos do presente Contrato, notadamente das Cláusulas I, V e VI abaixo; e (2) ceder fiduciariamente aos Debenturistas (conforme definido na Escritura de Emissão), aqui representados pelo Agente Fiduciário a totalidade dos direitos da Companhia relativos à Conta Vinculada (conforme definido abaixo), incluindo as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos nela depositados, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente e os decorrentes dos Contratos de Frota, incluindo eventuais rendimentos;

ISTO POSTO, RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo. Os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Contrato, que não estejam de outra forma expressamente definidos neste Contrato, são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão. Todos os termos no singular definidos neste Contrato deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. As expressões “deste Contrato”, “neste Contrato” e “conforme previsto neste Contrato” e palavras similares quando empregadas neste Contrato, a não ser que de outra forma depreendido do contexto, referem-se a este Contrato como um todo e não a uma disposição específica deste Contrato, e referências a cláusula, sub-cláusula, item e anexo estão relacionadas a este Contrato a não ser que de outra forma expressamente especificado.

CLÁUSULA I DA CESSÃO FIDUCIÁRIA, DO DEPÓSITO EM GARANTIA E DA CONTA VINCULADA

1.1. Em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e dos Documentos das Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão), incluindo, mas não se limitando, dentre outras, ao Valor Total da Emissão, remuneração, comissões, custos e despesas, incluindo gastos com honorários advocatícios, remuneração do Agente Fiduciário, multas, perdas, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais ou extrajudiciais decorrentes da Emissão e das Debêntures (“Obrigações Garantidas”), cuja descrição, em cumprimento ao disposto no artigo 1.362 do Código Civil e no artigo 18 da Lei 9.514, está indicada nos itens 1.4.1 e 1.4.1.1 do presente Contrato, nos termos do artigo 66-B da Lei 4.728, dos artigos 18 a 20 da Lei 9.514 e, no que for aplicável, nos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, a Companhia, pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, cede e transfere fiduciariamente em garantia ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos direitos a seguir descritos, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, de natureza fiscal):

(i) da totalidade dos direitos da Companhia com relação ao CDB Cedido Fiduciariamente, incluindo os seus rendimentos, nos termos do item 4.5.1.1 da Escritura de Emissão;

(ii) da totalidade dos direitos da Companhia relativos à Conta Vinculada (conforme definido no item 1.2 abaixo), incluindo as aplicações financeiras existentes ou realizadas de tempos em tempos com recursos nela depositados, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente e os decorrentes dos Contratos de Frota, incluindo eventuais rendimentos; e

(iii) dos Direitos Creditórios Cedidos, conforme definido no item (iii)(b)(1) dos CONSIDERANDOS acima e, ainda, devidamente identificados no Anexo III a este Contrato (em conjunto com os direitos indicados no item (ii), “Direitos Cedidos Fiduciariamente” e, em conjunto com o CDB Cedido Fiduciariamente, “Garantias”).

1.2. Para fins da constituição e implementação das Garantias, a Companhia se obriga a manter a conta corrente (C/C) nº 04415-06, de sua titularidade, mantida na agência (AG) nº 0454 na Instituição Depositária — identificada pelo nº 399 — (“Conta Vinculada”), na qual deverão ser depositados os recursos para emissão do CDB Cedido Fiduciariamente e por onde deverão transitar todos e quaisquer recursos que venham a ser creditados à ou recebidos pela Companhia, incluindo aqueles referentes aos Direitos Creditórios Cedidos identificados no Anexo III a este Contrato, e posteriores aditamentos para complemento e/ou substituição das Garantias.

1.3. A Companhia e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, neste ato nomeiam a Instituição Depositária como fiel depositária da Conta Vinculada, das aplicações financeiras e dos ganhos e receitas financeiras dela decorrentes, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente, os quais deverão ser mantidos como depósito em garantia. A Instituição Depositária por este Contrato expressamente aceita a sua nomeação como fiel depositária da Conta Vinculada, das aplicações financeiras e dos ganhos e receitas financeiras delas decorrentes, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente, e assume total responsabilidade pela boa manutenção, conservação e preservação dos valores assim recebidos.

1.3.1. A Companhia e o Agente Fiduciário reconhecem que a Instituição Depositária estará obrigada a obedecer e a cumprir todas as medidas, mandados, sentenças ou decisões expedidas por qualquer autoridade judiciária, ainda que afetem as Garantias estabelecidas no presente Contrato, devendo, entretanto, comunicar o fato à Companhia e ao Agente Fiduciário. A Instituição Depositária não será responsável perante o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas em virtude do cumprimento das referidas medidas, mandados, sentenças ou decisões, não obstante essas medidas, mandados, sentenças ou decisões possam ser posteriormente alteradas, revogadas ou anuladas.

1.3.2. A Instituição Depositária poderá ser substituída em caso de renúncia de sua posição de Instituição Depositária ou por decisão dos Debenturistas, observado o quórum de deliberação geral estabelecido na Escritura de Emissão e ficando estabelecido que tal fato importará em aditamento a este Contrato, a ser firmado em até 5 (cinco) Dias Úteis da nomeação pelos Debenturistas de uma instituição depositária substituta. Em face da renúncia mencionada acima ou da decisão dos Debenturistas pela substituição da Instituição Depositária, esta deverá permanecer no exercício de suas atribuições até a assunção integral de tais atribuições pela instituição depositária substituta, cooperando com e fornecendo à instituição depositária substituta todas as informações pertinentes às suas atribuições nos termos deste Contrato.

1.3.3. Na hipótese de a Instituição Depositária, por qualquer motivo, decidir pela descontinuidade da prestação dos serviços aqui descritos, deverá para tanto enviar notificação ao Agente Fiduciário e à Companhia com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, cabendo a esta convocar os Debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento da notificação, para nomear a instituição depositária substituta.

1.4. Para os efeitos do artigo 1.362 do Código Civil e do artigo 18 da Lei 9.514, são descritas abaixo resumidamente e separadamente as características das Obrigações Garantidas, do CDB Cedido Fiduciariamente e dos Direitos Creditórios Cedidos:

1.4.1. Características das Obrigações Garantidas:

- (i) O valor total da Emissão será de, inicialmente, R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), sem considerar as Debêntures Adicionais (conforme definido na Escritura de Emissão) e as Debêntures Suplementares (conforme definido na Escritura de Emissão), sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida por meio do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes. Considerando a colocação integral das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, o valor total da Emissão será de até R\$337.500.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), representada por até 33.750 (trinta e três mil, setecentas e cinquenta) Debêntures (o valor final da Emissão "Valor Total da Emissão"). Qualquer uma das séries poderá não ser emitida, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única ou em apenas duas séries, conforme o caso, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.
- (ii) as Debêntures da 1ª Série terão o prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2018 ("Data de Vencimento da 1ª Série"); (ii.b) as Debêntures da 2ª Série terão o prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2019 ("Data de Vencimento da 2ª Série"); e (ii.c) as Debêntures da 3ª Série terão o prazo de vigência de 7 (sete) anos contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de março de 2021 ("Data de Vencimento da 3ª Série").
- (iii) A partir da Data de Emissão, cada Debênture: (i) da 1ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros – de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa ou *spread*, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 2,40% a.a. (dois inteiros e quarenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Juros

Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série"); (ii) da 2ª Série fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou spread, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série");

- (iv) As Debêntures da 3ª Série farão jus a uma remuneração correspondente a uma sobretaxa, na forma percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 2020 ("NTN-B/20"), divulgadas pela ANBIMA, a ser apurada entre o 2º (segundo), o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) Dia Útil imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, calculado em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, e pagos anualmente ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração das Debêntures da 3ª Série" e, em conjunto com os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, "Remuneração"). O cálculo da Remuneração das Debêntures da 3ª Série obedecerá à fórmula prevista no item 4.9. da Escritura de Emissão;
- (v) As Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente. As Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado anualmente ("Atualização Monetária"), a partir da Data de Emissão, conforme o caso até a data de seu efetivo pagamento, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), conforme fórmula constante do item 4.9.1. da Escritura de Emissão;

(vi) nos termos do item 4.8.1 da Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado após o decurso de 18 (dezoito) meses, contados da Data de Emissão – exclusive o 18º (décimo oitavo) mês, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de setembro de 2015, mediante o pagamento de 31 (trinta e uma) parcelas mensais e sucessivas, ficando estabelecido que cada uma das 30 (trinta) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) de cada Debênture da 1ª Série será correspondente a 3,20% (três inteiros e vinte centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) e a 31ª (trigésima primeira) será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário remanescente na Data de Vencimento da 1ª Série. As parcelas de pagamento de Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) das Debêntures da 1ª Série são representadas conforme a tabela que consta no Anexo 4.8.1. da Escritura de Emissão. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses, contados da Data de Emissão – exclusive o 24º (vigésimo quarto) mês, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2016, mediante o pagamento de 37 (trinta e sete) parcelas mensais e sucessivas, ficando estabelecido que cada uma das 36 (trinta e seis) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) de cada Debênture da 2ª Série será correspondente a 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) e a 37ª (trigésima sétima) será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário remanescente na Data de Vencimento da 2ª Série. As parcelas de pagamento de Valor Nominal Unitário (ou saldo de Valor Nominal Unitário) das Debêntures da 2ª Série são representadas conforme a tabela que consta no Anexo 4.8.2. da Escritura de Emissão. O Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série será amortizado, em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, ao final do 5º (quinto), 6º (sexto) e 7º (sétimo) anos, contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de março de 2019, 15 de março de 2020 e 15 de março de 2021, respectivamente, ficando estabelecido que (i) cada uma das 2 (duas) primeiras parcelas de pagamento do Valor Nominal Atualizado de cada Debêntures da 3ª Série será correspondente a 33,3% (trinta e três inteiros e três décimos por cento) do Valor Nominal Atualizado; e (ii) a 3ª (terceira) e última parcela de pagamento do Valor Nominal Atualizado será correspondente a 33,4% (trinta e três inteiros e quatro décimos por cento) do Valor Nominal Atualizado, e serão pagas no prazo acima estipulado;

(vii) O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série será feito mensalmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série deverá ocorrer no dia 15 de abril de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série. Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série aqueles que forem titulares de Debêntures da 1ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série será feito mensalmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série deverá ocorrer no dia 15 de abril de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série. Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série aqueles que forem titulares de Debêntures da 2ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

O pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série será feito anualmente desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série, nos termos do artigo 132, parágrafo 3º do Código Civil, ficando expressamente estabelecido para todos os fins e efeitos legais que o primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série deverá ocorrer no dia 15 de março de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série. Farão jus a Remuneração das Debêntures da 3ª Série aqueles que forem titulares de Debêntures da 3ª Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento; e

- (viii) Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures da respectiva série, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração da respectiva série devidas nos termos da Escritura de Emissão, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a: (i) multa não compensatória equivalente a 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ressalvado o período de cura de 1 (um) Dia Útil estabelecido no item 4.11(i) da Escritura de Emissão.

1.4.2. Características do CDB Cedido Fiduciariamente:

- (i) o valor total do CDB Cedido Fiduciariamente não poderá, a qualquer tempo, desde a data de liquidação financeira da Emissão, conforme indicado no item 4.5.1.1(i) da Escritura de Emissão, até a Data de Vencimento das Debêntures ou a data de vencimento antecipado das Debêntures, ser inferior a 10% (dez por cento) do saldo não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração. O CDB Cedido Fiduciariamente deve ser emitido pelo HSBC na data de liquidação financeira da Emissão das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), para aplicação de valor equivalente a 10% (dez por cento) do saldo não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração, com os recursos provenientes da liquidação financeira da Emissão, depositados pelas instituições intermediárias da Emissão na Conta Vinculada, cujo código de ativo será informado pela Instituição Depositária ao Agente Fiduciário e à Companhia na data de sua emissão, mediante notificação, de acordo com as disposições constantes do respectivo certificado ("Certificado"), sendo certo que o CDB Cedido Fiduciariamente deverá ser registrado na

conta garantia (conta 60), na CETIP ("Conta Garantia"), sendo automaticamente considerado, para todos os efeitos, uma das Garantias. Para todos os fins e efeitos legais, a notificação a ser emitida pelo HSBC contendo as disposições do Certificado, incluindo código de ativo do CDB Cedido Fiduciariamente, deverá ser levada a registro pela Companhia perante os mesmos cartórios de registro de títulos e documentos em que for registrado este Contrato em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da notificação pela Companhia;

- (ii) caso a garantia representada pelo CDB Cedido Fiduciariamente represente, a qualquer tempo, um valor inferior a 10% do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração, a Emissora deverá recompor essa garantia, aplicando recursos adicionais a um novo Certificado de Depósito Bancário – CDB, de liquidez diária e prazo de vencimento igual à data de vencimento das Debêntures, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação pelo Agente Fiduciário sobre a necessidade de complemento, sob pena de descumprimento das Obrigação Garantidas;
- (iii) a partir da data em que o valor do CDB Cedido Fiduciariamente passar a representar percentual superior a 10% (dez por cento) do saldo não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração, a Companhia poderá solicitar ao Agente Fiduciário que instrua a Instituição Depositária a efetuar o resgate parcial do CDB Cedido Fiduciariamente, e a transferir os recursos então excedentes para a Conta de Livre Movimentação (conforme definido abaixo);
- (iv) o prazo de vencimento do CDB Cedido Fiduciariamente será de 84 (oitenta e quatro) meses desde a respectiva data de emissão, observadas as demais disposições deste Contrato no tocante à possibilidade de utilização do CDB Cedido Fiduciariamente para satisfação do crédito dos Debenturistas; e
- (v) o CDB Cedido Fiduciariamente será remunerado a uma taxa equivalente à variação percentual acumulada de 103,0% (cento e três inteiros por cento)] da Taxa DI.

1.4.3. Características dos Direitos Creditórios Cedidos: os Direitos Creditórios Cedidos são e serão aqueles indicados e caracterizados no Anexo III a este Contrato, abrangendo, também, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos ou multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Companhia pelas contrapartes dos Contratos de Frota, com valor total representativo de, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, sendo certo que serão consideradas, para efeito do cálculo do índice de cobertura acima mencionado, apenas as parcelas vincendas dos Direitos Creditórios Cedidos devidas até o final do prazo de vigência das Debêntures, ou seja, quaisquer parcelas vincendas dos Diretos Creditórios Cedidos com data posterior ao término da vigência das Debêntures deverão ser desconsideradas para fins do referido cálculo ("Valor Total da Garantia dos Direitos Creditórios Cedidos").

1.5. Para efeitos do presente Contrato, “Dia Útil” ou “Dias Úteis” significa qualquer dia, que não um sábado, domingo, ou outro dia em que os bancos comerciais estejam autorizados ou sejam obrigados a permanecer fechados em território nacional.

CLÁUSULA II DO APERFEIÇOAMENTO E REGISTRO DAS GARANTIAS

2.1. A Companhia obriga-se a registrar o presente Contrato, bem como qualquer respectivo e eventual aditamento, nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba e da Cidade do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados de sua celebração e, em referido prazo, a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original deste Contrato com os respectivos registros, arcando com todos os custos e despesas necessários à sua efetivação. Não obstante, o Agente Fiduciário poderá, a seu exclusivo critério e às custas e despesas da Companhia, providenciar os registros e demais formalidades aqui previstas em nome da Companhia, a qual reconhece desde já como sendo líquidas, certas e exigíveis as notas de débito que venham a ser emitidas pelo Agente Fiduciário para pagamento dos custos e/ou despesas correspondentes. A Companhia deverá reembolsar o Agente Fiduciário por tais custos e/ou despesas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio da respectiva nota de débito pelo Agente Fiduciário, sem prejuízo de eventual descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da Escritura de Emissão. A Companhia e o Agente Fiduciário reconhecem que a Instituição Depositária não prestará declarações sobre a existência, validade, eficácia ou exequibilidade das Garantias.

CLÁUSULA III DO PRAZO

3.1. As Garantias e todas as demais obrigações, termos e condições aqui contidos vigorarão até o integral cumprimento e liquidação das Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA IV DAS OBRIGAÇÕES DA COMPANHIA

4.1. A Companhia obriga-se, durante a vigência deste Contrato, a:

- (i) não alterar a Conta Vinculada, exceto mediante autorização prévia e por escrito dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, promovendo, no caso de autorização pelos Debenturistas, o respectivo aditamento do presente Contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da obtenção da autorização e enviando tal aditivo à Instituição Depositária e Agente Fiduciário, devidamente registrado nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos mencionados no item 3.1 acima;
- (ii) depositar na Conta Vinculada todos e quaisquer recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos que eventualmente tenham sido recebidos de forma diversa do disposto neste Contrato, no prazo de 1 (um) Dia Útil após seu recebimento;

- (iii) não substituir a Instituição Depositária para o desempenho das funções estipuladas neste Contrato, exceto mediante autorização prévia e por escrito dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e desde que a instituição substituta se comprometa a aderir aos termos deste Contrato, devendo então, mediante autorização dos Debenturistas, promover o aditamento a este Contrato em até 5 (cinco) Dias Úteis junto às demais Partes e à instituição depositária substituta;
- (iv) exercer diligente e tempestivamente todos os direitos e cumprir com todas suas obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e do presente Contrato;
- (v) não ceder, alienar, transferir, vender, alugar, onerar, caucionar, empenhar e/ou por qualquer forma dispor, negociar ou gravar o CDB Cedido Fiduciariamente, quaisquer direitos relativos ao CDB Cedido Fiduciariamente, a Conta Vinculada e/ou os Direitos Creditórios Cedidos, devendo cumprir o disposto neste Contrato, até a liquidação total das Obrigações Garantidas;
- (vi) obter tempestivamente todas as autorizações, registros e providências e praticar todos os atos que sejam necessários à validade, eficácia e exequibilidade deste Contrato, bem como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, mantendo-as sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- (vii) manter as Garantias objeto do presente Contrato sempre existentes, válidas e eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição;
- (viii) defender-se, de forma tempestiva, eficaz e às suas expensas, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa afetar, no todo ou em parte, este Contrato, as Debêntures, as Garantias, instrumentos correlatos e/ou o cumprimento das Garantias, mantendo o Agente Fiduciário informado por meio de relatórios descrevendo o ato, ação, procedimento e processo em questão e as medidas tomadas pela Companhia, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário, na qualidade de proprietário fiduciário, de defender-se do referido ato, ação, procedimento ou processo, como parte ou como agente, como bem aprouver aos Debenturistas;
- (ix) não vincular, onerar, alterar ou encerrar a Conta Vinculada ou permitir que seja alterada qualquer cláusula ou condição do contrato de abertura de conta corrente relativo à Conta Vinculada, sem prévia anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário;
- (x) informar em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tiver conhecimento, ao Agente Fiduciário, os detalhes de qualquer litígio, arbitragem, processo administrativo iniciado, pendente ou, até onde seja do seu conhecimento iminente, fato, evento ou controvérsia envolvendo as Garantias;

- (xi) conceder ao Agente Fiduciário, ou ao respectivo preposto, funcionário ou terceiro indicado pelo Agente Fiduciário, livre acesso às informações da Conta Vinculada, podendo tais informações ser repassadas aos Debenturistas;
- (xii) transitar a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos pela Conta Vinculada;
- (xiii) praticar os atos necessários à conservação e defesa da Conta Vinculada e das Garantias e usar dos meios judiciais convenientes para assegurá-los;
- (xiv) na hipótese de ocorrência de penhora ou qualquer outra constrição judicial sobre o CDB Cedido Fiduciariamente, sobre a Conta Vinculada e/ou quaisquer recursos e aplicações a ela relativas, bem como sobre qualquer dos Direitos Creditórios Cedidos, notificar: (a) a autoridade judicial responsável pela penhora, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil, sobre as Garantias ora constituídas, e oferecer outros bens ou ativo alternativo que seja suficiente e aceitável; e (b) o Agente Fiduciário tão logo seja possível, mas em prazo não superior a 1 (um) Dia Útil de sua ciência sobre a ocorrência da penhora judicial, observado o disposto no item 4.1.1. abaixo;
- (xv) Os documentos representativos das Garantias ("Documentos Comprobatórios") deverão ser mantidos na sede da Companhia, que assume os deveres de fiel depositária de tais documentos, os quais se incorporam às Garantias.
- (xvi) fornecer, mediante solicitação, ao Agente Fiduciário informações e documentos adicionais aos descritos neste Contrato, desde que razoáveis e necessários à averiguação, aperfeiçoamento ou excussão das Garantias ou ao exercício de quaisquer direitos decorrentes deste Contrato. As referidas solicitações deverão ser atendidas pela Companhia em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação, salvo na hipótese de ocorrência de Inadimplemento, nos termos e prazos previstos na Escritura de Emissão, ocasião em que as referidas solicitações deverão ser atendidas no prazo de 1 (um) Dia Útil, mediante notificação enviada pelo Agente Fiduciário;
- (xvii) em até 2 (dois) Dias Úteis da data de assinatura deste Contrato ou de qualquer aditamento a este Contrato que altere a lista de Contratos de Frota constante no Anexo III, expedir notificação aos clientes relativos aos Direitos Creditórios Cedidos ("Clientes"), substancialmente nos termos do modelo de notificação que integra este Contrato como Anexo II;
- (xviii) em até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão ou em até 30 (trinta) dias contados da data de qualquer aditamento a este Contrato que altere a lista de Contratos de Frota constante no Anexo III, fornecer ao Agente Fiduciário comprovação de que os Clientes foram notificados conforme a alínea anterior. Tal comprovação de notificação deverá ser feita por meio de envio ao Agente Fiduciário de relatório assinado pela Companhia, contendo cópias das notificações enviadas aos Clientes, aviso de recebimento (AR), emitido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou outra forma que demonstre, de forma inequívoca, a notificação dos Clientes;

- (xix) até o 5º (quinto) dia de julho de 2014 e, após, até o 5º (quinto) dia de cada trimestre durante a vigência deste Contrato, fornecer ao Agente Fiduciário relatório assinado pela Companhia, declarando ao Agente Fiduciário que os recursos transitados na Conta Vinculada em cada mês do trimestre são decorrentes de obrigações de Clientes da Companhia relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, indicando o valor recebido de cada Cliente em cada mês;
- (xx) observados os termos do item 4.1.1(d) abaixo, enviar ao Agente Fiduciário, com prazo de até 60 (sessenta) dias de antecedência do término da vigência de cada um dos Contratos de Frota, uma lista de novos contratos celebrados junto a clientes dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves da Companhia, cujos direitos creditórios serão cedidos fiduciariamente, nos termos deste Contrato, em substituição aos Contratos Vincendos, por meio de celebração de aditamento a este Contrato para substituição do Anexo III;
- (xxi) efetuar o pagamento de todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão e deste Contrato ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, desde que sejam razoáveis e devidamente comprovadas;
- (xxii) realizar o pagamento da remuneração devida à Instituição Depositária para a manutenção da Conta Vinculada, reembolsar e indenizar a Instituição Depositária por todos e quaisquer custos, despesas, desembolsos (inclusive relacionados a tributos), prejuízos, perdas e danos por ela incorridos em virtude da manutenção da Conta Vinculada; e
- (xxiii) mencionar em suas demonstrações financeiras, em estrita observância às normas contábeis em vigência e aplicáveis à Companhia, e conforme seja por estas exigido, a cessão fiduciária em garantia prevista neste Contrato.

4.1.1. Para os fins do presente Contrato e, notadamente dos itens 4.1(vii) e 4.1(xiv) acima e 6.1.2 a 6.1.8 abaixo, fica desde já expressamente estabelecido e acordado entre as Partes que:

- (a) durante todo o prazo de vigência do presente Contrato, o Agente Fiduciário será responsável por verificar a suficiência dos Direitos Creditórios Cedidos e do CDB Cedido Fiduciariamente para atendimento à cobertura do saldo não amortizado do Valor Total da Emissão, incluindo a Remuneração, durante todo o prazo de vigência das Debêntures; e
- (b) exclusivamente em face da iminência de qualquer acontecimento que, porventura, possa implicar o perecimento de qualquer dos Direitos Creditórios Cedidos e desde que comprometa o atendimento, pela Emissora, ao disposto no item 6.1.2(ii) (assim determinado se, considerando a última Data de Verificação e desconsiderados tais Direitos Creditórios Cedidos, a Emissora deixe de atender o disposto no item 6.1.2(ii)), incluindo, sem limitação: (1) a possibilidade de extinção contratual de qualquer

documento representativo de Direitos Creditórios Cedidos antes do término do prazo de vigência de cada um dos períodos estabelecidos no item 4.1(xvi) acima, e deste Contrato; (2) o perecimento do objeto contratual de qualquer documento representativo dos Direitos Creditórios Cedidos antes do término do prazo de vigência de cada um dos períodos estabelecidos no item 4.1(xvi) acima, e deste Contrato; ou (3) a rescisão antecipada ou resilição antecipada de qualquer documento representativo de Direitos Creditórios Cedidos durante cada um dos períodos estabelecidos no item 4.1(xvi) acima, fica a Companhia obrigada a substituir os Contratos de Frota originadores de tais Direitos Creditórios Cedidos por novos contratos, respeitados os Critérios de Elegibilidade (conforme definido abaixo). Observadas as condições acima, o Agente Fiduciário desde já está autorizado a formalizar a substituição dos Contratos Vincendos, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da notificação pela Companhia ao Agente Fiduciário, apresentando novos contratos originadores de direitos creditórios, para que integrem os Direitos Creditórios Cedidos sujeitos a trânsito pela Conta Vinculada;

- (c) para os fins do item (b) acima, a Companhia deverá notificar os Clientes relativos a quaisquer novos Direitos Creditórios Cedidos, substituídos ou adicionados, cujos pagamentos estejam sujeitos a trânsito pela Conta Vinculada nos mesmos termos descritos no item 4.1.(xviii) acima, aplicando-se o prazo de 2 (dois) Dias Úteis para notificação e 30 (trinta) dias para envio ao Agente Fiduciário da documentação comprobatória, conforme descrito no item 4.1.(xvii) acima;
- (d) sem prejuízo do disposto neste item 4.1.1 e no item 4.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá, caso este, em determinada Data de Verificação (conforme definido abaixo), ao calcular o atendimento ao disposto no item 6.1.2(ii) abaixo, desconsiderados os Direitos Creditórios Cedidos originados dos Contratos de Frota cujo término de vigência ocorra até 90 (noventa) dias após a Data de Verificação ("Contratos Vincendos"), concluir que tais requisitos não foram atendidos, notificar a Companhia, em até 2 (dois) Dias Úteis, para que a Companhia envie ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, uma lista de novos contratos celebrados junto a clientes dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves da Companhia, cujos direitos creditórios serão cedidos fiduciariamente, nos termos deste Contrato, em substituição aos Contratos Vincendos, observado que referidos contratos deverão respeitar os seguintes critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"): (a) ser da mesma natureza do(s) respectivo(s) Contrato(s) de Frota a ser(em) substituído(s); (b) cujo(s) saldo(s) de recebíveis futuros seja no mínimo, equivalente ao(s) do(s) respectivo(s) Contrato(s) de Frota a ser(em) substituído(s); e (c) não infringir qualquer lei, regulamento ou outra espécie de legislação, incluindo, mas não se limitando, à Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.827, de 30 de março de 2001 ("Resolução BC 2.827"). Observadas as condições acima, o Agente Fiduciário desde já está autorizado a formalizar a substituição dos Contratos Vincendos, que somente ocorrerá, por meio de aditamento a este Contrato para substituição do Anexo III.

- 4.2. Para os fins deste Contrato, qualquer substituição ou adição de Direitos Creditórios Cedidos por novos Direitos Creditórios Cedidos, quer seja em decorrência da alteração dos Clientes notificados pela Companhia de acordo com o item 4.1(xvii), ou, ainda, conforme estabelecido no item 4.1.1 acima, deverá ser formalizada mediante a alteração do Anexo III a este Contrato, de forma que todos os Direitos Creditórios Cedidos estejam lá identificados.
- 4.2.1. O aditivo ao Anexo III referido no item 4.2 acima deverá ser celebrado pelas Partes em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de cada notificação pela Companhia ao Agente Fiduciário descrita no item 4.1(xviii) acima ou 4.1.1(b) acima.

CLÁUSULA V DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA

- 5.1 A Instituição Depositária obriga-se, a partir desta data e enquanto vigorar este Contrato, a:
- (i) sem prejuízo do disposto no presente Contrato e, notadamente, na Cláusula VI abaixo, manter, durante o prazo de vigência do presente Contrato, a custódia do CDB Cedido Fiduciariamente e da Conta Vinculada, na qual serão depositados os valores provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos, de acordo com as seguintes disposições:
- (1) no 5º Dia Útil de cada mês, a partir do mês de abril de 2014, a Instituição Depositária deverá informar ou disponibilizar ao Agente Fiduciário o valor do CDB Cedido Fiduciariamente referente ao mês imediatamente anterior, de modo a viabilizar ao Agente Fiduciário a verificação da suficiência do valor do CDB Cedido Fiduciariamente, nos termos do item 1.4.2(i);
- (2) (2.1.) no 5º quinto Dia Útil do mês de julho de 2014; e (2.2) a cada Data de Verificação (conforme abaixo definido) subsequente, a Instituição Depositária deverá informar o valor transitado na Conta Vinculada até então ao Agente Fiduciário;
- (3) caso a Instituição Depositária não tenha sido notificada pelo Agente Fiduciário acerca da ocorrência de um Inadimplemento (conforme definido abaixo) com relação a qualquer das Obrigações Garantidas, qualquer recurso que venha a ser depositado na e/ou transferido à Conta Vinculada deverá ser transferido em até 1 (um) Dia Útil para a Conta de Livre Movimentação (conforme definido no item 6.1.1 abaixo); e
- (4) caso a Instituição Depositária tenha sido notificada pelo Agente Fiduciário acerca da ocorrência de um Inadimplemento (conforme definido abaixo) com relação a qualquer das Obrigações Garantidas, qualquer recurso que esteja ou venha a ser depositado na e/ou transferido à Conta Vinculada deverá ser retido até que receba novas instruções do Agente Fiduciário.

- (ii) enviar ao Agente Fiduciário, mensalmente, de acordo com o item 5.1(i)(1) acima até o 10º dia de cada mês, extrato (crédito/débito) e relatório consolidado informando a movimentação detalhada da Conta Vinculada, referente ao mês imediatamente anterior ou ao período anterior solicitado, conforme o caso, bem como acatar as instruções do Agente Fiduciário para os fins de liquidação das Obrigações Garantidas;
- (iii) atender, independentemente de anuência ou consulta prévia da Companhia, todas as ordens do Agente Fiduciário, relacionadas ao cumprimento do presente Contrato, devendo, inclusive, nas hipóteses aqui previstas de excussão das Garantias:
 - (a) manter a Conta Vinculada bloqueada, permitindo a excussão das Garantias nos prazos e formas previstos neste Contrato, mediante a utilização dos recursos da Conta Vinculada para liquidação das Obrigações Garantidas; e
 - (b) praticar qualquer outro ato necessário para que os recursos oriundos das Garantias sejam depositados unicamente na Conta Vinculada, consoante as disposições do presente Contrato;
- (iv) zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato e observar, na execução destas, as disposições deste Contrato;
- (v) permanecer no exercício de suas funções em caso de renúncia ou sua substituição até a celebração de respectivo aditamento ao presente Contrato;
- (vi) não vincular, onerar alterar ou encerrar a Conta Vinculada ou permitir que seja alterada qualquer cláusula ou condição do contrato de abertura de conta vinculada, sem prévia anuência dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário;
- (vii) conceder ao Agente Fiduciário, ou ao respectivo preposto, funcionário ou Agente indicado pelo Agente Fiduciário, livre acesso às informações da Conta Vinculada, podendo tais informações, mediante solicitação, ser repassadas aos Debenturistas; e
- (viii) acatar imediatamente a orientação dada pelo Agente Fiduciário para bloqueio dos recursos então disponíveis na Conta Vinculada, na hipótese de um Inadimplemento, independentemente de notificação prévia à Companhia, sendo certo que a Companhia será notificada de tal fato, conforme o caso.

5.2 A Companhia e o Agente Fiduciário reconhecem que a Instituição Depositária não prestará serviços de administração discricionária de recursos, e/ou assessoria ou consultoria de investimento.

CLÁUSULA VI DA MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA

6.1. Durante a vigência deste Contrato e até o integral e efetivo cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, a Conta Vinculada será movimentável exclusivamente pela Instituição Depositária independentemente de qualquer comunicação prévia das Partes, e nos termos deste Contrato, salvo em face de um descumprimento das Obrigações Garantidas (quer seja de natureza pecuniária ou não) ("Inadimplemento"), ficando estabelecido que neste caso, qualquer recurso que esteja ou venha a ser depositado na e/ou transferido à Conta Vinculada deverá ser retido até que receba novas instruções do Agente Fiduciário, sendo certo que a Conta Vinculada será movimentada conforme instruções específicas do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e que os recursos mantidos na Conta Vinculada estão sujeitos à retenção ou dedução de tributos, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

6.1.1. Exceto em face de um Inadimplemento, os recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos depositados na e/ou transferidos à Conta Vinculada deverão ser transferidos para a conta corrente (C/C) nº 41.368-29 mantida na agência (AG) nº 0054 no HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo — 399 ("Conta de Livre Movimentação"), de titularidade da Companhia e de livre movimentação, em até 1 (um) Dia Útil do respectivo depósito ou transferência à Conta Vinculada.

6.1.2. Para os fins deste Contrato, fica desde já estabelecido entre as Partes que em cada Data de Verificação (conforme abaixo definido), durante todo o período de vigência deste Contrato, o Agente Fiduciário, deverá verificar se (i) a Média Mensal (conforme abaixo definido) do respectivo Período de Verificação (conforme abaixo definido) é igual, superior ou inferior ao Valor de Circulação Mensal (conforme abaixo definido); (ii) o somatório de todos os Direitos Creditórios Cedidos no fim do respectivo Período de Verificação é igual, superior ou inferior ao Valor Total da Garantia dos Direitos Creditórios Cedidos.

6.1.2.1. Para fins deste Contrato, considera-se:

- (a) "Período de Verificação": o período de 03 (três) meses que se inicia no primeiro Dia Útil de um mês e termina no último Dia Útil do segundo mês calendário subsequente. O primeiro período de verificação iniciar-se-á em 1º de abril de 2014;
- (b) "Média Mensal": a média mensal obtida da soma dos valores depositados na Conta Vinculada em cada um dos meses que compõem o respectivo Período de Verificação;
- (c) "Data de Verificação": o 5º Dia Útil do mês imediatamente subsequente ao encerramento de cada Período de Verificação; e
- (d) "Valor de Circulação Mensal": o valor correspondente a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

6.1.3. Adicionalmente, fica desde já estabelecido entre as Partes que no 5º Dia Útil de cada mês, durante todo o período de vigência deste Contrato, o Agente Fiduciário deverá verificar se o fluxo de pagamentos originados por cada um dos Contratos de Frota é igual, superior ou inferior à parcela devida no respectivo mês, pelo Contrato de Frota correspondente.

6.1.4. Para fins do disposto nos itens 6.1.2. e 6.1.3. acima, a Instituição Depositária disponibilizará ao Agente de Fiduciário em todo 3º (terceiro) Dia Útil de cada mês a partir da data de assinatura deste Contrato, informação sobre: (i) o volume total de recursos que circulou na Conta Vinculada em cada Período de Verificação; e (ii) o montante creditado na Conta Vinculada no mês imediatamente anterior, bem como o número do CNPJ/MF do responsável pelo respectivo crédito.

6.1.5. Caso o Agente Fiduciário tenha verificado, nos termos do item 6.1.2. acima, que (i) a Média Mensal durante um determinado Período de Verificação é inferior ao Valor de Circulação Mensal; ou (ii) o somatório de todos os Direitos Creditórios Cedidos no fim do respectivo Período de Verificação é inferior ao Valor Total da Garantia dos Direitos Creditórios Cedidos, este deverá notificar a Companhia, em até 1 (um) Dia Útil da data da referida verificação, para que esta, em até 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da notificação do Agente Fiduciário mencionada acima, complemente o montante dos Direitos Creditórios Cedidos, por meio da cessão fiduciária dos direitos creditórios originados de contratos junto a clientes dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves da Companhia, observado que referidos contratos deverão respeitar os Critérios de Elegibilidade. Observadas as condições acima, o Agente Fiduciário desde já está autorizado a formalizar a complementação dos Direitos Creditórios Cedidos, que somente ocorrerá, por meio de aditamento a este Contrato para substituição do Anexo III.

6.1.6. Caso o Agente Fiduciário tenha verificado, nos termos do item 6.1.3. acima, em determinada Data de Verificação, que um ou mais Contratos de Frota, pelo período de 2 (dois) meses, consecutivos ou não, deixaram de originar a parcela dos Direitos Creditórios Cedidos devidos mensalmente nos termos do respectivo Contrato de Frota, este deverá, em tal Data de Verificação, realizar um cálculo *pro forma* dos índices indicados nos item 6.1.2(ii) acima, desconsiderando os Direitos Creditórios Cedidos oriundos de tais Contratos de Frota. Caso, uma vez realizado este cálculo, seja constatado que o disposto no item 6.1.2(ii) acima não foi atendido, o Agente Fiduciário deverá notificar a Companhia, em até 1 (um) Dia Útil da data da referida verificação, para que esta, em até 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da notificação do Agente Fiduciário mencionada acima, adicione um ou mais contratos ou substitua o(s) respectivo(s) Contrato(s) de Frota por um ou mais contratos que respeitem os Critérios de Elegibilidade.

6.1.7. Em caso de Inadimplemento, e na medida em que tal Inadimplemento perdure após o prazo de cura/saneamento, conforme aplicável, o Agente Fiduciário deverá imediatamente notificar a Instituição Depositária e a Companhia de tal fato e, então, quaisquer recursos depositados na e/ou transferidos à Conta Vinculada deverão ser retidos pela Instituição Depositária e movimentados de acordo com as determinações do Agente Fiduciário, para a satisfação do crédito dos Debenturistas, até a quitação integral do valor devido pela Companhia.

6.1.8. No primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Verificação e a cada primeiro Dia Útil seguinte a cada Data de Verificação, caso a Instituição Depositária não tenha sido notificada pelo Agente Fiduciário de um Inadimplemento, a Instituição Depositária deverá continuar transferindo os recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos depositados na e/ou transferidos à Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação, nos termos do item 6.1.1 acima.

CLÁUSULA VII DAS GARANTIAS E DA EXCUSSÃO DAS GARANTIAS

7.1. O presente Contrato tem a finalidade específica de constituir e regular as Garantias, incluindo a sua administração, gerenciamento e mecanismo de excussão.

7.1.1. A Companhia por este ato declara que renuncia ao seu direito de ingressar com qualquer medida judicial em prejuízo aos Debenturistas de quaisquer das Séries da Emissão, aqui representados pelo Agente Fiduciário, que os impeça de receber a distribuição dos recursos existentes na Conta Vinculada, incluindo provenientes do resgate (quer seja total ou parcial) do CDB Cedido Fiduciariamente, em caso de Inadimplemento.

7.2. No caso de Inadimplemento, independentemente de aviso ou notificação à Companhia, ou no caso de vencimento antecipado das Debêntures de qualquer das Séries, o Agente Fiduciário deverá notificar imediatamente a Instituição Depositária para que a Instituição Depositária retenha e bloqueie os recursos da Conta Vinculada, sendo certo que a Companhia será notificada da ocorrência de tal fato em até 1 (um) Dia Útil.

7.2.1. Para as finalidades desta Cláusula VII, as Partes reconhecem e concordam que as Garantias serão compartilhadas entre os Debenturistas da 1ª Série, os Debenturistas da 2ª Série e os Debenturistas da 3ª Série, *pro rata*, no tocante ao montante do crédito representado pelas Debêntures de cada Série. Cada Debenturista quer seja da 1ª Série, da 2ª Série ou da 3ª Série, cuja adesão à Escritura de Emissão e este Contrato se deu por meio da simples subscrição ou aquisição de uma ou mais Debêntures a qualquer título, em caráter irrevogável e irretratável anui e concorda com o compartilhamento das Garantias, nos termos descritos no item 4.5.2 da Escritura de Emissão, outorgando ao Agente Fiduciário mandato para que exerça todos os direitos inerentes ao exercício e à manutenção de tais Garantias, bem como para o fiel cumprimento da Escritura de Emissão e deste Contrato no interesse de todos os Debenturistas de todas as Séries.

7.2.2. Em consonância com as disposições do item 7.2.1 acima, tendo sido verificado um Inadimplemento, o Agente Fiduciário deverá utilizar de imediato os recursos existentes na Conta Vinculada e aqueles decorrentes do resgate (quer seja total ou parcial) do CDB Cedido Fiduciariamente, para amortização dos valores inadimplidos e para redução do saldo devedor das Debêntures (quer seja Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série ou Debêntures da 3ª Série), observada a alocação *pro rata temporis* dos valores obtidos pela excussão das Garantias, no tocante ao montante do crédito representado pelas Debêntures de cada Série. Adicionalmente, fica expressamente estabelecido que o Agente Fiduciário poderá realizar a excussão das Garantias, observadas as disposições desta Cláusula VII, em face de um Inadimplemento relativo a apenas uma Série de Debêntures ou de todas as Séries de Debêntures.

7.3. Caso a Instituição Depositária, em desacordo com as instruções previstas neste Contrato, deixe de efetuar as transferências conforme as instruções do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá dar início às medidas extrajudiciais necessárias para a excussão das Garantias objeto do presente Contrato, nos prazos, termos e condições que este entender apropriado, devendo aplicar os valores recebidos por força das Garantias deste Contrato no pagamento do saldo devedor das Debêntures (quer seja Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série ou Debêntures da 3ª Série) e no pagamento de qualquer remuneração, juros e encargos devidos ao Agente Fiduciário que deverão ser calculados e informados pelo Agente Fiduciário.

7.3.1. Em caso de ocorrência do previsto no item 7.3 acima, conforme deliberado pelos Debenturistas, o Agente Fiduciário poderá destituir a Instituição Depositária de suas funções, na forma prevista neste Contrato.

7.3.2. Para os fins do item 7.3.1 acima, caberá aos titulares das Debêntures de todas as Séries, devidamente reunidos em assembleias gerais de Debenturistas da respectiva Série convocadas para tal finalidade, a indicação de uma instituição depositária substituta, consoante as disposições da Escritura de Emissão, permanecendo a Instituição Depositária no exercício de suas atribuições até a sua efetiva substituição, que não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias. Adicionalmente, fica desde já estabelecido que tal substituição, conforme o caso, será objeto de aditamento a este Contrato.

7.4. A Companhia outorga, na data de assinatura do presente Contrato, ao Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, mandato em “causa própria”, nos termos dos artigos 684 e 685 do Código Civil, substancialmente na forma do modelo que integra este Contrato para todos os fins e efeitos legais como Anexo I, mandato este que sobreviverá à vigência deste Contrato, autorizando o Agente Fiduciário a determinar o bloqueio e a retenção dos recursos da Conta Vinculada, bem como o resgate (quer seja total ou parcial) do CDB Cedido Fiduciariamente e sua subsequente transferência às contas correntes dos Debenturistas (quer seja Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série ou Debêntures da 3ª Série), na data do bloqueio e a partir de então, até a regularização das obrigações assumidas pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e deste Contrato, ou sob qualquer instrumento acessório. O mandato referido acima contemplará, ainda, e para a ausência de dúvidas, as prerrogativas constantes do item 7.7 abaixo.

7.5. Todo e qualquer valor arrecadado pelo Agente Fiduciário em razão da excussão das Garantias previstas neste Contrato deverá ser utilizado para a quitação do saldo devedor das Debêntures (quer seja Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série ou Debêntures da 3ª Série).

7.6. Caso, após excutidas as Garantias e pagas integralmente as Obrigações Garantidas, seja verificada a existência de saldo disponível remanescente, referido saldo deverá ser transferido pela Instituição Depositária à Conta de Livre Movimentação em até 1 (um) Dia Útil.

7.7. Caberá ao Agente Fiduciário a prática de todos e quaisquer atos e a formalização de todos e quaisquer documentos relativos à constituição, administração, liberação, execução e recebimento dos valores relacionados às Garantias, podendo, em caso de Inadimplemento da Companhia:

- (i) cobrar o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e/ou Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, a Remuneração e acessórios das Debêntures (quer seja Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série ou Debêntures da 3ª Série), executando, para tanto, as Garantias;
- (ii) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, na qualidade de Agente Fiduciário no que diz respeito às Garantias;
- (iii) atuar até a excussão das Garantias, com poderes para cumprir todas as obrigações e exercer todos os direitos a que fizer jus, na qualidade de Agente Fiduciário e representante da comunhão dos Debenturistas (quer seja da 1ª Série, da 2ª Série ou da 3ª Série), beneficiário das Garantias, nos termos do presente Contrato;
- (iv) renunciar, liberar e/ou consentir com a alteração ou substituição das Garantias, desde que em face da autorização expressa dos Debenturistas (quer seja da 1ª Série, da 2ª Série ou da 3ª Série), devidamente reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas, devidamente convocadas e realizadas especificamente para tal finalidade; e
- (v) escolher (após prévia deliberação dos Debenturistas, devidamente reunidos em assembleias gerais de debenturistas convocadas para tal finalidade, nos termos da Escritura de Emissão) o escritório de advocacia ao qual incumbirá a defesa dos respectivos interesses, na qualidade de Agente Fiduciário e beneficiário das Garantias, bem como todos os termos de sua contratação, inclusive valor e forma de pagamento de honorários.

7.8. As despesas incorridas pelo Agente Fiduciário no desempenho das prerrogativas indicadas pelo item 7.7 acima, tais como, exemplificativamente, despesas cartorárias, notificações extrajudiciais e diligências, serão ordinariamente cobradas da e pagas pela Companhia e adiantadas pelos Debenturistas, no caso de inadimplemento da Companhia.

7.9. Nos termos do artigo 684 do Código Civil, a procuração outorgada na forma do item 7.4. acima é irrevogável e irretratável durante toda a vigência deste Contrato, vedado o substabelecimento. Esta procuração ficará automaticamente revogada nas hipóteses de substituição do Agente Fiduciário nos termos e condições previstos na Escritura de Emissão. Nessa hipótese, a Companhia obriga-se, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, a outorgar nova procuração, substancialmente na forma do item 7.4. acima, à parte que venha a assumir as funções de agente fiduciário da Emissão.

CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. A Companhia declara e garante ao Agente Fiduciário e à Instituição Depositária, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, no contrato de abertura de conta vinculada e nos demais documentos da Emissão ou em lei, que:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e, em especial, com as disposições da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) está registrada perante a CVM como emissora de valores mobiliários na categoria “A”, nos termos da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), sob o nº 2328-0 e que referido registro está e permanecerá atualizado perante a CVM durante toda a vigência deste Contrato;
- (iii) seu Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, está atualizado e todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 a 19, e o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos, em todos os aspectos relevantes, sendo certo que todas as informações do Formulário de Referência são verdadeiras, consistentes, corretas;
- (iv) tem plenos poderes, autorização e capacidade para celebrar este Contrato, para cumprir as obrigações aqui assumidas e para contratar a constituição e regulação das Garantias, nos termos deste Contrato, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, estatutários, regulatórios e de terceiros necessários;
- (v) tomou todas as medidas necessárias para autorizar a celebração e cumprimento deste Contrato;
- (vi) o Contrato constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa da Companhia e exequível contra a Companhia de acordo com os termos e condições ora contratados;
- (vii) a celebração deste Contrato não infringe qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer de seus ativos, qualquer disposição legal ou contratual, ou qualquer outro instrumento relevante para os negócios da Companhia, nos quais a Companhia seja parte, não compromete a operacionalização e a continuidade da prestação de seus serviços e condução das respectivas atividades, e não resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia, exceto pelas Garantias; e/ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (viii) todos os registros, pedidos, autorizações, aprovações ou arquivamentos junto a órgãos ou autoridades públicas e/ou governamentais competentes ou terceiros necessários à celebração do presente Contrato, ou para sua validade ou exequibilidade, foram obtidos, exceção feita ao registro do presente Contrato e respectivos Anexos perante os competentes Registros de Títulos e Documentos para o aperfeiçoamento das Garantias, nos termos deste Contrato;
- (ix) a Companhia é e/ou será desde a data de liquidação financeira da Emissão, conforme o caso, a legítima titular do CDB Cedido Fiduciariamente, assumindo ainda integral responsabilidade pela respectiva existência e regularidade;
- (x) o CDB Cedido Fiduciariamente está e/ou estará desde a data de liquidação financeira da Emissão, conforme o caso, isento de quaisquer ônus, caução, penhor, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, a partir da data do presente Contrato, salvo as Garantias prevista neste Contrato e assim permanecerá nos termos do presente Contrato;
- (xi) a Companhia assume integral responsabilidade pela existência, validade, titularidade e regularidade dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (xii) a celebração deste Contrato e o cumprimento, pela Companhia, das obrigações nele previstas não são vedados pelos contratos dos quais se originam os Direitos Creditórios Cedidos, e todas as anuências quanto à constituição de cessão fiduciária foram obtidas, quando necessário;
- (xiii) os representantes legais da Companhia que assinam o presente Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações estabelecidas nesse Contrato, e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (xiv) a Companhia cumpre, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, exceto nos casos em que contesta, de boa fé, a validade, aplicabilidade e exequibilidade de tais leis, regulamentos, normas e determinações, desde que haja decisão favorável à Companhia, ainda que em sede de liminar ou em que eventual inadimplemento não poderia resultar em efeito adverso em sua capacidade financeira e/ou operacional;
- (xv) as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social findo representam corretamente a condição financeira da Companhia naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil;
- (xvi) na data de assinatura do presente Contrato, a Companhia não está inadimplente em relação a nenhuma obrigação relevante da qual seja parte ou que a vincule de qualquer modo, cujo inadimplemento poderia resultar em efeito adverso em sua capacidade financeira e/ou operacional;

- (xvii) não há, na data de assinatura deste Contrato, nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, de conhecimento da Companhia, que possa afetar de maneira adversa a Companhia, sua capacidade financeira e/ou operacional, e que não tenha sido objeto de constituição de provisão, de acordo com as normas contábeis em vigor, ou de divulgação nos termos da regulamentação aplicável;
- (xviii) a Companhia, na data de assinatura deste Contrato, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Companhia, sua capacidade financeira e/ou operacional;
- (xix) a Companhia possui, na data de assinatura deste Contrato, cobertura de seguro em seu nome e/ou realiza gestão de riscos adequada, dos respectivos ativos relevantes para a condução das respectivas atividades, de acordo com as práticas de mercado vigentes com relação ao segmento de atuação da Companhia;
- (xx) a Companhia exerce suas atividades em conformidade com a legislação vigente a ela aplicável, e detém as aprovações necessárias à celebração deste Contrato e ao cumprimento das obrigações nele previstas;
- (xxi) a Companhia não se utiliza de trabalho ilegal ou mão de obra infantil, salvo neste último caso na condição de aprendiz, e compromete-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, seja direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, observando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho;
- (xxii) a Companhia não emprega pessoas com idade inferior a 18 (dezoito) anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais a sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22h (vinte e duas horas) e 5h (cinco horas);
- (xxiii) a Companhia não utiliza práticas de discriminação negativa e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, por motivos de gênero, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico; e
- (xxiv) a Companhia compromete-se a proteger e a preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlata emanados das esferas Federal, Estadual e Municipal.

8.2. As declarações e garantias aqui prestadas pela Companhia subsistirão ao término deste Contrato, comprometendo-se a Companhia a indenizar e manter indene o Agente Fiduciário, os Debenturistas e a Instituição Depositária e suas respectivas sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum, diretores, conselheiros, empregados, agentes e consultores contra todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios razoáveis) em que venham a incorrer ou que contra eles venha a ser cobrado, em cada caso em decorrência da inveracidade ou inexatidão de quaisquer de suas declarações e garantias aqui contidas.

8.2.1. Sem prejuízo do disposto no item 8.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos do item 8.2 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

8.3. Cada um dentre o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária declara e garante a cada uma das demais Partes que:

- (i) é uma instituição devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, devidamente autorizada a conduzir suas atividades comerciais e com poderes para livremente exercer a administração de seus bens;
- (ii) se encontra autorizado, nos termos de seus documentos societários/constitutivos, da lei e pelas autoridades governamentais aplicáveis a cumprir e executar todas as disposições contidas neste Contrato e nenhuma outra autorização, consentimento ou aprovação, notificação ou registro respectivamente de, à ou com qualquer autoridade governamental ou qualquer outra pessoa foi exigido ou deve ser obtido ou feito para a devida celebração, entrega, protocolo, registro ou cumprimento deste Contrato ou de qualquer operação aqui contemplada;
- (iii) a celebração, entrega e cumprimento do presente Contrato não viola qualquer dispositivo de seus documentos societários/constitutivos, qualquer obrigação por ele anteriormente assumida ou quaisquer leis e regulamentos a que se encontre sujeito; e
- (iv) este Contrato constitui sua obrigação legal, válida, vinculativa e exequível contra tal Parte de acordo com os termos e condições ora contratados.

8.3.1. O Agente Fiduciário declara que todos e quaisquer valores que venham a deter, a qualquer tempo, deverão ser por ele recebidos e mantidos em caráter exclusivamente fiduciário e na condição de depositário para o benefício dos Debenturistas e deverão permanecer segregados de quaisquer outros bens ou recursos de sua propriedade.

CLÁUSULA IX DOS SUCESSORES E CESSIONÁRIOS; ADITAMENTOS

9.1. Este Contrato obriga as Partes contratantes, bem como seus sucessores e/ou cessionários a qualquer título, conforme aplicável. Nenhuma das Partes poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio e por escrito das demais Partes.

9.2. Qualquer aditamento ou alteração deste Contrato somente será válido e produzirá efeitos se feito por escrito e assinado por todas as Partes, observando-se as obrigações de registro contidas na Cláusula II acima.

CLÁUSULA X DAS RENÚNCIAS OU NOVAÇÃO

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Contrato. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer Parte em razão de qualquer inadimplemento de obrigações nos termos deste Contrato prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas por qualquer Parte neste Contrato ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

CLÁUSULA XI DA RENÚNCIA AO DIREITO DE RETENÇÃO OU COMPENSAÇÃO

11.1. As Garantias, nos termos deste Contrato, deverão ser utilizados única e exclusivamente para garantir as Obrigações Garantidas, de modo que a Instituição Depositária renuncia, neste ato, a quaisquer direitos à realização de retenção ou compensação de valores que eventualmente lhe sejam devidos pela Companhia com os recursos depositados na Conta Vinculada, conforme aplicados, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente.

CLÁUSULA XII COMUNICAÇÕES

12.1. Todos os documentos e comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos deste Contrato, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) para a Companhia:

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.

Rua João Bettega, nº 5.700, CIC,
CEP 81.350-000, Curitiba – PR

Tel.: (41)3239.7052

Fax: (41) 3239 7077

At: Eduardo Takahara

Karlis J. Krukliis

E-mail: eduardo.takahara@ouroverde.net.br

karlis@ouroverde.net.br

(ii) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04
CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

At: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

(iii) para a Instituição Depositária:

HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar, Itaim Bibi
CEP 01451-000, São Paulo – SP

Tel.: (11) 3847-9457

Fax: (11) 3847-9581 / 9582

At: Área CLTA

Kelly C Ama

E-mail: brazil.ctla@hsbc.com.br

kelly.c.ama@hsbc.com.br

12.2. As notificações e/ou comunicações referentes a este Contrato serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico (*e-mail*) serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu respectivo recebimento seja confirmado por meio de indicativo de recebimento (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.4. A Parte que enviar a comunicação, aviso ou notificação, conforme estabelecido nos itens 12.1 e 12.2 acima, não será responsável pelo seu não recebimento por qualquer outra Parte receptora em virtude da mudança de endereço de tais Partes receptoras e que não sejam comunicadas às demais Partes nos termos do item 12.3 acima.

12.5. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas neste Contrato serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

CLÁUSULA XIII CONFIDENCIALIDADE

13.1. As Partes, por si, seus empregados e prepostos, sob as penas da lei, manterão, inclusive após o término deste Contrato, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas e comerciais de produtos e de informações das demais Partes, ou de terceiros, de que venham a ter conhecimento ou acesso, ou que lhes venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação/execução de serviços objeto deste Contrato ("Informações Confidenciais"). A inobservância do disposto nesta cláusula acarretará sanções legais respondendo a infratora e quem mais tiver dado causa à violação, no âmbito civil e criminal, salvo quando a divulgação for imposta por lei, por ordem judicial, por autoridade fiscalizadora ou ainda se fizer necessário para a elaboração de algum relatório ou processo diretamente relativo ao escopo dos serviços prestados.

13.2. Para os fins deste Contrato, não serão consideradas Informações Confidenciais as informações que (i) sejam de domínio público no momento da revelação ou após a revelação; (ii) já estejam em poder da outra parte como resultado de sua própria pesquisa; (iii) tenham sido legitimamente recebidas de terceiros que, até onde tenha conhecimento, não estejam quebrando, em relação às informações fornecidas, qualquer obrigação de confidencialidade; ou (iv) sejam reveladas em razão de uma ordem válida, judicial ou expedida por autoridade competente ou de normas vigentes, somente até a extensão de tais ordens.

13.3. Se uma das Partes, por determinação legal ou em decorrência de ordem judicial ou de autoridade fiscalizadora, tiver que revelar algo sigiloso, conforme especificado no item 13.1 acima, sem prejuízo do atendimento tempestivo à determinação legal ou administrativa, imediatamente dará notícia desse fato à outra Parte e lhe prestará as informações e subsídios que possam ser necessários para que, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de quaisquer Informações Confidenciais.

CLÁUSULA XIV DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O presente Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores e cessionários a qualquer título.

14.2. Caso qualquer das disposições deste Contrato venha a ser julgada ou, por qualquer motivo, torne-se ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.3. Este Contrato, o contrato de conta vinculada e a Escritura de Emissão constituem o único e integral negócio entre as Partes, com relação aos negócios previstos em tais documentos e, especificamente, prevalecerão em relação a quaisquer entendimentos anteriores mantidos pelas Partes a respeito do objeto do presente Contrato e da Escritura de Emissão.

14.4. As Partes declaram, mútua e expressamente, que o presente Contrato foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

14.5. O presente Contrato será regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

14.6. Este Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, Incisos I e II, da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), e as obrigações nele contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 461, 621, 632 *et seq.* do Código de Processo Civil.

14.7. Todos e quaisquer custos ou despesas eventualmente incorridos pela Companhia no cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato serão de inteira responsabilidade da Companhia.

14.8. As Partes desde já autorizam a Instituição Depositária a obedecer e cumprir todas as medidas e instruções enviadas e/ou solicitadas pelo Agente Fiduciário, desde que em cumprimento expresso aos termos deste Contrato, bem como reconhecem sua obrigação de cumprir mandados, sentenças ou quaisquer decisões ou ordens expedidas por qualquer autoridade, judicial ou governamental, que afetem as Garantias estabelecidas no presente Contrato, devendo, entretanto, sempre comunicar previamente o fato ao Agente Fiduciário, exceto se estiver impedido de fazê-lo, seja por dever legal, caso fortuito ou força maior. A Instituição Depositária não será responsável perante qualquer das Partes em virtude do cumprimento das referidas medidas, mandados, sentenças ou decisões judiciais ou governamentais, não obstante a possibilidade dessas medidas, mandados, sentenças ou decisões serem posteriormente alteradas, revogadas ou anuladas.

CLÁUSULA XV DO FORO

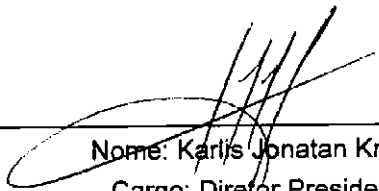
15.1. As partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo como o foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, POR ESTAREM JUSTAS E CONTRATADAS, as Partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 27 de janeiro de 2014.

(restante da página intencionalmente em branco)

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.



Nome: Karlis Jonatan Krukliis
Cargo: Diretor Presidente

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome:

Cargo:

Marcelle Santoro
Diretora

HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO

Nome:

Cargo:

Renata Capucini
CPF: 196.794.238-24
RG: 24.166.337-4

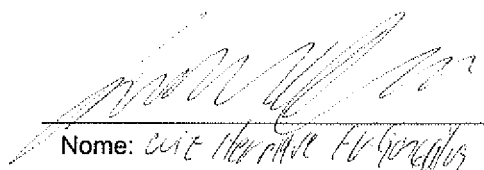
Nome:

Cargo:

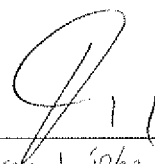
Stefan K. Katayama
CPF: 237.619.328-08
Mat: 3238354



TESTEMUNHAS



Nome: Ezequiel Henrique de Godoy
CPF/MF: 720.062.728-42
RG: 30.228.234-9



Nome: Fernando John Friedmann Junior
CPF/MF: 269.483.528-63
RG: 44-083.921-2

ANEXO I

Modelo de Procuração

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, **OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 75.609.123/0001-23, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Outorgante"), nomeia e constitui, de forma irrevogável e irretratável **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Outorgado" e "Agente Fiduciário" das debêntures emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A.*", firmado pela Outorgante e pelo Agente Fiduciário em 27 de janeiro de 2014 ("Escritura de Emissão" e "Debêntures") e, portanto, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série ("Debenturistas"), sua bastante procuradora, com poderes para, individualmente e em seu nome, praticar todos e quaisquer atos necessários ou recomendáveis, a Outorgada na qualidade de beneficiária das Garantias constituídas por força do e nos termos do "*Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário – CDB e de Direitos Creditórios em Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças*", datado de 27 de janeiro de 2014, celebrado entre a Outorgante, a Outorgada e **HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo** (na qualidade de "**Instituição Depositária**") ("Contrato"), para, inclusive, mas sem limitação determinar o bloqueio e a retenção dos recursos da Conta Vinculada (conforme definido no Contrato), bem como o resgate (quer seja total ou parcial) de suas aplicações, incluindo o CDB Cedido Fiduciariamente (conforme definido no Contrato) e sua subsequente transferência às contas correntes dos Debenturistas (quer seja Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série ou Debêntures da 3ª Série), assim como dos demais recursos disponíveis na Conta Vinculada, na data do bloqueio e a partir de então, até a regularização das obrigações assumidas pela Outorgante nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato, ou sob qualquer instrumento acessório ("Obrigações Garantidas").

Sem prejuízo dos poderes aqui constantes e indicados nos itens "i" e "ii" acima, para a ausência de dúvidas, nos termos do item 7.7 do Contrato são prerrogativas da Outorgada (na qualidade de Agente Fiduciário) a prática de todos e quaisquer atos e a formalização de todos e quaisquer documentos relativos à constituição, administração, liberação, execução e recebimento dos valores relacionados às Garantias (conforme definido no Contrato), podendo, em caso de Inadimplemento de qualquer das Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato) da Companhia: (i) cobrar o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e/ou o Valor Nominal Atualizado ou o saldo do Valor

Nominal Atualizado (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme o caso, Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão) e acessórios das Debêntures (quer seja Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série ou Debêntures da 3ª Série), executando a Garantia; (ii) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, na qualidade de Agente Fiduciário no que diz respeito às Garantias; (iii) atuar até a excussão das Garantias, com poderes para cumprir todas as obrigações e exercer todos os direitos a que fizer jus, na qualidade de Agente Fiduciário e representante da comunhão dos Debenturistas (quer seja da 1ª Série, da 2ª Série ou da 3ª Série), beneficiário das Garantias, nos termos do Contrato; (iv) renunciar, liberar e/ou consentir com a alteração ou substituição das Garantias, desde que em face da autorização expressa dos Debenturistas (quer seja da 1ª Série, da 2ª Série ou da 3ª Série), devidamente reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas, devidamente convocadas e realizadas especificamente para tal finalidade; e (v) escolher (após prévia deliberação dos Debenturistas, devidamente reunidos em assembleias gerais de debenturistas convocadas para tal finalidade, nos termos da Escritura de Emissão) o escritório de advocacia ao qual incumbirá a defesa dos respectivos interesses, na qualidade de Agente Fiduciário e beneficiário das Garantias, bem como todos os termos de sua contratação, inclusive valor e forma de pagamento de honorários.

O presente instrumento é irrevogável, não é passível de substabelecimento, quer seja no todo ou em parte e deverá permanecer válido e em pleno vigor até a liquidação da totalidade das Obrigações Garantidas, conforme assim definidas no Contrato.

Curitiba, 27 de janeiro de 2014.

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

ANEXO II

Modelo de Notificação de Cessão Fiduciária

[●] de [●] de 2014

À

[●]

[Endereço completo]

At.: [●]

Com cópia para

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

Ref.: Notificação de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

Prezados Senhores,

Vimos, pela presente, notificá-los da cessão fiduciária de recebíveis constituída pela **Ouro Verde Locação e Serviço S.A.** ("Emissora") em favor da **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos interesses da comunhão dos titulares de debêntures da 3ª (terceira) emissão da Emissora ("Debêntures" e "Debenturistas", respectivamente), por meio do "Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário – CDB e de Direitos Creditórios em Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 27 de janeiro de 2014 ("Contrato de Cessão Fiduciária"). No âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária, foi cedida fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário a titularidade e a posse indireta dos direitos creditórios originados em razão do [Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em [●] de [●] de [●]], acompanhados de seus respectivos acessórios ("Direitos Creditórios" e "Contrato de Prestação de Serviços", respectivamente).

Isto posto, requeremos, de forma irrevogável e irretratável, que todos os montantes coletados por V.Sa. decorrentes dos Direitos Creditórios acima referidos passem, doravante, a ser depositados exclusivamente na conta corrente de n.º 04415-06, agência n.º 0454, do banco n.º 399 – HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo ("Instituição Depositária" e "Conta Vinculada", respectivamente), de titularidade da Emissora, que será movimentada exclusivamente pela Instituição Depositária, sendo que, ressalvado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, o Agente Fiduciário a única entidade autorizada a dar instruções ou ordens à Instituição Depositária sobre as movimentações e transferências de recursos para e/ou da Conta Vinculada, atuando sempre em nome, por conta e para benefício dos Debenturistas.

A Companhia informa, ainda, que a Conta Vinculada é a conta para a qual todos os recebíveis vinculados ao Contrato de Prestação de Serviços serão diretamente transferidos, até a liquidação integral de todas as suas obrigações previstas na escritura de emissão das Debêntures.

Sendo o que nos resta para o momento, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

ANEXO III**Direitos Creditórios Cedidos sujeitos a Trânsito na Conta Vinculada**

#	CONTRATO	PARTES	DATA DE ASSINATURA
1	Contrato de Locação de Bens Móveis n.º 02/2012	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Renuka do Brasil Agropecuária Ltda. Revati Agropecuária Ltda.	02.01.2012
2	Contrato de Locação de Bens Móveis n.º 2595/2013	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Renuka do Brasil S.A.	01.02.2013
3	Contrato de Locação de Bens Móveis n.º 2596/2013	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Renuka do Brasil S.A.	01.02.2013
4	Contrato de Locação de Bens Móveis n.º 54/12	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Revati Agropecuária Ltda.	01.12.2011
5	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 1704/2010	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável	02.06.2010
6	Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Cana de Açúcar para Processamento Industrial, conforme aditado em 24.06.2013.	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Usina Eldorado S.A.	01.04.2011
7	Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Cana de Açúcar para Processamento Industrial	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Agro Energia Santa Luzia Ltda.	01.04.2012
8	Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Cana de Açúcar para Processamento Industrial	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Usina Conquista do Pontal S.A.	01.04.2011
9	Contrato de Locação de Equipamentos AGR n.º 0045/2013	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Agro Energia Santa Luzia S.A.	22.08.2013

10	Contrato de Locação de Equipamentos AGR n.º 0046/2012	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Agro Energia Santa Luzia S.A.	19.09.2012
11	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 1411/2009	Ouro Verde Transporte e Locação Ltda. Destilaria Alcídia S.A.	07.04.2009
12	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 1639/2009	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Usina Eldorado S.A.	08.03.2010
13	Contrato de Locação de Equipamentos n.º SRV-030-11/11	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Usina Eldorado S.A. Usina Eldorado S.A. Rio Claro Agroindustrial S.A. Usina Conquista do Pontal S.A. Agro Energia Santa Luzia S.A. Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável	30.06.2011
14	Contrato de Locação de Veículos n.º 2111 conforme aditado em 31.05.2012, 19.07.2012, 21.06.2012, 20.08.2012 e 09.08.2013.	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Battistella Administração e Participações S.A. Modo Battistella Reflorestamento S.A. – Mobasa Battistella Indústria e Comércio Ltda.	03.11.2011

15	Contrato de Locação de Veículos n.º 2324	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. ARM Telecomunicações e Serviços de Engenharia S.A. AL Participações S.A. Intervenientes Garantidores: Raimundo Alves Cavalcanti Ferraz, Francisco de Queiroz Maia Junior, Antonio Carlos Ponte de Albuquerque, Adalberto Mota Machado, Marcelo Batista de Castro, Edinardo Ximenes Rodrigues, Lucas Andrade Pontes e André Martins Laprovitera Teixeira	29.11.2013
16	Contrato de Locação	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Randon S.A. Implementos e Participações Castertech Fundição e Tecnologia Ltda. Fras-Le S.A. Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. Suspensys Sistemas Autmotivos Ltda. Master Sistemas Automotivos Ltda.	30.11.2011
17	Contrato de Locação de Veículos n.º 2245	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. TEL Telecomunicações Ltda.	13.09.2012

18	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 2628/2013	Ouro Verde Locação e Serviços S.A. Destilaria Melhoramentos S.A. Destilaria Melhoramentos Nova Londrina S.A. Companhia Melhoramentos Nova Londrina Interveniente Garantidores: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná Destilaria Melhoramentos S.A. Fiel Depositário: Gastão de Souza Mesquita	02.12.2013
19	Contrato de Locação de Veículos n.º 2334	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Battistella Administração e Participações S.A.	27.06.2013
20	Contrato de Locação de Veículos n.º 2267	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Paraná Equipamentos S.A.	18.12.2012
21	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 2589/2012	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Agro Pecuária e Indústria Serra Grande Ltda. Intervenientes Fiadores: Pedro Augusto Ticianel Cintia Cristina Ticianeli	30.11.2012

22	Contrato de Locação de Veículos n.º 2265	<p>Ouro Verde Transporte e Locação S.A.</p> <p>Manserv Investimentos e Participações S.A.</p> <p>Manserv Montagem e Manutenção S.A.</p> <p>LSI Administração e Serviços S.A.</p> <p>LSI Logística S.A.</p>	06.03.2013
23	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 2565/2012	<p>Ouro Verde Transporte e Locação S.A.</p> <p>Ibirálcool – Destilaria de Alcool Ibirapuã Ltda.– Em Recuperação Judicial</p> <p>Alcana – Destilaria de Álcool de Nanuque S.A. – Em Recuperação Judicial</p> <p>Disa Destilaria Itaúnas S.A. – Em Recuperação Judicial</p> <p>Usina Naviraí S.A. – Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial</p> <p>Infisa Agrícola S.A. – Em Recuperação Judicial</p> <p>Interveniente Fiadora:</p> <p>Bracol Holding Ltda.</p> <p>Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A.</p>	24.04.2012

24	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 2613/2013	<p>Ouro Verde Transporte e Locação S.A.</p> <p>Ibirálcool – Destilaria de Álcool Ibirapuã Ltda. – Em Recuperação Judicial</p> <p>Alcana – Destilaria de Álcool de Nanuque S.A. – Em Recuperação Judicial</p> <p>Disa Destilaria Itaúnas S.A. – Em Recuperação Judicial</p> <p>Usina Naviraí – Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial</p> <p>Infisa – Infinity Itaúnas Agrícolas S.A. – Em Recuperação Judicial</p> <p>Infinity Agrícola S.A. – Em Recuperação Judicial</p> <p>Interveniente Fiadora:</p> <p>Bracol Holding Ltda.</p> <p>Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A.</p>	09.05.2013
25	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 2043	<p>Ouro Verde Transporte e Locação S.A.</p> <p>Umoe Bioenergy</p>	08.04.2011
26	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 2615/2013	<p>Ouro Verde Transporte e Locação S.A.</p> <p>Alcoazul S.A. Açúcar e Álcool</p>	13.06.2013

27	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 2601/2013	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Usina Açucareira Passos S.A. Interveniente Fiadores: Itaiquara Alimentos S.A. João Guilherme Figueiredo Whitaker Guilher Whitaker de Lima Silva Ana Maria Whitaker de Souza Dias Maria Ilidia Whitaker de Lima Silva Joaquim Augusto Bravo Caldeira	19.03.2013
28	Instrumento Particular de Locação de Veículos n.º 2383	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Vale do Xingu Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda.	11.10.2013
29	Instrumento Particular de Locação de Veículos n.º 2382	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Companhia Muller de Bebidas Nordeste	11.10.2013
30	Instrumento Particular de Locação de Veículos n.º 2381	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Companhia Muller de Bebidas	11.10.2013
31	Contrato de Locação de Veículos n.º 2136/2012	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Serra Verde Transportes Rodoviários Ltda. Intervenientes Fiadores: Miguel Gustavo Schlumberger Junior Fabiana Ozorio Pereira	23.08.2012

32	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 2609/2013	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Companhia Energética Vale do São Simão Intervenientes Garantidores: José Carlos de Andrade Alexandre Bicalho de Andrade Fabrício Bicalho de Andrade	08.04.2013
33	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 2594/2013	Ouro Verde Transporte e Locação S.A. Agro Industrial Vista Alegre Ltda. Interveniente Fiadora: Tavares de Almeida Participações Ltda. Manuel Rodrigues Tavares de Almeida, casado com Gilberta Santos de Almeida	01.02.2013
34	Contrato de Locação de Equipamentos (AGR n.º 0044/2013).	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Agro Energia Santa Luzia S.A.	22.08.2013
35	Contrato de Locação de Bens Móveis CLBM n.º SAPC – 000239, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S.A.	29.10.2012
36	Contrato de Locação de Bens Móveis CLBM n.º SAPH – 000524, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Biosev S.A. Biosev Bioenergia S.A.	29.10.2012

37	Contrato de Locação de Bens Móveis CLBM nº SAPH – 000525, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Biosev S.A. Biosev Bioenergia S.A.	29.10.2012
38	Contrato de Locação de Caminhões n.º 1350/2009, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Santelisa Vale Bioenergia S.A.	17.04.2009
39	Contrato de Locação de Veículos – Colhedoras de cana-de-açúcar CLCC – RB nº 110/2008 (1135), conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC Bioenergia S.A.	17.07.2008
40	Contrato de Locação de Veículos – Colhedoras de cana-de-açúcar CLCC – RB nº 119/2008, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC Bioenergia S.A.	17.07.2008
41	Contrato de Locação de Caminhões n.º 1229/2009, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Santelisa Vale Bioenergia S.A.	29.06.2009
42	Contrato de Locação de Caminhões n.º 1295/2009, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Santelisa Vale Bioenergia S.A.	17.04.2009
43	Contrato de Locação de Veículos – Colhedoras de cana-de-açúcar CLCC – LP nº 069/2009, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC Bioenergia S.A.	26.03.2009
44	Contrato de Locação de Veículos – Colhedoras de cana-de-açúcar CLCC – LP nº 063/2009, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC Bioenergia S.A.	26.03.2009
45	Contrato de Locação de Caminhões n.º 1354/2009, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Santelisa Vale Bioenergia S.A.	29.06.2009

46	Contrato de Locação de Veículos – Colhedoras de cana-de-açúcar n° 138/2009, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC Bioenergia S.A.	26.03.2009
47	Contrato de Locação de Veículos – Colhedoras de cana-de-açúcar n° 001/2009, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC Bioenergia S.A.	26.03.2009
48	Contrato de Locação de Bens Móveis CLBM n.º Rio Brilhante 2010, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC Bioenergia S.A.	24.03.2010
49	Contrato de Locação de Bens Móveis – CLBM n.º Santa Elisa (1710), conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC SEV Bioenergia S.A.	17.03.2010
50	Contrato de Locação de Bens Móveis – CLBM n.º Santa Elisa/2010 (1634), conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC SEV Bioenergia S.A.	12.05.2010
51	Contrato de Locação de Bens Móveis – CLBM n.º Continental (1665), conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Usina Continental S.A.	17.03.2010
52	Contrato de Locação de Bens Móveis – CLBM n.º Continental (1635), conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Usina Continental S.A.	12.05.2010
53	Contrato de Locação de Bens Móveis – CLBM n.º Continental/2010 (1596), conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Usina Continental S.A.	17.03.2010
54	Contrato de Locação de Bens Móveis – CLBM n.º Pedras de Fogo/2010 (1692), conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC Bioenergia S.A.	21.05.2010

55	Contrato de Locação de Bens Móveis – CLBM n.º Estivas/2010 (1688), conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC Bioenergia S.A.	21.05.2010
56	Contrato de Locação de Bens Móveis – CLBM N.º Rio Brilhante/2010 (1666), conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC Bioenergia S.A.	17.03.2010
57	Contrato de Locação de Bens Móveis – CLBM n.º Leme/2010 (1664), conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC Bioenergia S.A.	17.03.2010
58	Contrato de Locação de Bens Móveis – CLBM n.º Jardest/2010 (1663), conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC SEV Bioenergia S.A.	17.03.2010
59	Aditivo ao Contrato de Locação de Bens Móveis – CLBM n.º Passa Tempo/2010 (1592), conforme aditado em 17.03.2010 e 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC Bioenergia S.A.	29.01.2010
60	Contrato de Locação de Bens Móveis – CLBM n.º Santa Elisa/2010 (1589), conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. LDC SEV Bioenergia S.A.	29.01.2010
61	Contrato de Locação de Empilhadeiras n.º 983/2008, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Usina Continental S.A.	24.04.2008
62	Contrato de Locação de Bens Móveis – n.º 1534, conforme aditado em 04.10.2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Usina Continental S.A.	14.09.2009
63	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 2591/2012	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Paraíso Bioenergia S.A.	17.12.2012

64	Contrato de Locação de Equipamentos n.º 2556/2012	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Paraíso Bioenergia S.A.	11.04.2012
65	Instrumento Particular de Contrato de Locação de Equipamentos n.º 2634/2013	Ouro Verde Locação e Serviço S.A. Unialco S.A. – Alcool e Açúcar	04.10.2013

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA
INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A., companhia aberta de capital autorizado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, CEP 81.350-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.609.123/0001-23, neste ato representada em conformidade com seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em até três séries, da terceira emissão da Companhia ("Debêntures" e "Oferta"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

Considerando que:

- (a) a Companhia e as instituições intermediárias da Oferta ("Coordenadores") constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) está sendo efetuada auditoria jurídica da Companhia, iniciada em 06 de dezembro de 2013, sendo que tal auditoria prosseguirá até a data da divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em até Três Séries, da Terceira Emissão da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (c) a Companhia disponibilizou para a análise dos Coordenadores e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em até Três Séries, da Terceira Emissão da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações por eles consideradas relevantes para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (d) a Companhia, juntamente com os Coordenadores, participou na elaboração do Prospecto Preliminar e participará na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos consultores legais.

Para tal fim e efeito, a Companhia declara que:

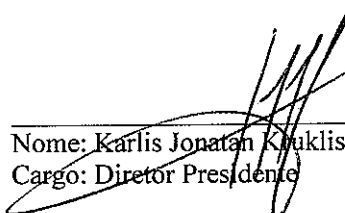
- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas no Prospecto Preliminar e a serem prestadas no Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (iii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, das suas atividades, da sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

Sendo o que cumpria para o momento, renovam os votos de estima e consideração e subscrevem-se.

Curitiba, 27 de janeiro de 2014.

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.



Nome: Karlis Jonatan Krukliis
Cargo: Diretor Presidente



DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, CEP 01451-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.229.246/0001-10 ("Coordenador Líder"), neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição de, inicialmente, 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, em até três séries, todas nominativas e escriturais, da 3ª (terceira) emissão da **OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.** ("Companhia"), com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) em 15 de março de 2014, perfazendo o valor total de, inicialmente, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), em especial em atendimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, **DECLARA:**

Considerando que:

- (i) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em 06 de dezembro de 2013, a qual prosseguirá até a divulgação do "Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, da Terceira Emissão da Ouro Verde Locação e Serviço S.A." ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou os seus auditores independentes para (a) aplicação dos procedimentos previstos na Norma e Procedimento de Auditoria nº 12, de 7 de março de 2006, emitida pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), com relação ao "Prospecto

RESTRICTED



Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória Adicional, da Terceira Emissão da Ouro Verde Locação e Serviço S.A." ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo; e (b) emissão de carta de conforto para o Coordenador Líder;

- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos considerados, pela Companhia, relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- (vi) a Companhia confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (vii) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio do seu assessor legal.

O Coordenador Líder declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações fornecidas pela Companhia no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas das suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, das suas atividades, da sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, ao

RESTRICTED



Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários e à legislação aplicável.

São Paulo, 22 de janeiro de 2014

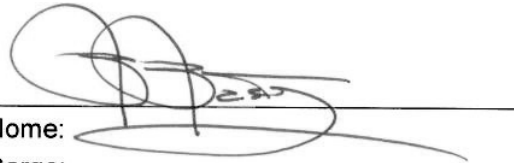
HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome:

Cargo:

Vieri Ermanno Bracco
DIRETOR EXECUTIVO CTVM
Matr. 313325



Nome:

Cargo:

Pedro A. B. Bastos
CEO Asset Management
Matr. 3297723

RESTRICTED



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SÚMULA DE *RATING* DA AGÊNCIA FITCH RATINGS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fitch Atribui Rating 'A(bra)' à Proposta de 3ª Emissão de Debêntures da Ouro Verde

23 Jan 2014 13h23

Fitch Ratings - Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2014: A Fitch Ratings atribuiu, hoje, o Rating Nacional de Longo Prazo 'A(bra)' à proposta de terceira emissão de debêntures da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (Ouro Verde), no montante de BRL250 milhões e vencimento final em 2021. Esta emissão é da espécie com garantia real, e seus recursos serão destinados principalmente a investimentos em frota e reforço de liquidez. A Fitch avalia a Ouro Verde com Rating Nacional de Longo Prazo 'A(bra)'.

Principais Fundamentos dos Ratings

O rating da Ouro Verde reflete a previsibilidade da receita da empresa, decorrente de contratos de longo prazo para prestação de serviços de locação de frotas de veículos leves e de máquinas e equipamentos pesados. A classificação também resulta da base de negócios diversificada, crescente e rentável, além da moderada alavancagem financeira. A análise da Fitch incorpora os riscos da atuação em um setor intensivo em capital, a sensibilidade dos negócios a condições macroeconômicas, a disponibilidade de crédito de longo prazo e sua ainda limitada posição de liquidez.

O rating também reflete a estratégia da companhia de continuar capturando de forma intensiva o potencial de crescimento de seus negócios. Tal estratégia limita uma desalavancagem mais acentuada, dada as maiores necessidades de financiamento, ainda que a companhia tenha sido eficiente na captura de geração de caixa operacional incremental em bases rentáveis e em linha com seu histórico.

Crescimento Sustentável de Geração de Caixa Operacional

A Ouro Verde permanece incrementando sua geração de caixa operacional de forma eficiente. A expansão das atividades em 2013 mostra-se menos acelerada do que em 2012. O crescimento da receita no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2013 foi de 23%, excluindo as operações descontinuadas no segmento de transporte e de armazenagem, frente ao crescimento de 33% em 2012. No período de 12 meses encerrado em 30 de setembro de 2013, a receita líquida pro-forma da Ouro Verde foi de BRL601,2 milhões.

No mesmo intervalo, a Ouro Verde reportou EBITDA, calculado pelos critérios da agência, de BRL301 milhões, e fluxo de caixa das operações (CFFO) de BRL205,9 milhões, superiores aos BRL98,5 milhões e BRL117 milhões registrados, respectivamente, em 2012. A empresa opera seus negócios com base em contratos de dois a sete anos, o que lhe propicia maior previsibilidade de receitas e menor volatilidade de fluxos de caixa. Nos últimos trimestres, a Ouro Verde vem fortalecendo suas equipes comerciais, o que representa um fator positivo para gerar negócios no médio e longo prazo. Isto, entretanto, ao lado de custos inflacionários, tem pressionado suas despesas operacionais. No período de doze meses findo em setembro de 2013, a margem EBITDA da Ouro Verde foi de 50%, frente a de 53% apresentada em 2012, excluindo as operações descontinuadas. No curto e médio prazo, a Fitch não espera significativos avanços de rentabilidade, considerando o cenário bastante competitivo do setor.

Estratégia de Expansão Deve Continuar a Pressionar Fluxo de Caixa Livre

A Fitch acredita que o fluxo de caixa livre (FCF) da Ouro Verde permanecerá negativo em cerca de BRL180 milhões nos próximos dois anos, patamar inferior à média de BRL284,5 milhões negativos de 2010 a 2012, dada a pressão da permanente necessidade de investimentos para sustentar a estratégia de expansão. No período de 12

meses encerrado em 30 de setembro de 2013, a empresa reportou FCF negativo em BRL281 milhões, pressionado principalmente pelo investimento de BRL478 milhões.

Manutenção de Alavancagem Moderada

A alavancagem da Ouro Verde permanece moderada em razão dos constantes investimentos para expandir seus negócios. No período de 12 meses encerrado em 30 de setembro de 2013, a companhia apresentou índice de alavancagem líquida ajustada, medida pelo indicador dívida líquida/EBITDA, de 3,6 vezes, ante aos 3,4 vezes reportados em 2012 e 3,3 vezes de 2011. A expectativa da Fitch é que a Ouro Verde mantenha sua alavancagem financeira próxima a 3,5 vezes no médio prazo, apesar do esperado aumento das obrigações financeiras, decorrente dos novos investimentos, que devem ser parcialmente compensados pelo provável crescimento contínuo da geração operacional de caixa.

A companhia opera com estrutura de financiamento adequada a sua atividade, mas apresenta limitada flexibilidade financeira. Em setembro de 2013, sua dívida total era de BRL1,4 bilhão. Cerca de 50% da dívida total correspondia a linhas de Finame, de baixo custo financeiro, e operações de leasing. Em ambas, o bem financiado constitui a principal garantia da operação.

Liquidez Ainda Limitada

A estratégia de liquidez da Ouro Verde apresentou avanços nos últimos dois anos, mas suas reservas de caixa permanecem sustentando limitada cobertura das dívidas de curto e médio prazo. A companhia tem apresentado cobertura da dívida de curto prazo entre 60% e 70%. Esta posição é fraca em relação às expectativas prévias da Fitch. Uma liquidez mais saudável seria mais recomendada para este tipo de indústria, mas sua fraqueza é parcialmente mitigada pela estabilidade de sua geração de caixa operacional.

Em 30 de setembro de 2013, a Ouro Verde apresentava posição de caixa e aplicações financeiras de BRL282 milhões, incluindo aplicações financeiras vinculadas. A posição de liquidez cobria 64% da dívida de curto prazo, de BRL442 milhões, enquanto a cobertura pelo indicador caixa + CFFO/dívida de curto prazo era de 1,1 vez, frente a uma média de 0,8 vez entre 2010 e 2012.

O elevado percentual de alienação de sua frota de veículos e equipamentos restringe a flexibilidade financeira da Ouro Verde. Cerca de 92% do BRL1,1 bilhão contabilizado como valor de mercado de sua frota de veículos e equipamentos estavam vinculados como garantia da operação. Considerando os ativos alienados, mas já em fase final dos contratos, este percentual é de 66%. A empresa tem como uma de suas fontes de liquidez para pagamento da dívida a alienação destes ativos, os quais representavam 0,8 vez a dívida total, após o término dos contratos. A estratégia da Ouro Verde é buscar um perfil de endividamento mais diversificado por intermédio de maior acesso ao mercado de dívida local e reduzir o percentual de alienação de sua frota, o que reforçaria a flexibilidade financeira da companhia em cenários de liquidez mais restrita.

Setor de Atuação Mais Dependente de Condições Macroeconômicas Favoráveis

Uma liquidez mais robusta é importante para reduzir os riscos inerentes à atividade da Ouro Verde, que é vulnerável a condições macroeconômicas desfavoráveis. Parte significativa do fluxo de caixa da companhia depende da venda de ativos ao final dos contratos de locação. A empresa não possui a mesma capilaridade para comercializar veículos diretamente com os clientes finais, como outras empresas do setor. Além disso, o desempenho das vendas está diretamente relacionado à disponibilidade de crédito e à taxa de juros do mercado, fatores fora do controle da companhia.

Sensibilidade do Rating

O rating da Ouro Verde poderá ser elevado, caso a geração operacional de caixa da companhia fique acima das expectativas da Fitch e seja acompanhada por redução sustentável da alavancagem, com preservação dos níveis de liquidez. O rating poderá ser pressionado em caso de dificuldades na venda de ativos; de significativa redução no valor de mercado destes; de crescimento acelerado dos negócios que resulte em índices de alavancagem incompatíveis com o rating atual; e na hipótese de um ambiente macroeconômico menos favorável. O retorno a uma política de liquidez menos conservadora e que pressione as coberturas da dívida também pode gerar pressões negativas na classificação.

Contato:

Analista principal

Debora Jalles

Diretora

+55-21-4503-2629

Fitch Ratings Brasil Ltda.

Praça XV de Novembro, 20 - Sala 401 B - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20010-010

Analista secundário

Renato Donatti

Analista sênior

+55-11-4504-2215

Presidente do comitê de rating

Ricardo Carvalho

Diretor sênior

+55-21-4503-2627

Relações com a Mídia: Jaqueline Ramos de Carvalho, Rio de Janeiro, Tel: +55-21-4503-2623, E-mail: jaqueline.carvalho@fitchratings.com.

A presente publicação é um relatório de classificação de risco de crédito, para fins de atendimento ao artigo 16 da Instrução CVM nº 521/12.

As informações utilizadas na análise desta emissão são provenientes da Ouro Verde Transporte e Locação S.A..

A Fitch utilizou, para sua análise, informações financeiras até a data-base de 30 de setembro de 2013.

Histórico dos Ratings:

Ouro Verde S.A.

Data da primeira publicação do rating em escala nacional: 7/12/2009.

Data da última revisão do rating em escala nacional: 11/7/2013.

A classificação de risco foi comunicada à entidade avaliada ou a partes a ela relacionada.

Os ratings atribuídos pela Fitch são revisados, pelo menos, anualmente.

Informações adicionais disponíveis em 'www.fitchratings.com' ou 'www.fitchratings.com.br'. Os ratings acima foram solicitados pelo, ou em nome do, emissor, e, portanto, a Fitch foi compensada pela avaliação dos ratings.

Metodologia Aplicada e Pesquisa Relacionada:

-- "Metodologia de Ratings Corporativos" (agosto de 2013).

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR AS LIMITAÇÕES E OS TERMOS DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). ADICIONALMENTE, AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE [WWW.FITCHRATINGS.COM](http://www.fitchratings.com). ASSIM COMO A LISTA DE RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH; A POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E CONFLITOS DE INTERESSE; A POLÍTICA DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL), COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA".

A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. tiveram todo o cuidado na preparação deste documento. Nossas informações foram obtidas de fontes que consideramos fidedignas, mas sua exatidão e seu grau de integralidade não estão garantidos. A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. não se responsabilizam por quaisquer perdas ou prejuízos que possam advir de informações equivocadas. Nenhuma das informações deste relatório pode ser copiada ou reproduzida, arquivada ou divulgada, no todo ou em partes, em qualquer formato, por qualquer razão, ou por qualquer pessoa, sem a autorização por escrito da Fitch Ratings Brasil Ltda. Nossos relatórios e ratings constituem opiniões e não recomendações de compra ou venda. Reprodução Proibida.

Ao atribuir e manter ratings, a Fitch se baseia em informações atuais recebidas de emissores e underwriters e de outras fontes que a agência considere confiáveis. A Fitch realiza uma investigação adequada apoiada em informações atuais disponíveis, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém uma verificação também adequada destas informações de outras fontes independentes, à medida que estas estejam disponíveis com certa segurança e em determinadas jurisdições. A forma como a Fitch conduz a análise dos fatos e o escopo da verificação obtido de terceiros variará, dependendo da natureza dos títulos e valores mobiliários analisados e do seu emissor; das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou o emissor esteja localizado; da disponibilidade e natureza das informações públicas relevantes; do acesso à administração do emissor e seus consultores; da disponibilidade de verificações de terceiros já existentes, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros; da disponibilidade de verificação por parte de terceiros independentes e competentes com respeito àqueles títulos e valores mobiliários em particular, ou na jurisdição do emissor, particularmente, e de outros fatores.

Os usuários dos ratings da Fitch devem entender que nem uma investigação faturada aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros pode assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe relativas a um rating serão precisas ou completas. Em última análise, o emissor e seus consultores são responsáveis pela exatidão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao apresentar documentos e outros relatórios. Ao atribuir ratings, a Fitch deve se apoiar no trabalho de especialistas, inclusive dos auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e de consultores jurídicos, com relação aos aspectos legais e tributários. Além disso, os ratings são, por natureza, prospectivos e incorporam assertivas e prognósticos sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser comprovados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação dos fatos atuais, os ratings podem ser afetados por eventos futuros ou por condições não previstas por ocasião da atribuição ou da afirmação de um rating.

Copyright © 2014 Fitch Ratings Brasil Ltda.

Praça XV de Novembro, 20 - Sala 401 B, Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20010-010. Tel.: 55-21-4503-2600 – Fax: 55-21-4503-2601

Alameda Santos, 700, 7º andar, Cerqueira César - São Paulo, SP - CEP: 01418-100 - Tel.: 55-11-4504-2600 – Fax: 55-11-4504-2601

[Código de Conduta](#) [Termos de Uso](#) [Política de Privacidade](#)